

psicologia
revista

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Reitor

Vidal Serrano Nunes Júnior

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP

Direção

Patrícia Jundi Penha

Vice-direção

Plínio de Almeida Maciel Junior

A *Psicologia Revista* tem por objetivo contribuir com a produção do conhecimento em Psicologia, através da publicação de trabalhos de pesquisadores e pensadores, tanto da PUC-SP quanto de outras instituições do país e do exterior, que possuam relevância e qualidade reconhecidas pela comunidade acadêmica. A composição preferencial de cada número procura incluir quatro relatos de pesquisa e/ou ensaios teóricos e/ou revisões bibliográficas de autores nacionais, um artigo de instituição estrangeira e um relato de experiências de ensino, serviço ou extensão. Todos os artigos passam por avaliação de conteúdo e relevância, realizada por pareceristas, e por uma revisão editorial, que verifica a adequação do texto às normas. A revista adota a normatização da APA e tem periodicidade semestral.

Forma de difusão: eletrônica.

Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfoury – PUC-SP

Psicologia Revista / Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP. – N. 1 (1995)
– São Paulo: EDUC

1995 –

Interrompida de 2001 a 2003

Recuperada em 2004 (volume 13, número 1)

Semestral

ISSN 2594-3871

1. Psicologia – periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Psicologia.

CDD 150.05

Indexadores

Base, Crossref, Diadorim, Dimensions, DOAJ, Fatcat.wiki, Google Scholar, Latindex, LatinREV, LILACS, Miguilim, Index Psi Periódicos, ROAD, Sudoc, Ulrich's Periodicals Directory, Wikidata

ISSN 2594-3871

34
2

psicologia revista



revista da faculdade de ciências humanas e da saúde – PUC-SP



psicologia revista

Editora chefe

Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Vice editor

Marcelo Camargo Batistuzzo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Conselho Executivo

Emerson Ferreira da Costa Leite, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Camila Santos Lima Fonteles, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Marcelo Camargo Batistuzzo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Maria Cristina Pinto Gattai, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Maria da Graça Marchina Gonçalves, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Pedro Eduardo Silva Ambra, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Ricardo Radin Bueno, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Solange Aparecida Emilio, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Editores juniores

Emilene Duarte Rocha Cardoso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Joyce Francisco Manrique, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Solange Aparecida de Lima, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Michele Donizete Ferreira Borges Parola, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Universidade Federal da Bahia

Carlos Roberto Drawin, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil

Claudia Lemos, Instituto de Estudos de Linguagem – Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil

Eduardo Vianna, City University of New York, New York

Elaine Gomes dos Reis Alves, Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres (CEPED) da Universidade de São Paulo, USP, Brasil

Iray Carone, Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, USP, Brasil

Liana Fortunato Costa, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

Lisandro Vales, Universidad de la Republica, Uruguay

Luiz Roberto Monzani, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil

Magali Ravit, Université Lumière Lyon 2, França

Mathilde Neder, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Pedrinho Arcides Guareschi, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Peter Kevin Spink, Fundação Getúlio Vargas, Brasil

Ubiratan D'Ambrosio, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Wanda C. Rodríguez Arocho, Universidad de Puerto Rico, Porto Rico

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Correspondência:

psicologia revista

Rua Monte Alegre, 984, Sala T-52

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Fone (11) 3670-8155 – Das 9:00 às 18:00

E-mail: psicorevista@pucsp.br

Sumário

Apresentação	247
Lista de pareceristas entre 2024 e 2025 que revisaram os manuscritos submetidos à Psicologia Revista	248
Editorial.....	249

Artigos Teóricos

A interpretação de sonhos na terapia daseinsanalítica – Análise de sonho de uma moça sendo perseguida	251
<i>Dream interpretation in daseinsanalytic therapy – Analysis of a young woman's dream of being chased La interpretación de los sueños en la terapia daseinsanalítica – La análisis del sueño de una joven siendo perseguida</i>	
<i>Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista</i>	

Revisões da Literatura

Comportamentos autolesivos em adolescentes e apego parental: uma revisão de escopo	270
<i>Self-harm behaviors in adolescents and parental attachment: A scope review Autolesión en adolescentes y apego parental: una revisión del alcance</i>	
<i>Lucas Miranda Parente de Araújo Isabela Pizarro Rebessi Carmem Beatriz Neufeld</i>	

Relatos de Pesquisa Empírica

Desafios para a vivência da parentalidade em contextos de divórcio litigioso	294
<i>Challenges for parenting in contentious divorce contexts Desafíos para la experiencia de la parentalidad en contextos de divorcio litigioso</i>	
<i>Daiane Santos do Carmo Kemerich Gabriela Clerici Christofari Camila Almeida Kostulski Dorian Mônica Arpini</i>	
Marcas (in)visíveis: mulheres, vulnerabilidades, violências e transgeracionalidade	319
<i>(Un)seen marks: Women, vulnerabilities, violence and transgenerationality Marcas (in)visibles: mujeres, vulnerabilidades, violencia y transgeneracionalidad</i>	
<i>Vanessa Russi Fiorini Mariana Gonçalves Boeckel</i>	

Transição e adaptação ao ensino superior em estudantes de enfermagem de uma universidade pública de São Paulo 346
Transition and adaptation to higher education in nursing students from a public university in São Paulo

Transición y adaptación a la educación superior entre estudiantes de enfermería de una universidad pública de São Paulo

Lucas Rossato

Thayná Bragagnollo Nery

Ana Carolina Veloso Morotti

Fabio Scorsolini-Comin

Aspectos psicoemocionais de gestantes acompanhadas no pré-natal de alto risco 373

Psycho-emotional aspects of pregnant women accompanied by high-risk prenatal care

Aspectos psicoemocionales de gestantes acompañadas en atención prenatal de alto riesgo

Aline Sousa Oliveira

Ana Letícia de Moraes Nunes

Karina Helaine de Lima Coelho

Representações sociais de professores secundaristas acerca do cyberbullying e suicídio 397

Social representations of secondary school teachers on cyberbullying and suicide

Representaciones sociales de profesores de educación secundaria sobre

el cyberbullying y el suicidio

Mateus Aquino Alves

Beatriz Cardoso Roriz

Lucas dos Santos

Saulo Sacramento Meira

Jovens autores

A Esferologia de Peter Sloterdijk e a Depressão como Luto pela perda do Objeto 420

Peter Sloterdijk's Spherology and Depression as Grief for the Object's loss

La Esferología de Peter Sloterdijk y la Depresión como pérdida de el Objeto

Lucca de Menezes Passos Barbosa

Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista

A ansiedade associada às redes sociais e à cultura do imediatismo:

uma revisão de literatura 442

Anxiety linked to social media and the culture of immediacy: a literature review

Ansiedad vinculada a redes sociales y a la cultura del inmediateismo: una revisión de literatura

Andreia Leal

Giovana Araújo

Mariana Mendonça

Resenha

Quando as vozes são escutadas: resenha do livro *A transferência irônica*

na esquizofrenia, de Marina Moreira Carrilho (2025) 464

When the voices are heard: review of the book The ironic transference in schizophrenia,

by Marina Moreira Carrilho (2025)

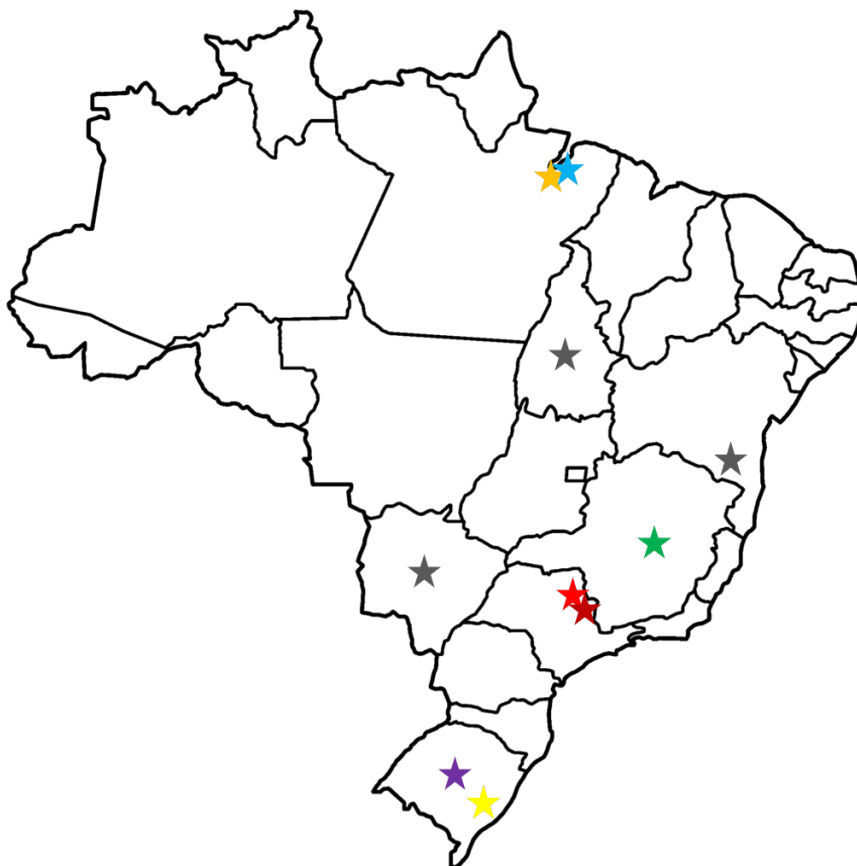
Cuando se escuchan las voces: reseña del libro La transferencia irónica en la esquizofrenia,

de Marina Moreira Carrilho (2025)

Gustavo de Siqueira Oliveira

Apresentação

Representação da proveniência dos artigos deste número:
universidades e estados



LEGENDA

Amarelo - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, RS.

Azul - Centro Universitário do Pará, PA.

Cinza - Universidade Estadual do Tocantins, TO; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, MS e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, BA.

Laranja - Fundação Santa Casa de Misericórdia Do Pará, PA e Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). PA.

Roxo - Universidade Federal de Santa Maria, RS.

Verde - Universidade Federal de Minas Gerais, MG.

Vermelho - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, SP.

Vinho - Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, SP.

Lista de pareceristas entre 2024 e 2025 que revisaram os manuscritos submetidos à Psicologia Revista

Agnaldo Lima
Alessandro Vinicius de Paula
Álvaro Araújo
Ana Mercês Bahia Bock
Beatriz Borges Brambilla
Beatriz Saks
Beatriz Zanarella
Bernardo Parodi Svartman
Caio Silva Santos
Cecilia Pescatore Alves
Claudia Bertoni Fittipaldi
Claudinei Affonso
Daniel Magalhães Goulart
Daniela Rodrigues Goulart Gomes
Danna Paes
David Borges Florsheim
Debora Cristina Fonseca
Elaine Aparecida Rocha Domingues
Elaine Gomes Reis Alves
Elisabeth Montagna
Eloisa Damasco Penna
Evani Zambon Marques da Silva
Fabiana Coelho Fernandes
Fabiola Freire Saraiva de Melo
Felipe Luis Fachim
Francisco Lotufo
Guilherme Scandiucci
Helena Amstalden Imanishi
Ida Elizabeth Cardinalli
Isabel da Silva Kahn Marin
Isabel Gomes
Ivelise Fortim
Jailton Bezerra Melo
Jana Gonçalves Zappe
Joana Sampaio Primo
Jorge Broide
Julia Catani
Juniana de Almeida Mota Ramalho
Lucélia Elizabeth Paiva
Luis Eduardo França Jardim

Maira Mendes Clini
Maria Cecília Roth
Maria Cristina Dancham Simões
Maria da Graça Marchina Goncalves
Maria Galvão Rios
Maria Geralda Viana Heleno
Maria Helena Zamora
Maria Silvia Motta Lo Gatto
Mariana Bassoi Duarte
Mariana Cacciaccaro
Mateus Donia Martinez
Maura Assad Pimenta Neves
Maura Castello Bernauer
Miriam Raquel Strelhow
Natália Nigro de Sá
Paula Costa Mosca Macedo
Paula Regina Peron
Paulo José Carvalho da Silva
Paulo Sérgio Rodrigues de Paula
Pedro Henrique Marinho Carneiro
Plínio Almeida Maciel Jr.
Priscila Frehse
Reimi Chagas
Rejane Emílio
Renata Fabiana Pegoraro
Renato Santos Renato
Rodrigo Gonsalves
Rodrigo Toledo
Ruth Lopes
Silvana Regina Ampessan Marcon
Silvia Gattai
Tatiana Inglez-Mazzarella
Teresa Schoen
Thais Afonso Andrade
Valeria Cristina de Albuquerque Brito
Vinícius Romagnolli Rodrigues Gomes
Vivian Lago
Wilson Franco
Yurin Garcêz de Souza Santos

Editorial

A *Psicologia Revista* completa, em 2025, trinta anos de publicação, consolidando-se como um periódico científico comprometido com a produção, a difusão e a qualificação do conhecimento na área da Psicologia. Essa trajetória resulta do trabalho coletivo de docentes que atuaram como editores, do apoio institucional das diretorias da antiga Faculdade de Psicologia da PUC-SP e da atual Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, bem como da contribuição dos membros do Conselho Editorial, dos consultores *ad hoc* e dos autores que confiaram à revista a divulgação de seus estudos.

Fundada em 1995, a revista teve sua publicação interrompida por breve período, entre 2001 e 2003, retomando posteriormente suas atividades em consonância com os objetivos que orientaram sua criação. Dentre esses objetivos destacam-se a disseminação da produção científica em Psicologia, o estímulo ao intercâmbio acadêmico, a promoção do debate teórico e metodológico entre diferentes abordagens psicológicas, a divulgação de contribuições originais e a articulação da pesquisa científica com problemáticas contemporâneas relevantes no contexto brasileiro. Tais diretrizes constituem o eixo estruturante de seu projeto editorial.

Inicialmente publicada em formato impresso, a *Psicologia Revista* passou a disponibilizar sua versão eletrônica em 2018. Encontra-se, atualmente, em processo de digitalização integral de seu acervo, ampliando a visibilidade, o acesso e a preservação da produção científica publicada ao longo de sua história.

Enquanto periódico científico da área da Psicologia, a revista adota o modelo de acesso aberto, contribuindo para a democratização do conhecimento científico ao disponibilizar gratuitamente seus conteúdos, sem custos para leitores ou instituições.

Em consonância com as boas práticas editoriais e com os princípios da integridade científica, a *Psicologia Revista* adota procedimentos rigorosos em todas as etapas do processo editorial. Os manuscritos submetidos passam por triagem em plataforma de detecção de similaridade, são avaliados por meio do sistema de *double-blind peer review* e, no caso

de pesquisas empíricas envolvendo seres humanos, exige a apresentação de aprovação por Comitê de Ética, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. As decisões editoriais fundamentam-se exclusivamente em critérios de mérito científico, relevância acadêmica e adequação ao escopo da revista.

A revista incentiva, também a formação de novos pesquisadores, por meio da seção Jovens Autores, destinada à publicação de trabalhos de Iniciação Científica e de Trabalhos de Conclusão de Curso de graduandos em Psicologia, desenvolvidos e apresentados em coautoria com seus orientadores. De modo complementar, a *Psicologia Revista* passou, neste último ano, a contribuir para a formação editorial ao integrar estudantes de pós-graduação à sua equipe, na função de Editores Juniores.

O investimento contínuo na qualificação editorial e na adequação aos critérios de avaliação dos sistemas de indexação resultou na ampliação expressiva do número de bases em que a revista se encontra indexada, meta que permanece como prioridade de sua política editorial. Esse processo possibilitou, ao longo dos anos, a obtenção de apoio institucional da própria Universidade e, em 2025, do Programa Editorial de Auxílio à Editoração e Publicação do CNPq.

O presente número reúne artigos que contemplam diferentes modalidades de produção científica — estudos teóricos, revisões de literatura e pesquisas empíricas — abordando temáticas contemporâneas e relevantes para o campo da Psicologia e áreas afins, tais como fundamentos teóricos do manejo clínico; parentalidade e divórcio litigioso; representações sociais, docência, *cyberbullying* e suicídio; gênero, vulnerabilidade e processos transgeracionais; aspectos psicossociais da gestação e do pré-natal de alto risco, bem como questões relativas ao ensino superior em enfermagem, transição e adaptação acadêmica.

Por fim, registramos nosso reconhecimento a todos os que, ao longo dessas três décadas, contribuíram para a consolidação da *Psicologia Revista* como espaço qualificado de produção e divulgação científica.

Profa. Dra. Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro

Editora-Chefe

A interpretação de sonhos na terapia daseinsanalítica – Análise de sonho de uma moça sendo perseguida

Dream interpretation in daseinsanalytic therapy – Analysis of a young woman's dream of being chased

La interpretación de los sueños en la terapia daseinsanalítica – La análisis del sueño de una joven siendo perseguida

Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista¹

Resumo

Na terapia daseinsanalítica, desenvolvida por Medard Boss, os sonhos têm um papel central. Apesar disso, têm sido muito pouco discutidos a literatura. O objetivo deste artigo é apresentar a proposta de manejo clínico de fenômenos oníricos na terapia dessa abordagem. Para isso, inicia com os fundamentos da compreensão desses fenômenos, para, em seguida, mostrar a proposta de Boss de uso dos sonhos na terapia. Para ilustrar a discussão, recorre a um sonho relatado por uma paciente nascida e crescida num contexto sócio-histórico de repressão à sexualidade, que, em terapia comigo, narra uma situação em que corria o risco de ser estuprada. É feita uma análise do sonho à luz dos fenômenos que aparecem na clareira de mundo e como ela se comporta em relação a eles. Em seguida, essa análise é utilizada para explorar as orientações de Medard Boss para uso dos sonhos na terapia.

Palavras-chave: Psicoterapia; Daseinsanalyse; Sonhos; Medard Boss.

Abstract

In the daseinsanalytic therapy developed by Medard Boss, dreams play a central role. Despite this, they are very little discussed in literature. The

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9691-6141>. E-mail: pauloeevangelista@gmail.com

objective of this article is to present the proposal for the clinical management of dream phenomena in the therapy of this approach. To do so, it begins with the fundamentals of understanding these phenomena, and then shows Boss's proposal for the use of dreams in therapy. To illustrate the discussion, it uses a dream reported by a patient born and raised in a socio-historical context of sexual repression, who, in therapy with me, narrates a situation in which she was at risk of being raped. An analysis of the dream is made in the light of the phenomena that appear in the world-clearing and how she behaves in relation to them. This analysis is then used to explore Medard Boss's guidelines for the use of dreams in therapy.

Keywords: Psychotherapy; Daseinsanalysis; Dreams; Medard Boss.

Resumen

En la terapia daseinanalítica, desarrollada por Medard Boss, los sueños juegan un papel central. A pesar de esto, son muy poco discutidos en la literatura. El objetivo de este artículo es presentar la propuesta para el manejo clínico de los fenómenos oníricos en la terapia de este enfoque. Para ello, se parte de los fundamentos de la comprensión de estos fenómenos, y luego se muestra la propuesta de Boss para el uso de los sueños en la terapia. Para ilustrar la discusión, utiliza un sueño relatado por una paciente nacida y criada en un contexto socio-histórico de represión de la sexualidad, quien, en terapia conmigo, narra una situación en la que estuvo en riesgo de ser violada. Se hace un análisis del sueño a la luz de los fenómenos que aparecen en el aclaramiento del mundo y cómo se comporta en relación con ellos. Este análisis se utiliza para explorar las pautas de Medard Boss para el uso de los sueños en la terapia.

Palabras clave: Psicoterapia; Daseinsanalyse; Sueños, Medard Boss.

A análise dos sonhos desempenha um papel importante nos processos psicoterápicos. Foi com a análise de sonhos que Freud deu os primeiros passos para o desenvolvimento da teoria e prática psicanalítica. Jung trouxe importantes modificações para a teoria dos sonhos, mantendo sua centralidade no processo psicoterapêutico. Binswanger (2013), influenciado por ambos e por Heidegger, escreveu um artigo sobre o existir onírico que é considerado o marco inicial da Daseinsanalyse. Medard Boss, que é o Daseinsanalista que interessa neste artigo, recebeu influência dos quatro pensadores mencionados. Boss fez sessões de análise didática com Freud, foi orientado por Binswanger na clínica psiquiátrica de Burghözli, onde

fez sua residência em psiquiatria, e frequentou por uma década o círculo íntimo de Jung em Zurique estudando justamente os sonhos (Spiegelberg, 1972; Craig, 1993; Dastur & Cabestan, 2015).

Na Daseinsanalyse de Medard Boss, os sonhos também têm um papel central: são a possibilidade de aproximação na clareira de mundo que cada existência é de entes e possibilidades que ainda não estão podendo aparecer em vigília. Esta concepção está articulada com o entendimento de existência, retirado da filosofia de Heidegger, como *ek-sistência*, ou seja, o *aí*, clareira de mundo aberta e estendida na qual o que é pode mostrar-se. Ou, como a define no seu primeiro livro sobre sonhos, “uma luz emanando do mistério da existência, em cujos raios todas as coisas e seres-companheiros podem aparecer e se desenvolver de acordo com sua própria natureza” (Boss, 1957, p. 119).

A dificuldade para compreender sua proposta de compreensão dos fenômenos oníricos e do modo daseinsanalítico de lida com os sonhos na terapia é aumentado pela escassez de traduções de suas obras para o português. Essa proposta, que visou desenvolver adiante, articula-se perfeitamente com a concepção de terapia daseinsanalítica que ele preconiza, mas também esta é pouco difundida no Brasil. Aqui, Boss é reconhecido apenas como um importante personagem na história da psicologia fenomenológico-existencial. Outra dificuldade advinda deste contexto é a má compreensão de fenomenologia como mera descrição dos aspectos mais visíveis de um ente ou como trabalhar exclusivamente com o relato verbal manifesto pelo paciente. Para Boss, fenomenologia é não recorrer a sistemas hipotéticos para formular deduções sobre as experiências humanas, compreender o sentido do fenômeno à luz do que se mostra e também do que não se mostra, mas está presentificado no mundo aberto do sonhador. Articula-se, ainda, com o sentido de liberdade humana como poder “entrar numa relação com algo de modo a permitir que desenvolva sua peculiar significação” (Boss, 1994, p. 123). Em outro livro, Boss a define como “ser capaz de escolher obedecer o chamado e realizar suas possibilidades de relação e cuidado com aquilo que encontra ou não obedecer esse chamado” (Boss, 1963, p. 67). A meta da terapia é contribuir para a ampliação da liberdade humana, entendendo que o adoecer humano como restrição de liberdade (Boss, 1994).

O objetivo deste artigo é, portanto, apresentar a proposta de manejo clínico de fenômenos oníricos na clínica daseinsanalítica, de acordo com Medard Boss. Para isso, o método adotado é apresentação da compreensão daseinsanalítica de fenômenos oníricos com base na bibliografia desse autor. Em seguida, ilustro o manejo clínico com um sonho relatado a mim por uma paciente, o modo como o utilizei na terapia e como poderia tê-lo feito se tivesse seguido as orientações de Boss. Esta discussão se justifica em razão da importância das análises de sonhos na Daseinsanalyse, além do fato de haver poucas publicações a respeito em português (Santos, 2004; 2008; Milhorim, Casarini & Comin, 2013). Também se espera que possa contribuir para a prática psicoterápica daseinsanalítica.

FENÔMENOS ONÍRICOS NA DASEINSANALYSE

Não era tarefa da ontologia fundamental considerar a experiência onírica, de modo que não há uma linha sequer em *Ser e tempo* sobre esse fenômeno. Mas Heidegger manifesta concordância com a prática da interpretação fenomenológica de sonhos em carta a Boss pouco anterior à publicação do livro *A Análise dos Sonhos* (2/08/1952). Nessa carta, o filósofo escreve:

Como parágrafo final seria conveniente um acréscimo que apenas intensifica o que o senhor já diz e que atravessa a obra toda: não dar uma explicação causal e derivação dos sonhos, mas fazer falar primeiramente os próprios sonhos naquilo que eles dizem e comunicam em seu conteúdo de mundo; os sonhos, não como um sintoma e consequência de algo que está por trás, mas os próprios sonhos em seu mostrar e *somente* nele. Somente *com isto* começa o questionamento de sua essência (Heidegger & Boss, 2009, p. 286).

O método fenomenológico exige a suspensão de teorias e hipóteses com a intenção de deixar que se mostrem por si mesmos os fenômenos tais como são. No campo da psicoterapia, isso implica suspender as teorias psicológicas sobre 1) os significados do que se apresenta nos sonhos; 2) sobre a origem dos sonhos. Implica, portanto, abdicar da interpretação dos entes que aparecem nos sonhos como representações ou símbolos de outros entes.

Boss oferece muitos exemplos de diferenças nas interpretações psicanalítica e daseinsanalítica e de como aquelas deturpam os fenômenos no seu mostrar-se diretamente, obrigando-os a corresponder à teoria interpretativa. No caso Dora, por exemplo, Freud (1905/2016), faz ver nos sintomas da paciente a repressão da excitação sexual sentida na ocasião e no atual amor por um amigo de seu pai. Quando ela começa a vir às sessões carregando uma bolsinha, interpreta que é uma representação dos genitais.

Para Boss, a interpretação de sonhos à luz da abordagem teórica do analista revela o quanto este influencia seu paciente. Ou seja, é muito comum que “... as ‘associações livres’ de pacientes em análise freudiana regularmente levam a desejos instintivos, ao passo que pacientes junguianos são levados a estruturas arquetípicas e mandalas” (Boss, 1979, p. 46). A análise fenomenológica, por sua vez, exige estrita atenção ao que se mostra tal como se mostra, o que, para o daseinsanalista, não estaria ocorrendo quando uma bolsinha era interpretada como um órgão genital feminino.

A análise fenomenológica também exige que se suspendam supostas explicações para as origens dos sonhos. Eles não são produtos do inconsciente, isto é, enviados por um produtor/diretor com a intenção de tornar manifestos conteúdos barrados na consciência, a fim de diminuir a tensão causada pela repressão (Boss, 1985). Não são mero epifenômeno causado pela atividade cerebral nos momentos de sono REM, nem resquício da evolução animal, nem resquícios de percepções do cotidiano em vigília. Todos esses modelos hipotéticos propõem a causa dos sonhos, mas não atentam para os sonhos eles mesmos, isto é, para a existência onírica.

Sonhar deve ser considerado uma maneira peculiar de realizar seu primário estar no mundo. Nesse sentido, o estar sonhando se costura com o estar desperto, compondo a existência histórica. O mundo onírico é um *aí* em que entes se mostram significativamente e a existência responde, comportando-se. A análise fenomenológica exige a descrição fiel do que aparece no mundo do sonhador e como ele reage.

A diferença entre o estar desperto e estar sonhando se dá em termos de como o que vem ao encontro no interior do mundo onírico se apresenta. Sonhando, a existência fica restrita a estar perceptivelmente com o que se apresenta no tempo presente. Ou seja, os fenômenos aparecem

sensorialmente e agimos e reagimos em relação ao que imediatamente se mostra. Desperta, a existência dispõe de liberdade para deixar que se aproximem ou afastar presenças presentes sensorialmente, recordadas e imaginadas. Pode, então, perguntar pelo significado do que apareceu em sonho, sobre a história desses modos de aparecer, sobre seus próprios modos de ação em relação ao que se apresenta etc. Em vigília, a existência pode percorrer o presente, o passado e o futuro. Pode relacionar-se consigo mesma, isto é, refletir e perguntar-se o que suas experiências revelam sobre si mesma (Boss, 1979).

Por exemplo, a um homem solteiro, receoso de aproximar-se de mulheres, que sonhou que via mulheres mulheres muito longe e, no sonho, desesperadamente buscava binóculos, Boss (1985) diz:

Uma vasta distancia o separa das mulheres. Por outro lado, é uma planície um local plano, sem possibilidade de subida ou descida. Em seu universo onírico o único desnível que permite uma ascensão está para além das mulheres que você divisou à distância; é a colina que ali se elevava. (...) Ainda que a planície do mundo onirico de nosso solteiro de trinta e quatro anos indique uma parada momentânea no seu amadurecimento, o sonho releva já um grande progresso do sonhador em relação a sonhos anteriores (p. 7)

No sonho, o sonhador está restrito à aparição à distância das mulheres e sua única ação é procurar um instrumento que as aproximaria visualmente. Desperto, na terapia, pode se perguntar sobre por que as mulheres só suporta as mulheres à distância, por que não se aproxima etc.

MANEJO DO SONHO NA TERAPIA DE UMA PACIENTE

Para demonstrar as possibilidades de uso da interpretação de sonhos na terapia daseinsanalítica, recorro a um sonho relatado por uma paciente minha no início de minha prática clínica, no início dos anos 2000. A título de cuidados éticos, foi seguida a Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, ocultar dados que pudessem identificar a paciente envolvida (CNS, 2016). Também foram seguidos os quatro elementos propostos por Dallazen, Giacobone, Macedo e Kupermann (2012) para ética em pesquisa psicanalítica, a saber: 1) que nenhum dado

pode identificar o paciente, 2) que a psicoterapia já foi encerrada há mais de uma década, de modo que a pesquisa não altera em nada seu curso, 3) trata-se de uma técnica psicoterapêutica consagrada, e 4) é pesquisa pós-fato, baseada em meu registro de memória após a sessão, retomado agora, muitos anos depois, para ilustração do método daseinsanalítico de interpretação de sonhos. Considerando as propostas de Gabbard (conforme resumidas em Stajner-Popovic, 2001) – profundo disfarce (*thick disguise*), consentimento do paciente, abordagem processual, uso de composição e colega como autor – neste artigo sigo a primeira. São apresentados poucos dados biográficos e esses estão modificados a fim de impedir a identificação da paciente.

Angélica (nome fictício) era uma moça de 28 anos que me procurou se queixando de nervosismo e muitos medos. Era uma das filhas mais novas dentre 12 numa família pobre no sertão nordestino. Aos 20 anos, migrou para São Paulo, sendo a primeira mulher de sua família a tentar a sorte por lá. Seus pais a avisavam desde a infância sobre o perigoso destino de mulheres solteiras em São Paulo: engravidar ou contrair doenças sexualmente transmissíveis. Pouco depois de sua chegada, veio uma irmã e compraram financiado um apartamento num conjunto habitacional.

Só saía de casa para ir ao trabalho, uma pequena empresa de uma tia. Não passeava por medo de aglomeração e, principalmente, dos homens. Não tinha amigos nem amigas. Fechava as janelas de casa e deixava poucas luzes acesas para que ninguém no prédio percebesse que moravam duas moças sozinhas no apartamento.

Desde que chegara em São Paulo não tivera um namorado, pois, segundo ela, não tinha como saber suas intenções; muitos homens eram “mulherengos” e não queriam nada sério. Na sua terra natal, tivera um namorado, um primo com quem quisera se casar. Beijaram-se uma vez. Como não tinha perspectiva de trabalho em sua terra natal, terminaram o namoro e ela foi para São Paulo.

Era virgem, o que contribuía para sua preocupação em encontrar o que ela chamava de “homem certo”, isto é, alguém que fosse confiável, a tomasse em casamento e nunca a traísse. Ela queria se casar. Para isso,

precisava conhecer um “homem bom”. Seu temor era de se entregar a um homem que ela julgasse que a amava e, de repente, ele passasse a maltratá-la. Guardava sua virgindade para ele.

Ela se sentia diferente por ser virgem aos 30 anos. Estava certa de que ninguém acreditaria que uma moça de sua idade ainda seria virgem e atribuía a isso sua dificuldade para fazer amigas, pois todas as mulheres com quem poderia conversar já tinham tido relações sexuais e ela não. Ela não contava a ninguém que era virgem, mas evitava rodas de conversa supondo que, inevitavelmente, os assuntos relacionamento e sexo viriam à tona.

Ou seja, é possível afirmar, com base nesta caracterização dos valores de Angélica e que foram-lhe passados por sua família e seu meio social desde a infância, que se trata de modos de compreensão da mulher de caráter heteronormativo, machista e misógino, que submetem a mulher à divisão estereotipada entre mulher para casar, recatada, virgem, “esposa subserviente, mãe amorosa e filha dócil” (Bergoffen, 2020, p. 121) e a mulher desviada. Este contexto de compreensão de modos de ser masculinos e femininos tem sido chamado de “cultura do estupro” (Griffin, 1975; Sousa, 2017).

Angélica, tendo nascido e crescido num contexto social que lida com as mulheres dessa maneira, lida consigo com base nessa compreensão implícita sobre o que é ser mulher. Ambas os modos de ser mulher veiculados pela cultura são modos impessoais de ser (Heidegger, 2002), restringindo suas possibilidades existenciais a estereótipos da mulher recatada, esposa protegida de um marido, ou desviada. Para ela, participante deste mundo compartilhado (cultura), os homens seriam ou esposos protetores ou violentadores. O difícil e sofrível é saber como diferenciá-los antes de se relacionar com eles.

Vinha à terapia após o trabalho, sempre arrumada, com roupas simples, cabelo bem preso num rabo de cavalo. Usava óculos com armação grossa, preta. Era pequena; baixa e magra. Fazia as sessões deitada no divã, conforme orientação minha.

Tinha uma vida onírica rica. O sonho a seguir veio-lhe no início do terceiro ano de terapia. Ela já estava mais disposta a sair e enfrentar o mundo para conhecer alguém, mas agora sua irmã recusava-lhe a companhia por também ter medo. Contou no início da sessão:

Sonhei que eu estava numa estação de trem, mas tinha uma banda tocando, então era também algum tipo de festa ou baile. Eu estava com algumas conhecidas, não lembro quem. Eu tinha oculista marcado para o dia seguinte e eu carregava comigo o dinheiro para comprar óculos. De repente, comecei a fugir, pois homens queriam me roubar, roubar o dinheiro que eu carregava. Era desse dinheiro que os homens estavam atrás, não sei como eles sabiam. Então eu fugia de onde eu estava, primeiro para um matagal. A rua estava cheia de homens mal-encarados. Os homens me perseguiam. Do matagal, eu fugi para um trem. E dentro do trem, que também estava cheio de homens mal-encarados, enquanto eu fugia, um homem sem camisa entrou na minha frente e me disse que se eu não desse o dinheiro, teria estupro. Acordei assustada e esperei o dia clarear para ter certeza de que era um sonho.

Boss (1979) propõe dois passos na análise daseinsanalítica dos sonhos. Indica ele: 1) “devemos notar a quais fenômenos o Da-sein do sonhador está aberto durante o sonho e como esses fenômenos o afetam” (p. 46); 2) “precisamos examinar a resposta do sonhador àquilo que se lhe revela, como ele se conduz em relação ao que vê” (p. 46). Isto implica levar em consideração a terapia como processo histórico de ampliação da liberdade para deixar serem entes na plenitude de suas possibilidades na clareira de mundo que a existência é tanto em vigília quanto sonhando. Assim, deve-se recorrer ao modo como os entes aparecem na clareira de mundo do paciente. Mesmo quando aparecem na lonjura, entes aproximam-se, des-distanciam-se.

No sonho de Angélica, cabe examinar o que aparece nesse mundo – homens, matagal, dinheiro para óculos, estação de trem, trem – e como ela se comporta em relação a eles. Tal análise se beneficia de uma atenção à tonalidade afetiva do sonho. Boss explica que este “estado de ânimo que determina as características, estreiteza ou amplidão, do campo perceptivo que a existência é capaz de manter aberto e *como* qual ‘existe’ naquele momento” (p. 56).

Quando se encontra no mundo onírico, Angélica descobre-se numa estação de trem urbano ampla e arejada. Mas, como toda estação de trem, ela tem o potencial para encher de pessoas. Angélica está numa festa com amigos na estação de trem, há uma banda tocando. Compreende-se que

Angélica está, pelo menos em sonho, aberta à proximidade de pessoas amigáveis, a que pessoas se apresentem amigavelmente e à situação de leveza e prazer característica de festas.

Mas o clima leve, descontraído e festivo rapidamente cede lugar a uma afinação de ameaça. Da amplidão da festa, sua atenção passa a focar na sua bolsa, onde guardava dinheiro para novos óculos. Angélica carregava algo valioso consigo, o dinheiro suado adquirido pelo trabalho, que pretendia usar no dia seguinte para comprar novos óculos.

Aqui aparecem dois entes importantes para a análise do sonho: a bolsa e o dinheiro para os óculos. Óculos são para enxergar com mais nitidez o mundo, possibilitando melhor perscrutação, locomoção, apreciação, intervenção. Como sintetiza Critelli (1996, p. 44), “melhorar a visão do mundo é uma maneira de se habitá-lo e de se poder alterar continuamente a forma e a direção dessa habitação”. Nesse sentido, Angélica carrega consigo a promessa de amanhã enxergar melhor o mundo e, talvez, se mover melhor nele. Nesse sentido, é um sonho em que Angélica cuida de um futuro melhor para si mesma. Do ponto de vista da psicoterapia e da vida, isso é bom.

A bolsa é onde ficam seus pertences, reunidos e transportados com facilidade à tira colo e inacessíveis aos olhos dos outros. Para enxergar nela a genitália feminina, como propôs Freud (1905/2016) no caso Dora, o analista teria que executar “estrênuas acrobacias mentais”, tal como Boss (1994, p. xiii) se referia às interpretações baseadas no constructo especulativo metapsicológico. A bolsa guarda objetos íntimos. Resguarda-os do olhar alheio, protege-os de mãos alheias. Os conteúdos da bolsa têm algo de secreto, portanto. Angélica carrega dinheiro para óculos na sua bolsa, mas esse segredo está exposto aos homens ao redor.

A mudança na afinação do sonho do festivo para o temor e ameaça acontece concomitante ao aparecimento da bolsa e dos valores nela guardados. Angélica descobre-se temerosa por carregar algo que sabem que ela carrega e querem tirar dela: dinheiro para óculos que, por sua vez, indicam o poder ver o mundo e mover-se nele com maior clareza e, quiçá, liberdade.

À luz da metapsicologia seria rápida a interpretação de que o que estava em jogo no sonho era o órgão genital de Angélica. Cair nessa interpretação seria trair a primeira regra fundamental da análise

fenomenológica: ver as coisas tal qual se mostram. Dinheiro é para comprar óculos. Óculos são para enxergar. A bolsa é para guardar dinheiro. Mas isso não significa que não possa haver fenômenos sensuais ou sexuais nesse sonho.

Sob a atmosfera do temor, os homens aparecem no sonho unicamente sob o signo do poderio masculino que se manifesta como desejo instintivo sexual e da força para fazer valer seu desejo. Isto é, na afinação temerosa, Angélica os homens aparecem como potenciais estupradores, afins a “controle, dominação, insensibilidade, competitividade, raiva e agressão” (Campos et al., 2017, p. 986), tal como lhe foram apresentados os homens (e os modos correspondentes de ser mulher) desde sua infância. Aparecem como aqueles que a cercam, restringem sua mobilidade e que ameaçam tirar dela o dinheiro para comprar óculos para ver e mover-se melhor.

Serem ameaçadores é uma possibilidade dos homens, mas não é exclusividade deles, dado que também mulheres podem ser. Na cultura de Angélica – na nossa “cultura do estupro” (Griffin, 1975; Sousa, 2017; Campos et al., 2017; Bergoffen, 2020) – o poderio masculino é exercido de variadas formas implícitas e explícitas de violências contra as mulheres; dentre elas, o estupro. Embora a relação de poder do homem sobre a mulher seja hegemônica em nossa sociedade, a violência não é, necessariamente, o único modo possível de relação homem-mulher. Nesse sentido, ocorre no sonho de Angélica que ela se mostra restrita na possibilidade de deixar homens serem mais do que vilões. Assim, priva-se das possibilidades inerentes de ser com eles; serem amigos, namorados, parceiros sexuais.

Em análise de um sonho semelhante, Boss (1994, p. 267) propõe que para a sua paciente “somente homens que fossem perigosos poderiam ter permissão para entrar e aparecer na abertura perceptiva de seu mundo onírico”. Penetrando na clareira como ameaçadores, as possibilidades de relações mais amigáveis e amorosas com homens ficam ocultas. A tonalidade afetiva contribui para isso, favorecendo algumas aparições e dificultando outras, determinando o quão “estreita, distorcida ou fechada pode estar a abertura perceptiva” da existência (Boss, 1994). Mas o fato de aparecerem homens em seu mundo onírico sinaliza que podem se aproximar. Se não fosse assim, este sonho não estaria cheio de “homens mal-encarados”. Teria

ruas e estação de trem povoadas somente por objetos ou mesmo vazias. Não é o caso. Angélica está aberta para os homens, mas limitada quanto a como eles podem aparecer e ser e ela, com eles.

Como lidar com os sonhos na terapia daseinsanalítica? A primeira orientação de Boss (1979) é uma advertência: “a aplicação terapêutica não deve ser confundida com a compreensão fenomenológica dos elementos oníricos na totalidade da sua significação” (p. 40). Nem sempre a compreensão que o terapeuta tem dos modos de ser em sonho e despertos corresponde àquela que o próprio paciente tem de si mesmo. Assim, o terapeuta precisa considerar o momento da terapia e a qualidade da relação terapêutica. Também precisa zelar para não forçar suas interpretações ao paciente e para ser o mais fiel possível ao que o sonho revela.

É principalmente no livro *Na Noite Passada Eu Sonhei...* que Boss orienta o uso dos sonhos na terapia. São indicações: 1) interrogar o paciente acerca do que, desperto, entende do sonho; 2) narrar ao paciente o sonho; 3) o analista esclarecer aspectos do sonho; 4) perguntar se identifica relações entre seus modos de ser no sonho e em vigília. Esses quatro caminhos possíveis comportam matizes. Fundamental é que qualquer intervenção do terapeuta seja formulada como pergunta, não como afirmação, a fim de zelar pela possibilidade de o paciente discordar (Boss, 1979).

Interrogada acerca do que entendia do sonho, Angélica respondeu que sentia muito medo do que poderia acontecer em festas, por isso saía pouco. Seu medo de ir a festas não oculta que elas sejam ocasiões descontraídas, de lazer e prazer. Se não fossem assim, Angélica não poderia desejar participar delas, recusando em razão do medo que sente do que (também) pode acontecer nelas. Saía de casa somente para o trabalho e, ocasionalmente, para visitar uma parente. Ou seja, para ela, desperta, o que se evidencia em primeiro plano no sonho é a festa e seu desdobramento. Mais especificamente, o sonho confirma aquilo que pensa sobre as festas. Subentende-se em sua fala que os homens nas festas são perigosos, conforme ela falava em outras sessões. Caberia, na sequência, explorar com ela o que entende do trem, dos óculos, dos homens, mas não fiz isso nessa sessão.

Sobre estes últimos, os homens, falávamos frequentemente. Mas perdi a oportunidade de explorar com ela os homens tais como apareceram neste sonho, como ladrões perigosos que sabem o que ela carrega na bolsa, que sabem que ela guarda um segredo, que a encurralam sem camisa e a obrigam a tomar uma difícil decisão. Seria muito importante fazer isso a partir desse sonho. Quando relevei a exploração, eu estava contando com a significação já dada nas sessões anteriores sobre como são os homens para Angélica, o que, retomado agora, pode ser considerado um passo pouco fenomenológico.

Outra intervenção possível seria narrar de volta o sonho à sonhadora. Segundo Boss (1979, p. 52), o objetivo disto é “eliciar os entes reais conforme estes aparecem ao sonhador, e a clarificar o comportamento deste em relação a eles”. Caberia contar a ela que estava numa festa na estação de trem, mas logo se preocupou com o dinheiro guardado na bolsa para comprar óculos novos no dia seguinte. Então, começou a fugir de homens vilões que estavam em toda parte e não encontrou segurança em lugar nenhum. Descobriu-se diante de um homem sem camisa que lhe enuncia duas opções: entregar o dinheiro para os óculos ou “teria estupro”. O modo como a ameaça é formulada retém uma ambiguidade quanto a ser ela a estuprada. Por outro lado, quanto mais tentou fugir, mais se aproximou e deixou que se aproximassem homens, vindo a sustentar a proximidade de um homem sem camisa num recinto pequeno. Que compreensões teriam emergido de escutar esse enredo de não poder aproveitar a festa e fugir constantemente, sem encontrar segurança?

É mister esclarecer que os fenômenos que aparecem na clareira de mundo onírica da paciente não são produzidos por um inconsciente nem articulados por um desejo que dirija o enredo do sonho. Isto é, ela não deseja inconscientemente essa situação. Outrossim, o fenômeno do homem potencial estuprador se impõe por estar arraigado na existência de Angélica enquanto único modo possível de ser. No mundo onírico, ficamos limitados a estar com a presença imediata sensorial dos fenômenos (Boss, 1975/1979). É somente no mundo em vigília que conseguimos, dada maior liberdade que no mundo onírico, explorar outras perspectivas sobre os fenômenos. Ou seja, enquanto, no sonho, uma única significação se impõe, desperta, a

existência pode se perguntar por que é assim, o que isso tem a ver com sua vida etc. Poderia, somente em vigília, tematizar a cultura na qual nasceu e cresceu e como a atualiza em sua existência.

Outro caminho possível de intervenção é esclarecer à paciente elementos do sonho para além do que lhe foi possível compreender. É importante lembrar de fazer isso de modo a permitir discordância, formulando como pergunta o entendimento proposto. – “Os homens só podem ser ameaçadores, Angélica?” – “Para que servirão os novos óculos, Angélica?” Será que há coisas ou pessoas que você não consegue ver bem, Angélica, e que novos óculos permitirão enxergar?” – “Será que as festas sempre levam à violência?” – “Será que fugir das festas e dos homens é o único jeito de se proteger?” etc. Talvez fosse possível ir um pouco além, perguntando a ela: “Até quando verá as relações com pessoas do sexo oposto como perigosas?”. Também seria possível uma pergunta mais encorajadora: “Não te parece interessante que tenha sustentado a proximidade de um homem sem camisa e ainda tenha retido alguma liberdade para escolher o que aconteceria? Estas proposições todas vão além da simples interpretação descritiva do sonho. Isso se dá, pois a experiência vivida no mundo onírico é inserida no processo histórico de ampliação de liberdade para deixar serem os entes, que é o objetivo da terapia. É importante lembrar que, para Boss, a pergunta fundamental na terapia é “por que não?”, que visa desvelar, para superar, as restrições.

O quarto caminho proposto por Boss (1979) é de, após esclarecer os detalhes do sonho e compartilhar com o paciente sua compreensão, perguntar se identifica relações entre seus modos de ser no sonho e na vigília. Para o daseinsanalista, essa é a pergunta principal: “se, estando desperto e mais lúcido, não começa a perceber em si aspectos análogos aos que caracterizam o mundo exterior material de seus sonhos”¹⁶. Ele recomenda cuidado com esta intervenção, sobretudo quando se anunciam mundos catastróficos, prestes a explodirem ou se desfazerem, sugerindo que a existência do paciente está prestes a seguir o mesmo caminho já antevisto no sonho². Assim, seria possível perguntar a ela se percebe a si

2 Neste caso, cabe ao terapeuta zelar pela relação terapêutica, oferecendo suporte ao paciente,

mesma na vida desperta aprisionando-se cada vez mais, apesar de julgar-se fugindo, como faz no sonho. Ou se só se permite encontrar homens como perigosos, violentadores, motivando que os evite, como ocorre no sonho. Ou se sua visão não está limitada a percebê-los assim, de modo a estar precisando de óculos novos para enxergar os homens e os relacionamentos sob outros aspectos. Estará enxergando os homens somente de acordo com o que sua família lhe disse que eles são? Também seria possível perguntar se percebia que estava deixando os homens se aproximarem mais de si do que anteriormente.

O caminho que eu percorri na sessão foi este quarto, convidando uma relação entre o sonho e a vigília. Ressaltei o momento conclusivo do sonho: ou ela entregava a ele algo valioso e importante que ela estava guardando ou ele tomaria dela algo valioso e importante que ela estava guardando. Explicitava o terrível dilema que ela vivia: guardar-se, protegendo-se como que para sempre dos homens, ao preço de não se relacionar, não namorar, ou correr o risco de se envolver e se machucar. Aludia, sem o dizer, à entrega do dinheiro ou da virgindade guardada ao futuro marido, “homem certo”, “bom”. Em jogo, na sua existência, estava sua liberdade para descobrir seus modos próprios de relacionar-se com homens e ser mulher ou permanecer refém dos ditames impessoais que legam dois estereótipos antagônicos às mulheres. Nesse sentido, é importante frisar que o manejo clínico do sonho o insere no processo histórico da terapia e da existência da paciente.

Em resposta a essa intervenção, ela concordou que um dos seus maiores medos é o de perder a virgindade num estupro. Penso que ela tem razão nesse medo, pois nosso mundo estimula o poderio masculino e subjuga as mulheres a viverem amedrontadas, aguardando um homem “bom” e poderoso que as projete para o futuro (Griffin, 1975). Essa restrição na liberdade de ser e estar com os homens está posta em seu sonho e em sua vida desperta, cerceando suas possibilidades desejadas de relacionar-se amorosa e sexualmente com um homem. Em seguida, ela concluiu que tem querido sair para conhecer pessoas, mas tem medo de ir sozinha e sua

até que esteja capaz de colocar em questão seus modos atuais de existir (Boss, 1979). Não era o caso de Angélica.

irmã recusa os convites para acompanhá-la. Ou seja, apropriava-se de sua liberdade para ir ao encontro dos homens no mundo. Na terapia, ficava claro que transformava esse medo em precauções, como estar sempre acompanhada de sua irmã. Entretanto, ainda assim não haveria garantias de que consumaria uma relação amorosa nem que estaria a salvo do potencial violento dos homens. Guardar-se, entretanto, mantinha-a devendo a si mesma a realização de possibilidades. A saída de sua indecisão só poderia acontecer na direção de uma decisão de viver, ainda que perigosamente, no encontro com os outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora Medard Boss tenha publicado dois livros sobre sonhos e vários artigos, suas orientações quanto a como trabalhar os sonhos encontram-se dispersos nesse material. Ele preconiza que a análise dos sonhos deve ser fenomenológica, ou seja, atenta ao que se mostra e como o sonhador reage no sonho a isso. Defende, ainda, que o sentido do sonho seja encontrado nele mesmo, não nas associações feitas em vigília após o relato do sonho. Nesse posicionamento, Boss tinha em mente tanto o abandono dos fenômenos oníricos como meros resquícios do dia ou subprodutos do cérebro, quanto as análises freudiana e junguiana, que encontravam símbolos sexuais ou arquetípicos nos sonhos, o que, para ele, era forçá-los a encaixarem-se na teoria psicológica. Ainda assim, a análise fenomenológica não significa a mera descrição rasa do que aparece no sonho. Essa descrição corresponderia à própria vivência onírica, que fica restrita à aparição sensorial dos fenômenos. A existência desperta consegue desdobrar significados dos fenômenos, articulando-os com outros aspectos já experienciados, com significados culturais e com a história acontecencial da existência. Assim, ao relatar um sonho na terapia, os fenômenos oníricos devem ser considerados como entes que podem se aproximar da existência, clamando lugar na clareira de mundo, convocando a existência a, a partir de sua liberdade ontológica, corresponder ou recusar o chamado para essas possibilidades.

Cabe a cada daseinsanalista considerar o momento da terapia, a situação do paciente e da relação terapêutica para lançar mão de algum destes caminhos delineados por Medard Boss em sua obra.

REFERÊNCIAS

- Bergoffen, D. (2020). The eternal feminine. In: Weiss, G., Murphy, A. V., Salamon, G. *50 Concepts for a Critical Phenomenology*. Illinois: Northwestern University Press, p.121-126.
- Binswanger L. (2013). *Sonho e existência - Escritos sobre Fenomenologia e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Via Verita.
- Boss, M. (1957). *The analysis of dreams*. London: Rider.
- Boss, M. (1963). *Psychoanalysis & Daseinsanalysis*. (L. Lefebvre, trad.). new York / London: Basic Books.
- Boss, M. (1979). *Na Noite Passada Eu Sonhei...* São Paulo: Summus; 1979.
- Boss, M. (1985). Sonhar e psicoterapia. *Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse*, 6, p. 5-20. São Paulo: Associação Brasileira de Daseinsanalyse.
- Boss, M. (1994). *Existential Foundations of Medicine & Psychology*. New Jersey/London: James Aronson Inc.
- Campos, C. H., Machado, L. Z., Nunes, J. K., Silva, A. R. (2017). Cultura do estupro ou cultura antiestupro?. *Revista Direito GV*, 13(3), 981–1006. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201738>
- Craig E. (1993). Remembering Medard Boss. *The Humanistic Psychologist*, 21(3), p. 258-276. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080.08873267.1993.9976923>
- Conselho Nacional de Saúde – CNS (2016). *Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/revistas-cns/92-comissoes/conep/normativas-conep/644-instancia-chs-conep#:~:text=A%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNS%20n%C2%BA%20510%2F2016%20disp%C3%B5e%20normas%20aplic%C3%A1veis,maiores%20do%20que%20os%20existentes%20na%20vida%20cotidiana>. Acessado em 21 mai. 2024.

- Critelli, D. M. (1996). *Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: EDUC / Brasiliense.
- Dallazen, L., Giacobone, R. V., Macedo, M. M. K. & Kupermann, D. (2012). Sobre a ética em pesquisa na psicanálise. *Psico*, 43(1). Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11098>
- Dastur F, Cabestan P. (2015). *Daseinsanalyse: Fenomenologia e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Via Verita.
- Freud, S. (1905/2016). Análise fragmentária de uma histeria. (O Caso Dóra). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905)* (Obras Completas, v. 6). 11ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. Pp. 173-320.
- Griffin, S. (1975) Rape: The All-American Crime. In: Freeman, J. (Ed.). *Women: A Feminist Perspective*. California: Mayfield Publishing Company.
- Heidegger, M. (2012). *Ser e tempo*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Heidegger, M. & Boss, M. (2009). *Seminários De Zollikon. Protocolos. Diálogos. Cartas*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Holzhey-Kunz, A. (2018). Daseinsanálise: O olhar filosófico-existencial sobre o sofrimento psíquico e sua terapia. Rio de Janeiro: Via Verita.
- Milhorim, T. K., Casarini, K. A. & Comin, F. S. (2013). Os sonhos nas diferentes abordagens psicológicas: apontamentos para a prática psicoterápica. *Revista da SPAGESP*, 14(1), p. 79-95. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702013000100009&lng=pt&tlng=pt
- Santos, G.A. O. (2008). Realizando o imaginário: da concepção sartreana sobre os sonhos à uma clínica existencial do sonhar. *Psicologia em Revista*, 14(1), p. 235-250. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682008000100013&lng=pt&tlng=pt

- Santos, Í. P. (2004). Fenomenologia do onírico: A gestalt-terapia e a daseinsanálise. *Psicologia: ciência e profissão*, 24(1), p. 36-43. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100005>.
- Sousa, R. F. (2017). Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 9–29. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>
- Spiegelberg H. (1972). *Phenomenology in psychology and psychiatry: a historical introduction*. Illinois: Northwestern University Press.
- Stajner-Popovic T. (2001). ‘Disguise or consent: Problems and recommendations concerning the publication and presentation of clinical material’ by Glen O. Gabbard and the editorial by David Tuckett. *The International Journal of Psychoanalysis*, 82(2), 415-424. DOI: <https://doi.org/10.1516/JX3R-Y29Y-7CKV-JQ6N>

Recebido em 16/01/2023

Aceito em 15/12/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Comportamentos autolesivos em adolescentes e apego parental: uma revisão de escopo

Self-harm behaviors in adolescents and parental attachment: A scope review

Autolesión en adolescentes y apego parental: una revisión del alcance

*Lucas Miranda Parente de Araújo*¹

*Isabela Pizzarro Rebessi*²

*Carmem Beatriz Neufeld*³

Resumo

O objetivo desta revisão de escopo foi investigar as relações entre comportamentos autolesivos na adolescência e o apego entre pais e filhos. Para isso, foram incluídos artigos relacionados com o tema em inglês, português e espanhol publicados em qualquer período, com amostras entre 10 e 19 anos. Foram excluídos estudos em que a autolesão estava relacionada com transtornos de neurodesenvolvimento; não puderam ser recuperados; eram estudos de caso, revisão de literatura ou artigos teóricos. As buscas foram feitas em seis bancos de dados (Embase, Lilacs, PubMed, PsycNET, SciELO, Web of Science) e resultaram na seleção de 13 artigos. Para extrair e analisar os resultados, foi elaborado e preenchido um instrumento de coleta de dados com informações gerais sobre a publicação dos artigos, objetivos, metodologias, amostras, resultados, conclusões e um checklist para avaliar a qualidade e vieses das evidências. Os dados foram categorizados, discutidos e uma matriz de síntese foi elaborada.

1 Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9504-621X>. E-mail: lucasm.p.araujo@gmail.com

2 Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5921-8536>. E-mail: isabela.rebessi@alumni.usp.br

3 Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1097-2973>. E-mail: cbneufeld@usp.br

Esta revisão identificou consistentes relações diretas ou mediadas entre o comportamento autolesivo na adolescência e o apego parental, ainda que os caminhos estatísticos desta relação e as influências relacionadas ao gênero não estejam claros.

Palavras-chave: Adolescente; Autolesão; Comportamento Autodestrutivo; Apego; Relação Parental.

Abstract

The objective of this scope review was to investigate the relationships between self-harm behaviors in adolescence and attachment between parents and children. For this, articles related to the theme in english, portuguese and spanish; published in any period, with samples between 10 and 19 years old were included. Studies that associated self-harm with neurodevelopmental disorders; were case studies, literature reviews, theoretical articles or couldn't be retrieved were excluded. Searches were conducted in six databases (Embase, Lilacs, PubMed, PsycNET, SciELO, Web of Science) and resulted in the selection of 13 articles. To extract and analyze the results, a data collection instrument was prepared and filled with general information about the publication of the articles, objectives, methodologies, samples, results, conclusions and a checklist to assess the quality and biases of the evidence. Data were categorized, discussed and a synthesis matrix was created. This review consistently identified direct or mediated relationships between self-harm behavior in adolescence and parental attachment, although the statistical pathways of this relationship and gender-related influences are unclear.

Keywords: Adolescent; Self-Harm; Self-Injurious Behavior; Attachment; Parenting.

Resumen

El objetivo de esta revisión de alcance fue investigar las relaciones entre las conductas autolesivas en la adolescencia y el apego entre padres e hijos. Para ello, se incluyeron artículos relacionados con el tema en inglés, portugués y español publicados en cualquier período, con muestras entre 10 y 19 años. Se excluyeron los estudios en los que las autolesiones estaban relacionadas con trastornos del neurodesarrollo; no pudieron ser recuperados; eran estudios de casos, revisión de literatura o artículos teóricos. Las búsquedas se realizaron en seis bases de datos (Embase, Lilacs, PubMed, PsycNET, SciELO, Web of Science) y dieron como resultado la selección de 13 artículos. Para extraer y analizar los resultados se elaboró y completó un instrumento de recolección de datos con información general sobre la publicación de los artículos, objetivos, metodologías, muestras, resultados, conclusiones y una lista de cotejo para evaluar la calidad y sesgos de la evidencia. Los datos fueron categorizados, discutidos y se creó una matriz de síntesis. Esta revisión identificó consistentemente

relaciones directas o mediadas entre las conductas autolesivas en la adolescencia y el apego de los padres, aunque las vías estadísticas de esta relación y las influencias relacionadas con el género no están claras.

Palabras clave: Adolescente; Autolesión; Conducta Autodestructiva; Apego; Parentalidad.

A Organização Mundial da Saúde define adolescência como um período entre 10 e 19 anos de idade (World Health Organization [WHO], 2023), pois considera a idade como a forma mais apropriada para avaliar e comparar mudanças biológicas em relação às mudanças sociais, as quais são mais influenciadas por fatores do ambiente sócio-cultural (WHO, 2020). Apesar de haver variação internacional, a prevalência média de comportamentos autolesivos entre adolescentes é de 16% (Farkas et al., 2024). Esses comportamentos, com ou sem intenção suicida, caracterizam um problema de saúde pública com diversas consequências individuais e sociais (Fliege et al., 2009; Guerreiro & Sampaio, 2013; Knipe et al., 2022), sendo o suicídio a terceira maior causa de morte entre pessoas de 15 a 29 anos no mundo em 2021 (WHO, 2025). A idade média de início dos comportamentos autolesivos é de aproximadamente 13 anos (Gillies et al., 2018), com uma prevalência entre adolescentes significativamente maior em relação aos adultos (Lim et al., 2019).

Um estudo com adolescentes entre 12 e 15 anos indicou aumento de comportamentos autolesivos após a puberdade (Patton et al., 2007), o que posteriormente foi corroborado pelo estudo de Roberts et al. (2020), que encontrou correlação entre início precoce da puberdade e uma maior frequência de autolesões. Essa associação pode ser atribuída à relação entre esse fenômeno biológico e fatores de risco associados, como sintomas depressivos, atividade sexual e uso de substâncias (Patton et al., 2007). Evidências adicionais apontam que meninas apresentam maior frequência de fatores de risco (Reis et al., 2020) e de comportamentos autolesivos em comparação com meninos (Farkas et al., 2024), o que também ocorre com adolescentes da comunidade LGBTQ+ em comparação com adolescentes heteronormativos (Williams et al., 2021).

Não há consenso na literatura em relação à nomenclatura de comportamentos de autolesão, de modo que diferentes termos são usados para referir-se ao mesmo fenômeno (Farkas et al., 2024; Fliege et al., 2009; Gratz, 2003; Guerreiro & Sampaio, 2013). Apesar da dificuldade em distinguir comportamentos autolesivos e tentativas de suicídio, por frequentemente apresentarem semelhanças e intenções ambíguas, faz-se importante definir estes termos quando possível (Gratz, 2003). A relevância dessa distinção é apoiada por estudos posteriores à revisão de Gratz (2003), que identificaram variações nos resultados conforme a definição adotada (Farkas et al., 2024).

A literatura científica sobre comportamentos autolesivos indica que eles frequentemente desempenham a função regulação emocional e evitação experiencial (Brereton & McGlinchey, 2020; Gratz, 2003), como tensão, ansiedade ou autocensura. Frequentemente são relatadas sensações imediatas de alívio durante o processo, de forma que o comportamento pode inclusive estar associado a um senso de urgência ou fissura parecida com adição (APA, 2014). Contudo, é provável que muitos indivíduos não tenham plena consciência da função deste comportamento ou das emoções que os antecedem (Gratz, 2003). A autolesão não suicida inicia-se frequentemente no início da adolescência e pode repetir-se por muitos anos (APA, 2014; Gillies et al., 2018; Lim et al., 2019). Sabe-se que diversos problemas enfrentados na adolescência, incluindo comportamentos autolesivos, apresentam relações significativas com o contexto familiar (Cook et al., 2023).

O ambiente familiar constitui um preditor significativo da adaptação social e do desenvolvimento de adolescentes (Kurock et al., 2022, Wong et al., 2021). Diversos estudos evidenciaram que a relação entre pais ou cuidadores primários está correlacionada com o desenvolvimento de comportamentos autolesivos (Balan et al., 2017; Dorol & Mishara, 2021; Liu et al., 2020; Madjar et al., 2018; O'Connor et al., 2009; Santens et al., 2018). A revisão sistemática de Fong et al. (2022) corrobora com esses resultados e encontrou correlações entre práticas parentais e comportamento autolesivo em estudos com amostras entre 10 e 25 anos. Todavia, este estudo excluiu artigos que investigaram o apego parental e buscaram apenas por artigos publicados em inglês.

O apego pode ser definido como um mecanismo social biologicamente programado de autopreservação, sua formação é resultado de complexas interações de capacidades cognitivas e emocionais da criança com fatores ambientais relacionados às respostas dos cuidadores. Um apego seguro é formado quando o cuidador responde de maneira consistente aos estados emocionais da criança e promove uma base segura para exploração do ambiente, enquanto a ausência ou inconsistência de respostas está relacionada com formas desorientadas de apego (Bowlby, 1969). A partir dos cuidados que recebeu, a criança desenvolve um modelo interno de funcionamento que é posteriormente generalizado e influencia suas expectativas e interpretações sobre si, sobre os outros e sobre o mundo, o que impacta em seu desenvolvimento e personalidade (Dalbem & Dell’Aglia, 2005).

A revisão de literatura de Woo et al. (2020) investigou a relação entre apego e comportamento autolesivo, mas não fez distinção entre crianças e adolescentes na apresentação e análise de seus resultados, de modo que não foram encontradas revisões sobre o assunto que focaram na adolescência especificamente. Novamente foram incluídos apenas estudos publicados em inglês (Woo et al., 2020).

Dado o estado da arte apresentado sobre a relação entre apego parental e comportamento autolesivo, a hipótese desta revisão é de que a qualidade do apego parental está associada com uma maior ou menor probabilidade do desenvolvimento da autolesão na adolescência. Esta revisão justifica-se pela necessidade de investigar os impactos do apego especificamente quanto à adolescência, dado que essa fase do desenvolvimento pode desempenhar papel central na compreensão dos fatores etiológicos da ANS. Adicionalmente, nota-se a necessidade de que sejam realizadas revisões sistematizadas em que sejam incluídos estudos não só em inglês.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar possíveis relações entre comportamentos autolesivos na adolescência e o apego entre pais e filhos. Os objetivos específicos foram (1) possibilitar a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados apresentados por estudos anteriores; (2) analisar criticamente os resultados apontados pela literatura; (3) sintetizar as evidências científicas disponíveis sobre o tema pesquisado, bem como

(4) identificar as metodologias utilizadas e os tipos de evidências disponíveis; (5) apresentar indicações para pesquisas e intervenções futuras e (6) lacunas de conhecimento.

MÉTODO

Dados os objetivos de caráter exploratório e descritivo desta pesquisa, foi realizada uma revisão de escopo, a qual é uma abordagem metodológica sistematizada que permite a síntese do conhecimento científico sobre o tema estudado, a partir da inclusão de estudos experimentais e não-experimentais, bem como de pesquisas teóricas e empíricas (Peters et al., 2020).

Inicialmente, foi construída uma pergunta de pesquisa a partir da estratégia SPIDER, acrônimo para *Sample* (amostra), *Phenomenon of Interest* (fenômeno de interesse), *Desing*, *Evaluation* (avaliação) e *Research type* (tipo de pesquisa). Esta ferramenta é equivalente à estratégia PICO, mas utilizada para perguntas de pesquisa qualitativas (Cooke et al., 2012). A definição desses cinco elementos foi realizada (Tabela 1) para delimitar e possibilitar uma rápida recuperação das melhores evidências científicas disponíveis tanto em estudos quantitativos, quanto qualitativos ou mistos, bem como definir os critérios de inclusão e exclusão desta revisão.

Tabela 1. Resultado da estratégia SPIDER

Acrônimo	Definição	Descrição
S	Amostra	Adolescentes entre 10 e 19 anos; com contato com pelo menos um dos pais ou um cuidador principal; sem transtornos do neurodesenvolvimento relacionados com a emissão de comportamentos autolesivos.
PI	Fenômeno de interesse	Relações entre comportamento autolesivo emitido pelos adolescentes e o apego parental.
D	Desing	Qualquer tipo de delineamento de pesquisa, com exceção de estudos de caso e revisões de literatura.
E	Avaliação	Comportamento autolesivo; manutenção ou interrupção de comportamentos autolesivos, bem como suas características (tais como: maior frequência, tipo de comportamento autolesivo, etc.); qualidade do apego parental e seus tipos.
R	Tipo de Pesquisa	Estudos quantitativos, qualitativos ou mistos.

A partir da estratégia supracitada, foi definida a pergunta de pesquisa: “Qual a relação de comportamentos autolesivos na adolescência e o apego desenvolvido entre pais e filhos?”. Foram incluídos artigos que responderam a essa questão; publicados em qualquer ano em inglês, português ou espanhol. Outro critério de seleção foi a presença de uma amostra de adolescentes entre 10 e 19 anos que tinham contato com pelo menos um dos pais ou cuidador principal. Foram excluídos estudos em que o comportamento autolesivo estava relacionado com transtornos de neurodesenvolvimento dos adolescentes; que não puderam ser recuperados; ou que consistiam em estudos de caso, revisões de literatura ou artigos teóricos.

Para a seleção dos descritores utilizados na estratégia de busca, foi utilizado o vocabulário estruturado e multilíngue de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e palavras-chave encontradas em revisões de literatura já publicadas sobre comportamento autolesivo. Esta etapa resultou na seleção das seguintes palavras-chave: (“Comportamento Autodestrutivo” OR “autolesão” OR “Self-Injurious Behavior” OR “self-injur*” OR “Self-harm” OR “Conducta Autodestructiva”) AND (“Vínculo” OR “Apego” OR “práticas educativas” OR “poder familiar” OR “parenting” OR “parenting style” OR “responsabilidad parental” OR “Attachment” OR “Bond”) AND (“Adolescente” OR “Adolescent”). Esta *string* foi utilizada em pesquisas nos campos de busca de títulos e resumos dos seguintes bancos de dados: Embase, Lilacs, PubMed, PsycNET, SciELO, Web of Science, dada sua reconhecida importância científica e abrangência de literatura nacional e internacional. Todas as buscas foram realizadas a partir da conexão ao Virtual Private Network da Universidade de São Paulo, por permitir maior acessibilidade aos textos buscados. Esta pesquisa foi realizada nos bancos de dados em agosto de 2022.

Inicialmente, foi realizada uma pré-seleção dos artigos a partir da leitura do título e resumo de todos os estudos recuperados com a estratégia previamente descrita. Os artigos que cumpriram os critérios da revisão foram selecionados para a próxima fase da revisão, na qual foram lidos integralmente por dois pesquisadores. A partir dessa leitura, os autores selecionaram de forma independente os artigos para composição desta

revisão, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão apresentados. Em seguida, foi discutida a inclusão ou exclusão dos artigos em que inicialmente não houve concordância com uma terceira pesquisadora.

Os artigos selecionados nesta última etapa foram criticamente avaliados e seus conteúdos foram sistematizados. Para garantir a extração e organização de todos os dados relevantes para este estudo, de modo que pudessem ser checados de forma eficiente, foi elaborado um instrumento de coleta de dados composto por itens relativos a: informações sobre a publicação dos artigos, objetivos, metodologias, amostras, resultados, conclusões e um checklist para avaliação a qualidade e vieses das evidências. Este instrumento foi preenchido para cada um dos artigos selecionados e posteriormente fundamentou a produção de uma matriz de síntese dos resultados (Tabela 2), a fim de apresentar informações relevantes da pesquisa de forma explícita.

Na última etapa da pesquisa, os conteúdos dos estudos selecionados foram analisados a partir de categorias de análise: (1) correlações diretas e (2) correlações mediadas; (3) diferenças entre as relações do apego de pais e de mães com o comportamento autolesivos dos adolescentes; (4) a possível influência do apego parental em meninos e meninas de maneiras distintas; (5) características metodológicas dos estudos (língua, definição de comportamento autolesivo, amostra, método). Os resultados destas categorias foram apresentados e discutidos.

Por se tratar de uma revisão de literatura, não houve necessidade de submeter esta pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

Foram recuperadas 993 publicações nos bancos de dados utilizados, após a exclusão de trabalhos duplicados e aplicação de filtros automáticos (de língua e campo de pesquisa), foram selecionados 238 artigos para a leitura de seus títulos e resumos. Destas publicações, foram eleitas 26 para leitura integral, das quais 13 foram excluídas, o que resultou em uma inclusão de 13 artigos para a composição da revisão. Essas informações estão apresentadas, a partir do método PRISMA (Page et al., 2021), na Figura 1.

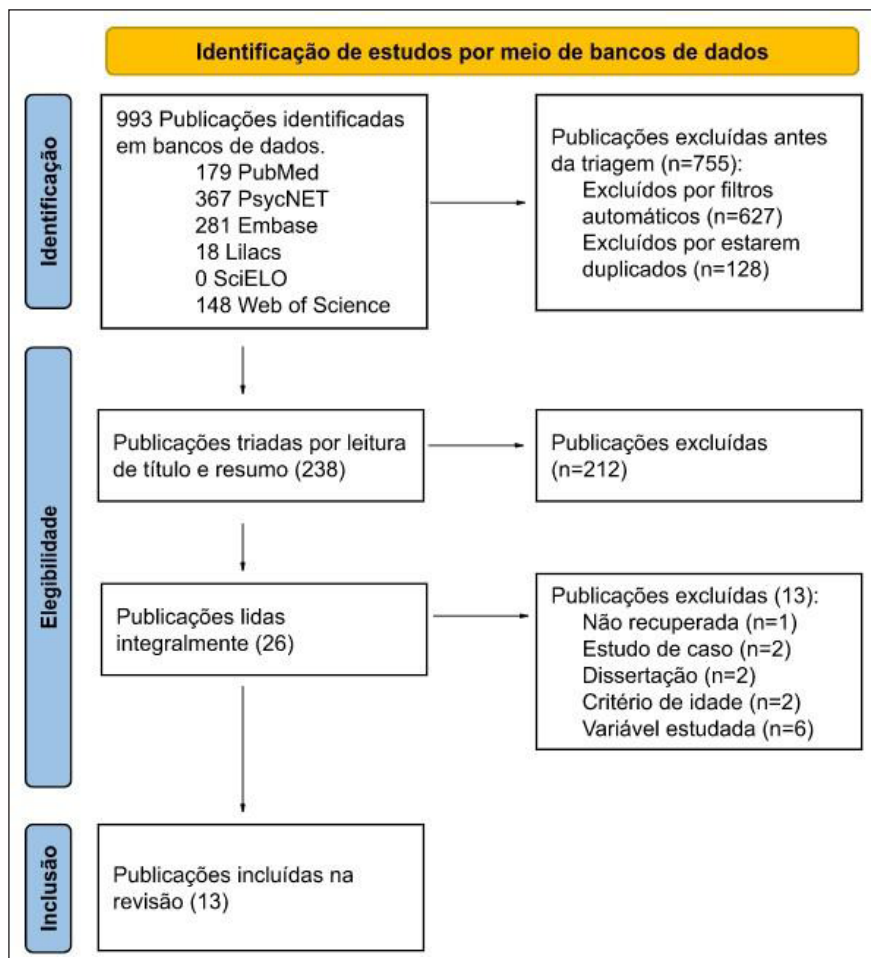


Figura 1. Fluxograma PRISMA do processo de triagem dos artigos.

Embora tenham sido empregadas palavras-chave em inglês, português e espanhol, foram selecionados apenas artigos publicados em inglês e nenhum foi realizado em contexto latino-americano.

Todos os artigos encontraram alguma correlação entre o apego parental e o comportamento autolesivo. Doze estudos encontraram correlações diretas (Cerutti et al., 2018; Glazebrook, Townsend, & Sayal, 2015; Martin & Waite, 1994; Jiang et al., 2017; Lee, 2016; Santangelo et al. 2016; Tao et al., 2020; Tatnell et al., 2013; Tatnell et al., 2016; Victor et al., 2019; Wang et al., 2019; Wichstrøm, 2009), sendo que apenas uma pesquisa fez

esta investigação e não encontrou correlação (Cassels et al., 2019). Cinco pesquisas apresentaram correlações mediadas: problemas comportamentais, mas não problemas emocionais, mediou a relação longitudinal entre apego ansioso e evitativo com a autolesão (Cassels et al., 2019); dificuldade em descrever e identificar sentimentos mediou a relação entre qualidade do apego e comportamentos autolesivos (Cerutti et al., 2018); autocompaixão mediou a relação entre a dimensão de proximidade do apego parental e autolesões (Jiang et al., 2017); emoções negativas mediaram separadamente e também em série com o estilo de enfrentamento emocional a relação entre apego e o comportamento autolesivo (Tao et al. 2020); autoestima, autoeficácia e reavaliação cognitiva mediaram parcialmente a relação entre apego inseguro e a ocorrência de comportamentos autolesivos (Tatnell et al., 2013).

Em relação à definição do comportamento autolesivo adotado pelos estudos, apenas dois estudos pesquisaram esse comportamento sem fazer distinção quanto à presença ou ausência de intencionalidade suicida (Glazebrook et al., 2015; Martin & Waite, 1994). Entre os estudos selecionados, seis artigos utilizaram procedimentos transversais, enquanto sete foram estudos longitudinais e nenhum produziu estudos experimentais (Tabela 2). Além disso, apenas dois estudos utilizaram metodologias alternativas a questionários de autorrelato para a coleta de dados das variáveis relativas a esta revisão, foram eles Victor et al. (2019) e Glazebrook et al. (2015), os quais realizaram entrevistas para avaliar comportamento autolesivo e apego, respectivamente.

Tabela 2. Caracterização dos estudos selecionados

Referência	Característica da amostra	N	Idade	Gênero (%)	Método
Cassels et al. (2019).	Não-probabilística.	559	13-14	58.9 feminino; 41.1 masculino.	Longitudinal (1 ano).
Cerutti et al. (2018).	Não-probabilística; recrutados em duas escolas italianas.	709	10-15	49.6 feminino; 50.4 masculino.	Transversal.
Glazebrook et al. (2015)	Não-probabilística. Composta por adolescentes encaminhados a serviços de saúde mental.	49	13-17	94 feminino; 6 masculino.	Longitudinal (6 meses).
Jiang et al. (2017)	Não-probabilística, selecionada em uma escola chinesa.	558	11-16	40.1 feminino; 59.9 masculino.	Transversal.
Lee (2016)	Não-probabilística, selecionada em escola de ensino fundamental	784	13-15	48.8 feminino; 51.2 masculino.	Transversal.
Martin & Waite (1994).	Probabilística, composta por estudantes de escolas públicas australianas.	681	14-18	43.9 feminino; 56.1 masculino.	Transversal.
Santangelo et al. (2016).	Não-probabilística. Recrutados em ambulatório especializado em comportamento de. Grupo controle convidado por anúncios.	46	13-18	Apenas feminino.	Longitudinal (9 dias).
Tao et al. (2020).	Probabilística, proveniente de escolas chinesas.	662	13-18	53.3 feminino; 46.7 masculino.	Transversal.
Tatnell et al. (2016).	Probabilística, recrutados em escolas australianas.	1424	12-15	68 feminino; 32 masculino.	Longitudinal (2 anos).
Tatnell et al. (2013).	Não-probabilística, recrutada em escolas austríacas.	1973	12-18	72 feminino; 28 masculino.	Longitudinal (1 ano).
Victor et al. (2019).	Probabilística estratificada, extraída de estudo anterior.	2117	13-17	Apenas masculino.	Longitudinal (1 ano).
Wang et al. (2019).	Não-probabilística, proveniente de escolas rurais chinesas incluindo adolescentes deixados por mais que emigraram.	1110	14.36 (+/-1.81) ^a	49.9 feminino; 50.1 masculino.	Transversal.
Wichstrøm (2009).	Probabilística e representativa de estudantes de Ensino Médio da Noruega.	2923	14-19	56 feminino; 44 masculino.	Longitudinal (5 anos).

^a O estudo de Wang et al. (2019) não apresentou as idades mínimas e máximas de sua amostra, de modo que foi apresentada na tabela a idade média e o desvio padrão entre parênteses.

A medida de avaliação de apego usada mais vezes, em cinco estudos (Cerutti et al., 2018; Jiang et al., 2017; Tao et al., 2020; Victor et al., 2019; Wang et al., 2019), foi o instrumento original ou versões revisadas do Inventory of Parent and Peer Attachment (Armsden & Greenberg, 1987). O segundo instrumento mais frequente, aplicado em três estudos (Lee, 2016; Martin & Waite, 1994; Wichstrøm, 2009), foi o Parental Bonding Instrument (Parker et al., 1979). O Self-Harm Behaviour Questionnaire (Gutierrez et al., 2001) foi aplicado em dois estudos (Tatnell et al., 2016; Tatnell et al., 2013). Uma pesquisa (Santangelo et al., 2016) utilizou o Multidimensional Mood Questionnaire (Wilhelm & Schoebi 2007) para a produção de diários eletrônicos nos contextos cotidianos dos participantes. O questionário Experiences in Close Relationships – Revised Child (Brenning et al., 2011) foi utilizado apenas por Cassels et al. (2019), bem como a entrevista semi-estruturada The Child Attachment Interview (Target et al., 2003), que foi aplicada no estudo de Glazebrook et al. (2015).

Três estudos avaliaram apenas o apego materno (Cassels et al., 2019; Glazebrook et al., 2015; Santangelo et al. 2016), enquanto os outros avaliaram de ambos os cuidadores ou um escolhido pelos próprios adolescentes.

Em relação às amostras, cinco foram compostas por amostras probabilísticas, enquanto oito fizeram uma seleção não-probabilística. Entre os estudos, dois eram de amostras exclusivamente femininas e onze eram compostos por amostras mistas. Todavia, entre os estudos de amostras mistas, três tiveram amostras femininas hiper representadas (94%, 72% e 68%; ver Tabela 2).

Notou-se que nenhum dos estudos selecionados investigou a percepção dos pais ou realizou observações de interações durante a coleta de dados, de modo que investigaram exclusivamente a percepção dos adolescentes. Seis estudos avaliaram se o apego paterno e materno apresentavam correlações diferentes em relação ao comportamento autolesivo. Entre eles, apenas o de Lee (2016) não encontrou diferenças significativas. Na pesquisa de Jiang et al. (2017), apenas a dimensão de proximidade do apego paterno apresentou uma correlação direta com o comportamento autolesivo, enquanto a autocompaixão mediou a relação de ambos os pais.

Tao et al. (2020) encontraram que o estilo de enfrentamento emocional dos adolescentes mediou apenas a relação entre apego pai-filho, enquanto as outras relações mediadas encontradas foram as mesmas para apego pai-filho e mãe-filho. Também foram observados diferentes efeitos do apego mãe-filho em relação à autolesão de acordo com diferentes padrões de migração dos pais (Wang et al., 2019).

Entre os artigos selecionados, apenas o estudo de Martin e Waite (1994) investigou se o apego parental impacta meninos e meninas de formas diferentes. Seus resultados indicaram diferenças em relação às dimensões de apego mais significativas quando a amostra foi dividida entre meninos e meninas: entre os meninos, a proteção paterna foi a variável mais significativa e o cuidado paterno foi a segunda; entre as meninas a primeira foi o cuidado materno, enquanto o cuidado paterno foi a segunda variável mais significativa. Além disso, não foi encontrada correlação entre a dimensão de proteção paterna e o comportamento autolesivo em meninas, mas sim em meninos (Martin & Waite, 1994).

DISCUSSÃO

O objetivo desta revisão de escopo foi investigar possíveis relações entre comportamentos autolesivos na adolescência e o apego entre pais e filhos. Para isso, foi elaborada uma estratégia de busca sistematizada que resultou na inclusão de treze artigos, com metodologias e objetivos diversos. Estes resultados foram consistentes em apresentar relações diretas entre as variáveis (Cerutti et al., 2018; Glazebrook et al., 2015; Martin & Waite, 1994; Jiang et al., 2017; Lee, 2016; Santangelo et al. 2016; Tao et al. 2020; Tatnell et al., 2013; Tatnell et al., 2016; Victor et al. 2019; Wang et al., 2019; Wichstrøm, 2009), com exceção de um estudo (Cassels et al., 2019). Faz-se necessário considerar que o estudo de Cassels et al. (2019) avaliou a ocorrência de comportamentos autolesivos por meio de uma única pergunta direta. Ademais, sua amostra incluiu apenas 23 de adolescentes que se autolesionavam na primeira coleta e 26 na segunda, o que limita a generalização resultados encontrados. Não obstante, as relações encontradas

estão de acordo com a revisão de Woo et al. (2020), realizada com amostras compostas por crianças e adolescentes, na qual foram encontradas evidências de que o apego está relacionado com autolesão não suicida.

Os resultados também indicaram que a relação entre apego parental e comportamentos autolesivos foi mediada por outras variáveis. Foram eles: problemas comportamentais, mas não problemas emocionais (Cassels et al., 2019); dificuldade em descrever e identificar sentimentos (Cerutti et al., 2018); autocompaixão (Jiang et al., 2017); emoções negativas mediaram separadamente e também em série com o estilo de enfrentamento emocional a relação de apego de ambos os pais com a autolesão, enquanto enfrentamento emocional mediou apenas a relação do apego paterno (Tao et al. 2020); autoestima, autoeficácia e reavaliação cognitiva (Tatnell et al., 2013). Ainda que o estudo de Cassels et al. (2019) não tenha encontrado correlação mediada por problemas emocionais — caracterizados por sintomas de diagnósticos depressivos, fóbicos e ansiosos, de acordo com o instrumento utilizado na pesquisa (Goodman, 2001) — os resultados encontrados nesta revisão indicam relações mediadas por fatores comportamentais, emocionais, de autopercepção e cognitivos.

Estes achados estão de acordo com a literatura sobre a multifatorialidade do comportamento autolesivo, o qual está relacionado com complexas interações genéticas, biológicas, psicológicas, psiquiátricas, sociais e culturais (Hawton et al., 2012; Reis et al., 2020). Pesquisas futuras devem continuar explorando correlações mediadas entre apego e o comportamento autolesivo para uma melhor compreensão e intervenção sobre essas relações.

Outra categoria de análise desta revisão foram as diferenças entre as relações do apego de pais e de mães com o comportamento autolesivo dos adolescentes. Como apresentado, quatro dos cinco estudos que realizaram esta análise encontraram diferenças entre os caminhos estatísticos pelos quais as relações do apego paterno e materno influenciam o comportamento autolesivo de adolescentes (Jiang et al., 2017; Tao et al., 2020; Wang et al., 2019; Martin & Waite, 1994), de modo que essas evidências podem

fundamentar a hipótese de que o apego paterno e o materno desempenham diferentes funções em relação ao comportamento autolesivo (Jiang et al., 2017; Tao et al., 2020)

Entretanto, diferenças de gênero no desenvolvimento do apego foram pouco exploradas em pesquisas anteriores, possivelmente porque inicialmente Bowlby apresentou o apego como um sistema inato de sobrevivência da espécie, de modo que seria esperado que se desenvolvesse de forma semelhante independentemente do sexo (Scheidt & Waller, 2007, como citado em Gomes, 2011, p. 84). A extensa revisão conduzida por Gomes (2011), por exemplo, identificou apenas um estudo que investigou diferenças de gênero no desenvolvimento das relações de apego. Diante desses poucos dados, é importante que a hipótese de que o apego paterno e o materno tenham diferentes funções seja interpretada com cautela e hipóteses alternativas sejam investigadas. Uma explicação alternativa a ser estudada seria a de que adolescentes desenvolvem, de acordo com o contexto cultural em que estão inseridos, expectativas diversas sobre a relação com pais e mães (Dattilio, 2011), o que poderia impactar tanto a vivência subjetiva das relações de apego quanto a própria relação entre apego e a autolesão. Além disso, papéis de gênero podem influenciar as formas pelas quais pais e mães se relacionam com seus filhos (Sampaio & Vieira, 2010). Assim, os resultados observados não necessariamente indicam funções diferentes do apego paterno e materno, mas refletem dinâmicas complexas entre a relação parental e o comportamento autolesivo.

Apenas um artigo dividiu a amostra de adolescentes por gênero, seus resultados apresentaram diferenças entre as relações de apego mais significativas para meninos e meninas em relação ao comportamento autolesivo, bem como diferentes correlações diretas (Martin & Waite, 1994). Isto evidencia novamente a escassez de evidências científicas que permitem a compreensão das diferenças de gênero e apego em relação ao comportamento autolesivo. Pesquisas futuras devem investigar como expectativas culturais, papéis de gênero e relações de apego interagem com o comportamento autolesivo.

Outro ponto a ser considerado é a circularidade e reciprocidade dos relacionamentos familiares, dado que as interações entre seus componentes

compõe uma estrutura inter-relacionada de expectativas, crenças e atribuições, na qual o comportamento de um componente, impacta todo o sistema (Friedberg, 2006; Dattilio, 2011). Entretanto, nenhum estudo incluído nesta revisão avaliou a perspectiva dos pais. Mostra-se imprescindível que também ocorram investigações neste sentido, dado que não é razoável pressupor um sentido único do apego parental sobre o comportamento autolesivo na adolescência, mas sim um complexo sistema de inter-relações entre seus componentes, no qual o comportamento dos adolescentes também impacta as práticas parentais.

Os resultados encontrados e sistematizados nesta revisão devem ser avaliados considerando os métodos utilizados nas pesquisas. A coleta de dados dos estudos selecionados foi preponderantemente realizada pela aplicação de questionários de autorrelato e investigou apenas a percepção dos adolescentes sobre as variáveis. Esses estudos baseiam suas conclusões inteiramente nos relatos verbais dos participantes, o que indica que devem ser compreendidos criticamente, dado que o comportamento dos sujeitos nem sempre é coerente com suas respostas, o que ocorre por diversos fatores, como desejabilidade social. Diante disso, uma abordagem multimétodos seria importante para minimizar possíveis problemas na compreensão dos comportamentos e processos mentais avaliados (Shaughnessy et al., 2015), dado que a compreensão de um fenômeno só pode ser alcançada a partir da aplicação de múltiplos métodos de estudo, experimentais e não experimentais (Cozby, 2003). A observação direta seria um exemplo de metodologia adicional para produzir evidências convergentes ou não com os resultados encontrados nos questionários (Shaughnessy et al., 2015).

Vale ressaltar ainda que dois dos estudos selecionados não diferenciaram o comportamento autolesivo com e sem intenção suicida (Glazebrook et al., 2015; Martin & Waite, 1994). Diante das importantes diferenças entre comportamentos autolesivos e comportamentos suicidas (Adrian et al., 2018), faz-se necessário que seus resultados sejam considerados com diligência.

Ademais, percebe-se uma significativa lacuna de conhecimentos sobre a relação entre apego parental e comportamentos autolesivos na adolescência publicados em português ou espanhol, bem como a ausência

desses estudos em contexto latino-americano. Este resultado é especialmente importante pelas evidências de que existem diferenças culturais que impactam a relação pais-filhos em relação ao comportamento autolesivo (Lansford, 2022).

Dada a ausência de estudos experimentais identificados, pesquisas futuras devem buscar preencher essa lacuna. Estas intervenções podem se basear nos achados desta revisão, mais especificamente nas variáveis mediadoras da relação entre apego parental e o comportamento autolesivo. Isto é reforçado pela importância da elaboração de intervenções que envolvam os pais a fim de manejar a ocorrência de comportamentos autolesivos (Cassels et al., 2019; Jiang et al., 2017; Tatnell et al., 2013). Hipotetiza-se que estas intervenções poderiam atingir este objetivo por meio da construção de modelos de trabalho seguros e positivos de auto-estima (Tatnell et al., 2013); do aumento do nível de autocompaixão dos adolescentes (Jiang et al., 2017); da redução de problemas comportamentais (Cassels et al., 2019); do desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas (Glazebrook et al., 2015) e do aumento da capacidade dos adolescentes entenderem e reconhecerem seus próprios sentimentos (Cerutti et al., 2018), entre outros fatores possivelmente ainda não estudados.

REFERÊNCIAS

- Adrian, M., Berk, M. S., Korslund, K., Whitlock, K., McCauley, E., & Linehan, M. (2018). Parental validation and invalidation predict adolescent self-harm. *Professional psychology: research and practice*, 49(4), 274. <https://doi.org/10.1037/pro0000200>
- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora.
- Armsden, G. C., & Greenberg, M. T. (1987). The inventory of parent and peer attachment: Individual differences and their relationship to psychological well-being in adolescence. *Journal of youth and adolescence*, 16(5), 427–454. <https://doi.org/10.1007/BF02202939>

- Balan, R., Dobrean, A., Roman, G. D., & Balazsi, R. (2017). Indirect effects of parenting practices on internalizing problems among adolescents: The role of expressive suppression. *Journal of Child and Family studies*, 26, 40–47. <https://doi.org/10.1007/s10826-016-0532-4>
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss, Vol. 1: Attachment*. New York: Basic Books.
- Brenning, K., Soenens, B., Braet, C., & Bosmans, G. (2011). An adaptation of the Experiences in Close Relationships Scale-Revised for use with children and adolescents. *Journal of Social and Personal Relationships*, 28(8), 1048–1072. <https://doi.org/10.1177/0265407511402418>
- Brereton, A., & McGlinchey, E. (2020). Self-harm, emotion regulation, and experiential avoidance: A systematic review. *Archives of suicide research*, 24(sup1), 1-24. <https://doi.org/10.1080/13811118.2018.1563575>
- Cassels, M., Baetens, I., Wilkinson, P., Hoppenbrouwers, K., Wiersema, J. R., Van Leeuwen, K., & Kiekens, G. (2019). Attachment and non-suicidal self-injury among young adolescents: The indirect role of behavioral problems. *Archives of suicide research*, 23(4), 688-696. <https://doi.org/10.1080/13811118.2018.1494651>
- Cerutti, R., Zuffianò, A., & Spensieri, V. (2018). The role of difficulty in identifying and describing feelings in non-suicidal self-injury behavior (NSSI): associations with perceived attachment quality, stressful life events, and suicidal ideation. *Frontiers in psychology*, 9, 318. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.00318>
- Cooke, A., Smith, D., & Booth, A. (2012). Beyond PICO: the SPIDER tool for qualitative evidence synthesis. *Qualitative health research*, 22(10), 1435–1443. <https://doi.org/10.1177/1049732312452938>
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Editora Atlas.
- Dalbem, J. X., & Dell’Aglío, D. D. (2005). Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 57(1), 12–24. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672005000100003&script=sci_abstract

- Dattilio, F. M. (2011). *Manual de terapia cognitivo-comportamental para casais e famílias*. Artmed Editora.
- Dorol, O., & Mishara, B. L. (2021). Systematic review of risk and protective factors for suicidal and self-harm behaviors among children and adolescents involved with cyberbullying. *Preventive medicine*, 152, 106684. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2021.106684>
- Farkas, B. F., Takacs, Z. K., Kollarovics, N., & Balazs, J. (2024). The prevalence of self-injury in adolescence: a systematic review and meta-analysis. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 33(10), 3439-3458. <https://doi.org/10.1007/s00787-023-02264-y>
- Fong, Z. H., Loh, W. N. C., Fong, Y. J., Neo, H. L. M., & Chee, T. T. (2022). Parenting behaviors, parenting styles, and non-suicidal self-injury in young people: a systematic review. *Clinical child psychology and psychiatry*, 27(1), 61–81. <https://doi.org/10.1177/13591045211055071>
- Friedberg, R. D. (2006). A cognitive-behavioral approach to family therapy. *Journal of Contemporary Psychotherapy*, 36(4), 159–165. <https://doi.org/10.1007/s10879-006-9020-2>
- Fliege, H., Lee, J. R., Grimm, A., & Klapp, B. F. (2009). Risk factors and correlates of deliberate self-harm behavior: A systematic review. *Journal of psychosomatic research*, 66(6), 477–493. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychores.2008.10.013>
- Gillies, D., Christou, M. A., Dixon, A. C., Featherston, O. J., Rapti, I., Garcia-Anguita, A., ... & Christou, P. A. (2018). Prevalence and characteristics of self-harm in adolescents: meta-analyses of community-based studies 1990–2015. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 57(10), 733-741. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2018.06.018>
- Glazebrook, K., Townsend, E., & Sayal, K. (2015). The role of attachment style in predicting repetition of adolescent self-harm: A longitudinal study. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 45(6), 664-678. <https://doi.org/10.1111/sltb.12159>

- Goodman, R. (2001). Psychometric properties of the strengths and difficulties questionnaire. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 40(11), 1337–1345. <https://doi.org/10.1097/00004583-200111000-00015>
- Gomes, A. D. A. (2011). A teoria do apego no contexto da produção científica contemporânea [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/97442>.
- Guerreiro, D. F., & Sampaio, D. (2013). Comportamentos autolesivos em adolescentes: uma revisão da literatura com foco na investigação em língua portuguesa. *Revista portuguesa de saúde pública*, 31(2), 213–222. <https://doi.org/10.1016/j.rpsp.2013.05.001>
- Gutierrez, P. M., Osman, A., Barrios, F. X., & Kopper, B. A. (2001). Development and initial validation of the self-harm behaviour questionnaire. *Journal of Personality Assessment*, 77(3), 475–490. https://doi.org/10.1207/S15327752JPA7703_08
- Hawton, K., Saunders, K. E., & O'Connor, R. C. (2012). Self-harm and suicide in adolescents. *The Lancet*, 379(9834), 2373–2382. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60322-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60322-5)
- Jiang, Y., You, J., Zheng, X., & Lin, M. P. (2017). The qualities of attachment with significant others and self-compassion protect adolescents from non suicidal self-injury. *School psychology quarterly*, 32(2), 143. <https://doi.org/10.1037/spq0000187>
- Knipe, D., Padmanathan, P., Newton-Howes, G., Chan, L. F., & Kapur, N. (2022). Suicide and self-harm. *The Lancet*, 399(10338), 1903–1916. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)00173-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)00173-8)
- Khalid, A., Qadir, F., Chan, S. W., & Schwannauer, M. (2018). Parental bonding and adolescents' depressive and anxious symptoms in Pakistan. *Journal of affective disorders*, 228, 60–67. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2017.11.050>
- Kurock, R., Gruchel, N., Bonanati, S., & Buhl, H. M. (2022). Family climate and social adaptation of adolescents in community samples: A systematic review. *Adolescent Research Review*, 7(4), 551–563. <https://doi.org/10.1007/s40894-022-00189-2>

- Lansford, J. E. (2022). Annual Research Review: Cross-cultural similarities and differences in parenting. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 63(4), 466–479. <https://doi.org/10.1111/jcpp.13539>
- Lee, W. K. (2016). Psychological characteristics of self-harming behavior in Korean adolescents. *Asian journal of psychiatry*, 23, 119-124. <https://doi.org/10.1016/j.ajp.2016.07.013>
- Lim, K. S., Wong, C. H., McIntyre, R. S., Wang, J., Zhang, Z., Tran, B. X., ... & Ho, R. C. (2019). Global lifetime and 12-month prevalence of suicidal behavior, deliberate self-harm and non-suicidal self-injury in children and adolescents between 1989 and 2018: a meta-analysis. *International journal of environmental research and public health*, 16(22), 4581. <https://doi.org/10.3390/ijerph16224581>
- Liu, Y., Xiao, Y., Ran, H., He, X., Jiang, L., Wang, T., ... & Lu, J. (2020). Association between parenting and non-suicidal self-injury among adolescents in Yunnan, China: a cross-sectional survey. *PeerJ*, 8, e10493. <https://doi.org/10.7717/peerj.10493>
- Madjar, N., Walsh, S. D., & Harel-Fisch, Y. (2018). Suicidal ideation and behaviors within the school context: Perceived teacher, peer and parental support. *Psychiatry research*, 269, 185–190. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2018.08.045>
- Mcevoy, D., Brannigan, R., Cooke, L., Butler, E., Walsh, C., Arensman, E., & Clarke, M. (2023). Risk and protective factors for self-harm in adolescents and young adults: *An umbrella review of systematic reviews*. *Journal of psychiatric research*, 168, 353-380. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2023.10.017>
- Martin, G., & Waite, S. (1994). Parental bonding and vulnerability to adolescent suicide. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 89(4), 246-254. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.1994.tb01509.x>
- O'Connor, R. C., Rasmussen, S., Miles, J., & Hawton, K. (2009). Self-harm in adolescents: self-report survey in schools in Scotland. *The British Journal of Psychiatry*, 194(1), 68–72. <https://doi.org/10.1192/bjp.bp.107.047704>

- Parker, G., Tupling, H., Brown, L.B. (1979). A parental bonding instrument. *British journal of medical psychology*, 52(1), 1–10. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8341.1979.tb02487.x>
- Patton, G. C., Hemphill, S. A., Beyers, J. M., Bond, L., Toumbourou, J. W., McMorris, B. J., & Catalano, R. F. (2007). Pubertal stage and deliberate self-harm in adolescents. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 46(4), 508–514. <https://doi.org/10.1097/chi.ob013e31803065c7>
- Reis, M., Tomé, G., Ramiro, L., Gaspar, S., & Matos, M. G. (2020). Understanding risk factors associated with self-harm behavior in adolescents-HBSC. *International Journal of Education Humanities and Social Science*, 3(1), 79–92.
- Peters, M. D., Marnie, C., Tricco, A. C., Pollock, D., Munn, Z., Alexander, L., McInerney, P., Godfrey, C. M., & Khalil, H. (2020). Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. *JBI evidence synthesis*, 18(10), 2119–2126. <https://doi.org/10.11124/JBIES-20-00167>
- Roberts, E., Joinson, C., Gunnell, D., Fraser, A., & Mars, B. (2020). Pubertal timing and self-harm: a prospective cohort analysis of males and females. *Epidemiology and psychiatric sciences*, 29, e170. <https://doi.org/10.1017/S2045796020000839>
- Santangelo, P. S., Koenig, J., Funke, V., Parzer, P., Resch, F., Ebner-Priemer, U. W., & Kaess, M. (2017). Ecological momentary assessment of affective and interpersonal instability in adolescent non-suicidal self-injury. *Journal of abnormal child psychology*, 45, 1429–1438. <https://doi.org/10.1007/s10802-016-0249-2>
- Sampaio, I. T. A., & Vieira, M. L. (2010). A influência do gênero e ordem de nascimento sobre as práticas educativas parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23, 198–207. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200002>
- Santens, T., Claes, L., Diamond, G. S., & Bosmans, G. (2018). Depressive symptoms and self-harm among youngsters referred to child welfare: the role of trust in caregiver support and communication. *Child abuse & neglect*, 77, 155–167. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.01.001>

- Shaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., & Zechmeister, J. S. (2012). *Metodologia de pesquisa em psicologia*. AMGH Editora.
- Tao, Y., Bi, X. Y., & Deng, M. (2020). The impact of parent–child attachment on self-injury behavior: negative emotion and emotional coping style as serial mediators. *Frontiers in psychology, 11*, 1477. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01477>
- Tatnell, R., Hasking, P., Newman, L., Taffe, J., & Martin, G. (2016). Attachment, emotion regulation, childhood abuse and assault: examining predictors of NSSI among adolescents. *Archives of suicide research, 21*(4), 610-620. <https://doi.org/10.1080/13811118.2016.1246267>
- Tatnell, R., Kelada, L., Hasking, P., & Martin, G. (2013). Longitudinal analysis of adolescent NSSI: The role of intrapersonal and interpersonal factors. *Journal of abnormal child psychology, 42*, 885-896. <https://doi.org/10.1007/s10802-013-9837-6>
- Target, M., Fonagy, P., & Shmueli-Goetz, Y. (2003). Attachment representations in school-age children: The development of the Child Attachment Interview (CAI). *Journal of child psychotherapy, 29*(2), 171–186. <https://doi.org/10.1080/0075417031000138433>
- Victor, S. E., Hipwell, A. E., Stepp, S. D., & Scott, L. N. (2019). Parent and peer relationships as longitudinal predictors of adolescent non-suicidal self-injury onset. *Child and adolescent psychiatry and mental health, 13*(1), 1-13. <https://doi.org/10.1186/s13034-018-0261-0>
- Wang, Y., Zhang, M., & Chen, H. (2019). Self-Injury Among Left-Behind Adolescents in Rural China: The Role of Parental Migration and Parent–Child Attachment. *Frontiers in psychology, 9*, 2672. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.02672>
- Wichstrøm, L. (2009). Predictors of non-suicidal self-injury versus attempted suicide: similar or different?. *Archives of Suicide Research, 13*(2), 105-122. <https://doi.org/10.1080/13811110902834992>

- Wilhelm, P., & Schoebi, D. (2007). Assessing mood in daily life: structural validity, sensitivity to change, and reliability of a short-scale to measure three basic dimensions of mood. *European Journal of Psychological Assessment*, 23, 258–267. <https://doi.org/10.1027/1015-5759.23.4.258>
- Williams, A. J., Jones, C., Arcelus, J., Townsend, E., Lazaridou, A., & Michail, M. (2021). A systematic review and meta-analysis of victimisation and mental health prevalence among LGBTQ+ young people with experiences of self-harm and suicide. *PloS one*, 16(1), e0245268. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0245268>
- Wong, T. K., Konishi, C., & Kong, X. (2021). Parenting and prosocial behaviors: A meta-analysis. *Social Development*, 30(2), 343–373. <https://doi.org/10.1111/sode.12481>
- Woo, J., Wrath, A. J., & Adams, G. C. (2020). The relationship between attachment and self-injurious behaviors in the child and adolescent population: a systematic review of the literature. *Archives of suicide research*, 26(2), 406–427. <https://doi.org/10.1080/13811118.2020.1804024>
- World Health Organization. (2020, 19 de outubro). *Adolescent health and development* [Question & answer]*. <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/adolescent-health-and-development>
- World Health Organization. (2025). *Suicide worldwide in 2021: global health estimates*. World Health Organization.
- World Health Organization. (2023). *Global Accelerated Action for the Health of Adolescents (AA-HA!): guidance to support country implementation*. World Health Organization.

Recebido em 13/07/2023

Aceito em 28/11/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Desafios para a vivência da parentalidade em contextos de divórcio litigioso

Challenges for parenting in contentious divorce contexts

Desafíos para la experiencia de la parentalidad en contextos de divorcio litigioso

Daiane Santos do Carmo Kemerich¹

Gabriela Clerici Christofari²

Camila Almeida Kostulski³

Dorian Mônica Arpini⁴

Resumo

O divórcio litigioso apresenta desafios e repercussões para o exercício da parentalidade. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar a vivência da parentalidade diante do divórcio litigioso, suas especificidades e implicações para os filhos. Para isso, foi realizado um estudo de abordagem qualitativa e delineamento de estudo de casos múltiplos. Participaram quatro duplas parentais que passaram pelo processo de divórcio litigioso, e tinham ao menos um filho ainda criança na época do divórcio. Na coleta de dados, utilizou-se a análise documental, formulário de caracterização e entrevistas semiestruturadas, e para a análise dos dados, empregou-se a síntese de casos cruzados. Os resultados evidenciaram sentimentos negativos em relação ao processo de divórcio; dificuldades no estabelecimento do diálogo entre a dupla parental e no compartilhamento de cuidados e responsabilidades com os filhos. Além disso, percebeu-se o envolvimento das crianças nos conflitos e desafios para

1 Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9012-7392>. E-mail: daianeskemerich@gmail.com

2 Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6076-027X>. E-mail: gabrielacchristofari@gmail.com

3 Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3677-0501>. E-mail: camila.almeidakostulski@gmail.com

4 Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1667-5112>. E-mail: monica.arpini@gmail.com

convivência paterna. Os impactos do fenômeno estudado destacam a importância da atuação do judiciário e do trabalho interdisciplinar para auxiliar as famílias e minimizar as repercussões do divórcio para as relações familiares.

Palavras-chave: Parentalidade; Divórcio Litigioso; Relações Familiares.

Abstract

Contentious divorce presents challenges and repercussions for parenting. Thus, the objective of this study was to analyze the experience of parenting in the face of a contentious divorce, its specificities and implications for children. For that, a qualitative study with a multiple case study design was conducted. Four parental couples who had gone through a contentious divorce and had at least one child who was still a minor at the time of the divorce participated in the study. Data collection was performed using documental analysis, characterization form and semi-structured interviews were used, and cross-case synthesis was used for data analysis. The results showed negative feelings about the divorce process; difficulties in establishing dialogue between the parental pair and sharing care and responsibilities with the children. In addition, the involvement of children in conflicts and challenges for paternal coexistence was noted. The impacts of the studied phenomenon highlight the importance of the judiciary and interdisciplinary work to assist families and minimize the repercussions of divorce for family relationships.

Keywords: Parenting; Contentious Divorce; Family Relationships.

Resumen

El divorcio litigioso presenta desafíos y repercusiones para el ejercicio de la parentalidad. Así, el objetivo de este estudio fue analizar la experiencia de la parentalidad ante el divorcio litigioso, sus especificidades e implicaciones para los hijos. Para esto, se realizó un estudio de enfoque cualitativo y delimitación de estudio de casos múltiples. Participaron cuatro parejas de padres que pasaron por el proceso de divorcio litigioso y tenían al menos un hijo que aún era niño en el momento del divorcio. Para la recopilación de datos se utilizó el análisis documental, un formulario de caracterización y entrevistas semiestructuradas, y para el análisis de los datos, se empleó la síntesis de casos cruzados. Los resultados mostraron sentimientos negativos en relación al proceso de divorcio; dificultades para establecer un diálogo entre la pareja parental y para compartir cuidados y responsabilidades con los hijos. Además, se notó la participación de los niños en los conflictos, y también los desafíos de los padres para vivir con sus hijos. Los impactos del fenómeno estudiado destacan la importancia del poder judicial e del trabajo interdisciplinario para ayudar a las familias y minimizar las repercusiones del divorcio para las relaciones familiares.

Palabras clave: Parentalidad; Divorcio Litigioso; Relaciones Familiares.

A parentalidade é entendida como uma construção que implica diversas mudanças na vida de cada um dos pais e na dinâmica da família como um todo, as quais demandam que novas funções e papéis sejam exercidos com a chegada de um filho (Souza, 2020). Para autores como Houzel (2004), a parentalidade envolve múltiplos aspectos e transformações, que se relacionam com a realidade e com as mudanças psíquicas que ocorrem em cada sujeito, no processo de construção de tornar-se pais. Para a criança, os pais se constituem como a principal base de orientação e mediação de suas primeiras experiências com o mundo (Nascimento, Müller, Peteck, Braciak, & Bossardi, 2023).

Nessa perspectiva, em relação ao contexto contemporâneo das configurações familiares, de acordo com os dados do Registro Civil de 2023, dos 360.596 divórcios judiciais estabelecidos no Brasil no ano de 2023, 46,3% (166.955) ocorreram em famílias com filhos crianças ou adolescentes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023). Entende-se que a infância e a adolescência podem ser fases reconhecidamente sensíveis no processo de desenvolvimento, nas quais os ajustes familiares se tornam mais complexos e exigem maior atenção por parte dos pais. Compreende-se que o contexto de separação conjugal promove intensas transformações na família, tanto na ordem estrutural, como em hábitos, rotinas, situação econômica, afetiva e social (Costa, Silva, Fagundes, & Silva, 2020). Tais modificações podem representar um desafio para o exercício da parentalidade, visto que o processo de finalização da relação conjugal implica novos ajustes para a adaptação à nova dinâmica familiar (Inacarato, 2021; Kostulski, Christofari, Bloss, Arpini, & Paraboni, 2017). Neste sentido, Grzybowski e Wagner (2010) assinalam que é no cotidiano de cada família que devem ocorrer as mudanças e adaptações necessárias ao exercício da parentalidade.

De acordo com Grzybowski e Wagner (2010), no interjogo de papéis parentais, questões que fazem parte da relação conjugal podem se interpor à relação parental. Assim, esse aspecto pode ser entendido como um desafio relevante, tendo em vista que, embora a parentalidade e a conjugalidade

sejam conceitos distintos, ambos são compostos pelos mesmos sujeitos e estão inter-relacionados (Grzybowski & Wagner, 2010; Gonçalves, Almada & Santiago, 2023).

Nessa direção, quando a separação assume caráter litigioso, o cenário de conflitos pode se intensificar e comprometer de forma significativa o exercício da parentalidade (Sousa & Souza, 2021). Conforme Weber, Machado e Pereira (2021), diante das repercussões do desenlace dos pais, o exercício parental pode sofrer prejuízos importantes, com impacto direto na qualidade das práticas parentais e na estabilidade emocional dos filhos. Soma-se a esse cenário, o fato de o contexto judicial de divórcio litigioso poder constituir-se como um ambiente hostil, desfavorável ao consenso e à elaboração dos conflitos e emoções (Mesquita & Granato, 2022). Ademais, diante de sentimentos de angústia e raiva que frequentemente permeiam esses processos, os pais podem acabar não conseguindo priorizar o bem-estar emocional dos filhos. Neste sentido, a maneira como os pais vivenciarão esse processo pode influenciar a reprodução de diversos sentimentos também nos filhos (Abreu, Silva, & Silva, 2020).

Desse modo, repercussões negativas podem ocorrer não apenas para o exercício parental, mas também para os filhos, como por exemplo a utilização desses como forma de atingir o ex-cônjuge, ou até mesmo o afastamento de um dos pais (Brito, 2007; Cardoso & Leite, 2020). Além disso, diante do inconformismo frente ao fim do relacionamento conjugal, pode ocorrer a busca por desqualificar o ex-cônjuge para os filhos, com o objetivo de dificultar o convívio entre eles (Barbosa & Zandonadi, 2018). Nesta mesma perspectiva, Ferreira et al. (2017) destacam que um dos resultados que tal processo pode causar nos filhos é o sentimento de desconforto ao estar na presença do outro pai, bem como uma dificuldade para permitir-se estimar tais momentos, por medo de demonstrar sentimentos de afeto e magoar aquele que se utiliza dessa prática.

Em consonância com esses entendimentos, o estudo de Nascimento et al. (2023), que buscou compreender as relações parentais estabelecidas após a dissolução da conjugalidade, evidenciou que a presença de conflitos parentais afeta negativamente o desenvolvimento infantil. Os autores apontam que situações de conflito prolongado prejudicam o vínculo da

criança com um dos pais e favorecem o surgimento de problemas emocionais e comportamentais, além de impactar na relação entre os pais e comprometer o exercício das funções protetivas, essenciais ao bem-estar infantil (Nascimento et al., 2023). Entendendo a necessidade de que todas essas questões sejam consideradas e discutidas, o objetivo do presente artigo é analisar a vivência da parentalidade no contexto do divórcio litigioso, suas especificidades e implicações para os filhos.

MÉTODO

A pesquisa teve caráter qualitativo, transversal e exploratório, já que esta compreende as representações, crenças, valores, percepções e aspirações dos participantes (Minayo, 2014). Com vistas a entender de modo mais amplo as percepções dos participantes, o delineamento escolhido foi o Estudo de Casos Múltiplos (Yin, 2005), que se refere a uma investigação empírica sobre um fenômeno, específico, contemporâneo, dentro de seu contexto da vida real, proveniente da experiência dos participantes. Neste sentido, destaca-se que o Estudo de Casos Múltiplos segue a lógica da replicação, assim, cada caso em particular se constitui em um estudo completo, e são as conclusões de cada caso individual que serão replicadas por meio de outros casos individuais (Yin, 2005).

Participantes

Integraram o estudo quatro duplas parentais (quatro pais e quatro mães) que, atendendo aos critérios de inclusão do estudo, finalizaram o processo judicial de divórcio litigioso no período mínimo de seis meses antes da realização da pesquisa e que tinham ao menos um filho ainda criança, na faixa etária de até doze anos de idade no momento do divórcio. Entendeu-se que o período de seis meses possibilitaria que a dupla parental pudesse ter maiores condições de verbalizar suas experiências, por já terem esse tempo mínimo de vivência da parentalidade. Os participantes foram selecionados com base nos arquivos do Núcleo de Assistência Judiciária de uma Universidade Pública do estado do Rio Grande do Sul, o qual realiza atendimentos

gratuitos a famílias com renda de até três salários mínimos em processos judiciais ligados ao Direito das Famílias. Uma das pesquisadoras autoras do presente escrito frequentou a instituição em diferentes dias e turnos, a fim de analisar os arquivos e selecionar os participantes conforme os critérios de inclusão e exclusão. Posteriormente, foram realizados os convites aos participantes por meio de contato telefônico e mensagens em aplicativo. Nesta etapa, alguns desafios foram encontrados, tendo em vista que muitos dos possíveis participantes selecionados não possuíam mais o número de telefone que constava nos registros do serviço, desse modo, realizou-se uma busca pelos seus perfis em mídias sociais e, posteriormente, foi enviada mensagem privada para realizar o convite.

Instrumentos e Procedimentos

Utilizou-se como fonte de informação para o estudo, inicialmente, a análise documental, por meio do acesso aos processos judiciais, com objetivo de compreender o contexto, as características e as demandas de cada uma das duplas parentais. Em seguida, aplicou-se um formulário de caracterização elaborado pelas pesquisadoras, com a finalidade de obter informações que contribuíram para a contextualização atual dos participantes. Posteriormente, realizou-se uma entrevista semiestruturada com cada participante, de maneira individual, com a finalidade de abordar e compreender os aspectos relacionados às suas experiências no contexto do divórcio litigioso e as possíveis implicações para o seu exercício parental. Cabe ressaltar que as entrevistas somente foram agendadas após o consentimento de ambos os pais.

Das entrevistas, sete ocorreram por chamada de vídeo, por meio de aplicativo *on-line* em conformidade com as orientações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Brasil, 2021), e apenas uma entrevista ocorreu de forma presencial. Ressalta-se que, no período de realização do estudo, vivia-se a condição de pandemia da Covid-19 e a restrição dos contatos presenciais.

O estudo atendeu a todas as exigências éticas de pesquisa e as diretrizes e normas que regem a pesquisa com seres humanos, da Resolução

n, 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016). Além disso, obteve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade em que o estudo foi realizado, sob número CAAE 57499722.0.0000.5346. Os participantes foram amparados por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Confidencialidade. Assim, todos serão referenciados por meio de nomes fictícios. As Tabelas a seguir apresentam a caracterização de cada dupla parental.

Tabela 1. Caracterização dos Participantes do caso 1

Nome e Idade	Profissão	Tempo de União	Idade dos Filhos (no divórcio)	Duração do Processo	Modalidade de Guarda	Situação Conjugal	Arranjo Residencial
Daniele (53 anos)	Autônoma	24 anos	11 e 6 anos	1 ano	Unilateral materna	Recasada	Filhas e novo cônjuge
João (55 anos)	Motorista e Árbitro de Futebol	24 anos	6 e 11 anos	1 ano	Unilateral materna	Recasado	Nova cônjuge

Fonte: elaborada pelas autoras (2025).

Tabela 2. Caracterização dos Participantes do caso 2

Nome e Idade	Profissão	Tempo de União	Idade dos Filhos (no divórcio)	Duração do Processo	Modalidade de Guarda	Situação Conjugal	Arranjo Residencial
Márcia (56 anos)	Psicóloga	15 anos	8 e 15 anos	2 anos	Compartilhada	Divorciada	Filhos
Fabiano (47 anos)	Professor	15 anos	8 e 15 anos	2 anos	Compartilhada	Recasado	Nova cônjuge

Fonte: elaborada pelas autoras (2025).

Tabela 3. Caracterização dos Participantes do caso 3

Nome e Idade	Profissão	Tempo de União	Idade dos Filhos (no divórcio)	Duração do Processo	Modalidade de Guarda	Situação Conjugal	Arranjo Residencial
Sabrina (48 anos)	Camareira	23 anos	8 e 21 anos	3 anos	Unilateral materna	Recasada	Filha e novo cônjuge
Cristiano (47 anos)	Motorista de Aplicativo	23 anos	8 e 21 anos	3 anos	Unilateral materna	Recasado	Nova cônjuge, filha do novo relacionamento e enteado

Fonte: elaborada pelas autoras (2025).

Tabela 4. Caracterização dos Participantes do caso 4

Nome e Idade	Profissão	Tempo de União	Idade dos Filhos (no divórcio)	Duração do Processo	Modalidade de Guarda	Situação Conjugal	Arranjo Residencial
Roberta (32 anos)	Balconista	9 anos	6 anos	5 anos	Compartilhada	Recasada	Filha, novo cônjuge e filho do novo relacionamento
Cláudio (31 anos)	Vigilante	9 anos	6 anos	5 anos	Compartilhada	Divorciado	Sozinho

Fonte: elaborada pelas autoras (2025).

Análise dos dados

Para a análise dos dados obtidos, utilizou-se uma das cinco técnicas propostas por Yin (2005), a síntese de casos cruzados. Essa técnica se aplica especificamente à análise de Estudos de Casos Múltiplos, pois, segundo o autor, quando são mais do que dois casos, as descobertas podem ser reforçadas (Yin, 2005). Portanto, os dados obtidos foram analisados em profundidade, primeiramente, de forma individual, com a leitura detalhada de cada entrevista; em um segundo momento, foi realizada a leitura e análise das entrevistas da dupla parental; e, num terceiro momento, o conjunto da análise das informações das quatro duplas parentais foi analisado em totalidade, com base em um cruzamento dos dados, a fim de encontrar pontos similares ou singulares entre os casos, aspectos mais significativos e discrepâncias (Yin, 2005).

Considerando a complexidade que envolve o Estudo de Casos Múltiplos, especialmente no contexto pós-divórcio litigioso, os resultados deste trabalho foram estruturados com base em discussões que permeiam a singularidade de cada caso estudado. Assim, foram compiladas as informações obtidas sobre cada participante e seu respectivo ex-cônjuge nas diferentes categorias de discussão. Com base na construção desse processo, foi possível cruzar algumas informações nos diferentes casos analisados, por exemplo, os temas que demonstraram maior força discursiva, bem como maior intensidade emocional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na apresentação dos resultados e discussão, as questões norteadoras dizem respeito a como ocorreram as vivências parentais dos participantes diante do divórcio litigioso, seus desafios e implicações foram analisadas. Com esses questionamentos, procurou-se compreender como os participantes percebem sua experiência parental após o divórcio litigioso, a fim de entender as principais mudanças e impactos que sentiram nas relações com os filhos, partindo da premissa de que foram necessárias novas adaptações nas relações de cuidado. Assim, conforme já mencionado, com a necessidade de modificações no cotidiano familiar, repercussões negativas podem acontecer, tanto no que diz respeito ao exercício da parentalidade como também para os filhos.

Nesse sentido, no Caso 1, de Daniele e João, as mudanças ocorreram de forma gradual, uma vez que a dupla optou por dividir a residência que adquiriram durante o casamento por um período após o divórcio, aspecto que foi considerado como positivo por Daniele: *“Essa parte da transição foi boa, porque ele não saiu abruptamente lá de casa, foi gradativo, a gente ia conversando, né, aí elas foram entendendo, foi feito aquele desligamento sem muitos estragos”* (Daniele – Caso 1). Apesar disso, ela mencionou que ocorreram desafios:

A gente não tinha muito diálogo, né. Em função da separação, a gente tava se aturando, né. E claro que de vez em quando soltava umas farpas e a gente acabava discutindo na frente das meninas, que não era legal, né (Daniele – Caso 1).

Nesse sentido, constata-se que, com base no que Daniele mencionou, pode ter sido entendido como positiva para as filhas a mudança gradual em meio ao divórcio, uma vez que a situação possibilitou um tempo para elaboração. Entretanto, a situação não apagou a existência de conflitos, já que parece que as filhas acabaram vivenciando parte dos sentimentos e insatisfações dos pais nesse processo, aspecto que, segundo Gordon (2018),

pode afetar emocionalmente os filhos. Daniele mencionou, ainda, a necessidade de combinações entre a dupla parental para que as questões relativas ao divórcio não tivessem repercussões ainda maiores para as filhas:

Ele tava muito confuso, esse momento da separação atinge a gente... Eu disse para ele: “Não passa para as meninas essa raiva que tu tá”, porque ele ficou com muita raiva e mágoa de mim, né... Não faz isso com as meninas, não fala mal de mim pras meninas, que daí é pior, e a mesma coisa eu vou fazer com relação a você... Então, a gente não levou para esse lado, porque, muitas vezes, né, tu começa a meter os filhos no meio, né, e fazer aquela guerrinha, né, com crianças, né (Daniele - Caso 1).

Diante deste relato, infere-se que, embora tenha sido um momento difícil, houve um entendimento, por parte da entrevistada, de que os conflitos relacionados ao fim da conjugalidade não deveriam envolver diretamente a relação com as filhas. De acordo com autores como Gordon (2018) e Gonçalves, Almada e Santiago (2023), a compreensão por parte dos pais, de que seus comportamentos podem afetar os filhos, pode auxiliar na construção de relações mais saudáveis para os envolvidos, principalmente para as crianças e adolescentes.

Apesar desse entendimento, Daniele referiu que, após a saída de João da residência, houve um breve afastamento paterno:

Ele não pegava muito as meninas... Ele tava muito magoado, saiu ressentido, então ele se afastou [...] O pessoal do colégio me chamou, eu disse: ‘Olha a gente tá numa fase de separação’. E ela tava assim... Chorona, e eu dizia: “Olha mas tu não vai ficar longe do pai, o pai vai estar sempre ali”, mas era questão de ele ficar em casa embalando, aquele carinho que ele sempre teve com elas de cuidar... Talvez a mais velha tenha sentido e não transpareceu, mas a pequena... Deu uma depressãozinha (Daniele – Caso 1).

De acordo com a Daniele, a mudança no convívio parece ter sido sentida pelas filhas, tendo em vista que o pai sempre foi bastante participativo. Diante disso, salienta-se que tal aspecto também foi mencionado por João, que manifestou ter percebido que essa mudança no convívio trouxe impactos negativos, especialmente para a filha mais nova:

“A pequena que tinha seis anos meio que regrediu, ela ficou mais ansiosa, nervosa, tipo um estresse sem pai... Uma ausência... E a grande a gente não percebeu tanto” (João – Caso 1).

Percebe-se que a mudança no convívio diário com um dos pais, especialmente quando este foi bastante participativo enquanto o relacionamento conjugal existia, é um aspecto que pode resultar em sentimentos negativos, como a angústia e a insegurança nos filhos (Brito, 2007). Desse modo, entende-se que o cuidado em não envolver os filhos na dinâmica da separação conjugal se mostra difícil, porém é um tema que necessita de atenção dos pais no pós-divórcio, especialmente em casos em que houve litígio, a fim de que possa haver um equilíbrio na convivência e evitar maiores repercussões para os filhos. Destaca-se aqui, também, a importância de que a temática possa ser percebida pelos profissionais que trabalham dentro do sistema judiciário, de modo que possam auxiliar as famílias em seus momentos de transição, com o cuidado especial e prioritário aos filhos que vivenciam a separação conjugal.

Outro aspecto que trouxe novos desafios e a necessidade de novas combinações entre a dupla parental diz respeito à constituição de um novo relacionamento conjugal após o divórcio. De acordo com Daniele:

“Quando as meninas iam pra lá com ele, voltavam totalmente diferentes pra casa... Ele enchia a cabecinha, falava mal de mim, falava do meu companheiro, e aí a pequena principalmente, chegava em casa revoltada, mudava quando ia para lá” (Daniele – Caso 1).

Essa temática já foi objeto de estudo, o qual apontou para os desafios que se apresentam às famílias e aos filhos quando da inserção de novos relacionamentos por parte dos pais ou de um deles (Alves & Arpini, 2017). Pode-se inferir, assim, que esses novos atravessamentos podem ter sido motivados pelo fato de o novo companheiro de Daniele ter passado a residir na casa que era da dupla parental, imóvel que foi o principal ponto de conflito do divórcio litigioso. Entende-se que esse aspecto pode ter gerado insatisfação em João e refletido no comportamento negativo das filhas

em relação à mãe. Nesse sentido, até que João pudesse acomodar a nova situação, Daniele realizou combinações com as filhas a fim de minimizar tais conflitos:

Eu chamei [as filhas] pra conversar: “Não quero que vocês comentem nada do que acontece aqui na nossa casa, não precisa contar pro teu pai, e não quero que tu traga nada lá da outra casa, pra gente não começar se indispor” (Daniele - Caso 1).

Constata-se, contudo, que, embora tenham ocorrido desafios, os quais são naturais e inerentes às relações humanas, transcorrido um tempo necessário às novas acomodações, houve um consenso entre a dupla parental para tentar preservar as filhas dos aspectos relacionados ao divórcio. Além disso, foram restabelecidos entre a dupla parental alguns aspectos entendidos como fundamentais, como a convivência paterna com as filhas e o diálogo.

Partindo para as discussões sobre o segundo grupo familiar, em relação às principais mudanças que foram sentidas na parentalidade após o divórcio litigioso, Fabiano mencionou:

Eu acho que a minha ausência foi negativa para eles... Eu acho que se eu tivesse junto, nós, mais tempo, né, poderia colaborar mais, inclusive com a formação deles, com tudo, né, porque eventualmente tu dá uma dica e tal, mas não é a rotina... Eu acho que a perda de tempo ali não tem o que dizer de positivo, é só negativo (Fabiano – Caso 2).

Infere-se que o sentimento de Fabiano em relação à separação é de que esta ocasionou perdas, especialmente no convívio e auxílio diário à rotina com os filhos, aspecto percebido também na história do primeiro caso analisado. Márcia, sua ex-companheira, mencionou sua perspectiva em relação às mudanças na parentalidade após o divórcio litigioso: “Acho até que nos uniu bastante... O fato de ser nós três [ela e os dois filhos]” (Márcia – Caso 2). Compreende-se que a separação conjugal, por um lado gerou o afastamento entre pai e filhos e, por outro, parece ter favorecido uma maior proximidade de Márcia com os filhos, especialmente pelo fato de ela ter permanecido com o domicílio deles. Além disso, a mãe também referiu que o processo de divórcio implicou o afastamento de Fabiano em relação aos filhos:

Eu acho que ele sentiu, mas ao invés de ele se fazer aproximar das crianças, ele se distanciou... É aquela coisa, separou da mulher, separou dos filhos, infelizmente sou um exemplo, depois da separação é como se fosse o fim de uma vida ali, eu e as crianças não existiam mais (Márcia – Caso 2).

Segundo o estudo de Cúnico e Arpini (2013), dentre os principais motivos que podem implicar o distanciamento de pais após o divórcio, está a relação conflituosa estabelecida durante a separação conjugal, aspecto percebido na família analisada. Ainda, de acordo com Brito (2007), o afastamento de um dos pais após o divórcio pode gerar sentimentos de perda e abandono dos filhos, situação verificada também na história do segundo caso analisado. Em relação a esse aspecto, Fabiano mencionou alguns dos fatores que podem ter contribuído para a mudança no convívio com os filhos após o divórcio:

Eu visito de vez em quando, já mudei de casa de novo, esta aqui faz um ano e pouco que eu tô, eles vieram uma vez aqui só, então eu faço mais visitas lá, tenho contato por telefone, WhatsApp, mas minha presença é pouca mesmo (Fabiano – Caso 2).

Nesse sentido, Fabiano reconheceu que houve um distanciamento dos filhos após o divórcio. E, ainda, em outro momento da entrevista, mencionou que em algumas das ocasiões em que tentou conviver com os filhos se sentiu frustrado nas programações que gostaria de ter feito:

“Eu me frustrei [...] que não deu pra realizar, determinado feriado, eu imaginei alguma coisa: ‘Vou pegar os guris’ [...] Ligo pra lá, mais de uma vez aconteceu: ‘Não, tem outro programa, já tão indo viajar pra vó’” (Fabiano – Caso 2).

Entendem-se, como aspectos que podem ter contribuído para um maior afastamento, além dos conflitos do divórcio, as tentativas frustradas de realizar programas com os filhos, as quais podem ter causado no pai um sentimento de exclusão em relação ao exercício de sua parentalidade ou até mesmo de estar sendo preterido em relação à mãe. Tais questões já foram identificadas pela literatura sobre o tema, já que, conforme Féres-Carneiro e Magalhães (2011), fatores como o lar de referência dos filhos e a guarda

unilateral (com maior frequência maternos) podem contribuir para que os pais (homens) se mantenham mais afastados do convívio com os filhos, bem como os sentimentos negativos relacionados ao divórcio sejam projetados neles. Cabe destacar, ainda, que houve repercussões negativas também em relação à convivência dos avós paternos, pais de Fabiano, com os netos:

Os pais dele se voltaram contra mim, eles não vêm aqui... Outro dia meu pequeno falando com a avó dele, ele disse pra minha mãe: “Vó, eu só tenho tu de vó”. E a minha mãe: “Não, tu tem a mãe do teu pai e tal”. E ele: “Mas eu nem conheço ela, ela não é minha vó”. Ele não reconhece mais a avó e o avô, ele era pequeno, né, e a pessoa vem uma vez na vida e não vem mais, não é fácil, sabe, são coisas assim que eu tô sempre de olho pra que essa carência não venha atrapalhar na vida deles (Márcia – Caso 2).

Percebe-se que as repercussões do divórcio litigioso dos pais podem ter contribuído também para um afastamento dos avós paternos com seus netos. Tal percepção também foi encontrada no estudo de Brito (2007), o qual destacou que o distanciamento da família extensa pode ser motivado especialmente pelos conflitos e o afastamento de um dos pais após o divórcio. À vista disso, entende-se que, nesse caso, o divórcio litigioso resultou em um impacto bastante significativo para toda a família, mas especialmente para a parentalidade, uma vez que o pai que, outrora era participativo, se afastou dos filhos. Cabe salientar, ainda, que Fabiano relatou perceber um sentimento de culpa no filho diante da separação dos pais:

Às vezes eles ficavam meio chateados, querendo entender, e uma vez conversando com o pequeno, eu percebi dele se sentir culpado pela separação, aí tive que conversar: “Olha, isso aí foi decisão minha e da mãe de vocês, não tem nada a ver com vocês” (Fabiano – Caso 2).

Com base esses aspectos, percebe-se que, assim como no Caso 1, o contexto do divórcio de Márcia e Fabiano parece ter implicado maiores impactos para os filhos mais novos, uma vez que estes apresentaram de forma mais significativa sentimentos de culpa, insegurança e insatisfação, aspecto que encontra consonância com os achados de Brito (2007). Porém, de maneira positiva, pode-se notar que o pai procurou auxiliar o filho na elaboração dessas questões.

Passando para o terceiro grupo familiar, Sabrina também mencionou que o momento do divórcio foi difícil, especialmente para os filhos: *“Para o nosso filho, eu acho que foi mais difícil, ficou bem abalado, e ela [filha]... Eu tive que levar uns tempos no psicólogo, também, né, é um choque eu acho, fica uma coisa estranha para as crianças”* (Sabrina – Caso 3). Diante do relato, percebe-se que o divórcio foi difícil de ser vivenciado por toda a família, uma vez que envolveu conflitos entre a dupla parental. Conforme a análise documental, houve um relacionamento extraconjugal mantido por Cristiano e sua posterior dificuldade de aceitar o fim do casamento.

Com base nisso, Cristiano mencionou as mudanças que ocorreram em sua relação com os filhos: *“Eu acho que eu me dou melhor agora com o meu guri, e ela [filha]... Agora a nossa relação é bem fria, assim.. Ela se afastou total”* (Cristiano – Caso 3). Apesar desse afastamento, Cristiano mencionou que sempre tentava se mostrar presente e convidar a filha para passarem momentos juntos:

Eu tô sempre na minha mente assim... Tô sempre buscando, tô sempre convidando, tô sempre tentando, tipo, buscar ela de volta, sabe? E às vezes, os meus convites ela nunca pode, nunca dá, nunca quer... E eu já senti que ela não quer, entendeu?” (Cristiano – Caso 3).

Percebe-se, com esse relato, um sentimento de frustração e ressentimento em relação ao afastamento da filha, aspecto que se aproxima do que foi apontado por Fabiano (Caso 2). Porém, ao contrário de Cristiano, Sabrina mencionou que sua relação com a filha mais nova permaneceu a mesma após a separação: *“Pra mim não mudou nada, continuou a mesma coisa, a gente se dá super bem”* (Sabrina – Caso 3). Em relação ao afastamento da filha no convívio com o pai após o divórcio, Sabrina mencionou que ela presenciava os conflitos dos pais: *“Quem mais via era a filha... e do meu filho, muita coisa eu escondia”* (Sabrina – Caso 3). Nesse sentido, constata-se que a exposição maior da filha, que à época do divórcio estava com oito anos, aos conflitos da dupla parental, pode ter se somado à sua idade e contribuído para o afastamento dela em relação ao convívio com pai. Diante desses aspectos, os autores mencionam que as dificuldades em desvincular a separação conjugal da relação parental podem, além de

envolver os filhos nos conflitos dos pais, repercutir na manutenção dos vínculos afetivos e gerar afastamentos (Silva, Chapadeiro & Assumpção, 2019), principalmente daqueles que não mantêm a residência, conforme já pontuado (Féres-Carneiro & Magalhães, 2011).

Nesse sentido, destaca-se a percepção de Sabrina em relação a esse afastamento: *“Ele procura, tá sempre em volta deles, né, mas vou ser bem sincera contigo, eu prefiro que ele nem pegue ela”* (Sabrina – Caso 3). Diante disso, infere-se que, devido às situações que levaram ao término do relacionamento conjugal, Sabrina parece não favorecer a manutenção do vínculo entre o pai e a filha, uma vez que manifestou a preferência pela não convivência entre eles. Entende-se que tais falas e entendimentos da mãe, pela proximidade entre ela e sua filha, também podem ter influenciado nas decisões da última.

Sabrina referiu, ainda, que a filha tem dificuldades em aceitar a atual companheira do pai, com a qual ele mantinha um relacionamento extraconjugal: *“Ela não vai muito também, porque ela não gosta muito assim da mulher dele, eu acho que ela se sente meio ruim, daí ela não vai”* (Sabrina – Caso 3). Entende-se que tal aspecto pode ser entendido como mais um desafio para as famílias no contexto do pós-divórcio, assim como já foi discutido no primeiro caso analisado no presente estudo. Também, pode-se pensar que a existência de um novo relacionamento pode ter influenciado na decisão da filha de evitar o convívio com o pai, uma vez que, conviver com ele e sua nova companheira, em sua percepção, pode significar estar traindo a mãe, pelo fato de ela poder ser vista como o principal motivo da separação dos pais. Contribuindo com esse entendimento, Barbosa e Zandonadi (2018) destacam que as relações extraconjugais, além de contribuírem para o litígio nas relações familiares, podem promover atitudes desqualificadoras do cônjuge traído em relação ao outro pai, e, conseqüentemente, implicar dificuldades de contato com os filhos. Desse modo, pode-se constatar, nesse caso, que as questões que envolviam a conjugalidade acabaram se sobrepondo à parentalidade e prejudicando o relacionamento paterno-filial. Em relação ao relacionamento com o filho mais velho, embora este tenha sido apresentado por Cristiano como mais próximo do que aquele que ele mantinha com a filha, percebe-se que também encontra alguns desafios:

O guri tá em Porto Alegre e me liga de vez em quando, ele vem de dez em dez dias, né, e aí o meu único contato com ele aqui, e que eu quase imploro assim, é pra eu ir levar ele na rodoviária... Eu digo pra ele que seria o momento que eu posso ver ele, né... Então a minha parte eu tento, eu procuro (Cristiano – Caso 3).

Mesmo com diversas dificuldades, percebem-se investimentos desse pai para manter a relação com os filhos, ao contrário de Fabiano (Caso 2), que, após sentir-se diminuído em seu exercício parental, preferiu afastar-se dos filhos. Ainda no que diz respeito ao relacionamento com os filhos, Cristiano (Caso 3) percebe que o distanciamento com eles foi motivado pelos conflitos que ocorreram durante o divórcio:

Mas entendo também o lado deles, por tudo que eles viram, né... E pelo que foi passado pra eles, que foi a minha traição, né... Que tomou uma proporção até meio demais, tanto que o meu guri eu converso com ele, mas ele sempre com o pé atrás comigo, e a pequena, se tinha algum amor, assim, algum afeto, foi meio destruído pela situação ali que eles presenciaram, e tem o psicológico deles que eu não sei até que ponto afetou, né (Cristiano – Caso 3).

Diante disso, percebe-se o sentimento de culpa em Cristiano pelo desfecho da separação, bem como de ressentimento pela proporção que tomaram os conflitos entre ele e Sabrina, os quais, como se observa em seu relato, repercutiram negativamente em sua relação com os filhos. Além do impacto na relação com os filhos, percebeu-se que o diálogo entre Cristiano e Sabrina ficou comprometido após a separação:

“Eu não converso com ele pra nada, eu tento resolver tudo sozinha, daí quando eu não consigo, eu digo: ‘Ó filha, diz pro teu pai que tal dia tu tem tal coisa’, mas daí ela fala com ele” (Sabrina – Caso 3).

À vista disso, compreende-se que as repercussões do divórcio impossibilitaram o diálogo entre a dupla parental, de tal modo que a filha passou a ser a intermediária da comunicação entre os pais. Em relação a esse aspecto, Silva, Chapadeiro e Assumpção (2019) pontuam que o divórcio pode resultar em prejuízos significativos ao bem-estar e desenvolvimento psicossocial dos filhos, sobretudo ao se utilizar os filhos como mediadores

da comunicação da dupla parental. Em face do exposto, salienta-se que esse, dentre os casos estudados, foi o que apresentou maiores repercussões para a parentalidade, uma vez que houve uma perda relacional importante do pai com os filhos; a mãe não demonstrou interesse em auxiliar, tendo em vista os sentimentos envolvidos e o nível de litígio estabelecido durante a separação; além disso, houve grande dificuldade no estabelecimento do diálogo entre o ex-casal.

Em relação ao último grupo familiar, cabe destacar que, no caso de Roberta e Claudio, conforme observado na análise documental, os conflitos que levaram a dupla a estabelecerem um divórcio litigioso estavam relacionados à divisão dos bens, à guarda da filha e ao pagamento dos alimentos. No que diz respeito a tais conflitos, Roberta mencionou que inicialmente eles implicaram repercussões negativas para a filha: *“Ela ficou com medo dele, porque quando ele me ameaçou ela tava junto, ela escutou, ela viu isso”* (Roberta – Caso 4). Percebe-se aqui, que, assim como no Caso 1 e no Caso 3, diante do litígio entre os pais, os filhos acabaram sendo envolvidos nos conflitos.

Apesar disso, Cláudio mencionou ter sentido uma melhora na relação com a filha após o divórcio, uma vez que o tempo que passavam juntos era dedicado apenas para a filha: *“A melhora que teve ali foi que eu tinha mais tempo pra ficar com a guria, quando ela vinha pra cá o meu tempo era com ela”* (Claudio – Caso 4). Cabe destacar que, de acordo com as entrevistas, Cláudio não era um pai muito participativo nos cuidados com a filha antes do divórcio. Nesse sentido, embora tenham ocorrido conflitos, a convivência de forma separada – sem a presença da mãe – possibilitou ao pai novos sentimentos em relação à parentalidade, bem como a construção de uma nova relação com a filha. Destaca-se aqui que a parentalidade é uma relação que necessita de uma (re)construção constante, tendo em vista as necessidades de adaptação às mudanças intrínsecas da vida (Houzel, 2004), aspecto que parece ter sido compreendido e colocado em prática por Claudio (Caso 4).

Conforme pôde-se identificar na análise documental, uma especificidade importante desse grupo familiar é que após as primeiras tratativas em relação ao divórcio, Roberta decidiu mudar para outro estado com a filha.

Tal aspecto facilitou uma maior aproximação das duas. Contudo, gerou insatisfação em Cláudio em relação ao seu exercício parental, uma vez que ele estava construindo uma relação mais próxima com a filha:

Foi uma coisa ter tirado ali do nada, eu ali acostumado a pegar a guria, ficar com a guria, sair com a guria, e isso aí do nada, nem tchau direito, primeiro mês a saudade que dava, eu quase tive depressão, porque eu pegava todo o final de semana [...] Eu falei: “Tu pegou e tu roubou de mim a convivência que eu tinha com a guria do nada, eu não estou vendo ela crescer, eu não posso fazer o meu papel de pai, o meu papel é só pagar a pensão em dia, é só esse o meu papel de pai, né (Cláudio – Caso 4).

Diante disso, percebe-se que a mudança da filha para outro estado modificou a forma de convívio que vinha sendo vivenciado, o que parece ter sido difícil de ser elaborado por Cláudio. Ainda, diante da mudança no convívio com a filha, Cláudio sentiu que seu papel como pai acabou sendo reduzido, aspecto que se aproxima às situações vivenciadas por Cristiano (Caso 3) e Fabiano (Caso 2), uma vez que eles também mencionaram sentimentos de perda em relação à parentalidade após o divórcio.

Ainda em relação a esse aspecto, Cláudio mencionou que a distância e a falta de recursos financeiros impossibilitam que ele pudesse visitar a filha com frequência: *“É longe, se fosse qualquer cidadezinha perto, tudo bem [...] Não tem como eu ir toda a semana, ou de dez em dez dias, e o meu serviço, sem o meu serviço eu não pago a pensão”* (Cláudio – Caso 4). Nesse sentido, estudo de Vizcarra e Poo (2017), sobre as mudanças nos significados da paternidade, realizado no Chile, destacou que homens com situações econômicas baixas a médias demonstraram que as condições externas influenciaram na forma que vivenciaram a sua paternidade. Entende-se que, num contexto de divórcio litigioso, em que os pais não conseguem estabelecer uma comunicação que os possibilite ajustar formas de convivência, somado às dificuldades com a questão econômica, tornam-se ainda mais difícil o convívio presencial entre o filho e pai que não possuem o mesmo domicílio.

Apesar das dificuldades no convívio, implicadas pelos aspectos mencionados, Roberta referiu que buscou formas de possibilitar o contato entre pai e filha: *“Eu disse: ‘Ó, tu tem esse telefone pra falar com o teu pai e*

quando não der o teu, tu tem o meu, pode falar com ele sempre” (Roberta – Caso 4). Cabe destacar que, embora tenha tentado possibilitar o contato entre pai e filha, Roberta percebeu a ocorrência de um afastamento devido a não regularidade nos contatos entre eles:

“Infelizmente eu pensei que ele ia ficar mais próximo dela, que ele ia ligar mais vezes, né... Eles conversam por vídeo-chamada, mas não tem assunto, ele demora pra ligar, aí quando ele liga infelizmente acontece cobranças [...]” (Roberta – Caso 4).

Com esse relato, constata-se que Roberta esperava que pai e filha se mantivessem próximos, entretanto, a falta de regularidade do contato entre eles parece ser um fator desfavorável na manutenção do vínculo. Além disso, infere-se que a questão do pagamento dos alimentos para a filha pode ter se tornado, para Cláudio, uma nova forma de perpetuar o litígio em razão da mudança de Roberta para outro estado.

Cabe destacar que os aspectos similares foram identificados nos casos analisados, em especial, o afastamento dos filhos em relação a um dos pais, geralmente aquele que deixou de residir com eles após o divórcio – no caso deste estudo, pais homens, tendo em vista que, em todos os casos analisados, as mães permaneceram com o domicílio dos filhos após o divórcio. Outrossim, cabe referir que, em relação aos sentimentos motivados pelo divórcio litigioso, conforme o relato dos participantes, pôde-se observar que os filhos mais novos, ainda crianças, foram os que mais apresentaram sentimentos negativos, tendo maiores dificuldades para lidar com a nova dinâmica das relações familiares. Além disso, também se evidenciou que todos os pais (homens) manifestaram sentimentos de perda, e/ou insatisfação, em relação à vivência parental após o divórcio litigioso, tendo que buscar estratégias para evitar um maior afastamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados e discussões propostos por esta pesquisa revelam a complexidade que representa a temática das relações familiares e da parentalidade no contexto de divórcio litigioso. As histórias que fizeram parte

deste estudo evidenciaram que a vivência parental em meio ao divórcio litigioso sofre repercussões importantes e, por muitas vezes, negativas, uma vez que as questões que dizem respeito à conjugalidade parecem repercutir no exercício parental. Nesse sentido, os participantes destacaram que os aspectos como o diálogo entre a dupla parental pode acabar comprometido diante do litígio, o que pode implicar a utilização dos filhos como intermediários da comunicação. Entende-se que a manutenção do diálogo entre o ex-casal, mesmo que de forma diferente da anteriormente utilizada, como por meio de aplicativos de mensagem ou aplicativos específicos para o exercício da coparentalidade, é fundamental.

Assim, observou-se que os filhos podem ser envolvidos no litígio dos pais de diversas formas e, até mesmo, serem utilizados como forma de atingir o ex-cônjuge. Percebeu-se, ainda, que o pagamento dos alimentos pode se tornar um novo ponto de conflito entre as duplas parentais, bem como ser utilizado como uma forma de perpetuá-lo.

Ainda, os participantes pais (homens) referiram um sentimento de desvalorização diante do exercício parental. Em relação a esse aspecto, entende-se que ainda se faz necessário que ocorram mudanças sociais e culturais, a fim de que se possa reconhecer a paternidade e a importância da participação de ambos os pais no exercício parental. Para tal, faz-se necessário também um tempo de elaboração dos conflitos e o entendimento de que questões referentes à conjugalidade precisam ser separadas da parentalidade. Entende-se que, desse modo, se torna possível minimizar os impactos negativos para os filhos, bem como possibilitar o restabelecimento do diálogo entre a dupla parental a fim de que possam discutir os aspectos relacionados ao ex-casal.

Por fim, considerando a complexidade da temática e os desafios que foram apresentados, sugere-se que outros estudos sejam realizados, com vistas a ampliar a compreensão e o entendimento das questões que envolvem esse momento para as famílias. O fato de que todos os membros são envolvidos nas repercussões do divórcio, em especial, no divórcio litigioso, indica que os estudos envolvendo também os filhos trariam importantes contribuições, sendo esta uma das limitações do estudo. Entende-se também importante estudos que envolvam a atuação do judiciário e de

trabalhos interdisciplinares nesse contexto, tendo em vista o fenômeno crescente da judicialização das relações sociais e que as repercussões do processo litigioso tendem a se manter por bastante tempo. Assim, salienta-se que as ações de caráter interdisciplinar poderiam atuar para acompanhar as famílias, a fim de amenizar os impactos dos divórcios litigiosos para a parentalidade.

REFERÊNCIAS

- Abreu, C. D. de., Silva, L. D. L. da., & Silva, L. M. da. (2020). Divórcio dos pais: sentimentos e percepções das crianças. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 41(1), 19-32. <https://doi.org/10.5433/1679-0383.2020v41n1p19>
- Alves, A. P., & Arpini, D. M. (2017). A conjugalidade e os conflitos vivenciados a partir do recasamento. *Pensando Famílias*, 21(1), 3-19. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-494X2017000100002
- Barbosa, C. W. & Zandonadi, A. C. (2018). Alienação parental e seus impactos no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Revista Farol*, 7(7), 58-72. Recuperado de <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/147>
- Brasil. (2016). *Resolução n. 510 de 7 de abril de 2016. Conselho Nacional de Saúde. Normas para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>.
- Brasil. (2021). Ofício Circular n. 2/2021/CONEP/SECNS/MS. *Orientações para procedimentos de pesquisa com qualquer etapa em ambiente virtual*. Recuperado de http://conselho.saude.gov.br/imagens/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf
- Brito, L. M. T. de. (2007). Família pós-divórcio: a visão dos filhos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(1), 32-45. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100004&lng=pt&tlng=pt.

- Cardoso, F. S., & Leite, A. F. D. (2020). Convivência familiar sob o jugo dos dispositivos penais. *Pretextos Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 5(9), 243-259. Recuperado de <https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/23172>
- Costa, L. M., Silva, L. D. L., Fagundes, A. O., & Silva, L. M. (2020). Acompanhando famílias em processo de reconfiguração: representações atribuídas pelos genitores egressos das “oficinas de parentalidade”. *Revista Famílias, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 2, 711-718. Recuperado de <https://www.redalyc.org/journal/4979/497965721006/html/>
- Cúnico, S., & Arpini, D. (2013). O Afastamento Paterno após o Fim do Relacionamento Amoroso: Um Estudo Qualitativo. *Interação em Psicologia*, 17(1). Recuperado de <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v17i1.27560>
- Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2011). A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In L. V. C. Moreira, & E. P. Rabinovich (Orgs.), *Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história* (pp. 117-134). Juruá.
- Ferreira, M., Silveira, J. F., Marion, J., & Pereira, C. R. R. (2017). Alienação parental no pós-divórcio: quando se faz morrer um dos pais. In E. R. Goetz (Org.), *Psicologia jurídica e direito de família, práticas e saberes* (pp. 107-120). Juruá.
- Gonçalves, H. S., Almada, T. R. A., & Santiago, M. A. (2023). Uma discussão acerca da conjugalidade e da parentalidade a partir da aplicação da Lei Maria da Penha. In A. P. Uziel, E. P. Brandão, R. G. Nunes (Orgs.), *Para além dos autos: leituras transversais dos conflitos familiares no judiciário* (pp. 43-64). Editora UERJ.
- Gordon, H. (2018). Como as brigas dos pais podem afetar as crianças – *BBC News Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43592582>.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 26(1), 77-87. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100010>

- Houzel, D. (2004). As implicações da parentalidade. In L. Solis- Ponton (Org.), *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio* (pp. 47-52). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Inacarato, G. M. (2021). *“Quem cuida é a mãe”: Imaginário coletivo de mediadores judiciais sobre cuidado dos filhos* (Tese de Doutorado em Psicologia). Universidade Católica de Campinas. Recuperado de http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/15590/ccv_ppgpsico_dr_Gisele_MFI.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). *Estatísticas do Registro Civil – 2023*. Recuperado de https://static.poder360.com.br/2025/05/EstatRegistroCivilv50_2023-IBGE.pdf
- Kostulski, C. A., Christofari, G. C., Bloss, G. M., Arpini, D. M., & Paraboni, P. (2017). Coparentalidade em famílias pós-divórcio: uma ação desenvolvida em um núcleo de práticas judiciais. *Pensando famílias*, 21(2), 105-117. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000200009&lng=pt&tlng=pt.
- Mesquita, M. M., & Granato, T. (2022). Infelizes para Sempre: divórcio litigioso e sofrimento emocional à luz da teoria winnicottiana. *Contextos Clínicos*, 15(1), 27-50. Recuperado de <https://doi.org/10.4013/ctc.2022.151.02>
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, SP: Hucitec Editora.
- Nascimento, C. C. P., Müller, C. C., Peteck, B. M. V., Braciak, M., & Bossardi, C. N. (2023). Relações familiares e alienação parental após a dissolução da conjugalidade. *Revista Psicologia e Saúde*, 15(1), e1521822. Recuperado de <https://doi.org/10.20435/pssa.v15i1.1822>
- Silva, L. D. L. da., Chapadeiro, C. A., & Assumpção, M. C. (2019). O exercício da parentalidade após a dissolução conjugal: uma revisão integrativa. *Pensando Famílias*, 23(1), 105-120. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100009&lng=pt&tlng=pt.

- Souza, F. H. O. (2020). Parentalidade: diferenças conceituais entre Brasil e França. In C. R. B. Sampaio, C. F. B. Oliveira, A. L. M. Neves, M. Therense, & A. Beiras (Orgs.), *Psicologia Social Jurídica: Novas perspectivas da psicologia na interface com a justiça* (pp. 251-261). São Paulo, SP: CRV.
- Sousa, A. M., & Souza, F. H. O. (2021). Psicólogas(os) clínicas(os) e as demandas de mães e pais em litígio. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 30(69), 49-61. Recuperado de <https://www.doi.org/10.38034/nps.v30i69.613>.
- Vizcarra, M., & Poo, F. A. (2017). Changes in the Meanings Associated to Paternity in Men From Temuco, Chile. *Revista de Psicología*, 26, 94-107. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/320503609_Changes_in_the_Meanings_Associated_to_Paternity_in_Men_From_Temuco_Chile.
- Weber, A. S., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). A Experiência da Coparentalidade na Guarda Compartilhada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, e221957, 1-17. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221957>
- Yin, R. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (3ª ed.). Porto Alegre, RS: Bookman.

Recebido em 18/03/2025

Aceito em 17/12/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Marcas (in)visíveis: mulheres, vulnerabilidades, violências e transgeracionalidade

(Un)seen marks: Women, vulnerabilities, violence and transgenerationality

Marcas (in)visibles: mujeres, vulnerabilidades, violencia y transgeneracionalidad

Vanessa Russi Fiorini¹

Mariana Gonçalves Boeckel²

Resumo

O conceito de vulnerabilidade não se limita ao acesso à renda, ele também repercute em outras diversas esferas da vida. A violência interpessoal é uma das repercussões possíveis das vulnerabilidades vivenciadas pela população, e reconhecida por organismos internacionais como um tema de relevância social, mundial e de saúde pública. Essa tipologia de violência pode ocorrer de duas formas: intrafamiliar ou comunitária. Com método qualitativo de estudos de casos múltiplos e delineamento transversal, este estudo realizou entrevistas com oito mulheres atendidas em Centros de Referência de Assistência Social de uma cidade na região metropolitana do sul do Brasil, buscando conhecer suas vivências de violências interpessoais transgeracionais e atuais. A análise dos resultados foi realizada pela triangulação de dados e síntese dos casos cruzados. Os resultados demonstram que as situações violentas vivenciadas são desde as intrafamiliares até as comunitárias, atravessando gerações. Evidencia-se a ausência de redes de suporte nas vivências de violência e a dificuldade em encontrar espaços que possibilitem a construção de novos cotidianos.

1 Prefeitura Municipal de Guaíba, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9491-377X>. E-mail: fioriniconsultoria@gmail.com

2 Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2806-0238>. E-mail: marianagb@ufcspa.edu.br

Palavras-chave: Violência; Mulheres; Vulnerabilidade; Relações Familiares; Assistência Social.

Abstract

The concept of vulnerability extends beyond income access and affects various other aspects of life. Interpersonal violence is one of the possible repercussions of the vulnerabilities experienced by the population and is recognized by international organizations as a matter of social, global, and public health relevance. This type of violence can occur in two forms: intrafamilial or community-based. Using a qualitative method with multiple case studies and a cross-sectional design, this study carried out interviews with eight women assisted by local social assistance centers in a city in the southern metropolitan region of Brazil, aiming to understand their experiences with transgenerational and current interpersonal violence. The analysis of the results was carried out through data triangulation and cross-cases synthesis. The results show that the violent situations experienced range from intrafamilial to community-based, crossing generations. The narratives highlight a lack of support networks in situations of violence and the challenges in accessing spaces that foster the construction of new everyday lives.

Keywords: Violence; Women; Vulnerability; Family Relations; Social Work.

Resumen

El concepto de vulnerabilidad no se limita al acceso a los ingresos; sino que también tiene repercusiones en otras esferas de la vida. La violencia interpersonal es una de las posibles repercusiones de las vulnerabilidades vividas por la población y reconocida por las organizaciones internacionales como un tema de relevancia social, mundial y de salud pública. Este tipo de violencia puede producirse de dos maneras: intrafamiliar o comunitaria. Con un método cualitativo de estudios de casos múltiples y un diseño transversal, este estudio realizó entrevistas con ocho mujeres atendidas en los servicios sociales del territorio de una ciudad en la región metropolitana del sur de Brasil, con el objetivo de conocer sus vivencias de violencia interpersonal transgeneracional y actual. El análisis de los resultados se realizó mediante la triangulación de datos y la síntesis de los casos cruzados. Los resultados muestran que las situaciones violentas vividas van desde las intrafamiliares hasta las comunitarias, atravesando generaciones. Se evidencia la ausencia de redes de apoyo en las vivencias de violencia y la dificultad para encontrar espacios que posibiliten la construcción de nuevos cotidianos.

Palabras clave: Violencia; Mujer; Vulnerabilidad; Relaciones Familiares; Desarrollo Social.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento da constituição cidadã (Brasil, 1988), ensaiou-se a possibilidade de um estado de bem-estar social, com base no estabelecimento do tripé da seguridade social: Previdência, Saúde e Assistência Social, inaugurando o acesso às políticas públicas de Estado por parte da população não ativa economicamente (Carmo & Guizardi, 2018). A assistência social, antes ligada à filantropia, só se consolida enquanto direito universal com base na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004), redesenhando-a na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é o sistema público que organiza os serviços socioassistenciais de modo descentralizado nos territórios, baseado na Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial ([PSE], Brasil, 2004). O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) encontra-se na PSB, tendo como principal instrumento o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de caráter continuado, protetivo e fortalecedor dos vínculos (Brasil, 2014).

Cabe destacar que o conceito de vulnerabilidade não está condicionado somente à ausência ou à insuficiência econômica, mas também à fragilização de vínculos afetivos e relacionais, acesso a bens, políticas e serviços (Brasil, 2004). A vulnerabilidade atrela-se à noção de risco, acabando por imprimir pressupostos individualizantes e culpabilizadores na parcela mais pobre da população, sendo necessárias políticas públicas que objetivem um trabalho social de garantia de direitos (Carmo & Guizardi, 2018). O CRAS e, mais especificamente, o PAIF visam ao fortalecimento de vínculos, bem como da cultura do diálogo, do combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares (Brasil, 2014).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é um tema de relevância mundial, social e de saúde pública (World Health Organization [WHO], 2002). Neste artigo, tratar-se-á da violência interpessoal: aquela que ocorre entre membros da família, parceiros íntimos, amigos, conhecidos e desconhecidos (WHO, 2014). Ela se divide em dois subtipos: intrafamiliar e comunitária. O primeiro está relacionado à violência instaurada entre

membros da família ou companheiros sentimentais, e acontece, geralmente, no ambiente doméstico, apesar de não se limitar a este lugar (WHO, 2002). Já a violência comunitária é aquela que ocorre no meio social em si, podendo ser realizada por conhecidos ou desconhecidos (WHO, 2002). É preciso ampliar o olhar da família aos contextos social e cultural; neste sentido, Bronfenbrenner (2011) propõe o modelo bioecológico para a compreensão dos fenômenos sociais, considerando quatro elementos: pessoa, processo, tempo e contexto (PPCT). À luz dessa teoria, o autor propõe um modo de compreender o processo de desenvolvimento dos sujeitos, com destaque aos significados das interações com os contextos em que se inserem. Nesse sentido, o contexto refere-se a qualquer evento ou condição fora do organismo com capacidade de influenciar ou ser influenciado pela pessoa em desenvolvimento, sendo esses eventos classificados como os sistemas propostos por Bronfenbrenner (1996): microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Esses sistemas são organizados como círculos concêntricos que compõem o ambiente ecológico em que se inscreve o sujeito, partindo do contato face a face aos fenômenos da cultura, subcultura e ideologia que influenciam de alguma forma a vida. Na comunidade, a qual se pode inscrever nos âmbitos micro, meso e exossistêmico, o uso e o tráfico de drogas são fenômenos de grande repercussão (Reis & Oliveira, 2017). Em famílias em situação de vulnerabilidade, essa dinâmica se vê retroalimentada, uma vez que as ausências de renda e emprego são, ao mesmo tempo, um fator de risco para muitas situações adversas e, muitas vezes, propulsor para o uso e tráfico de drogas, reverberando em toda dinâmica e organização familiar (Sakiyama, Padin, Canfield, Laranjeira & Mitsuhiro, 2015).

Em contextos de risco, as famílias tendem a silenciar os episódios violentos, constituindo-os em interditos, especialmente quando se situam no âmbito das relações privadas (Narvaz & Koller, 2006). Nesse sentido, faz-se necessário considerar algumas características: classe social, gênero, nível de escolaridade, inserção laboral, e transgeracionalidade do fenômeno, compreendendo-o como complexo e multifacetado. A ausência de apoio e recursos intrafamiliares e sociais dificultam a constituição de um sistema saudável, reverberando em histórias transgeracionais de violência, que, por

vezes, se mostram como a única possibilidade de responder aos conflitos instaurados, em um ciclo que se repete, de mãe para filha (Walsh, 2016). Presenciar episódios de violência conjugal na infância e na adolescência é um fator de risco para a repetição das mesmas estratégias disfuncionais em relações futuras (Sant'Anna & Penso, 2017; Falcke & Féres-Carneiro, 2011).

Apesar de existirem muitos estudos sobre violência interpessoal, sua associação aos fenômenos da transgeracionalidade e das vulnerabilidades não é um tema recorrente na literatura, especialmente no que se refere a famílias em vulnerabilidade socioeconômica, especificamente na vivência de mulheres, com o método estudo de casos múltiplos com uso de genograma. Com isso, o presente artigo busca conhecer qualitativamente as experiências de violências interpessoais transgeracionais e atuais, de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidas em dois Centros de Referência de Assistência Social no Sul do Brasil.

MÉTODO

Pesquisa qualitativa de estudos de casos múltiplos, com delineamento transversal.

Participantes

Participaram deste estudo oito mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendidas por dois CRAS no Sul do Brasil. Foram adotados como critérios de inclusão os seguintes pontos, a saber: (i) ter mais de 18 anos; (ii) ser alfabetizada; (iii) ter pelo menos um filho; (iv) ter tido pelo menos uma relação amorosa com duração mínima de seis meses; e (v) ter coabitado com companheiro(a) em algum momento. Como critérios de exclusão: (i) não ser usuária atendida no CRAS; e (ii) não possuir inscrição no Cadastro Único de Programas do Governo Federal. Os dados sociodemográficos são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Dados sociodemográficos

	N	%
Sexo		
Mulheres	8	100
Idade		
Média	33,75	
Raça/Cor		
Preta	2	25
Branca	6	75
Renda (per capita)		
Até R\$ 89,00	5	62,5
Mais de R\$ 178,00	3	37,5
Políticas de Transferência de Renda (Programa Bolsa Família)		
Sim	8	88,9
Não	1	11,1
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	5	62,5
Ensino Fundamental Completo	1	12,5
Ensino Médio Completo	2	25
Estado Civil		
Solteira	5	62,5
Casada	1	12,5
Separada/Divorciada	2	12,5
Número de Filhos		
1	1	12,5
2	3	37,5
3	2	25
4 ou mais	3	25
Situação de Moradia		
Própria (ocupação)	4	44,4
Própria (regularizada)	1	11,1
Cedida por familiar	4	44,4
Própria (ocupação)	4	44,4

Fonte: elaborada pelos autores.

Instrumentos para coleta de dados

Para a coleta de dados, foi aplicada uma ficha de dados pessoais e sociodemográficos. Em seguida, construiu-se o genograma familiar, uma técnica utilizada para acessar aspectos transgeracionais (Boeckel & Prati,

2016). Foi elaborado, também, um roteiro com 11 perguntas, em formato de entrevista semiestruturada dividida em três temas: violência interpessoal, rede de pertencimento e transgeracionalidade.

Procedimento éticos e processo de coleta de dados

O projeto foi aprovado pelo CEP – CAAE 3.458.839 e obedece às determinações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Após as aprovações, foi iniciado o processo de coleta de dados, por meio de convite e agendamento das entrevistas nos CRAS das participantes. As participantes foram acessadas por conveniência.

Procedimentos para análise dos dados

O método para análise das informações foi o de triangulação e síntese cruzada dos casos (Yin, 2015), com base na narrativa dos genogramas, do questionário aplicado, e da análise de semelhanças e singularidades dos casos.

RESULTADOS

Em um primeiro momento, são apresentados os resultados provenientes das descrições das histórias relacionais, dinâmicas e fenômenos apreendidos das entrevistas dos genogramas de cada participante. De maneira subsequente, em cada seção familiar, são exibidos os dados obtidos pelo questionário semiestruturado, vinculado aos dados do genograma e correspondente aos temas que emergiram da análise: violência, transgeracionalidade, redes de pertencimento e estereótipos de gênero. Posteriormente, é realizada a discussão dos achados das diferenças e singularidades entre os casos.

Família 1: Aline³, ensino fundamental incompleto, recicladora.

Aline, 34 anos, é a quarta filha de Dionísio e Elba. Dionísio, seu pai, faleceu em decorrência de um câncer. Sua mãe, Elba, está viva (61 anos). Do relacionamento de Elba e Dionísio, nasceram seis filhos: Fernando (falecido), Joana (41), Renata (36), Aline (34), Miriane (30) e Flaviane (27). Aline possui outro irmão, Douglas, pessoa com deficiência, de 22 anos, que nasceu do relacionamento de Elba com Milton, segundo casamento de Elba. Atualmente, Elba possui um relacionamento com Jocir, de 60 anos. Aline teve quatro relacionamentos amorosos. Da primeira relação, com Fábio, não teve filhos. Do segundo relacionamento, com Alexsandro, nasceram três filhos, Ian (14), Flaviano (13) e Nando (11). Após o rompimento dessa relação, Aline conheceu Ricardo, com quem teve o filho Lucas (5), e após o término do relacionamento, teve Otho (3), fruto de sua relação com Robson, também já rompida. Atualmente, Aline reside com seus cinco filhos e é usuária de drogas ilícitas, predominantemente crack. Durante a entrevista, não revelou muito sobre seus vínculos, mas apontou um distanciamento existente em sua relação com a mãe. Em relação ao seu pai, percebe-se a sua ausência, ao longo de seu desenvolvimento, mesmo esse tendo estado casado por anos com sua genitora. Ao ser perguntada sobre como nomearia sua família, Aline disse que não pensava em nenhuma opção.

Aline, em suas respostas ao questionário aplicado, referiu entender a violência como *“tudo”*: *“se eu vejo que já vão bater no idoso, já parto pra cima, ‘tô’ nem aí pra polícia, pra nada. Quer ver eu me sair é com idoso e criança”*. Mencionou episódios de violência familiar: agressão entre seu cunhado e irmã, o falecimento de seu irmão e negligência dos genitores de seus filhos com eles. Buscando acesso aos direitos de seus filhos (pensão alimentícia), mencionou ter buscado apoio com sua irmã Joana, e com advogado privado. Pessoalmente, referiu não ter vivido episódios de violência física. Aline identifica as mulheres da família vivenciando recasamentos: *“mulheres ficam com os filhos e não levam desaforo pra casa. Nenhuma*

3 Os nomes de todas as participantes do estudo, tanto as mulheres, quanto os membros de suas famílias, foram alterados para preservar suas identidades

de nós foge da briga". Em comum entre as gerações, percebe o número semelhante de filhos, sendo que Aline vê seu papel familiar como de *"pai e mãe"*. Verifica que, transgeracionalmente, existem muitos conflitos entre filhos/irmãos. Sobre a Aline mulher, diz: *"tá bem esquecida"*.

Família 2: Shena, ensino médio completo, autônoma.

Shena, 34 anos, é a quarta filha de Eunice (70) e Elzo (falecido aos 61 anos, usuário de álcool). Eunice, mãe de Shena, vem de uma família de doze filhos, provenientes da relação entre Carlos e Florinda, ambos falecidos. Shena menciona que sua avó, Florinda, era conhecida por ditar as normas familiares. Da união de Eunice e Elzo, nasceram cinco filhos: Júlia (50), Sílvia (45), Jonas (41, usuário de substância psicoativa – SPA), Shena e Iuri (gêmeos, 34 anos; sendo Iuri usuário de SPA). Shena tem três filhos, todos gerados em seu primeiro relacionamento, com Maicon (36, usuário de cocaína): Ellen (15), Enzo (14) e Jorge (12). Maicon já esteve em privação de liberdade por acusação de estupro, e Shena o avalia como pai ausente. Em 2008, Shena realizou laqueadura. Após a separação de Maicon, teve outros dois relacionamentos, também rompidos: com Cícero (36) e com Júnior (42). Ambos eram usuários de SPA: *"no início eram tranquilos, depois que se envolveram com meus irmãos – Jonas e Iuri – não prestaram mais, só queriam saber de festa e álcool"*. Shena nomeou sua família como *"Família Complicada"*.

Em sua definição de violência, Shena coloca: *"é também uma pessoa grossa, agressiva. Pode ser física e verbal. Jogar coisinhas no ar, indiretas que magoam, discriminações racial e social"*. Refere que sua irmã, Sílvia, relembra episódios de violência por parte do genitor: *"ela diz que ele batia até sangrar. Ameaçava a mãe (Eunice) de morte, com arma"*. Shena, no entanto, relata não ter vivenciado essas situações, mas entende que os fatos impactam de certa forma em sua vida. Shena referiu um episódio de violência conjugal com Maicon: *"ele tentou me sufocar e eu saí com um facão"*. Sentiu-se muito mal, pois Maicon era alguém que ela amava e para quem se dedicava. Quando viveu esse episódio, não recebeu o apoio

familiar esperado: *“Minha mãe me obrigou a casar, porque eu ‘tava’ grávida. Minha irmã até que tentou ajudar, ficou apavorada, xingou o Maicon. Minha irmã foi minha mãe”*. Shena percebe que as mulheres da família possuem em comum a garra, a batalha: *“Os homens não têm nada disso, são preguiçosos”*. Identifica seu papel na família como ambivalente: *“encostada e severino”*, referindo-se ao fato de não possuir trabalho formal, mas ser resolutiva quanto aos problemas familiares: *“trabalho mal remunerado esse”*. Acredita que sua família nuclear atual se difere das gerações passadas, no que tange à relação pais-filhos: *“não tem brigas entre eu e meus filhos ou entre eles”*. Nas relações conjugais, percebe algumas semelhanças, pontuando diferenças: *“traições e uso de drogas/álcool. Mas diferente das outras (mulheres da família), eu não aceito”*.

Família 3: Sônia, ensino fundamental completo, autônoma.

Sônia (29 anos) é a única filha do relacionamento entre Valdo e Simone. No entanto, Sônia foi criada, de fato, por seus avós paternos, Boris e Amarilda, ambos falecidos aos 75 anos. Além de Valdo, Boris e Amarilda tiveram outros dois filhos. Quando seus avós faleceram, Sônia foi emancipada, aos 14 anos, passando a residir sozinha aos 15. Sua relação com Simone está rompida, nunca tendo se efetivado uma relação mãe-filha; quanto ao pai, Valdo, também refere relação distante. De um relacionamento amoroso anterior de Valdo, nasceram os irmãos gêmeos de Sônia, mais velhos, com os quais ela também não possui contato. Simone teve outras três filhas: Priscila (27), Yana (26) e Caroline (23,). Sônia viveu um relacionamento amoroso com Diego (27, usuário de SPA), com quem teve dois filhos: Vinícius (4) e Kamily (2). Eles se separaram recentemente, e é Sônia quem realiza os cuidados dos filhos. Ao ser questionada sobre como nomearia sua família, disse que não lhe ocorria nenhuma opção.

Sônia, em sua entrevista sobre o genograma, definiu violência como: *“É tudo. É um tapa, umas palavras. Quando as pessoas te magoam”*. Quanto às vivências do fenômeno violento em gerações anteriores, Sônia refere não se recordar. Na sua história, mesmo relatando o abandono

dos pais, entende que essa foi uma forma de cuidado: *“me entregaram pra quem ia cuidar”*. Já com o ex-companheiro, traz marcas da violência doméstica: *“ele me agredia com palavras, dava tapas. Chamava de puta e vagabunda”*. Sônia entende essas vivências como uma falta de consideração: *“Ele não lembrou de tudo que eu fiz pra ele. Não me valorizou. Sinto mágoa, tristeza, raiva”*. Sobre esse episódio, menciona ter recebido ajuda somente institucional: *“as pessoas não me ajudaram porque não sou de pedir ajuda. Mas tive ajuda aqui, do CRAS. E a dona Carmen (responsável por uma instituição comunitária), foi comigo fazer o B.O., na delegacia”*. Não entende que haja semelhança entre todas as mulheres da família: *“só é comum entre mim e minhas irmãs: Nós não abandonamos nossos filhos, diferente da mãe”*. Sobre o seu papel na família: *“Me vejo sendo o homem, a mulher, o pai e a mãe ao mesmo tempo”*. Vê semelhanças entre sua família nuclear atual e as gerações anteriores no que diz respeito ao cuidado: *“mãe protegendo os filhos, como minha avó fazia conosco”*.

Família 4:

Denise, ensino fundamental incompleto, dona de casa.

Denise (50 anos) é a quinta filha, de um total de oito, da união de Filipe (falecido aos 70) e Pamela (85 anos). Seu pai era usuário de álcool, situação que acarretou impactos em sua saúde, tendo falecido em decorrência dessas repercussões. Sua irmã mais velha, Amália (59) é casada e tem duas filhas. Fernando (56) e Vitor (55) eram usuários de drogas. Amilton (52) é deficiente visual, Joselita (48) teve uma filha de um relacionamento que terminou por infidelidade. Rita (43) é casada e tem dois filhos e seu irmão Gilson (40) é solteiro. Nenhum homem, dentre os irmãos de Denise, possui relacionamento amoroso ou filhos. Denise tem duas filhas: Marina (23) e Priscila (17), provenientes de dois relacionamentos. Marina é filha de Barroso, que era usuário de SPA, e Priscila, de Rubens. O último relacionamento mencionado por Denise foi um namoro, também já rompido com Vilson, que era usuário de SPA. Marina, da relação com Flávio (24), teve dois filhos: Tiago (5) e Diego (2). A relação com Flávio terminou, devido à traição e Tiago passou a residir com a avó, Denise. Priscila, que voltou a

residir com a mãe, teve um relacionamento com Iuri (23), que assim como a relação da irmã, terminou por infidelidade. Ao ser questionada sobre como nomearia sua família, disse que não pensava em nenhuma opção.

Denise, em sua entrevista, ao definir a violência disse: *“É palavrão, é ‘passamento’, vagabundo que passa a mão na gente. Um roubo, especialmente quando a gente é velha”*. No entanto, não conseguiu recordar de episódios de violência vivido por gerações familiares anteriores. Ela refere ter sofrido furtos, na comunidade que vivia anteriormente, e refere a negligência praticada pelo genitor Rubens, em relação à filha Priscila. Quanto ao episódio de furto, refere não ter contado com o apoio de nenhuma pessoa ou instituição. Denise acredita que as mulheres da família são solidárias, exceto pela irmã Rita que *“acha que é mais que nós”*. Quanto aos homens, define-os como usuários de álcool, menos trabalhadores do que as mulheres, e infiéis. Denise se coloca como o braço direito de todos. Percebe-se parecida com sua mãe: *“eu não deixo minhas filhas trazerem homem pra dentro de casa. Minha mãe era assim”*.

Família 5:

Caren, ensino fundamental incompleto, dona de casa.

Caren (29 anos) é a terceira filha de Pedro (56) e Rita (50). Pedro vem de uma família de 11 irmãos, assim como Rita, que também tem o mesmo número de irmãos. Do casamento de Pedro e Rita, nasceram quatro filhos: Luiza (33), Gustavo (31), Caren (29) e Fernanda (25). Gustavo se envolveu com o tráfico de drogas e outros crimes, e já esteve no sistema prisional. Fernanda teve um filho do seu relacionamento com Kirosmar, que era usuário de SPA. Já Caren, de seu primeiro relacionamento, com Richard (falecido aos 25 anos, por tráfico de drogas e uso de SPA), teve Kamila (14), que hoje reside com os avós, Pedro e Rita. Após o término do relacionamento com Richard, conheceu Igor (33), gerando Kiara (10) e Kiko (5), que residem com o casal. Caren não nomeou sua família.

Definir a violência foi difícil para Caren: *“Muito ruim, muito complicado. É tudo, essa questão de se envolver com o que não deve, gera violência”*. Recorda-se que seu tio materno abandonou nove filhos, e

que isso a impactou, por ver seus primos passando muitas necessidades. Vivenciou a violência junto com sua família, quando houve um tiroteio “direcionado” ao seu irmão Gustavo: *“aquilo foi um terror. Achei que meus filhos iam estar mortos. Meu sentimento é medo, às vezes quase perco meu sono por causa disso”*. Nessa situação, quando perguntada sobre o auxílio recebido, diz: *“Pude contar com a ajuda de pessoas, sim. Com a minha (ironia)”*. Sobre as instituições de suporte, menciona a religião (umbanda). Caren define as mulheres dessa família como cuidadoras, zelosas e promotoras da união. A diferença, entre as gerações da família, fica por conta do uso de drogas. Caracteriza a si própria como filha carinhosa, mas brigona, e destaca características herdadas: protetora, zelosa. Entre as semelhanças das famílias, o que prevalece é mesmo a união.

Família 6: Diana, ensino médio completo, dona de casa.

Diana (29 anos) é filha de Patrício (66) e Lilian (68). Lilian é a quarta filha de Arnaldo (falecido, sem informação de idade) e Maristela (96). Patrício, de um relacionamento anterior, gerou Artur (42), o qual está atualmente casado com Cláudia. Diana e Patrício tiveram, dos 6 aos 25 anos dela, uma relação bastante distante: *“ele só pagava a pensão (alimentícia)”*. Há quatro anos, voltaram a se falar. Diana teve um relacionamento com Jordano Jorge (35), do qual nasceram dois filhos: Jordano (3) e Olga (1). Hoje, separados, Diana relata que ela e o ex-companheiro mantêm uma relação de amizade e parceria no cuidado com os filhos. Diana não nomeou sua família.

Para Diana, *“violência é tudo que te fere, tanto fisicamente, quanto emocionalmente”*. Não se recorda de episódios vividos em gerações anteriores. Sobre si, destaca um assalto. Na época, recebeu auxílio e apoio de sua mãe. Não houve suporte percebido por instituições. Em sua percepção, o que há de comum entre as mulheres dessa família: *“São mães, muito presentes. São pessoas cuidadosas”*. Entende que os membros da família têm um bom relacionamento. Define-se como uma pessoa atenciosa,

querida, sempre disposta a ajudar. Sobre as gerações (família de origem e família nuclear atual), pontua como diferente o número de filhos e o modo como os homens desempenham o papel de pai.

Família 7: Camila, ensino fundamental incompleto, dona de casa

Camila (20 anos) é filha de Simone (falecida aos 31 anos, por AIDS) e Lúcio (50). Simone tem oito irmãos. Os avós maternos de Camila são falecidos. Do relacionamento entre Lúcio e Simone, nasceram cinco filhos: Diogo (22), Milton e Camila (20 anos, gêmeos), Jenifer (19) e Mari (16). Simone, após se separar de Lúcio, teve um relacionamento com Ricardo (40 anos, usuário de SPA). Quando Simone faleceu, todos os filhos foram para um abrigo⁴, exceto Milton. Todos os filhos têm um relacionamento distante com o genitor, Lúcio. Camila teve três relacionamentos amorosos. Com Edilson (21), que era usuário de SPA, teve Jonas (2). Durante sua gestação, Edilson avançou em sua barriga com uma faca, o que ocasionou a separação do casal. Ainda durante a gestação, conheceu Ademir, com quem o episódio de violência se repetiu, causando mais uma vez o rompimento. Atualmente, Camila vive junto de seu companheiro Edimilson. Camila nomeou sua família como “*Família Reunida*”.

Para Camila, violência é: “*aquilo que faziam meus ex-companheiros. A ponto de querer fazer abortar uma criança, bater em uma mulher. Judiar de criança, maltratar os próprios filhos. Judiar de idosos*”. Lembra-se que sua mãe vivenciou a violência com o companheiro Ricardo. Camila relaciona essa vivência de sua genitora às violências a que ela foi acometida. Ainda relata a negligência de seu genitor: “*pra mim, não é meu pai*”. Descreve seus sentimentos, sobre as violências sofridas: “*Situação ruim. Sentimento de morrer, sendo judiada por homem. Me senti triste, porque, quando acontecia isso comigo, eu lembrava da minha mãe*”. Dentre as situações que ocorreram, menciona ter sido ajudada somente no episódio com Ricardo, no qual vizinhos e sogra lhe auxiliaram a “expulsá-lo” de casa.

4 Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

As instituições não contribuíram no rompimento dos episódios violentos, em sua percepção. Sobre as mulheres e seus papéis, Camila destaca: “*Na questão do trabalho, eu, a mãe e a Jenifer. O jeito, o companheirismo*”. Entre as gerações, o laço se encontra na busca por trabalho para garantir o sustento dos filhos. E também, na vivência de violência conjugal. Camila se descreve como: “*Pessoa que passa trabalho. Procuro ajudar os outros, sempre que eu posso*”. Sobre as gerações, entende que há mais diferenças do que afinidades.

Família 8:

Antônia, ensino fundamental incompleto, dona de casa

Antônia (45 anos) é filha de Ricardo (67, usuário de SPA) e Cecília (70). Antônia tem uma relação distante com seus genitores, viu sua mãe duas ou três vezes em sua vida. Ela foi criada pelos avós paternos Osmar (89) e Tamara (falecida aos 64 anos, era usuária de SPA). Antônia tem dois irmãos de relacionamentos posteriores de Ricardo: Arnaldo (35), e uma irmã, a qual não soube referir o nome. Antônia, de seu relacionamento com Jader (50, usuário de SPA) teve três filhos: Gabriel (falecido), Samara (20) e Higor (18). Gabriel, faleceu aos 17 anos, assassinado por envolvimento com o tráfico de drogas, decorrente do uso de drogas ilícitas. Samara é casada com Elias (22), com quem teve Thomas (3). Higor é usuário de SPA e encontra-se internado na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), com acusação de assassinato. Antônia, de sua segunda união, com Tailor, atualmente separados, teve dois filhos gêmeos: Rian e Nataly, de 10 anos. Antônia relatou a vivência de recorrentes episódios de violência doméstica do ex-companheiro, e afastamento dele dos filhos. Antônia nomeou sua família como “*misturada e complicada*”.

Para Antônia, violência é: “*Ser agredida pelo companheiro. Ser obrigada a fazer uma coisa que tu não quer fazer, seja pelo companheiro ou pessoa da família. Agredir uma pessoa, obrigar a fazer aquilo que não quer*”. Não se recorda de vivências de violência por membros de gerações passadas. Mas traz episódios sofridos posteriormente: “*Meu ex-marido, Jader, cometia violência doméstica, quebrava tudo dentro de casa. Com*

o Tailor também, de violência psicológica. Não me permitia maquiar, me vestir do jeito eu queria. Empurrões, ‘correções’ em frente aos outros”. Sobre seu sentimento: “Medo, raiva, porque a gente não queria que aquilo estivesse acontecendo. Tristeza. Ele fazia eu sentir que eu tava errada. Arrumava amante pra mim e ele que tinha”. Quem a auxiliou foram: “As pessoas da igreja, a ‘mãe’ (tia Rosangela), e largar na mão de Deus”. Ainda destaca como instituição de suporte o CRAS. Refere as semelhanças entre as mulheres da família: “Abandono dos maridos. A gente no começo fica frágil, mas depois levanta a cabeça e segue em frente. Guerreiras, não têm medo de encarar serviço e o mundo”. Já entre os homens, percebe que o uso de substância é aspecto em comum. Descreve a si mesma como: “Uma mãe, que apesar do sofrimento amadureceu, mudou muita coisa, que vivia sob pressão [...]”. Entende que as gerações familiares se diferenciam: “É diferente, estamos escrevendo outra história, mais paciente com outras atividades. Eu tenho paz. Com meus pais era muita ausência. Com meus avós, briga, guerra”.

DISCUSSÃO

Nos relatos das participantes é possível identificar a ocorrência das vivências violentas em suas diversas formas. Aquelas que ocorrem dentro de casa – situações de negligência paterna, violência conjugal ou sexual – localizam-se no contexto do microssistema (Bronfenbrenner, 2011). Os microssistemas são compostos dos ambientes em que há contato direto, face a face e, portanto, os vínculos constituídos nessas relações são de extrema importância, possuindo influência direta na pessoa em desenvolvimento. Nos casos apresentados, é possível identificar negligências, especialmente no que se refere às ausências paternas, sendo quase unânime a visão de um homem que não é capaz, que usa substâncias psicoativas e que não assume o cuidado dos filhos. Tais ausências e negligências masculinas são observáveis transgeracionalmente, dificultando a ruptura do ciclo violento e o exercício da coparentalidade (Santos, 2015).

Neste contexto, são constituídas famílias monoparentais femininas, evidenciando um recorte de gênero (Falcke & Féres-Carneiro, 2011). A

mulher, sobrecarregada, precisa se desdobrar no papel de chefe de família, mulher e mãe, sendo constantemente posta à prova, nos âmbitos público e privado (Verza, Sattler & Strey, 2015). Essa sobrecarga pode acabar por criar na mulher um sentimento permanente de falta, pois buscando exercer o papel de dois, acaba por estar sempre com o sentimento de dever algo, situação que se agrava ainda mais pelas ausências de renda (Costa & Marra, 2013; Walsh, 2016). Observa-se que as mulheres vêm assumindo, geração após geração, papel central nos cuidados parentais. Diante das ausências masculinas nas gerações subsequentes, muitas vezes as avós atuam como rede e fonte de ajustamento para as filhas, agora também mães, perpetuando a sobrecarga feminina transgeracional, ou o que Hines (1995) vai denominar de “feminização da pobreza”. Ante tantas violências e ausências, produzem-se mulheres superprotetoras e exaustas na tarefa de tentar dar conta desses cuidados sozinha, por meio de uma herança cultural de monoparentalidade e recasamentos. Evidencia-se, desse modo, a imobilidade dos papéis e manutenção das normas familiares, dificultando a produção de um sistema saudável, que busque outras estratégias de resolução de conflitos, para além da violência, visto que as experiências vividas na família de origem repercutem na dificuldade de identificar padrões ineficazes de relacionamento (Walsh, 2016; Razera, Bedin, Mosmann & Falcke, 2022).

Nem sempre de forma evidente, mas entremeado nas falas de muitas das participantes, se coloca a violência conjugal. O fenômeno ocorre dentro de casa e tem como algoz parceiros íntimos (WHO, 2002). A violência conjugal pode se apresentar de diversos modos e, especificamente neste artigo, ficaram evidentes duas formas: física e psicológica. Em comum, despontam alguns fatores como o uso de substância psicoativa por parte dos companheiros e a transgeracionalidade, demonstrando que a violência doméstica, frequentemente, impacta na funcionalidade familiar, com a reprodução do ciclo da agressão por filhos(as) que sofreram com essa vivência em sua família de origem (Rodrigues et al., 2024). Percebe-se ainda que, muitas vezes, a violência ilustra o estopim do início do uso de substâncias, desencadeando-a e potencializando-a, instaurando, assim, estratégias de dominação na relação (Carvalho, Oliveira, Gomes, Santos, Estrela & Duarte, 2018).

Para Falcke e Wagner (2011), a violência se estabelece nos casais, quase sempre, como um processo cíclico, relacional e progressivo, no qual muitos pares permanecem por anos, sendo de difícil ruptura. E, ainda, quando se rompe com o agressor, é comum que a nova relação também seja violenta. Percebe-se isso nas histórias de Camila e Shena, pois, mesmo quando rompem com o companheiro violento, logo estabelecem uma nova relação nos mesmos moldes. No caso de Camila, relaciona suas vivências às de sua mãe, estabelecendo-se a relação com os modelos de relacionamento que conhece. A participante, ao sofrer agressões físicas, sobretudo quando grávida, recorda do sofrimento da genitora, estabelecendo uma espécie de nexo entre a vivência de hoje e de ontem. Ainda quanto à violência física, Razera, Tomasi, Oliveira, Mosmann e Falcke (2022) demonstram que, em um relacionamento conjugal, quando ocorre de modo unidirecional, é preponderantemente praticada por homens. No caso de Shena, nos três relacionamentos conjugais que estabeleceu, os homens eram usuários de SPA, assim como seu genitor. Percebe-se que o papel de espectador ou de vítima efetiva da violência na infância e adolescência tende a nortear as vivências conjugais futuras, como um modo de reviver as vivências da família de origem nas construções das relações futuras (Sant’Anna & Penso, 2017; Falcke & Féres-Carneiro, 2011). Colossi e Falcke (2019), em um estudo quantitativo, demonstraram a influência da vivência de negligência física e abuso sexual na infância como predispositores para o cometimento de violência física na vida adulta, ao passo que a aliança parental disfuncional atua como propulsor para violência psicológica. No caso de Sônia, a ausência de um modelo parental positivo também pode ter influenciado o estabelecimento desse ciclo violento, resultando preponderantemente a vivência de difíceis sentimentos: “*raiva, tristeza e mágoa*”. Essas mulheres, muitas vezes, emaranhadas nas vivências familiares e sem poder identificar ou falar sobre suas influências traumáticas na constituição do hoje, acabam por repeti-las (Jucá-Vasconcelos & Féres-Carneiro, 2019). Os fenômenos de violência intrafamiliar aqui apresentados revelam a necessidade de que os profissionais que atuam com essas famílias estejam prontos para atendê-las na complexidade necessária, oferecendo atendimentos efetivos e não apenas encaminhamentos, como ponderam Rolim e Falcke (2018).

Percebe-se, também, a ocorrência de violências e vivências na comunidade, que se situam, pela classificação de Bronfenbrenner (2011), no *meso ou exossistema*, dependendo do grau de interação do sujeito. Nos casos das famílias de Diana e Denise, é possível identificar um medo exacerbado do externo. Diana relata uma vivência de assalto, ao passo que Denise divide uma visão de que “*lá fora há um homem mau*”, e de que os perigos do mundo estão fora de casa, na própria comunidade, que é o externo que a circunda. Nesse ínterim, é importante observar que apenas duas das participantes trataram do fenômeno violência comunitária como fonte de insegurança. Quase todas as participantes deste estudo revelaram a ocorrência do tráfico de drogas na comunidade, bem como o uso de SPA por parte dos homens. Pensando nessas violências e no seu silenciamento, cabe destacar a impressão de um ritmo particular à vida cotidiana das pessoas, causada pelas cenas de horror e morte, apresentadas com tal frequência, que passam a figurar como mais um dia comum nas periferias (Warpechowski & De Conti, 2019). Esses atravessamentos podem ser explicados por intermédio do olhar ao macrossistema. Cabe, no entanto, destacar que com base na repetição desses fenômenos, e a posição de lugar comum que adquirem, são diminuídos os recursos psíquicos para sua elaboração, majoritariamente derivados de um sentimento de desamparo social, reverberando em efeitos de apatia, silenciamento e apagamento subjetivo (Warpechowski & De Conti, 2019). Desse modo, quando pensamos no número de sujeitos das famílias entrevistadas que estavam em uso de substância psicoativa, ou envolvidos com o tráfico de drogas, é preciso atentar para o fato de que esse não é um fenômeno de isonomia social (Reis & Oliveira, 2017).

A vulnerabilidade social dessas famílias e sua escolaridade são fatores limitantes no acesso a trabalho e à renda, ocasionando a ausência de trabalho formal, sendo estes fatores contributivos para a iniciação no uso de drogas (Reis & Oliveira, 2017). As consequências desse uso são inúmeras: a impossibilidade de seguir trabalhando, a perda de renda, a prática de roubos no lar e na comunidade, e a promoção de um estado de dependência familiar, interferindo nas relações intrafamiliares, que estão relacionados diretamente ao comportamento aditivo (Sakiyama et al., 2015). Essa relação bidirecional, retroalimentada entre vulnerabilidade social e uso de drogas,

culmina em enormes riscos para as famílias. Ainda cabe pontuar que o uso de drogas, muitas vezes, leva os usuários ao tráfico, pois estes vêem na comercialização da substância ilícita a única possibilidade de manutenção do uso, possível fonte de sustento para si e para seus familiares (Reis & Oliveira, 2017). Assim, do modo como se estabelece esse ciclo, fica clara a dificuldade de rompê-lo quando estão interpostas ausências nos campos de renda, escolaridade e políticas públicas. Nas famílias entrevistadas, foi possível perceber a impossibilidade de construir novas formas de viver, expressas nas mortes ou prisões decorrentes do tráfico de drogas.

Ainda no campo dos sistemas, destacam-se aquelas vivências não nomeadas, não explicitadas e, por vezes, não pensadas como violências. Expressas no *macrossistema*, trata-se dos fenômenos que perpassam todos os outros ambientes, formando uma rede de interconexões e incluem questões tais como valores culturais e sociais, leis e outras questões que possam afetar de maneira indireta e/ou direta a vida da pessoa (Bronfenbrenner, 2011). As influências do macrossistema na vida das mulheres entrevistadas estão expressas, primordialmente, nos seguintes temas: globalização, pobreza estrutural e ausência de renda; e ausência de sonhos e o reforço da exclusão social.

Cabe recapitular alguns dados sociodemográficos das oito mulheres desse estudo. Duas dessas mulheres eram negras, seis estavam em situação de extrema pobreza e sete eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Três viviam em casas de ocupação e quatro em casas cedidas por familiares. É com base neste panorama social identificado que se coloca como necessário pensar nos conceitos de globalização e pobreza. Para Milton Santos (2020), a globalização como está posta, atualmente, é perversa, excludente, hegemônica e consumista, urgindo a necessidade de uma nova globalização. Mas, para isso, é necessário erradicar as condições de miséria. Para o autor, não há vida na miséria; a miséria é o completo aniquilamento do sujeito, ou quase isso. Já na pobreza, apesar de todas as dificuldades, há luta, resistência e busca pela possibilidade de seguir existindo. A pobreza de que o autor trata é a pobreza estrutural globalizada, uma forma de pobreza “pervasiva, generalizada, permanente e global” (Santos, 2020 p. 72). Nesta, o Estado se ausenta de sua missão de proteção social, culminando em uma

pobreza quase sem remédio, em que o desemprego e a baixa remuneração do trabalho relegam às camadas populares uma quase impossibilidade de sobrevivência. Só resta o fomento da luta ativa e tomada de consciência, para a formulação de uma política dos *de baixo*, em oposição à política do consumo (Santos, 2020).

As lutas diárias são um lugar conhecido para essas mulheres. A renda, ou ausência dela, é um dos fatores-chave para essas famílias, e quase todas as participantes eram beneficiárias de transferência de renda do governo. Como exemplo das políticas dos *de baixo* (Santos, 2020), aparecem a emancipação e o empoderamento feminino, elementos percebidos como resultantes do processo de implementação do Programa Bolsa Família e da figura da mulher como a primeira referência familiar (Moreira, Ferreira, Lima & Ckagnazaroff, 2012). No entanto, Lavinas, Cobo e Veiga (2012) pontuam que é necessário mais do que a renda para que o empoderamento feminino ocorra, as mulheres precisam de estímulos, de facilitadores que as auxiliem no processo de desobrigação de suas funções domésticas, estabelecendo um processo reflexivo sobre essas imposições sociais.

Como se pode ver, no caso de Camila, muitas dessas ausências em políticas públicas efetivas e a centralidade dos cuidados no papel feminino (Lavinas et al., 2012) levaram à sua institucionalização e à de seus irmãos em serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Uma família atravessada por violências, em suas diferentes formas, dentre elas a negligência e a violência institucional, quando, após o falecimento de sua genitora, nenhum outro membro da família assumiu os cuidados das crianças, levando à institucionalização delas. A magnitude dessas ausências se expressa, também, pelo fato de o lugar de cuidado ser destinado somente à figura feminina, que, por vezes, já vivencia a ausência de trabalho e renda. É necessário pontuar aqui que o recorte de raça, gênero e classe social repercute nas possibilidades de trabalho, restando, para a maioria das mulheres em situação de vulnerabilidade social, o trabalho precário e informal (Leonardo & Moraes, 2017).

O documentário “Nunca me sonharam” (Rhoden, 2017) retrata a ausência de perspectiva de vida enfrentada por essas mulheres e famílias, com base na história de alunos de ensino médio da rede pública. A ausência

de projetos de família, comunidade, Estado e sociedade para os jovens reverbera em uma impossibilidade de sonhar. Nas falas das mulheres aqui pesquisadas, é possível identificar as repercussões desse “não sonhar”: violências intra e extrafamiliares, ausência de renda e trabalho, pobreza, uso de substâncias psicoativas, assassinatos, prisões, e outras tantas mazelas humanas, para elas, já cotidianas. Não é possível dissociar a relação entre a violência estrutural, expressa nas desigualdades e opressões de Estado, e a produção das violências cotidianas, instauradas no microssistema (Fernandes & Ramos, 2010). Percebe-se, com base nessa relação, a necessidade de um Estado que ofereça proteção social como uma possibilidade de sonhar esses sujeitos. É preciso transformar um sistema assistencial, correcional e repressivo em um sistema protetor, que seja capaz de mudar a realidade social, com base na implantação de políticas públicas efetivas de Estado, garantindo direitos sociais e humanos (Benelli, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as histórias aqui contadas, ficam evidentes nos relatos de mulheres o atravessamento do fenômeno da violência interpessoal. Os perpetradores são diversos: o Estado, o cônjuge, a mãe, o pai. Mas a realidade que se coloca é: a violência deixa marcas que, frequentemente, atravessam gerações, que revivem esses fenômenos e seguem na busca de elaboração e de caminhos possíveis para seguir. Sobretudo, é necessário pensar que a fome é intensa e diversa: de pão, de moradia, de trabalho e de sonhos. Galeano, em sua maestria, descreveu bem: *“O sistema, que não dá de comer, tampouco dá de amar: condena muitos à fome de pão e muitos mais à fome de abraços”* (Galeano, p. 81, 2002).

Esse artigo se destaca ao discutir a relação entre violência interpessoal, intergeracionalidade e vulnerabilidade social em mulheres que vivenciam uma vulnerabilidade de renda. Há o recorte da violência de modo ampliado, não centrando somente na violência doméstica, como a maioria dos estudos, mas na permeabilidade do fenômeno nessas famílias de forma transgeracional. Como limitações deste estudo, aponta-se a amostra de mulheres residentes de um único município. Estudos com amostras de

outras regiões do país poderiam contribuir para a compreensão do fenômeno de modo mais ampliado. Assim como estudos com a inclusão de diferentes sujeitos das histórias familiares, tal como filhos, pais, etc.

Diante dessas difíceis realidades, sugere-se o fortalecimento de políticas públicas, programas e serviços que combatam a vulnerabilidade social e de renda em sua raiz, pois fica evidente que, sem isto, não será possível avançar nas demais: assistência social, planejamento familiar, políticas preventivas de saúde mental e para o uso de álcool e drogas, combate à violência, trabalho infantil, entre outras. A agenda de proteção social precisa transcender os muros do CRAS, pois sem habitação, trabalho e renda, pouco se consegue pensar em termos de futuro familiar. Considerando o estudo da OCDE (2018), um brasileiro que esteja entre os 10% mais pobres só verá, em média, um descendente seu chegar à renda média do país na nona geração. Dentre os trinta países analisados, o Brasil é o segundo pior nesse aspecto, demonstrando a persistência da renda intergeracional. Como traz Milton Santos (2020), a miséria é a ausência de vida. E, sem erradicar a miséria financeira, não será possível erradicar-se as demais mazelas transgeracionais: violência, ausência de cuidado, baixo nível educacional e o uso de substâncias psicoativas, dentre outras. Os esforços envidados pelos gestores dessas políticas públicas devem ser pautados pela vida e não há vida onde não há possibilidades: é preciso poder sonhar novos cotidianos para essas mulheres, para que elas sejam capazes de sonhar as novas gerações.

REFERÊNCIAS

- Benelli, S. J. (2020). *Psicologia e Assistência Social: interfaces políticas, clínicas e éticas*. Curitiba, PR: Editora CRV.
- Boeckel, M. G., & Prati, L.E. (2016). Genograma Familiar. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, C. M. Trentini, & J. S. Krug, (Orgs.), *Psicodiagnóstico* (pp. 243-263). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Brasil. (1988). *Constituição da república federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico.
- Brasil. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

- Brasil. (2014). *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Bronfenbrenner, U. (1996) *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Carmo, M. E., & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3), e00101417.
- Carvalho, M. R. D. S., Oliveira, J. F. D., Gomes, N. P., Santos, M. M., Estrela, F. M., & Duarte, H. M. D. S. (2018). Interface entre a violência conjugal e o consumo de álcool pelo companheiro. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71, 2109-2115.
- Colossi, P. M., & Falcke, D. (2019). Implications of experiences in the family of origin and infidelity in violence loving relationships. *Trends in Psychology*, 27, 339-355.
- Costa, F. A de O., & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-153.
- Falcke, D., & Féres-Carneiro, T. (2011). Reflexões sobre a violência conjugal: Diferentes contextos, múltiplas expressões. In A. Wagner (Org.), *Desafios psicossociais da família contemporânea* (pp. 72-87). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Falcke, D., & Wagner, A. (2011). A violência na conjugalidade: Possibilidades de intervenção. In Féres-Carneiro, T. (Ed.), *Casal e Família: Conjugalidade, parentalidade e psicoterapia* (pp.149-160). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Fernandes, L., & Ramos, A. (2010). Exclusão social e violências quotidianas em bairros degradados: etnografia das drogas numa periferia urbana. *Toxicodependências*, 16(2), 15-27.
- Galeano, E. (2002). *O livro dos Abraços* (9ª ed). Porto Alegre, RS: L&PM.

- Hines, P. M. (1995). O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. In B. Carter & M. McGoldrick (Cols.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 440-465). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Jucá-Vasconcelos, H. P., & Féres-Carneiro, T. (2019). Transmissão psíquica geracional: um estudo sobre violência conjugal contra mulheres. *Psicologia-Saberes e Questões*, 1(1).
- Lavinas, L., Cobo, B., & Veiga, A. (2012). Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Población*, 6(10), 31-56.
- Leonardo, F. A. M., & de Moraes, A. G. L. (2017). Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, 3(1).
- Moreira, N. C., Ferreira, M. A. M., Lima, A. A. T. D. F. C., & Ckagnazaroff, I. B. (2012). Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 403-423.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 8.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2018). Um elevador social quebrado? Como promover a mobilidade social. 2017. Recuperado de <http://www.oecd.org/brazil/socialmobility-2018-BRA-PT.pdf>.
- Razera, J., Bedin, L. M. T., Mosmann, C. P., & Falcke, D. (2022). Família de Origem e Conjugalidade: Considerações sobre a Direcionalidade da Violência. *Revista da SPAGESP*, 23(1), 30-43.
- Razera, J., Tomasi, L. M. B., Oliveira, E. L. D., Mosmann, C. P., & Falcke, D. (2022). Direcionalidade da Violência em Casais Heterossexuais. *Psico-USF*, 27, 527-538.

- Reis, L. M. D., & de Oliveira, M. L. F. (2017). Vulnerabilidade social em famílias que convivem com comportamento aditivo por tempo prolongado. *Acta Paul Enferm*, 30(4), 412-9.
- Rhoden, C. (2017). *Nunca me sonharam*: Maria Farinha Filmes. Documentário.
- Rodrigues, P. S., Souza, A. P., Vernasque, J. R. da S., Gimenez, F. V. M., Sponchiado, V. B. Y., & Marin, M. J. S. (2024). Implicações da violência doméstica contra as mulheres na funcionalidade familiar: revisão integrativa. *Revista De Enfermagem Da UFSM*, 14(10), 1-21.
- Rolim, K. I., & Falcke, D. (2018). Práticas em psicologia no atendimento a situações de violência conjugal em dispositivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(4), 1-16.
- Sakiyama, H. M., Padin, M. D. F. R., Canfield, M., Laranjeira, R., & Mitsuhiro, S. S. (2015). Family members affected by a relative's substance misuse looking for social support: Who are they? *Drug and Alcohol Dependence*, 147, 276-279.
- Santos, J. V. (2015). *Maternidade e os fatores de violência na interação mãe filho*. (Dissertação de mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Santos, M. (2020). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, SP: Record.
- Sant'Anna, T. C., & Penso, M. A. (2017). A transmissão geracional da violência na relação conjugal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 33.
- Verza, F., Sattler, M. K., & Strey, M. N. (2015). Mãe, mulher e chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando famílias*, 19(1), 46-60.
- Walsh, F. (2016). *Processos normativos da família: diversidade e complexidade*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Warpechowski, M. B., & De Conti, L. (2019). O silenciamento da violência. In: L. R. Cruz, N. Guareschi & B. M. Battistelli (Org.), *Psicologia e Assistência Social. Encontros possíveis no contemporâneo* (pp. 135-151.) Rio de Janeiro, RJ: Vozes.

- World Health Organization (WHO). (2002). *Informe mundial sobre la violencia y la salud: resumen*. Organización Panamericana de la Salud-Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud. Washington, D.C, USA. Recuperado de <https://bit.ly/WrmOvv>.
- World Health Organization (WHO). (2014). *Global status report on violence prevention 2014*. Washington, D.C, USA. Recuperado de <https://bit.ly/12sUA5Y>.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre, RS: Bookman.

Recebido em 08/08/2023

Aceito em 15/07/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Transição e adaptação ao ensino superior em estudantes de enfermagem de uma universidade pública de São Paulo

*Transition and adaptation to higher education
in nursing students from a public university in São Paulo*

*Transición y adaptación a la educación superior
entre estudiantes de enfermería
de una universidad pública de São Paulo*

Lucas Rossato¹
Thayná Bragagnollo Nery²
Ana Carolina Veloso Morotti³
Fabio Scorsolini-Comin⁴

Resumo

A transição para a universidade e a adaptação ao ensino superior envolve significativas transformações, promovendo diferentes desafios aos estudantes, sobretudo aqueles inseridos na área da saúde, em função da formação profissional relacionada ao cuidado. Este estudo qualitativo, exploratório e descritivo teve por objetivo apresentar desafios e potencialidades da adaptação ao ensino superior relatados por estudantes de um curso de enfermagem de uma universidade pública do Estado de São Paulo. Foi realizado um grupo focal com 38 estudantes matriculados no segundo semestre do curso. Os resultados

1 Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3350-0688>. E-mail: rossatousp@usp.br

2 Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6059-5972>. E-mail: thayna.nery@usp.br

3 Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2570-2936>. E-mail: ana.carolina.morotti@usp.br

4 Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6281-3371>. E-mail: fabio.scorsolini@usp.br

Agências de fomento: Capes

foram submetidos à análise temático-reflexiva, resultando em três temas principais: 1) Carga horária excessiva do ensino superior; 2) Suporte social; 3) Amadurecimento/Desenvolvimento pessoal. A transição e adaptação ao ensino superior foi marcada pela distância da família e das redes de apoio construídas anteriormente, bem como por dificuldades acadêmicas e necessidade de desenvolvimento de novos repertórios para as demandas emergentes. Sugere-se a atenção e o acolhimento a essas demandas como estratégia institucional, favorecendo a promoção da saúde mental junto a esse público.

Palavras-chave: Educação em Enfermagem; Saúde Mental; Educação Superior.

Abstract

The transition to university and adaptation to higher education involves significant changes, presenting different challenges to students, especially those in the health field, due to their professional training related to care. This qualitative, exploratory, and descriptive study aimed to present the challenges and potentialities of adaptation to higher education reported by students in a nursing course at a public university in the state of São Paulo. A focus group was conducted with 38 students enrolled in the second semester of the course. The results were submitted to thematic-reflective analysis, resulting in three main themes: 1) Excessive workload in higher education; 2) Social support; 3) Maturation/Personal development. The transition and adaptation to higher education was marked by distance from family and previously established support networks, as well as academic difficulties and the need to develop new repertoires for emerging demands. Attention and acceptance of these demands is suggested as an institutional strategy, favouring the promotion of mental health among this population.

Keywords: Education, Nursing; Mental Health; Education, Higher.

Resumen

La transición a la universidad y la adaptación a la educación superior implican cambios significativos y plantean diferentes retos a los estudiantes, especialmente a los que cursan estudios relacionados con la salud, debido a la formación profesional relacionada con la atención sanitaria. El objetivo de este estudio cualitativo, exploratorio y descriptivo era presentar los retos y las posibilidades de adaptación a la educación superior descritos por los estudiantes de un curso de enfermería de una universidad pública del estado de São Paulo. Se realizó un grupo focal con 38 estudiantes matriculados en el segundo semestre del curso. Los resultados se sometieron a un análisis temático-reflexivo, que dio como resultado tres temas principales: 1) Carga horaria excesiva de la educación superior; 2) Apoyo social; 3) Madurez/Desarrollo personal. La transición y la adaptación a la educación superior se caracterizaron por la distancia de

la familia y de las redes de apoyo construidas anteriormente, así como por las dificultades académicas y la necesidad de desarrollar nuevos repertorios para las demandas emergentes. Se sugiere prestar atención y acoger estas demandas como estrategia institucional, favoreciendo la promoción de la salud mental entre este público.

Palabras clave: *Educación en Enfermería; Salud Mental; Educación Superior.*

A recente expansão do ensino superior brasileiro a partir dos anos 2000 tem promovido um interesse nos processos relacionados à transição para a universidade, bem como a adaptação e a permanência nesse ambiente de ensino. As discussões sobre as políticas de acesso ao ensino superior e suas repercussões em termos educacionais, como no caso das ações afirmativas (Guarnieri & Melo-Silva, 2017) também se tornam legítimas. Nesse contexto, diferentes políticas públicas têm contribuído para o ingresso e a permanência de segmentos sociais historicamente excluídos do ambiente universitário, com o objetivo de melhorar os índices de escolarização, ampliar e democratizar o acesso a esse nível de ensino (Pena et al., 2020).

A chegada à universidade representa um passo importante no caminho educacional do aluno, sendo esta transição um processo que pode ser complexo e delicado que envolve uma sequência de mudanças nas esferas pessoal, afetiva, social e profissional, facilitando a capacidade do aluno de se adaptar a esse novo contexto de vida (Cabras & Mondo, 2017). Os desafios que o jovem enfrenta ao ingressar no ensino superior incluem temas acadêmicos, institucionais, de relacionamentos sociais, do seu desenvolvimento psicossocial e vocacional (Magalhães, 2013). Esse processo de transição para a universidade e adaptação ao ensino superior vem sendo cada vez mais investigado no cenário brasileiro (Dias et al., 2019), especialmente pelo fato de mobilizar sentimentos e transformações pessoais que podem interferir na saúde mental e na qualidade de vida (Nery et al., 2023; Rossato et al., 2022; Silva et al., 2025; Souza et al., 2023).

Entre as transformações na vida pessoal, a mudança de cidade, a distância da família, as mudanças no ritmo de estudo, frequência e número de atividades cotidianas, conteúdos estudados, bem como aquisições próprias da vivência universitária, o engajamento em outros cenários

relacionados ao ambiente universitário, como entidades estudantis, ligas acadêmicas, entre outros, constituem-se como elementos demarcadores desse período, como explicitado na literatura científica (Braga & Xavier, 2016; Porto & Soares, 2017; Silva et al., 2024). No domínio acadêmico/institucional, as exigências cognitivas, de organização e de compromisso com os estudos e com a própria aprendizagem serão mais elevadas. No âmbito social, será chamado a estabelecer relacionamentos interpessoais mais maduros com colegas e professores, e deverá adquirir novas competências e estratégias de tolerância às diferenças e de relações com autoridade (Magalhães, 2013).

É importante destacar que a adaptação acadêmica se constitui como o processo de ajustamento do indivíduo frente às mudanças inerentes à experiência universitária, tais como corresponder às exigências de desempenho, ajustamento a novas regras da instituição e a novos colegas, professores e funcionários (Oliveira et al., 2014). Em função das demandas que exige dos sujeitos, esse processo é considerado complexo e envolve fatores relacionados às vivências pessoais, desempenho acadêmico e desenvolvimento institucional (Porto & Soares, 2017). Ela também depende de um conjunto de fatores que faz com que os estudantes se sintam integrados ao curso e à universidade, sendo que nem sempre as dificuldades vivenciadas estão relacionadas diretamente ao contexto acadêmico ou centralizadas em fatores individuais (Oliveira & Dias, 2014).

Nessa perspectiva, as instituições de ensino superior têm se engajado na discussão sobre as estratégias para maior inclusão desses estudantes, reforçando o sentimento de pertencimento ao ensino superior. Isso envolve uma reflexão mais ampla que contempla, entre outros, as políticas de acesso e permanência estudantil, elementos da saúde mental, a construção de políticas acadêmicas marcadas pela cooperação, pelo respeito às diferentes e pela celebração da diversidade (Matioli et al., 2025). A Universidade de São Paulo, por exemplo, criou em 2022 a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, compreendendo que tais questões devem não apenas atravessar o fazer das demais pró-reitorias (graduação, pós-graduação, pesquisa e inovação, cultura e extensão), mas ser um pilar estruturante de uma universidade cada vez mais plural (Almeida et al., 2024; Universidade

de São Paulo, 2025). Em outras instituições, as chamadas pró-reitorias para assuntos estudantis, presentes em universidades federais, também têm buscado ultrapassar o desenvolvimento de políticas de distribuição de bolsas e auxílios, exclusivamente, buscando implementar um direcionamento mais estratégico acerca da inclusão dos estudantes nesse espaço de conhecimento e de formação profissional. Vemos, assim, uma mobilização institucional que tem permitido incluir a temática da transição e adaptação ao ensino superior como uma pauta política e não meramente individual, centrada nas características desenvolvimentais de cada estudante. Esse tem sido um importante avanço nos últimos anos, o que se dá no esteio das já consolidadas ações afirmativas do início dos anos 2000.

Do ponto de vista desenvolvimental, a experiência de ingresso na universidade exige o enfrentamento de um desafio particularmente importante: combinar a exploração e a falta de definição características da adolescência com as demandas exigidas de adultos em um ambiente desconhecido e altamente competitivo (Fernández et al., 2017). Contudo, os estudantes ainda podem expressar comportamentos fortemente associados à adolescência, como maior dependência dos pais ou questões relacionadas à autoimagem, assim como típicas da vida adulta, como maior engajamento laboral, por exemplo (Preto, 2018).

Embora os efeitos da transição possam afetar todos os universitários, estudos apontam que graduandos da área de saúde podem desenvolver maior probabilidade de experienciarem questões que afetam a saúde mental devido à maior exposição ao estresse, à competição e a uma rotina extensa de estudos, estágios e avaliações (Yosetake et al., 2018). No caso da enfermagem, essas demandas relacionam-se à construção de uma carreira fortemente vinculada a extensas jornadas de trabalho e à realização de procedimentos que demandam rigor, manejo técnico e exposição a riscos e erros decorrentes dessas atividades (Almeida et al., 2018; Hirsch et al., 2018).

Devido ao contexto do curso, os estudantes de enfermagem estariam mais expostos a elementos considerados de vulnerabilidade, coincidindo com a construção de uma identidade profissional (Alzayyat & Al-Gamal, 2014; Bublitz et al., 2016; Guo et al., 2019; Labrague et al., 2018; Persona

et al., 2024; Smith & Yang, 2017; Souza et al., 2023). Desse modo, compreender os percursos de transição do ensino médio para a formação em enfermagem, favorecendo reflexões que podem impactar diretamente no modo como a universidade tem se estruturado e se engajado no acompanhamento dos itinerários de seus estudantes durante a graduação, torna-se relevante (Scorsolini-Comin & Gabriel, 2019). Além disso, é mister considerar a importância de uma leitura interseccional sobre a temática, de modo que as questões de gênero, classe, raça/cor sejam endereçadas não apenas nas políticas institucionais, mas na compreensão desse fenômeno.

Frente a esse panorama, o presente estudo teve como objetivo central conhecer os principais desafios e potencialidades relatados por alunos ingressantes de um curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem de uma universidade pública. Os objetivos específicos relacionam-se à identificação dos fatores facilitadores e dificultadores da transição para a universidade, em busca do delineamento de estratégias que possam fortalecer a transição e auxiliar na permanência desse estudante no ensino superior.

MÉTODO

Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa, apoiada na metodologia de grupos focais (Barbour, 2009). O grupo focal consiste em uma técnica de investigação da metodologia qualitativa exploratória que busca apreender atitudes e opiniões dos participantes em relação à temática de uma pesquisa. Oportuniza envolver os participantes em um momento ímpar para contextualizar, refletir e analisar sobre o que se procura investigar, em um processo interativo que gera diferentes pontos de vista, opiniões, críticas e sugestões, provenientes das discussões motivadas pelas questões norteadoras.

Participantes

O grupo foi realizado com 38 estudantes do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem de uma universidade pública do Estado de São Paulo, em um único dia. Os participantes estavam matriculados e cursando o segundo semestre do curso e foram recrutados anteriormente à realização do grupo por meio da divulgação da pesquisa em sala de aula.

Procedimentos de coleta e análise de dados

A coleta foi realizada no final do segundo semestre letivo, de modo que os participantes pudessem trazer vivências relacionadas a todo o primeiro ano de curso. Esse recorte foi proposto em função de o estudo ter como meta a reflexão acerca da transição e o primeiro ano ser potencialmente o espaço no qual as características dessa transição podem ser mais bem reconhecidas e/ou identificadas.

No dia destinado à realização do grupo, os pesquisadores explicaram os termos de participação e as regras gerais de funcionamento da atividade grupal. Foi esclarecido o objetivo e a finalidade das atividades, tendo em vista um maior esclarecimento. A partir da anuência o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi disponibilizado, lido coletivamente e posteriormente assinado.

O grupo foi coordenado por um psicólogo com experiência grupal e que não possuía vínculos com a turma e acompanhado por um co-coordenador, também psicólogo, que realizou anotações sobre a dinâmica grupal. A pergunta norteadora do grupo foi: “Quais os desafios relacionados à transição do ensino médio para a universidade?”, com o objetivo de compreender as dificuldades enfrentadas durante a transição para o ensino superior e como foram resolvidos os obstáculos a partir do momento que foram introduzidos na vida acadêmica.

O grupo foi audiogravado, com consentimento dos envolvidos e a audiogravação foi posteriormente transcrita na íntegra e literalmente. O material resultante dos 89 minutos registrados em áudio constituiu o

corpus da pesquisa. Este *corpus* foi submetido à análise temático-reflexiva (Braun & Clarke, 2019) e os temas produzidos foram discutidos com base na literatura científica disponível sobre o tema.

Considerações éticas

O projeto que deu origem a este estudo foi elaborado seguindo a Resolução nº 466, de 12/12/2012, do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (CAAE 99807118.0000.5393).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contextualização do estudo

Entre as modalidades do curso de Enfermagem no Brasil, há o Bacharelado em Enfermagem, considerada uma formação mais tradicional, que forma o enfermeiro para a atuação nos diversos equipamentos de saúde que envolvam o cuidado e a gestão, além da pesquisa na área. Além dessa modalidade, algumas instituições de ensino superior ofertam a Licenciatura em Enfermagem, voltada exclusivamente para a formação de docentes em cursos de formação para auxiliares e técnicos em Enfermagem, habilitando os chamados enfermeiros licenciados ou enfermeiros educadores. Uma terceira modalidade existente em nosso país é a graduação que integra tanto o Bacharelado como a Licenciatura em Enfermagem, que forma profissionais para atuarem diretamente na educação profissional na área (como docentes em cursos profissionalizantes, por exemplo) e, também, na educação básica, além das habilitações inerentes ao tradicional Bacharelado.

Neste estudo, aborda-se a modalidade Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem. Os estudos realizados nesses cursos integrados têm abordado as facetas dessa formação, como o incentivo à promoção de saúde (Nakano & Gonçalves, 2019) e mesmo as metodologias didático-científicas empregadas para a formação desses novos profissionais (Gonçalves et al.,

2019). No entanto, ainda são insipientes os estudos que tratam do percurso universitário desses graduandos, notadamente dos processos de transição e adaptação ao ensino superior que podem ser particulares a essa modalidade.

Dos 46 alunos matriculados no 1º ano do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem da referida instituição, 38 participaram deste estudo. A maioria dos estudantes era do sexo feminino (76,3%), em consonância com o perfil da profissão, (Souza, 2014). A maioria dos alunos (n=24; 63,1%) são provenientes do ensino médio cursado na rede pública, o que pode refletir as atuais políticas de acesso ao ensino superior público, com a existência de ações afirmativas. Destaca-se que o referido curso é oferecido no período vespertino/noturno, havendo estudantes trabalhadores em maior número do que em comparação com os estudantes do curso integral (Bacharelado em Enfermagem) (Corrêa et al., 2018). Há que se destacar que, à época da coleta dos dados, mesmo com as ações afirmativas para ingresso no ensino superior, a referida instituição ainda não possuía a maioria dos seus estudantes provenientes do ensino médio público. Essa realidade, no entanto, foi alterada logo nos próximos anos após a coleta dos dados (Universidade de São Paulo, 2025). A seguir, os temas produzidos por meio da análise do *corpus* serão apresentados e discutidos.

1) Carga horária excessiva do ensino superior

A carga horária, considerada pelos alunos como elevada e concentrada, foi apontada como um fator de potencializador de situações desgastantes, tornando-se limitante para a dedicação em atividades curriculares e extracurriculares. Essa carga horária elevada acarreta aos graduandos sentimentos de despreparo e insegurança para a prática clínica, educação em saúde, atuação no ambiente escolar, dentre outros, trazendo a própria estrutura curricular como problemática, podendo ser identificados diversos fatores que podem desencadear situações estressoras, tais como o nervosismo, angústia e ansiedade. Isto ocorre devido a quantidade de situações que devem ser gerenciadas, dentre elas relacionadas à vida social, pessoal, demandas acadêmicas e a preparação para a carreira profissional (Benavente et al., 2014; Bublitz et al., 2016).

Os outros amigos da faculdade sempre têm tempo livre, tem tempo pra tirar uma soneca, um dia assim, meia horinha assim a gente não tem, então isso é horrível, parece que... tira a vontade de.... a gente chega aqui com vontade de participar de várias coisas, de várias atividades mas aí chega, é cansativo, a gente só quer ter o mínimo de tempo pra descansar, porque não dá, a gente não pensa em participar de nada. [Participante 6]

A elevada carga horária do curso é relatada como problemática, compondo uma situação de grande preocupação para os estudantes, dado já reportado em estudos anteriores (Nery et al., 2023). Durante a vida acadêmica, é recorrente essa situação de distanciamento de atividades antes realizadas, como por exemplo, relacionamentos fora do espaço universitário, sendo grande parte dos motivos relacionadas a mudança de rotina, tornando dificultoso para os estudantes (Campos et al., 2019). Estudos como o de Mikkonen et al. (2015) evidenciam como as vivências universitárias interferem na qualidade de vida dos estudantes e como podem impactar nos diversos âmbitos que compõe seus contextos vivenciais.

É a questão também de que a partir do momento que você entra na universidade, parece que todas as outras coisas que você fazia antes não tem como mais você fazer. Por exemplo, eu marquei muitos médicos e aí não deu pra ir, em nenhum, porque eu não tinha tempo. [Participante 20]

Eu senti muita dificuldade no modo de estudar, que eu vim de escola pública e quando a gente aqui, a gente acha que vai tá no mesmo nível e a gente pede muita coisa da gente, a gente tem que estudar muito mais do que a gente tem tempo e a gente acha que é um curso. Também outro erro é que quando a gente vai se inscrever. Tá que é um curso noturno, sendo que as aulas são tarde e noite e a gente pensa que vai ter tempo pra estudar, mas e aí a gente tem coisa da faculdade e ainda a gente tem que estudar senão a gente não consegue passar nas disciplinas. [Participante 9]

Eu também não sabia dessa questão de carga horária, que era tarde e noite, eu sofri muito (...) eu senti uma estafa muito grande. [Participante 15]

Como afirmado anteriormente, o curso em questão possui atividades nos períodos vespertino e noturno. Muitos alunos relataram não conhecer essa realidade no momento da inscrição no vestibular, considerando que o curso seria exclusivamente noturno, o que tem atraído estudantes trabalhadores (Corrêa et al., 2018). Além disso, destaca-se que se trata de um

curso relativamente novo, criado em 2006. O curso de Bacharelado em Enfermagem, oferecido na mesma instituição, é mais tradicional e mais conhecido, inclusive pelas pessoas que buscam o vestibular para acesso a essa universidade. As queixas em relação ao excesso de carga horária, com poucas horas livres no currículo, têm sido reportadas em diferentes espaços institucionais. Algumas mudanças têm sido pensadas institucionalmente, como a diluição e/ou concentração de disciplinas em determinados períodos, a ampliação de áreas verdes (períodos sem disciplinas), mas os efeitos ainda continuam sendo relatados como desadaptativos no primeiro ano de curso. Mais recentemente, destaca-se a existência da reforma curricular, que vem sendo implementada por meio de oficinas pedagógicas e que visam a endereçar, entre as alterações possíveis, a revisão da distribuição da carga horária com vistas a mitigar o seu impacto no bem-estar discente e no desempenho acadêmico.

Para além das questões curriculares e institucionais envolvidas na discussão da carga horária de um cursos, há que se considerar as dificuldades de gerenciamento de tempo nesses jovens adultos, haja vista que precisam ocupar diferentes papéis e podem ter dificuldades em conciliar trabalho, estudo, lazer e família, além de problemas financeiros que podem impactar esse momento de vida (Almeida & Teixeira, 2018; Benavente et al., 2014). No caso desse curso em análise, conforme mencionado, muitos estudantes também trabalham, o que amplia o desconforto em relação à excessiva carga horária de atividades (Corrêa et al., 2018). No caso do perfil eminentemente feminino do presentes estudo, demandas relacionadas ao ambiente familiar também podem estar associadas a uma maior sobrecarga, o que não foi mencionado pelas participantes em um primeiro momento, mas que poderia ser aprofundado em futuras investigações.

Aliás, nesse contexto, manter uma atividade laboral pode ser até mesmo inviável considerando as atividades em dois períodos do dia. Esses aspectos podem ser evidenciados quando relacionada à permanência estudantil, expectativas em relação ao futuro profissional e situações correlacionadas às particularidades do próprio indivíduo. Ainda em relação ao contexto investigado, embora não haja dados consolidados sobre a empregabilidade desses estudantes (Corrêa et al., 2018), destaca-se que muitas

estudantes atuam como técnicas de enfermagem, sendo complexa a tarefa de conciliar estudo e trabalho, sobretudo diante das elevadas jornadas da área de enfermagem.

Nesse processo, adaptar-se às novas rotinas exigirá do estudante ter que lidar com mais um contexto em meio a outras mudanças que já vem ocorrendo em sua vida e que repercutem em suas vivências devido às dimensões que assume. Tomando como referência a saída do ensino médio e a entrada no ensino superior ocorrendo, em média, por volta dos 18 anos de idade no cenário brasileiro, esse momento pode coincidir com a transição da adolescência para a vida adulta (adulter emergente), situação em que o indivíduo se torna ainda mais vulnerável, já que necessita também de seu crescimento pessoal para enfrentar os obstáculos tanto da vida adulta quanto da vida universitária (Braga & Xavier, 2016). Nesse período, percebe-se que os estudantes passam a ter que lidar com demandas da vida adulta, em um processo em que a transição nem sempre pode ter sido bem elaborada.

A carga horária elevada acaba sendo para os estudantes um fator estressor, pois o mesmo pode se deparar com situações em que terá que escolher entre atividades de lazer e suas obrigações. Esses aspectos são enfatizados por Pereira et al. (2010) quando descrevem que o fato do curso em horário integral, o ritmo de vida intenso e a “pressão psicológica” causada pelas exigências impostas pelos professores das disciplinas e pela ansiedade de ter um bom rendimento a cada período cursado vão, aos poucos, tornando-se fatores estressores aos alunos.

As dificuldades em lidar com as altas demandas de carga horária, somadas às atividades que são postas para os ingressantes como sendo importantes e necessárias para o seu desenvolvimento profissional acaba levando-os a assumirem diferentes funções que, em geral, acabarão por sobrecarregá-los. Essa sobrecarga pode levá-los a um quadro de esgotamento físico e emocional e até a casos de burnout.

2) Suporte social

O suporte social como alicerce para a vida acadêmica do aluno também foi evidenciado nos discursos. Este aspecto pode ser associado à saúde e ao bem-estar do indivíduo, que auxilia no entendimento de como a influência de relações podem ser positivas ou negativas, correlacionado com a forma de como determinada pessoa enfrenta as adversidades ao longo de sua trajetória de vida (Marôco et al., 2014). Sabe-se que o suporte social é maior quando o aluno mora com os pais e próximo às suas redes de amigos construídas ao longo de toda a vida (Preto, 2018).

O suporte social recebido dos pares torna-se importante facilitador da adaptação dos estudantes ao ensino superior, uma vez que promove uma situação em que os veteranos acabam acolhendo as demandas dos calouros e servem de amparo para lidarem com as incertezas iniciais. As falas dos estudantes refletem a relevância de serem acolhidos na chegada, principalmente devido à falta de compreensão da dinâmica institucional e às implicações advindas com a mudança de nível de ensino, a mudança da casa dos pais e de cidade para aqueles que vem de outro local, entre outros aspectos.

Aí eu vim pra cá e quando eu cheguei eu não sabia nem voltar pra casa da faculdade, não sabia onde que eu morava aqui, e eu tive que contar com a ajuda do pessoal que mora comigo também, que eu moro em uma república e acho que foram eles que foram mais que me ajudaram, sabe?. [Participante 4]

Um diferencial daqui, da minha antiga faculdade é o acolhimento, que aqui eu recebi muito. Lá na minha antiga faculdade era cada um por si e Deus pra todos, aqui, eu já vi que, na hora que eu vim fazer a matrícula, já alguns veteranos já me abraçaram, falaram que eu fazia parte de... da comunidade deles, me trouxeram pra dentro da comunidade, e acho que foi um dos pontos que me fortaleceu. [Participante 14]

Percebe-se, pelas falas, que os pares acabam fornecendo suporte afetivo e emocional para as situações acadêmicas que os estudantes passam a vivenciar no decorrer de sua inserção no ambiente do ensino superior. Em muitas situações, os laços de amizades que os estudantes tinham anteriormente acabam se enfraquecendo ou rompendo devido ao afastamento

decorrente da nova realidade vivida e, assim, os colegas de curso passam a fazer parte do novo círculo de amizades. Mesmo nas situações em que os estudantes ainda morem com os pais, o suporte social que recebem pode ser ampliado para novas pessoas, uma vez que veteranos podem estar mais presentes nesse momento de vida. Resultados de estudos como o de Elmir et al. (2019) evidenciam que, embora a família seja uma forma fundamental de suporte, o apoio dos colegas também se apresenta como um recurso emocional significativo para os alunos poderem falar sobre as experiências específicas desse momento de vida.

A mudança da casa dos pais é outro aspecto que merece destaque. Para alguns estudantes, é necessário deixar a casa da família, passando a residir em repúblicas ou sozinho. Estudos têm apontado que os estudantes que moram fora trazem consigo uma carga emocional muito grande e podem enfrentar situações perturbadoras que acabam prejudicando seu rendimento acadêmico. Além disso, esses estudantes precisam aprender a conviver com pessoas desconhecidas, desenvolver habilidades para construir amizades, conviver com a distância e, principalmente, enfrentar dificuldades financeiras (Preto, 2018; Schneider et al., 2017). Os novos ambientes de moradia acabam determinando quem serão os sujeitos que servirão como fonte de apoio para vivenciar situações cotidianas e darão suporte social para lidarem com situações cotidianas.

A transição foi difícil no começo também, moro também a 300 km de casa então muitas vezes eu tava estressada, porque a carga horária daqui é bastante, a gente tem muitas horas de aula, muito trabalho e prova, então eu tava com muita saudade de casa, saudade da minha mãe dos meus pais.
[Participante 7]

É como se recebesse um certificadozinho... Tá, agora eu vou ser adulto e tem que caminhar com suas próprias pernas. E pelo fato de muita gente morar longe de casa, fica ainda mais difícil. [Participante 10]

Acho que a parte mais difícil nessa transição toda de... sair da casa dos pais, sair do ensino médio e vir pra cá, é a parte de que você chega, seus pais te mandam dinheiro e fala tó, gasta aí, e aí uma hora acaba o dinheiro, e você não sabe como usar esse dinheiro... e aí você gasta e passa o resto do mês sem comer, entendeu ?[Risos] [Participante 11]

Considerando as falas dos estudantes, percebe-se que a adaptação psicológica, comportamental e o ajustamento social no ensino superior dependerão, muitas vezes, do suporte social que os estudantes receberão das pessoas próximas para enfrentar as atividades cotidianas e o novo contexto de ensino. O suporte social é importante de ser considerado nesse contexto de transição e adaptação ao ensino superior pois, por meio dele, estratégias de adaptação podem ser desenvolvidas. O desenvolvimento de mecanismos adaptativos de enfrentamento resultará em estudantes com menor probabilidade de usar estratégias não-adaptativas, como beber, separar-se dos outros, ignorar o estresse, ansiedade e depressão (Reeve et al., 2013). Ainda nesse cenário é importante enfatizar a importância das estratégias desenvolvidas institucionalmente para apoiar os estudantes. Assim, também a universidade pode favorecer a composição dessas redes de apoio e cuidado, permitindo maior troca e colaboração entre estudantes em espaços de convivência, por exemplo, permitindo o fortalecimento de vínculos e de valorização da diversidade (Silva et al., 2025). Atividades curriculares e extracurriculares que congreguem estudantes de diferentes cursos podem fomentar essas trocas e parcerias.

O corpo docente deve estar disposto a ajudar as futuras gerações de enfermeiros a sobreviverem aos rigores da formação na área e prosperarem diante dos desafios apresentados na profissão (Reeve et al., 2013). Experiências de acolhimento na chegada na universidade têm sido desenvolvidas e se mostram importantes para que o estudante perceba o espaço acadêmico como sendo um ambiente acolhedor e seguro para seu desenvolvimento profissional, de novas relações e enfrentamento dos desafios que estão por vir (Rossato & Scorsolini-Comin, 2019).

A forma como os estudantes percebem o suporte social que recebem dos sujeitos que estão à sua volta influenciará nas condições psicológicas dos mesmos e nos comportamentos de adaptação que adotarão. Estudos têm evidenciado que a percepção positiva dos estudantes em relação ao suporte social que recebem influencia nas condições emocionais, diminuindo os riscos de problemas de saúde mental, caracterizando-se, dessa forma, como um fator protetivo (Karaca et al., 2019).

3) Amadurecimento/Desenvolvimento pessoal

O amadurecimento/desenvolvimento pessoal foi outro fator destacado nos grupos realizados com os estudantes. Nas falas dos participantes, foi possível observar relatos em que descreviam como a experiência universitária mudou comportamentos e aspectos subjetivos em relação ao que viviam. Como apresentado anteriormente, a transição para a vida adulta está ligada ao crescimento e amadurecimento do indivíduo. Nesse grupo, os estudantes encontram-se imersos nessa transição, típica do período definido como adultez emergente (Braga & Xavier, 2016).

Os aspectos discutidos anteriormente podem ser observados nas vivências dos estudantes, que saem de um contexto de vida e de um sistema de ensino em que são totalmente dependentes, para um contexto que exige independência dos sujeitos e os obriga a terem que lidar com novas situações antes não vivenciadas. O processo de transformação e amadurecimento acaba sendo inerente a essa transição, em que até as experiências negativas e de desajustamentos podem ser consideradas como disparadoras de desenvolvimento.

E a transição acho que foi... um pouco... foi amadurecer né? Porque... primeiro porque eu tô saindo de casa, é... 300 km de distância não é uma coisa que eu posso ir pra minha casa sempre. É... acho que aprender como funcionava a faculdade, né...? De que forma eu teria que me organizar pras aulas, os conteúdos que eu tava recebendo aqui. Porque é diferente da escola né? Na escola a gente tem praticamente tudo de mão beijada e aqui se a gente não der uma corrida e se virar nos 30, as coisas não caem no nosso colo. [Participante 1].

Acho que a parte mais difícil da transição, é que, pelo menos pra mim foi isso, foi que você começa a ter responsabilidades e ter que caminhar com as próprias pernas, por exemplo, antes eu não morava com meus pais, eu fiz meu ensino médio em um colégio interno e eu já tinha... uma autonomia maior, e aí mesmo assim eu tinha quem resolvesse as coisas por mim, e quando cheguei aqui, se eu depender de outra pessoa responder... é... resolver por mim, mesmo que seja meus pais ia demorar muito e as coisas... tudo aconteceu muito rápido. [Participante 10]

O processo de transição do ensino médio para o ensino superior pode ser marcado por um momento em que novos contextos poderão ser agregados ao repertório de vivências e com isso promover o desenvolvimento de novas habilidades que podem transformar a vida dos sujeitos. Assim, é esperado que mudanças de ordem cognitiva, psicossocial e física possam ocorrer com os estudantes em diferentes intensidades, a depender das condições e do ambiente em que estejam inseridos. As mudanças nas condições de saúde física, por exemplo, ocorrem principalmente devido às transformações nos hábitos de vida, como explicitado na literatura científica (Deforche et al., 2015).

Mudanças em relação aos aspectos psicossociais e cognitivos também são esperadas e estão associadas ao fato de serem necessárias novas habilidades, a construção de vínculos e a tomada de decisão frente às novas demandas, bem como o fato de terem que assumir novas responsabilidades. Entre as muitas questões práticas e possíveis estressores estão a perda de amigos, a necessidade de formar novas relações sociais e grupais, a saída de casa, lidar com diferentes métodos de aprendizado e a expectativa em relação à autonomia na vida e nos estudos (Cleary et al., 2011). Ainda segundo essas autoras, no caso dos jovens que moram fora de casa, há uma diminuição da supervisão dos pais, o que os leva a terem total responsabilidade pelo autogerenciamento de sua saúde mental e física (que inclui procurar atendimento de saúde, tomar medicamentos, marcar consultas médicas etc.), pois, muitas vezes, estão longe da rede de apoio da família. Além de todas as dificuldades enfrentadas ainda nesta fase, observa-se que a questão financeira é um tópico bastante importante, já que os estudantes ainda estão dependendo dos pais financeiramente, sendo muito difícil se manter na universidade (Altioik & Ustun, 2013).

Questões relacionadas ao amadurecimento/desenvolvimento pessoal também estão no fato de perceberem que a saúde mental é importante e precisa ser cuidada para que a passagem pelo ensino superior possa ser vivenciada de forma mais saudável. Nesse sentido, a busca pelo equilíbrio entre as diferentes atividades é importante de ser estabelecida para que o sujeito consiga se inserir em diferentes contextos sem, contudo, se sobrecarregar. Nesse percurso, reconhecer os desejos e as limitações para

realizá-los também é outro aspecto relevante e que irá interferir na vida dos estudantes. Ter a capacidade de perceber o que quer e o que considera importante para a vida pessoal e acadêmica facilita o percurso dos estudantes, pois se espelhar nos colegas e tentar se equiparar parece não ser uma estratégia saudável para a adaptação nesse contexto.

Eu não sabia fazer muita coisa, eu aprendi na marra, aprendi a me virar, a dar um jeito nas coisas e eu pensava que eu ia conseguir lidar com a Universidade do jeito que eu lidava com o Ensino médio, e não foi isso, óbvio. A primeira prova eu deitei no chão do quarto e comecei a chorar e falei, meu Deus, como que eu vou conseguir terminar esse ano, eu não vou conseguir, eu vou desistir, e... durante as primeiras provas foi assim, até o momento que eu fui em algumas festas e eu percebi que a minha saúde mental importa e eu preciso colocar ela em primeiro lugar do que uma nota (...). [Participante 17]

Acho que o que a gente mais aprendeu, é procurar nosso próprio caminho dentro da universidade, não ficar olhando pra ninguém, porque eu acho que no começo eu olhava muito pras pessoas, falava, ah, eu quero entrar na entidade e fazer isso, ah eu quero... sabe? Eu acho que... a gente tem que construir nosso próprio caminho. [Participante 3]

A adaptação bem-sucedida ainda é provocada por um processo complexo de interação entre as características do aluno na entrada no ensino superior e os fatores que atuam durante o período em que ele estuda na universidade, sendo de extrema importância para a conquista de um ambiente propício para seu desenvolvimento, a fim de modelar a qualidade da experiência e persistência dos alunos na universidade (Fernández et al., 2017). Cada aluno possui atributos pessoais, como níveis de confiança e competência para lidar com transições, o que torna mais provável que eles tenham sucesso.

Assim, as dificuldades enfrentadas estão relacionadas com as características de cada indivíduo, alterando-se conforme as particularidades que vivem em seus contextos individuais e sócio-relacionais. Deve-se perceber também as diferenças entre os próprios alunos, já que podemos entender o ensino superior como um local que exige maiores horas de estudo, fazendo com que o aluno tenha um desempenho diferente conforme a base adquirida no ensino fundamental e médio. Também as vivências anteriores poderão

influenciar diretamente no desempenho dentro do âmbito acadêmico (De Clercq et al., 2017). O amplo processo de transformação por que passam exige um maior cuidado em relação à saúde psicológica, devido às vulnerabilidades associadas a essa transição, considerada desafiadora dentro da trajetória acadêmica (Braga & Xavier, 2016).

Não são todos os alunos que são capazes de dominar essas tarefas de desenvolvimento e aproveitar uma experiência satisfatória nesse contexto. Dessa maneira, pode-se presenciar estudantes que enfrentam dificuldades na transição, tais como depressão, solidão, dificuldades acadêmicas e abuso de substâncias, o que pode levar à insatisfação, desapego e menor desempenho (Fernández et al., 2017), culminando em interrupções e até mesmo trancamento do curso. As mudanças ocorridas com a transição do ensino médio para o ensino superior, embora possam ser compreendidas como inerentes a essa fase desenvolvimental, podem despertar sentimentos diversos, muitos deles ligados a situações de sofrimento e que interferem na saúde mental.

É importante, ainda, considerar que as questões de amadurecimento pessoal dialogam diretamente com o campo da saúde mental. O desenvolvimento de uma postura madura e de autonomia no ensino superior pode se apresentar de maneiras distintas, relacionando-se tanto com as características pessoais de cada estudante, mas sendo atravessado, inequivocamente, por questões institucionais. A literatura tem reconhecido, cada vez mais, que a temática da saúde mental não é exclusiva do indivíduo, dialogando com o seu cenário de desenvolvimento e com as condições do seu contexto, o que envolve diretamente o papel da universidade (Almeida et al., 2024; Silva et al., 2025). É mister, portanto, que a universidade esteja cada vez mais engajada nessa discussão, comprometendo-se com a promoção de espaços de troca, de cooperação, de valorização das diversidades e de construção de cidadãos capazes de construir um mundo mais justo, mais humano e sustentável. Assim, os resultados deste estudo nos convocam diretamente para uma discussão mais ampla e que possa endereçar de modo responsável o contexto desenvolvimental mais imediato, permitindo maior adaptação ao ensino superior para esses jovens adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou as dificuldades apresentadas por estudantes de um curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem, que podem ser semelhantes às vivência de outros ingressantes no ensino superior, uma vez que a transição e os desafios desse contexto estão cada vez mais presentes, independentemente do curso realizado. Os dados encontrados evidenciam a importância da atenção aos estudantes, fornecendo apoio institucional e familiar para o enfrentamento das dificuldades de adaptação.

As instituições em que os alunos são inseridos representam o ambiente imediato que terá maior contribuição para o desenvolvimento nos próximos anos de vida, sendo um espaço com fatores estressores, mas que também deve proporcionar condições de diálogo para auxiliar no processo de transição. Desse modo, o desenvolvimento de um ambiente universitário acolhedor auxilia os estudantes na adaptação ao ensino superior e, conseqüentemente, na diminuição dos índices de evasão universitária. É necessário considerar que os cursos de graduação em enfermagem devem desenvolver o manejo das situações de estresse, objetivando melhoria na qualidade de vida desses estudantes, evitando um esgotamento que, a longo prazo, pode levar a sentimentos de insatisfação e desistência do curso. Do mesmo modo, professores e funcionários devem criar condições para o acolhimento dos estudantes e serem empáticos com suas necessidades, principalmente nos períodos iniciais, compondo um repertório institucional de acolhimento.

Grupos como os realizados neste estudo podem facilitar o compartilhamento de obstáculos entre os alunos, de forma a ajudar a esclarecer as dificuldades vivenciadas por eles, fortalecendo redes de apoio dentro do espaço acadêmico, fazendo com que compreendam as dificuldades vividas como coletivas, e não necessariamente individuais. Promover espaços de escuta, discussão e reflexão sobre as vivências experienciadas no ensino superior pode trazer implicações importantes nas condições de saúde mental dessa população, impactando diretamente na qualidade de vida dos estudantes e futuros profissionais de saúde.

O estudo em tela possibilitou apontamentos para prática, sobretudo em relação a aspectos que podem influenciar na permanência universitária e possíveis apontamentos para o desenvolvimento de ações de acolhimento estudantil no ensino superior. Desse modo, espera-se que esses resultados possam ser considerados pela gestão universitária no sentido de fomentar estratégias que não apenas diminuam a evasão em alguns cursos da área de saúde, mas que também permitam uma vivência universitária com maior qualidade de vida, com melhor distribuição de rotina de estudos, possibilidade de engajamento em atividades complementares e também de espaços de escuta nos quais os alunos possam compartilhar não apenas experiências, mas estratégias de enfrentamento para situações de maior estresse e vulnerabilidade como as encerradas no período de transição. Tais políticas de acolhimento podem ser construídas como parte do currículo, de modo que sejam, de fato, incorporadas à universidade. Com o maior investimento em políticas nessa fase de transição, espera-se fortalecer o aluno para o decorrer do curso, ampliando seus recursos ao longo de toda a graduação.

Como limitação do presente estudo, destaca-se a ausência de dados de identificação centralizados em registros como os de raça/cor autorreferidos. Embora o perfil tenha sido predominantemente de pessoas brancas, seria importante discutir esses aspectos com os estudantes, permitindo uma leitura mais interseccional dos dados. Além disso, enfatiza-se a dificuldade de comparar os resultados aqui sumarizados com outros cursos semelhantes, tanto em termos da área (Enfermagem) quanto das características do curso (período, duração, carga horária). Dessa limitação também emerge uma potencialidade do estudo, contribuindo para a construção de conhecimentos específicos sobre essa carreira, o que deve ser adensado por investigações vindouras.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. M. F., Perosa, G. S., Lamana, G., & Maia, R. (2024). Metamorfoses de uma universidade: os estudantes da USP entre 2000 e 2020. *Tempo Social*, 36(1), 45-71. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2024.222323>

- Almeida, B., & Teixeira, M. O. (2018). Bem-estar e adaptabilidade de carreira na adaptação ao ensino superior. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 19(1), 19-30. <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2019v19n1p19>
- Almeida, L. Y. D., Carrer, M. O., Souza, J. D., & Pilon, S. C. (2018). Avaliação do apoio social e estresse em estudantes de enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 52. <https://doi.org/10.1590/s1980-220x2017045703405>
- Altioik, H. O., & Ustun, B. (2013). The stress sources of nursing students. *Educational Sciences: Theory and Practice*, 13(2), 760-766.
- Alzayyat, A., & Al-Gamal, E. (2014). A review of the literature regarding stress among nursing students during their clinical education. *International Nursing Review*, 61(3), 406-415. <https://doi.org/10.1111/inr.12114>
- Barbour, R. (2009). *Grupos focais*. Bookman.
- Benavente, S. B. T., Silva, R. M., Higashi, A. B., Guido, L. A., & Costa, A. L. S. (2014). Influência de fatores de estresse e características sociodemográficas na qualidade do sono de estudantes de enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(3), 514-520. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000300018>
- Braga, M. J., & Xavier, F. P. (2016). Transição para o ensino superior: Aspiração dos alunos do ensino médio de uma escola pública. *Educar em Revista*, (62), 245-259. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.46817>
- Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589-597. <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>
- Bublitz, S., Guido, L. D. A., Lopes, L. F. D., & Freitas, E. D. O. (2016). Association between nursing students' academic and sociodemographic characteristics and stress. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 25(4), 1-7. <https://doi.org/10.1590/0104-07072016002440015>
- Cabras, C., & Mondo, M. (2018). Coping strategies, optimism, and life satisfaction among first-year university students in Italy: Gender and age differences. *Higher Education*, 75(4), 643-654. <https://doi.org/10.1007/s10734-017-0161-x>

- Campos, C. M. S., Oliveira, J. P. S., Silva, S. G., Otrenti, E., & Dias, V. F. G. (2019). Desgastes e fortalecimentos de graduandos de enfermagem expressos em mídia social. *Revista de Medicina*, 98(2), 114-119. <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v98i2p114-119>
- Cleary, M., Walter, G., & Jackson, D. (2011). "Not always smooth sailing": Mental health issues associated with the transition from high school to college. *Issues in mental health nursing*, 32(4), 250-254. <https://doi.org/10.3109/01612840.2010.548906>
- Corrêa, A. K., Prebill, G. M., Ruiz, J. C., Souza, M. C. B. M., & Santos, R. A. (2018). O perfil do aluno ingressante em um curso de bacharelado e licenciatura em enfermagem de uma instituição de ensino superior pública. *Educação em Revista*, 34, e185913. <https://doi.org/10.1590/0102-4698185913>
- De Clercq, M., Galand, B., & Frenay, M. (2017). Transition from high school to university: A person-centered approach to academic achievement. *European Journal of Psychology of Education*, 32(1), 39-59. <https://doi.org/10.1007/s10212-016-0298-5>
- Deforche, B., Van Dyck, D., Deliens, T., & Bourdeaudhuij, I. (2015). Changes in weight, physical activity, sedentary behaviour and dietary intake during the transition to higher education: a prospective study. *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 12(1), 16. <https://doi.org/10.1186/s12966-015-0173-9>
- Dias, A. C. G., Carlotto, R. C., Oliveira, C. T., Teixeira, M. A. P. (2019). Dificuldades percebidas na transição para a universidade. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 20(1), 19-30. <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2019v20n1p19>
- Elmir, R., Ramjan, L. M., Everett, B., & Salamonson, Y. (2019). Nursing students' experiences of repeating units in an undergraduate program: A qualitative study. *Nurse Education Today*, 79, 147-152. <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2019.05.024>
- Fernández, M. F. P., Araújo, A. M., Vacas, C. T., Almeida, L. S., & González, M. S. R. (2017). Predictors of students' adjustment during transition to university in Spain. *Psicothema*, 29(1), 67-72. <https://doi.org/10.7334/psicothema2016.40>

- Gonçalves, M. F. C., Andrade, L. S., & Silva, M. A. I. (2019). Ciclo pedagógico e portfólios na licenciatura em enfermagem. *Brazilian Journal of Development*, 5, p. 10983-10996. <https://doi.org/10.34117/bjdv5n7-233>
- Guarnieri, F. V., & Melo-Silva, L. L. (2017). Cotas universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, 21, 183-193. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121100>
- Guo, L., Jones, M. C., Liu, Y., Yv, S., Zhu, Y., & Guo, Y. (2019). Cross-cultural validation of the Student Nurse Stress Index Scale: A descriptive survey targeting student nurses in China. *Journal of affective disorders*, 251, 31-38. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2019.03.017>
- Hirsch, C. D., Barlem, E. L. D., Almeida, L. K. D., Tomaszewski-Barlem, J. G., Lunardi, V. L., & Ramos, A. M. (2018). Stress triggers in the educational environment from the perspective of nursing students. *Texto & Contexto Enfermagem*, 27(1), e0370014. <https://doi.org/10.1590/0104-07072018000370014>
- Karaca, A., Yildirim, N., Cangur, S., Acikgoz, F., & Akkus, D. (2019). Relationship between mental health of nursing students and coping, self-esteem and social support. *Nurse Education Today*, 76, 44-50. <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2019.01.029>
- Labrague, L. J., McEnroe-Petitte, D. M., Santos, J. A. A. D. L., & Edet, O. B. (2018). Examining stress perceptions and coping strategies among Saudi nursing students: A systematic review. *Nurse Education Today*, 65, 192-200. <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2018.03.012>
- Magalhães, M. D. O. (2013). Sucesso e fracasso na integração do estudante à universidade: Um estudo comparativo. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 14(2), 215-226. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=203030931007>
- Marôco, J. P., Campos, J. A. D. B., Vinagre, M. D. G., & Pais-Ribeiro, J. L. (2014). Adaptação transcultural Brasil-Portugal da Escala de Satisfação com o Suporte Social para estudantes do ensino superior. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(2), 247-256. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427205>

- Matioli, C. A. P., Correia-Zanini, M. R. G., Aliante, G., Macedo, A. C., & Scorsolini-Comin, F. (2025). Programas e serviços de acolhimento para universitários: síntese da literatura. *Revista Psicopedagogia*, 42(129), 604-614. <https://doi.org/10.51207/2179-4057.20250054>
- Mikkonen, K., Kyngäs, H., & Kääriäinen, M. (2015). Nursing students' experiences of the empathy of their teachers: A qualitative study. *Advances in Health Sciences Education*, 20(3), 669-682. <https://doi.org/10.1007/s10459-014-9554-0>
- Nakano, M. M., & Gonçalves, M. F. C. (2019). Promoção da saúde na educação básica: Um estudo com licenciandos em enfermagem. *Brazilian Journal of Development*, 5(7), 10480-10491. <https://doi.org/10.34117/bjdv5n7-196>
- Nery, T. B., Rossato, L., & Scorsolini-Comin, F. (2023). Desafios à adaptação ao ensino superior em graduandos de enfermagem. *Psicologia Escolar e Educacional*, 27, e234666. <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-234666>
- Oliveira, C. T., & Dias, A. C. G. (2014). Dificuldades na trajetória universitária e rede de apoio de calouros e formandos. *Psico*, 45(2), 187-197. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.2.13347>
- Oliveira, C. T. D., Carlotto, R. C., Vasconcelos, S. J. L., & Dias, A. C. G. (2014). Adaptação acadêmica e *coping* em estudantes universitários brasileiros: Uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 15(2), 177-186. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902014000200008&lng=pt&tlng=pt
- Pena, M. A. C., Matos, D. A. S., & Coutrim, R. M. E. (2020). Percurso de estudantes cotistas: Ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 25(1), 27-51. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772020000100003>
- Pereira, C. D. A., Miranda, L. C. D. S., & Passos, J. P. (2010). O estresse e seus fatores determinantes na concepção dos graduados de enfermagem. *Revista Mineira de Enfermagem*, 14(2), 204-209. <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/107>

- Persona, D. B. F., Correia-Zanini, M. R. G., Rossato, L., Souza, D. C., Cunha, V. F., & Scorsolini-Comin, F. (2024). Avaliação de uma intervenção psicológica breve e on-line com estudantes de enfermagem. *Caderno Pedagógico*, 21(9), e8279. <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n9-297>
- Porto, A. M. S., & Soares, A. B. (2017). Expectativas e adaptação acadêmica em estudantes universitários. *Psicologia: Teoria e Prática*, 19(1), 208-219. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n1p208-219>
- Preto, V. A. (2018). *O estresse em universitários de enfermagem e sua relação com fatores pessoais e ambientais*. (Tese de doutorado, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo).
- Reeve, K. L., Shumaker, C. J., Yearwood, E. L., Crowell, N. A., & Riley, J. B. (2013). Perceived stress and social support in undergraduate nursing students' educational experiences. *Nurse Education Today*, 33(4), 419-424. <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2012.11.009>
- Rossato, L., Morotti, A. C. V., & Scorsolini-Comin, F. (2022). Transition and adaptation to higher education in brazilian first-year nursing students. *Journal of Latinos and Education*, 1-11. <https://doi.org/10.1080/15348431.2022.2102499>
- Rossato, L., & Scorsolini-Comin, F. (2019). Chega mais: O grupo reflexivo como espaço de acolhimento para ingressantes no ensino superior. *Revista da SPAGESP*, 20(1), 1-8. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000100001
- Schneider, D. R., Barbosa, L. H., Simon, F., Steglich, D. S., & Jesus, L. O. D. (2017). Promoção da Saúde em moradia estudantil: Desafios para o fortalecimento da coletividade. *Psicologia em Pesquisa*, 11(2), 70-78. <https://doi.org/10.24879/2017001100200167>
- Scorsolini-Comin F., & Gabriel, C. S. (2019). O que pode ser considerado inovador no ensino superior contemporâneo? Considerações sobre o acolhimento estudantil. *Revista da SPAGESP*, 20(2), 1-6. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000200001

- Silva, G. C. L., Chieron, L. A. M. A., Santos, M. M., Matioli, C. A. P., Correia-Zanini, M. R. G., & Scorsolini-Comin, F. (2025). Facilitating and hindering factors of the adaptation to higher education perceived by nursing students in the pandemic context. *Journal of Latinos and Education*, 1-14. <https://doi.org/10.1080/15348431.2025.2542257>
- Silva, G. C. L., Pereira, D. C. S., Sousa, D. P., Souza, D. C., Correia-Zanini, M. R. G., & Scorsolini-Comin, F. (2024). Online psychoeducation groups for mental health promotion: perceptions of Brazilian university students. *Counselling & Psychotherapy Research*, 24(4), 1232-1242. <https://doi.org/10.1002/capr.12736>
- Smith, G. D., & Yang, F. (2017). Stress, resilience and psychological well-being in Chinese undergraduate nursing students. *Nurse Education Today*, 49, 90-95. <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2016.10.004>
- Souza, D. C., Rossato, L., Correia-Zanini, M. R. G., & Scorsolini-Comin, F. (2023). Terapia cognitivo-comportamental em grupo: estratégia de psicoeducação com estudantes de enfermagem. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(1), 226-249. <https://doi.org/10.12957/epp.2023.75309>
- Souza, L. L. (2014). Representações de gênero na prática de enfermagem na perspectiva de estudantes. *Ciências & Cognição*, 19(2), 218-232. <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/908>
- Universidade de São Paulo (2025). *Relatório de gestão 2022-2026*. <https://www5.usp.br/relatorio-de-gestao-2022-2026/>.
- Yosetake, A. L., Camargo, I. M. L., Luchesi, L. B., Gherardi-Donato, E. C. S., & Teixeira, C. A. B. (2018). Estresse percebido em graduandos de enfermagem. *SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 14(2), 117-124. <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2018.000336>

Recebido em 05/03/2023

Aceito em 17/12/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Aspectos psicoemocionais de gestantes acompanhadas no pré-natal de alto risco

Psycho-emotional aspects of pregnant women accompanied by high-risk prenatal care

Aspectos psicoemocionales de gestantes acompañadas en atención prenatal de alto riesgo

Aline Sousa Oliveira¹

Ana Leticia de Moraes Nunes²

Karina Helaine de Lima Coelho³

Resumo

A maternidade é um momento que traz múltiplas experiências para a mulher, sejam elas de ordem física, emocional, social e/ou financeira. Em alguns casos, soma-se a isso o risco gravídico, a citar, o medo pela própria vida materna e pela do bebê que está sendo gerado. A pesquisa objetivou conhecer os aspectos psicoemocionais de gestantes atendidas em um serviço de pré-natal de alto risco em uma instituição pública de saúde. Possui caráter clínico qualitativo, descritivo, exploratório e de campo. Participaram onze gestantes acompanhadas pelo pré-natal de alto risco do Hospital Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, situado na cidade de Belém do Pará. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cada participante e para análise de dados foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin. A partir dos dados coletados, quatro categorias de análise foram elencadas, sendo elas: 1) A gestação de risco, 2) Repercussões psicoemocionais em função do risco gestacional, 3) Rede de apoio materna, 4) Serviço de pré-natal especializado. Diante disso, foi identificado o impacto do diagnóstico da gestação de alto risco, a intensificação

1 Universidade do Estado do Pará, PA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-4501-5332>. E-mail: alinesousaoliveira2015@gmail.com

2 Secretaria de Estado de Saúde Pública e Secretaria de Estado de Educação, PA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3833-843X>. E-mail: analeticiamnunes@gmail.com

3 Secretaria de Estado de Saúde Pública e Fundação Santa Casa de Misericórdia Do Pará, PA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2953-2583>. E-mail: karinahcoelho@outlook.com

de sentimentos e emoções. Foram observadas a importância de uma rede de apoio significativa e o reflexo de um pré-natal especializado no acolhimento, adesão ao acompanhamento e estimulação do autocuidado a essas mulheres.

Palavras-chave: Gestação; Alto Risco; Psicologia da Saúde.

Abstract

Motherhood is a moment that brings multiple experiences to women, whether physical, emotional, social, and/or financial. In some cases, this is compounded by high-risk pregnancy, including the fear for both the mother's life and that of the unborn baby. The aim of this research was to explore the psycho-emotional aspects of pregnant women receiving care in a high-risk prenatal service at a public health institution. The study employed a qualitative, clinical, descriptive, exploratory, and field-based design. Eleven pregnant women followed by the high-risk prenatal care service of Hospital Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, located in the city of Belém, Pará, participated. Semi-structured interviews were conducted with each participant, and Bardin's Content Analysis was applied for data interpretation. From the collected data, four categories of analysis were identified: (1) High-risk pregnancy, (2) Psycho-emotional repercussions related to gestational risk, (3) Maternal support network, and (4) Specialized prenatal service. The findings revealed the impact of the high-risk pregnancy diagnosis and the intensification of feelings and emotions. The importance of a meaningful support network and the role of specialized prenatal care in promoting acceptance, adherence to follow-up, and stimulation of self-care among these women were also observed.

Keywords: Pregnancy; High Risk; Health Psychology.

Resumen

La maternidad es un momento que aporta múltiples experiencias a las mujeres, ya sean de orden físico, emocional, social y/o financiero. En algunos casos, esto se ve agravado por el embarazo de alto riesgo, lo que incluye el temor tanto por la vida de la madre como por la del bebé en gestación. El objetivo de esta investigación fue explorar los aspectos psicoemocionales de las mujeres embarazadas que reciben atención en un servicio de prenatal de alto riesgo en una institución pública de salud. El estudio adoptó un diseño cualitativo, clínico, descriptivo, exploratorio y de campo. Participaron once gestantes atendidas por el servicio de control prenatal de alto riesgo del Hospital Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, ubicado en la ciudad de Belém, Pará. Se realizaron entrevistas semiestructuradas con cada participante y, para el análisis de los datos, se aplicó el Análisis de Contenido de Bardin. A partir de los datos recolectados se identificaron cuatro categorías de análisis: (1) Embarazo de alto riesgo, (2) Repercusiones psicoemocionales relacionadas con el riesgo gestacional, (3) Red de apoyo materna y (4) Servicio de prenatal

especializado. Los hallazgos revelaron el impacto del diagnóstico de embarazo de alto riesgo y la intensificación de sentimientos y emociones. Asimismo, se observó la importancia de una red de apoyo significativa y el papel del prenatal especializado en la promoción de la acogida, la adherencia al seguimiento y la estimulación del autocuidado en estas mujeres.

Palabras clave: Embarazo; Alto Riesgo; Psicología de la Salud.

A gravidez se constitui em um período na vida da mulher marcado por transformações intensas, onde cada uma tem sua experiência de forma muito particular. Torna-se um momento permeado por mudanças em diversos âmbitos da vida da mulher, concebendo assim uma intensa vivência emocional, sendo necessárias habituações individuais e subjetivas para cada gestante (Antoniazzi, Siqueira & Farias, 2019). Assim, apesar de ser um período fisiológico e natural, que transcorre, na maioria das vezes sem intercorrências, alguns casos possuem a probabilidade de evolução desfavorável, tanto para o bebê quanto para a mãe. Casos em que ocorre uma evolução desfavorável podem ocasionar uma gestação de alto risco, incorrendo assim em complicações obstétricas e psicoemocionais, com potencial de oferecer ameaças ao bem-estar do binômio mãe-bebê e até mesmo o comprometimento da gestação (Regynara, Rodrigues, Dantas, Pereira, Silveira & Rodrigues, 2017).

Nesse contexto, a gestação de alto risco é considerada como uma gestação em que a saúde da mãe e/ou feto tem maiores chances de ser atingida/comprometida, quando comparada com a média das gestações sem intercorrências na população (Caldeyro-Barcia, 1973 citado em Brasil, 2012). Esse tipo de evolução da gravidez está associado, muitas vezes, ao agravamento de uma doença pregressa, mas também ao desenvolvimento de adoecimentos de saúde durante a gestação. Nota-se, assim, que a taxa de morbimortalidade em gestantes com risco está claramente associada às complicações obstétricas apresentadas no decorrer do período gravídico (Carvalho, 2018).

Relacionados a essa condição, há uma série de fatores geradores de risco. Em sua cartilha denominada “*Gestação de risco: manual técnico*”, o Ministério da Saúde (2012) cita marcadores de risco gestacional, dentre

eles: características individuais da gestante, condições sociodemográficas desfavoráveis, história reprodutiva anterior com intercorrências para a mulher ou para o feto, condições clínicas preexistentes e patologia obstétrica atual. Nesse sentido, para além das condições físicas, sociais, financeiras, demográficas, psicoemocionais e assistenciais que influenciam diretamente no desenvolvimento de uma gestação saudável, os aspectos obstétricos patológicos também influenciam no desenvolvimento físico e psicológico da gestante, sendo que este último é marcado naturalmente por mudanças comportamentais e de humor, tornando-a mais suscetível emocionalmente (Antoniuzzi, Siqueira & Farias, 2019).

Nesse sentido, o momento se torna desafiador devido à fragilidade emocional materna e ambivalências presentes neste período. Juntamente a isso, o risco para a mãe e o bebê somam-se como potencializadores de sofrimento psicológico. Podem estar presentes emoções atreladas à condição clínica na qual essa mulher se encontra, associadas a fatores negativos durante a gestação (Antoniuzzi, Siqueira & Farias, 2019). Consoante a isso, por ser um momento delicado e marcado por múltiplas modificações, incluindo também o luto por uma gestação saudável, estas alterações podem repercutir diretamente na saúde psicológica da gestante. Desse modo, tanto a gestação quanto o puerpério merecem avaliação atenta, podendo ser um evento propício e potencializador para o desenvolvimento de transtornos psicoemocionais. É importante considerar o risco gestacional como potencial agravante da situação emocional na qual a gestante se encontra, condição essa merecedora de atenção profissional (Castro, Germano & Ferreira, 2019).

Assim, Costa, Sousa, Pedroso e Strufaldi (2018) destacam que a gestação e o puerpério podem constituir-se como fatores de risco para o surgimento ou a intensificação de problemas de saúde mental na mulher. Tais fatores podem repercutir tanto durante a gravidez quanto no período pós-gestacional. Desse modo, compreende-se que o contexto evidencia uma maior suscetibilidade a fragilidades emocionais e até mesmo ao desenvolvimento de psicopatologias no decorrer da gestação de alto risco, o que pode refletir também no ciclo puerperal. Diante desse cenário, a presente

pesquisa teve como objetivo conhecer os aspectos psicoemocionais de gestantes de alto risco acompanhadas no pré-natal de um hospital público de referência em saúde materno-infantil no estado do Pará.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa do tipo clínico-qualitativa, descritiva, exploratória, transversal e de campo. Esse tipo de estudo possui como finalidade a abordagem dos sentidos e significados dos fenômenos para os pesquisadores. Os estudiosos com essa abordagem estudam as pessoas, coisas e fenômenos em seu *setting natural*, buscando dar sentido ou interpretar os acontecimentos nos termos das significações que as pessoas trazem para eles, com isso o foco deste tipo de pesquisa é a significação que tal fenômeno ganha para aqueles que o vivenciam (Turato, 2005).

Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada em um hospital público localizado no estado do Pará, especificamente no Ambulatório da Mulher que comporta o serviço de Pré-natal de alto risco. O hospital é referência no atendimento da Gestação de Alto Risco e ponto forte da assistência à saúde para essa demanda no Estado. Nesse sentido, o serviço recebe pacientes referenciadas pela rede de atenção básica, de atenção especializada e demanda espontânea, abrangendo todo o território paraense.

Participantes

Participaram deste estudo onze gestantes acompanhadas pelo pré-natal de alto risco da referida instituição, sendo estas selecionadas por conveniência. Com o objetivo de manter o sigilo das participantes os nomes civis foram substituídos por nomes de flores.

Os critérios de inclusão para participação na pesquisa foram: ser gestante que apresente risco durante a gravidez e com idade a partir de 18 anos, estar em acompanhamento sistemático e multiprofissional pela

equipe do pré-natal de alto risco, residir no estado do Pará. As participantes consentiram sua participação por meio da assinatura dos termos de anuência para participação na pesquisa (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização para Utilização de Relatos Escritos, Imagens e Sons de Voz (TAUI). Quanto aos critérios de exclusão foram considerados os seguintes: ser gestante com diagnóstico psiquiátrico anterior à gestação e ter idade abaixo de 18 anos.

Procedimentos de coleta e análise de dados

As gestantes foram encaminhadas à pesquisadora pela psicóloga responsável pelo setor do referido ambulatório. Em uma sala reservada foi realizada a abordagem das gestantes, convidando-as a participar da pesquisa. Diante da concordância da participante, expressa verbalmente, a mesma recebia duas vias do TCLE e duas vias do TAUI para que os lesse e os assinasse, uma via de cada termo era entregue para a entrevistada e as outras ficaram sob a resguarda da entrevistadora. Nesse momento, foi estimado um tempo para a realização da leitura, reflexão sobre sua participação e retirada de possíveis dúvidas sobre a pesquisa. Posteriormente à assinatura, foi realizada a entrevista semiestruturada.

As entrevistas semiestruturadas basearam-se em um roteiro previamente escrito contendo dados de identificação e seis perguntas norteadoras. As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho a agosto de 2022 e foram gravadas em um aplicativo de gravador de voz, posteriormente o material foi armazenado em nuvem. Procedeu-se assim, a sua transcrição e análise dos dados.

A análise dos resultados foi baseada na análise de conteúdo de Bardin (2011). A principal função desta análise é identificar e conhecer o significado das palavras e permite inferências sobre outra realidade acerca das mensagens. Para atingir este objetivo foram realizadas as três fases propostas: na primeira fase (pré-análise), foi realizada a leitura flutuante, com o objetivo de estabelecer contato com os documentos transcritos oriundos da coleta de dados; na segunda fase foi realizada a exploração do material que possibilitou a codificação, os dados brutos foram transformados, organizados e

agregados em unidades, que proporcionaram a descrição das características relacionadas ao conteúdo; e na terceira fase, foi realizado o tratamento dos resultados e a interpretação dos mesmos, por meio da classificação dos elementos, proporcionando identificar semelhanças e diferenças, resultando nas categorizações. Dessa forma, foram criadas quatro categorias de análise que são discutidas ao longo do trabalho.

Procedimentos éticos

Esta pesquisa teve a aprovação do comitê de ética da instituição sob o número de parecer 5.315.730 (CAAE: 56313722.3.0000.5171), respeitando assim as resoluções relativas às normas de pesquisa envolvendo seres humanos, como a Resolução CNS 466/12 - conferida nas Leis nº 8080/ 90 e 8.142/90 - que considera além do respeito pela dignidade humana e ética na realização de pesquisas a proteção dos participantes de estudos científicos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012), pautou-se também na Resolução 580/16, do Conselho Nacional de Saúde (2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, e a partir do roteiro semi-estruturado aplicado durante as entrevistas, os dados foram analisados para melhor caracterização das participantes, destacados na tabela a seguir.

Tabela 1. Caracterização da amostra

Participantes	Idade (anos)	Idade Gestacional (semanas)	Histórico gestacional	Risco gestacional
Dália	25	28	4ª gestação (2 cesáreas, 1 parto normal).	Sífilis
Amarílis	30	30	3ª gestação (2 perdas).	Hipertensão e diabetes
Gardênia	37	14	3ª gestação (1 parto normal e 1 perda).	Hipertensão e diabetes
Íris	44	24	4ª gestação (3 cesáreas).	Hipertensão
Margarida	25	25	3ª gestação (1 perda e 1 natimorto).	Histórico gestacional anterior
Girassol	26	28	2ª gestação (1 parto normal).	Bradicardia fetal
Hortênsia	28	23	2ª gestação (1 perda).	Bronquite Asmática
Magnólia	39	32	1ª gestação.	Alteração de hormônios tireoidianos
Rosa	20	20	4ª gestação (3 perdas).	Histórico gestacional de abortos múltiplos
Violeta	35	36	1ª gestação	Diabetes gestacional
Sálvia	35	28	3ª gestação (1 parto normal e 1 perda).	Hipertensão

As participantes deste estudo apresentaram idades entre 20 e 44 anos, com idade gestacional entre 14 e 36 semanas, apenas duas gestantes eram primigestas, duas estavam em sua segunda gestação, quatro eram tercigestas e três encontravam-se na quarta gravidez. Dentre as patologias obstétricas foram observadas a Hipertensão (2), Hipertensão mais diabetes gestacional (2), Diabetes (1), Histórico gestacional de abortos múltiplos (1) Alteração de hormônios tireoidianos (1), Bronquite asmática (1), Bradicardia fetal (1), Sífilis (1) e histórico gestacional anterior (1).

A gestação de risco não representa uma patologia específica, mas sua incidência expressa aproximadamente 15% do total de gestações, esse percentil significa que anualmente no Brasil, cerca de 470 mil gestações atendem a esse perfil. Esse cenário aponta para a necessidade de estruturação referente a essa linha de cuidado (Fernandes; Venâncio; Pasche; Silva; Aratani; Tanaka; Sanine; Campos, 2020). As participantes evidenciaram que

os diagnósticos mais frequentes e que indicaram risco gestacional foram os de hipertensão e diabetes, além de infecção por sífilis e histórico de abortos múltiplos associado também à sangramentos.

Com isso, a identificação e acompanhamento de gestantes com risco gravídico são imprescindíveis para que a assistência pré-natal de alto risco auxilie na diminuição dos riscos aos quais mãe e bebê possam estar expostos, ou até mesmo reduzindo as possíveis consequências adversas que o quadro possa apresentar. Diante disso, os dados levantados a partir das perguntas norteadoras realizadas durante as entrevistas possibilitaram elencar quatro categorias de análise, sendo estas: descobrir-se gestante de risco, repercussões psicoemocionais frente ao risco gestacional, rede de apoio materna e serviço de pré-natal especializado. A seguir, cada uma das categorias será apresentada, descrita e ilustrada com trechos das narrativas obtidas. A discussão dos dados coletados será intercalada com a apresentação dos mesmos.

Categoria 1 – O descobrir-se gestante de risco

Esta categoria relaciona-se com a descoberta das participantes de que sua gestação se tornou de risco, seja devido a uma patologia desenvolvida durante a gestação ou a um histórico gestacional anterior. Foram evidenciadas posturas de choque, susto, desespero, medo e preocupação frente à descoberta. Isso pode ser visualizado nas seguintes narrativas:

“Eu não sabia esse termo né? Gestação de risco. Que eu precisava mudar de médico, eu precisava fazer outras coisas. Então num primeiro momento, foi um susto porque a minha vida sempre foi muito saudável, muito regrada, não tenho vício nenhum. Então descobri que eu tava com diabetes gestacional que eu não sabia que existia, então eu fui procurar me informar né.” (Violeta)

“ Eu chorei. Eu fiquei: Oh meu Deus o quê que eu vou fazer? Aí passou um filme na minha cabeça. E agora quê que eu vou fazer? Vai acontecer de novo. Foi um choque. Eu só fazia chorar. Só chorar, porque vinha um filme na mente de tudo que tinha acontecido e quando eu perdi a bebê a gente tá naquele processo de após o parto, né? E afetou bastante o meu psicológico porque eu comecei a ter início de depressão e crises de ansiedade.” (Margarida).

A descoberta do diagnóstico para essas gestantes representou uma situação de surpresa e choque inicial, seja pelo desconhecimento da terminologia e significado da “gestação de risco” ou pela rememoração de uma vivência de risco gestacional já experienciada anteriormente.

É considerando esta perspectiva que o Ministério da Saúde (BRASIL, 2012) alerta que, embora a maioria das gestações seja inicialmente saudável e com bom curso, a gestação pode se tornar de risco a qualquer momento, tanto durante o período gestacional quanto no trabalho de parto. Quando o risco é identificado, a intervenção precoce pode evitar deficiências assistenciais de saúde e prevenir morte materna ou perinatal, morbidade grave e prematuridade.

Nesta pesquisa, o risco gestacional foi identificado como uma condição que impõe uma postura de tensão para as gestantes e ser pertencente a um grupo de risco já as coloca numa posição em que algo transcorre de forma atípica e não saudável. A notícia dessa situação pode implicar em inúmeras reações emocionais e fantasias a respeito da gestação que está em curso:

“Logo no começo eu fiquei com um pouco de medo. Porque só chegava aos dois meses e eu sofria aborto. Aí depois que passou dos quatro, aí agora eu tô com cinco, aí já me senti mais leve, me senti mais confiante.” (Rosa)
“Foi um susto, senti medo por causa da idade. De início eu ficava assim: meu Deus o que vão pensar? O que vão falar? Me pesou muito essa parte porque a gente sabe que nem todo mundo consegue guardar a sua opinião ou o que acha as vezes é totalmente fora do que deveria né. Ai isso me fragilizou um pouco, sabe?” (Íris)

Por natureza, a gestação se constitui em um momento complexo na vida da mulher, suscitando intensas modificações, com o acréscimo do risco gestacional podem existir repercussões diretamente influenciadas por carga genética, estrutura psicológica e social desta mãe. Ao receber seu diagnóstico, este pode ser um agente estressor que poderá ocasionar alterações biopsicossociais na vida da gestante, o que implica no seu ajustamento emocional à sua nova realidade, contemplando suas reações

emocionais diante do diagnóstico, fantasias acerca do futuro e luto por uma gestação não saudável com probabilidade de evolução desfavorável (Vieira & Parizotto, 2013).

Categoria 2 – Repercussões psicoemocionais frente ao risco gestacional

Esta categoria refere-se às repercussões psicoemocionais manifestadas pelas participantes diante das suas vivências enquanto gestantes de alto risco. Esta seção é caracterizada por sentimentos e emoções que emergiram no decorrer das entrevistas acerca da temática da gestação de risco. Assim, foram identificados os seguintes sentimentos e emoções: angústia, medo, preocupação, insegurança, tristeza e estresse. Podendo ser evidenciados nos seguintes trechos:

“É muito difícil a gente ter esse problema de sífilis, porque a gente tem que tomar remédio, fazer tratamento, e é um tratamento até para a criança. Todos os meus filhos ficaram internados, aí sofre, desde nascido já tá sofrendo. Aí a gente se sente angustiada naquele momento, triste porque tu tá naquela situação ali, e tu sabe que tá responsável pela situação que tu tá ali, mas tu fica angustiada. E também tu não pode se desfazer de uma criança, porque a criança não tem culpa.” (Dália)

“Minha preocupação é em relação a isso: às vezes eu me sinto que eu não vou conseguir. Tem dia que amanhece o dia e eu penso: meu Deus, o que que eu fiz? aí eu vou tentando pensar positivo, entendeu? Aí ao mesmo tempo que tem dia que eu acordo e penso: não é uma coisa boa, mas sempre acontece no decorrer do dia vem aquela insegurança de que no final alguma coisa não vai dar certo. Eu vou ter alguma intercorrência, vai acontecer alguma coisa. Eu fico: meu Deus e agora?” (Íris)

A partir dessas falas, as participantes demonstraram que existem questões emocionais associadas ao risco gestacional e que as colocam frente a um presente que as preocupa e a um futuro permeado por insegurança. A vivência torna-se intensificada e o ajustamento psicológico frente à situação imprescindível.

Logo, os aspectos psicológicos intrínsecos às mulheres que experienciam a gestação de alto risco exigem desta mulher uma grande mobilização

psicológica e com isso a vivência materna torna-se desafiadora pela fragilidade emocional da situação na qual a mãe está inserida, pelo acréscimo do risco/patologia, além das questões emocionais que podem estar associadas à sua condição de saúde (Antoniazzi, Siqueira & Farias, 2019).

Assim, é esperado que as questões emocionais estejam também atreladas ao risco que se está vivenciando:

“Agora parece que eu tô mais abalada. Porque eu sabia que poderia vir, mas não agora. Aí da primeira vez eu fiquei internada aqui na Santa casa, eu passei um mês e pouco, saí, quando eu voltei: de novo a descolação de placenta. Dá agonia do que eu passei. Eu fico triste, né? Eu sei que tenho que aprender a me controlar, para poder ficar bem, para controlar a pressão.” (Gardênia)

“Dessa gravidez agora eu sinto muito medo, muito medo. Como eu tenho problema de pressão alta, então eu sinto muito medo. Tem dia que me incomoda, né? Que eu não durmo direito, que ela me incomoda. Aí eu falo para o meu marido que eu acho que eu não vou aguentar, eu tenho medo de acontecer alguma coisa. Não é que eu me sinto fraca, mas eu tenho medo de acontecer alguma coisa com a pressão. E na hora eu não consegui ter ela, entendeu?” (Sálvia)

No que diz respeito a isso, o estudo de Oliveira, Madeira e Penna (2011) sinalizou que o medo é uma emoção que faz parte da rotina dessas mulheres. O quadro clínico suscita e intensifica dúvidas, incertezas e inseguranças relacionadas ao futuro do binômio mãe-bebê. Das várias situações de intensificação emocional, o medo foi o mais referido pelas entrevistadas, indicando insegurança e desamparo diante da situação de risco gestacional, como é possível observar nas falas apresentadas pelas gestantes:

“A questão d diabetes que eu tenho que ficar controlando toda hora, então a única certeza que eu tenho é essa de ficar controlando para que ele esteja bem (bebê), mas o resto eu não sei. Eu não sei mais o que que vai acontecer, isso me deixa assim meio frustrada de não ter o controle das coisas.” (Violeta)

“A gente ainda fica um pouquinho insegura, né? Porque não é nada certo até que a criança nasça, né? A gente perde com 8, 9 meses, a criança pode não vir a nascer. Mais a preocupação, eu acho que não tem como ter nada assim de ficar tranquilo, tranquilo, até o final da gestação. A gente fica um pouco insegura, eu pelo menos fico muito insegura, mas aí eu tento não focar muito nisso.” (Hortênsia)

A partir das falas expostas, as entrevistadas evidenciaram a frustração devido à falta de controle de como ocorrerá o desenvolvimento da gestação, a insegurança e o medo que cercam o período gestacional em que se encontram. Com isso, depreende-se que o período gestacional possui peculiaridades não apenas físicas, mas também sociais e psicológicas.

Considerando que uma gravidez típica já apresenta questões emocionais, aquelas com alto risco podem apresentar componentes importantes para o desencadeamento de psicopatologias, o que pode reservar características especiais aos fenômenos psicológicos da gravidez, uma vez que essa condição pode exigir cuidados diferenciados e até mesmo demandar hospitalização (Azevedo, Hirdes & Vivian, 2020).

As mudanças e peculiaridades durante o ciclo gestacional podem suscitar a hipótese de que mulheres grávidas podem ser mais propensas aos agravos relacionados à saúde mental. São variados os fatores que influenciam e desencadeiam o agravamento da saúde mental dessas mulheres, em particular, ansiedade e depressão tem lugares privilegiados nesse *ranking* (Moraes, Simões, Rodrigues, Batista, Lamy, Carvalho, Silva & Ribeiro, 2017).

Neste estudo, emergiram nos discursos das gestantes, considerações frente ao risco gestacional que potencializaram o desenvolvimento de crises ansiosas, o grau da manifestação de ansiedade depende muitas vezes das características psicológicas de cada gestante e das suas adaptações ao contexto da gestação de risco. Pode-se visualizar o exposto nos seguintes trechos:

“Eu tava dormindo, aí eu acordei com falta de ar. Depois eu não conseguia respirar, parece que eu não tava conseguindo, uma agonia. Eu comecei a andar pela casa. Comecei a sentar, me deu uma crise de tosse, eu não conseguia mais respirar e depois eu fiquei assim durante um tempo e depois foi foi, me deu vontade de chorar, eu chorei e passou. Antes eu era mais alegre, mais feliz, agora eu já não sou muito assim não.” (Girassol)

“Eu fiquei mais emotiva, porque eu não era em geral de chorar. Eu sempre fui muito perfeccionista, de planejar tudo, tudo na minha vida sempre foi muito planejado. E aí eu fiquei meio ansiosa, né? Então eu percebi assim que começou a dar algumas palpitações que eu não tinha, tentar lidar com algo que não tá no meu controle, entendeu? Então, eu sabia tudo que eu ia fazer

durante o mês, durante o ano, durante tudo, minha vida tava toda organizada. Tipo agora eu me vejo numa situação que eu não tenho controle de nada. Nem de mim mesma. E depende de mim a questão da criança, né.” (Violeta)

Estas verbalizações encontram conformidade com uma investigação de coorte, cuja amostragem foi de 247 gestantes, realizada no Rio de Janeiro, que constatou uma prevalência de 64,9% de sintomas ansiosos em gestantes, associando esse quadro a motivos como saúde do bebê, medo do parto, assim como a própria condição de saúde (Araújo, Pacheco, Pimenta & Kac, 2008).

Nesse cenário, o período gestacional e do puerpério acabam por se configurar como uma fase de maior ocorrência de transtornos psiquiátricos e demanda cuidados para o binômio mãe-bebê. Quando a mãe passa por desconforto emocional ou possui sua saúde mental comprometida, isso pode afetar negativamente a relação que ela terá com sua prole, assim como pode influenciar no desenvolvimento da criança (Soncini, Oliveira, Viviani & Gorayeb, 2019).

Em uma gestação com curso esperado, é habitual que as mulheres passem por esse desconforto emocional. Quando a gestação é de risco, presume-se que essa condição clínica possa ser um intensificador de sua condição psicológica e pode promover uma fragilização de seu estado, podendo incorrer no desencadeamento de transtornos psíquicos.

Quando há maiores complicações obstétricas e perdas gestacionais, maior a tendência dessas gestantes demonstrarem maiores sequelas e manifestações emocionais na experiência atual de gestação (Azevedo, Hirdes & Vivian, 2020).

Nessa conjuntura, a experiência materna propõe-se ser desafiadora pela fragilidade emocional que a gestante se encontra naquele momento, tanto pelo acréscimo do risco quanto por outras emoções associadas. Nesse momento, a complexidade de sentimentos é maior, citando ansiedade e estresse, inclusive pelo rótulo “gestação de alto risco”, o que explicita que sua gestação não segue um percurso típico (Antoniazzi, Siqueira & Farias, 2019). Quevedo (2010) complementa explanando que mulheres primigestas que vivenciam uma gestação de alto risco podem apresentar

medos e inseguranças potencializados, pela hipótese de hospitalização, risco do bebê, pela possibilidade de um nascimento prematuro, e muitos outros aspectos atrelados a um sofrimento psíquico vivenciado por essas mulheres.

É nesse contexto, que os aspectos psicoemocionais vivenciados por gestantes com risco gravídico precisam ser abordados pela equipe de saúde, com o intuito de prestar uma assistência cada vez mais qualificada e com recursos que promovam a qualidade de vida e de saúde materno-infantil, dando também grande relevância para a saúde mental das mesmas. Diante disso, é fundamental a atuação do psicólogo na promoção da saúde mental, com intervenções terapêuticas voltadas para a redução de riscos ou agravos psicossociais. Sendo relevante a definição de protocolos de atendimento psicológico em serviços ambulatoriais de pré-natal de alto risco (Caldas, Silva, Böing, Crepaldi, Custódio, 2013).

Categoria 3 – Rede de apoio materna

Esta categoria diz respeito à importância e a disponibilidade da rede de apoio sócio-familiar para as gestantes de risco participantes desta pesquisa. A presença da família no cuidado à mulher durante seu ciclo gravídico-puerperal, sobretudo diante da condição de risco, foi percebida pelas participantes como algo positivo. Em sua maioria, informaram receber apoio de companheiros, filhos e parentes da família extensa. Os familiares prestavam auxílio nas atividades diárias e davam suporte físico e emocional. Isso torna-se perceptível no seguinte trecho:

“Eu acho que seria bem mais difícil pra mim se eu não tivesse eles. É porque para mim é muito novo. Aí tem hora que eu fico... eu não consigo nem saber o que é isso, será que eu só preciso receber ou eu tenho que retribuir? Eu sempre acho que eu tenho que fazer mais, entendeu? Mais alguma coisa, e às vezes eu penso que essa preocupação deles é medo de me perder, entendeu?” (Íris)

A partir dessa fala, percebe-se que os sentimentos e emoções vivenciados durante a gestação de risco, os cuidados individualizados, as

mudanças de rotina, a preocupação com a saúde do bebê e a sua, a incerteza do futuro e as responsabilidades maternas podem intensificar um estado de vulnerabilidade e a necessidade de atenção para essas gestantes.

É nesse contexto, que a presença de uma rede de apoio familiar se torna significativa, e principalmente, se torna um recurso de enfrentamento em períodos em que há transições, intercorrências e mudanças, diante das quais são exigidas adaptações frente às situações desafiadoras e desconhecidas que a gestação de alto risco impõe a esta mulher.

Maffei, Menezes Krenkel e Crepaldi (2022) expõem a importância de uma rede de apoio social significativa para estas gestantes. Essa rede é constituída por um conjunto de pessoas consideradas importantes para a mulher e tem seu papel único e diferenciado das demais relações estabelecidas. Considera-se, então, a história da relação entre seus membros, a proximidade dos vínculos e a qualidade das relações. Sendo que o “apoio por eles oferecido pode ser um potencializador dos recursos pessoais (e de enfrentamento) do indivíduo” (p.3). É possível identificar essas características nos diálogos a seguir:

“Acredito que vai dar tudo certo, porque Graças a Deus eu tenho uma rede de apoio muito grande, que é minha mãe, meu filho e meu esposo também, ele tá melhorando a questão da conduta dele. Então logo quando eu descobri né, que eu ficava pensando muito como seria, aí eu até fiz umas comparações, né, que tem mãe que vive uma situação bem pior que a minha, que não tem uma rede de apoio como eu tenho.” (Magnólia)

Nesse contexto, uma rede que seja presente e acessível, estável e atenciosa às necessidades da gestante contribui para a autoestima, reconhecimento da competência, identidade, pertencimento e adaptação diante de eventos estressores. Para Maldonado (2002), a sensação de cuidado e amparo da gestante diante do risco gestacional pode favorecer a disponibilidade de afeto da mulher com sua família e com o seu bebê que virá.

“Mas aí quando a gente tá junto (família) isso tudo some, porque a manifestação deles de carinho, a preocupação, não querem que eu suba uma escada, minha filha o tempo todo agarrada na minha barriga e então o assunto deles é o bebê. Quando a gente tá junto eu consigo me sentir aquecida.” (Íris)

“Eu pensava que seria um choque para eles, assim como foi para mim, mas no início o choque foi só para mim porque eles ficaram super felizes. O apoio, o carinho que eles têm foi o que mais assim mudou meu pensamento. Agora eu tô mais tranquila.” (Margarida)

As participantes expõem assim a assistência de suas redes que lhes são oferecidas, principalmente no quesito emocional. As gestantes deste estudo apontaram seus familiares e companheiros como principal rede de apoio e suporte emocional no contexto no qual está inserida.

Na amostra deste estudo, a maior parte das gestantes expôs a importância de suas redes sociais e significativas para o enfrentamento da situação vivenciada, relacionando assim o apoio da rede que é oferecido à postura de resiliência desenvolvida por elas.

Khooshehchin et al. (2016) mostraram em sua pesquisa que a presença de relações saudáveis com familiares e amigos pode favorecer o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis durante a gestação, cuidados estes imprescindíveis para gestantes de alto risco. Isso pode ser visto nas falas a seguir:

“Mudou, mudou a alimentação para tentar prevenir crises. Eles (filhos) mudaram mais do que a mim, porque eu vejo que eles policiam mais a minha alimentação quando vão comprar: Não, isso aqui não compra porque a mamãe não pode, então para evitar.” (Íris)

“Tipo eu deixei de fazer algumas coisas que eu faria se eu não tivesse grávida, repousando mais, tendo mais cuidado, comendo bem melhor, né na alimentação... tendo uns cuidados dela, né? Eu tô cuidado de mim, mas não só de mim, mais dele ainda.” (Amarilis)

Diante disso, percebeu-se que o apoio prestado à gestante influencia positivamente no bem-estar, autoestima, pertencimento a um grupo, suscita a sensação de respeito emocional e compreensão mútua.

Além disso, o suporte oferecido promove um ambiente de acolhimento e segurança para a prática de autocuidado, desempenho ocupacional na gestação, estimula a capacidade de adaptação interna e externa às mudanças, pode oportunizar o desenvolvimento e aprendizagem, assim como proporcionar um potencial de crescimento e ajuste psicoemocional para essas mulheres.

Categoria 4 – Serviço de pré-natal especializado

Nesta categoria são descritas as percepções das gestantes a respeito do pré-natal de risco que realizam e como se sentem em relação ao serviço de saúde que as acolhe durante seu período gravídico. Sabe-se que o acréscimo do risco à gestação pode ser fator intensificador de fragilidades emocionais, nesse sentido serviços que primam pelo acolhimento, humanização, acompanhamento sistemático e tratamento adequado são fundamentais para fornecer auxílio, apoio e confiança à essas gestantes, refletindo em posturas mais saudáveis do ponto de vista físico e psicológico e favorecendo o desenvolvimento de recursos de enfrentamento da situação vivenciada.

Neste estudo, as gestantes entrevistadas relataram a confiança na equipe, a importância de uma equipe qualificada e diversificada nos atendimentos, adesão ao tratamento e apontaram também para um serviço assistencial de qualidade no quesito de risco gestacional. Como é possível identificar nos seguintes trechos:

“Aí eu tô gostando, né? Dos meus atendimentos. A equipe é bem diversa, são bem atenciosos. Eu me lembro quando eu fui na primeira consulta logo quando eu descobri, eu fui pelo plano. A médica não foi tão atenciosa, como foi a primeira consulta pelo SUS. Então assim, eu adorei assim a diferença do tratamento e da atenção. Eu gostei bastante, eu tirei minhas dúvidas, a gente tem atendimento com nutricionista, com psicólogo. Então para mim tá sendo maravilhoso.” (Magnólia)

“Aí vindo para cá, com acompanhamento de médicos que infelizmente a gente não tem no município, foi me dando mais a certeza de que está tudo bem com meu bebê. A minha gestação está seguindo tranquila. Graças a Deus.” (Margarida)

A partir das falas acima, foi identificado que, ao serem acompanhadas por um pré-natal especializado em gestação de risco, as entrevistadas apresentaram uma postura positiva no que concerne ao desenvolvimento gestacional, maior segurança no quesito saúde de si e dos seus bebês e maior adesão aos atendimentos prestados pelo serviço assistencial.

Tais dados ratificam o que é citado por Oliveira e Madeira (2011), os quais expõem que elementos como tranquilidade e segurança conquistadas através da seguridade dos atendimentos e o vínculo intrínseco das

relações entre gestantes e a equipe de saúde são fundamentais para serem promovidas a humanização da atenção assistencial, a adesão ao pré-natal e continuidade dessas mulheres no serviço especializado. Com isso, temos as seguintes elocuições:

“Com relação à maternidade estão tratando a gente muito bem aí. Lá, eles não são assim, eles não tratam muito bem as pessoas. Aí aqui eu tenho uma diferença muito grande. Aqui já tratam a gente muito melhor do que lá. Porque com cada profissional que a gente passa eles têm um jeito de tratar as pessoas, aí eu acho muito interessante isso. Eles trazem um conforto para gente.” (Rosa)

“Eu fui bem assistida, tenho sido bem atendida pelos profissionais daqui. Agora sim, que eu tô bem mais amparada. Eu tô num local que é bom. Que é referência. Antes, eu tava com muito medo.” (Violeta)

A abordagem integral no pré-natal de alto risco à gestante que possui condições gestacionais que necessitam de atendimento especializado se faz importante à medida que suas especificidades são atendidas. Essa atenção implica uma valorização da assistência integradora humanizada com práticas que privilegiem a escuta e a compreensão de cada aspecto que permeia o quadro dessa mulher.

Isso pode determinar maior ou menor condição de risco ao seu estado de saúde e de seu bebê, ofertando a elas o espaço de protagonistas no processo de cuidado de sua própria saúde, sendo parceiras dos profissionais de saúde para que se obtenham os melhores resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender os aspectos psicoemocionais de gestantes acompanhadas por pré-natal de alto risco, não apenas isso, possibilitou também conhecer as vivências dessas mulheres diante do risco gestacional, suas redes de apoio e suas percepções sobre o serviço de saúde que as acompanhava.

Compreende-se o quanto o diagnóstico da gestação de alto risco impactou a vivência dessas mulheres, seja no quesito da maternagem, psicoemocional, físico ou até mesmo profissional. A gestação em si traz suas

próprias características e mudanças em um amplo nível para a mulher, o acréscimo do risco gestacional constitui mais uma variável com a qual ela terá que desenvolver habilidades de aprendizagem e adaptação.

Nesse contexto, a situação acaba por impor determinado ajuste psicológico à essas gestantes. Neste estudo, as participantes exprimiram posturas de choque, medo, insegurança e preocupação diante da descoberta de sua patologia, em consonância com isso suas repercussões psicoemocionais foram de choro, tristeza, estresse e angústia. É nesse sentido que o risco gestacional pode atuar como potencializador de vulnerabilidades emocionais e impulsionar o desenvolvimento de psicopatologias em gestantes que se encontram nessa condição.

Observa-se então a importância da presença de uma rede de apoio social significativa que ofereça a essa mulher amparo durante seu período gestacional. Neste estudo, as participantes demonstraram possuir redes de apoio que as auxiliam e ajudam no enfrentamento de sua gestação de risco. Famílias, esposos, filhos e pais presentes nos discursos das gestantes desta pesquisa atuam como recurso de ajustamento global das mesmas.

Nesse cenário, o psicólogo também exerce um papel significativo ao integrar a rede de apoio conjuntamente com a equipe multiprofissional que acompanha a gestante. A citar, o oferecimento de um espaço seguro para a gestante e familiares expressarem seus medos e preocupações; utilização de técnicas terapêuticas para ajudar as gestantes a desenvolver estratégias de enfrentamento à ansiedade; incentivo à práticas de autocuidado que podem melhorar o bem estar físico e emocional das gestantes.

A pesquisa também apontou a satisfação das gestantes diante da qualidade do serviço de pré-natal de risco oferecido, onde expuseram uma satisfação positiva, a diversidade de especialidades e de atendimentos, a confiança na equipe e adesão ao tratamento, o que reflete no autocuidado, confiança na equipe e maior segurança na busca da integralidade de sua saúde e da saúde do bebê.

REFERÊNCIAS

- Antoniazzi, M. P.; Siqueira, A. C.; Farias, C. P. (2019). Aspectos psicológicos de uma gestação de alto risco em primigestas antes e depois do parto. *Pensando famílias*, v. 23, n. 2, p. 191–207. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v23n2/v23n2a15.pdf>.
- Araújo, D. M. R., Pacheco, A. H. R. N., Pimenta, A. M., Kac, G. (2008). Prevalência e fatores associados a sintomas de ansiedade em uma corte de gestantes atendidas em um centro de saúde do Município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira Saúde Materno Infantil*, 8:333-40. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/bY5tdHjWpKK38dcRPS5kkvr/citation/?lang=pt&format=pdf>.
- Azevedo, C. C. S., Hirdes, A., Vivian, A. G. (2020). Repercussões emocionais no contexto da gestação de alto risco. *International Journal of Development Research (IJDR)*, vol. 10, edição 09, pp. 40216-40220. Disponível em: <http://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/20034.pdf>.
- Brasil. (2012). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Gestação de alto risco: manual técnico – 5. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde*. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf.
- Bardin, L.(2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Carvalho, J. P. (2018). Aspectos psicológicos na gestação de alto risco: perfil das pacientes atendidas em um hospital universitário. Universidade de Pelotas. Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/p8954>.
- Castro, A. S. V. P., Germano, I. L., Ferreira, T. H. (2019). Os aspectos psicológicos da mulher: da gravidez ao puerpério. *CES Revista*, v. 33, n. 2, p. 202–218. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cesRevista/article/view/2286/1513>.

- Costa, D. O., Souza, F. I. S., Pedroso, G. C., Strufaldi, M. W. L. (2018). Transtornos mentais na gravidez e condições do recém-nascido: estudo longitudinal com gestantes assistidas na atenção básica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 3, p. 691–700, mar. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Z6JBYjY99CHjsFmkygVrfrTS/citation/?format=pdf&lang=pt>.
- Fernandes, J. A., Venâncio, S. I., Pasche, D. F., Silva, F. L. G., Aratani, N., Tanaka, O. Y., Sanine, P. R., Campos, G. W. (2020). Avaliação da atenção à gestação de alto risco em quatro metrópoles brasileiras. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 5. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/TpXB8XV3DMg6YcWrGwK4gQm/citation/?format=pdf&lang=pt>.
- Khooshehchin, T. E., Keshavarz, Z., Afrakhteh, M., Shakibazadeh, E., & Faghihzadeh, S. (2016). Perceived needs in women with gestational diabetes: A qualitative study. *Electronic Physician*, 8(12), 3412-3420. DOI: 10.19082/3412.
- Maldonado, M. T. P. (2002). *Psicologia da gravidez*. São Paulo: Saraiva.
- Maffei, B., Menezes, M., Crepaldi, M. A. (2017). Rede social significativa no processo gestacional: uma revisão integrativa. *Rev. SBPH vol. 22 no. 1*, Rio de Janeiro – Jan./Jun. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v22n1/v22n1a12.pdf>.
- Maffei, B., Menezes, M., Krenkel, S., Crepaldi, M. A. (2022). Redes sociais significativas de gestantes de alto risco: um estudo qualitativo. *Psicol. estud.*, v. 27. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/48904/751375153878>.
- Martins, M. H. P. A., Ghersel, E. L. A., Ghersel, H. (2016). Identificação dos principais problemas em gestação de risco para nortear ações preventivas. *Ciência & Saúde*, v. 10, n. 1, p. 18, 23 fev.

- Morais, A. O. D., Simões, V. M. F., Rodrigues, L. S., Batista, R. F. L., Lamy, Z. C., Carvalho, C. A., Silva, A. A. M., Ribeiro, M. R. C. (2017). Sintomas depressivos e de ansiedade maternos e prejuízos na relação mãe/filho em uma coorte pré-natal: uma abordagem com modelagem de equações estruturais. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 33, n. 6. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/C4Gr7sSNfRvJc6TT6fh5L3y/citation/?format=pdf&lang=pt>.
- Moura, B. L. A., Alencar, G. P., Silva, Z. P., Almeida, M. F. (2018). Internações por complicações obstétricas na gestação e desfechos maternos e perinatais, em uma coorte de gestantes no Sistema Único de Saúde no Município de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 1, 5 fev. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RNqVJ9KfR3GfsvjHTpFk3Yf/citation/?format=pdf&lang=pt>.
- Oliveira, V. J., Madeira, A. M. F. (2011) Interagindo com a equipe multiprofissional: as interfaces da assistência na gestação de alto risco. *Esc Anna Nery* (impr.) jan-mar; 15 (1):103-109. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/dsc5CGfPfxFcWqsGZqGtvzr/citation/?format=pdf&lang=pt>.
- Oliveira, V. J., Madeira, A. M. F., & Penna, C. M. M. (2011). Vivenciando a gravidez de alto risco entre a luz e a escuridão. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, 12(1), 49-56. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4119/3210>.
- Quevedo, M. P. (2010). Experiências, percepções e significados da maternidade para mulheres com gestação de alto risco. Tese de Doutorado. Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-14052010-082745/publico/MicheleQuevedo.pdf>.
- Regynara, A., Dantas, S. L. C., Pereira, A. M. M., Silveira, A. M., Rodrigues, D. P. (2017). Gravidez de alto risco: análise dos determinantes de saúde. *SANARE - Revista de Políticas Públicas*, v. 16, n. 01, p. 26 – 27. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1135/620>.

- Santos, F. M. (2012). Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>.
- Santos, G. B. V., Alves, M. C. G. P., Goldbaum, M., Cesar, C. L. G., Gianini, Silva, M. L. F. S., Fernandes, G. A. S., Silva, J. F. P., Bezerra, E. N., Lemos, F. S., Guedes, T. G. (2016). Gravidez de alto risco: Adaptação psicológica de gestantes. Revista Saúde, v. 10, nº1. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/saude/article/view/2593/1979>.
- Soncini, N., Gorayeb, R. (2019). Aspectos psicossociais em mulheres brasileiras com gestações de alto e baixo risco. Psicologia, Saúde & Doenças, 20(1), 122-136.
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Revista saúde pública, 39(3):507-14. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rsp/2005.v39n3/507-514/pt>.
- Vieira, B. D., Parizzoto, A. P. A. V. (2013). Alterações psicológicas decorrentes do período gravídico. Unoesc & Ciência - ACBS, v. 4, n. 1, p. 79-90. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/acbs/article/view/2559/pdf>.
- Wilhelm, L. A., Alves, C. N., Demori, C. C., Silva, S. C., Meincke, S. M. K., Ressel, L. B. (2015). Sentimentos de mulheres que vivenciaram a gestação de alto risco: estudo descritivo. Online Brazilian Journal of Nursing, vol. 14, núm. 3, pp. 284-293. Disponível em: https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/5206/html_882.

Recebido em 18/01/2023

Aceito em 28/11/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Representações sociais de professores secundaristas acerca do *cyberbullying* e suicídio

*Social representations of secondary school teachers
on cyberbullying and suicide*

*Representaciones sociales de profesores de educación
secundaria sobre el cyberbullying y el suicidio*

Mateus Aquino Alves¹

Beatriz Cardoso Roriz²

Lucas dos Santos³

Saulo Sacramento Meira⁴

Resumo

O objetivo do estudo foi analisar as representações sociais (RS) de professores do ensino secundário sobre o cyberbullying e o suicídio no contexto escolar, identificando seus impactos emocionais e comportamentais. A pesquisa buscou subsidiar estratégias de prevenção e promoção da saúde mental em adolescentes. Adotando a Teoria das Representações Sociais, especificamente a abordagem estrutural, trata-se de um estudo exploratório, transversal e de abordagem quanti-qualitativa. Realizada no Tocantins com 38 professores, os dados foram coletados pelo Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) e analisados pelo software EVOC 2005. Os resultados para “cyberbullying”

1 Universidade Estadual do Tocantins, TO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1079-4097>. E-mail: mateusaquino@unitins.br

2 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, MS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8585-1290>. E-mail: beatrizcroriz@gmail.com

3 Universidade Estadual do Tocantins, TO, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8195-8856>. E-mail: lucas.ds@unitins.br

4 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1087-2083>. E-mail: saulosacramentomeira@gmail.com

Agências de fomento: CNPq

revelaram um núcleo central ancorado em “crime virtual” e elementos de contraste como “exclusão” e “punição”, destacando a percepção da gravidade jurídica e do impacto social. Para “suicídio”, a RS estruturou-se em torno da “ansiedade” como núcleo central, indicando o sofrimento psíquico mais visível aos docentes. Contudo, elementos de contraste como “falta de igreja” e “fraqueza” emergiram fortemente, refletindo estigmas e uma visão moralizante. Conclui-se que os professores reconhecem a ansiedade, mas podem subestimar os sinais de depressão, fator mais associado ao risco suicida. Os achados reforçam a urgência de capacitações docentes focadas na desmistificação de crenças e na qualificação do reconhecimento de diferentes formas de sofrimento psíquico no ambiente escolar.

Palavras-chave: Cyberbullying; Suicídio; Representações Sociais; Educação Emocional; Saúde Mental.

Abstract

The study aimed to analyze the social representations (SR) of secondary school teachers regarding cyberbullying and suicide in the school context, identifying their emotional and behavioral impacts. The research sought to support strategies for prevention and mental health promotion among adolescents. Adopting the Theory of Social Representations, specifically the structural approach, this is an exploratory, cross-sectional, quantitative-qualitative study. Conducted in the state of Tocantins with 38 teachers, data were collected using the Free Word Association Test (FWAT) and analyzed with EVOC 2005 software. The results for “cyberbullying” revealed a central core anchored in “virtual crime” and contrast elements such as “exclusion” and “punishment,” highlighting the perception of legal severity and social impact. For “suicide,” the SR was structured around “anxiety” as the central core, indicating the psychological distress most visible to teachers. However, contrast elements like “lack of church” and “weakness” strongly emerged, reflecting stigmas and a moralizing view. It is concluded that teachers recognize anxiety but may underestimate the signs of depression, the factor most associated with suicide risk. The findings reinforce the urgency of teacher training focused on demystifying beliefs and qualifying the recognition of different forms of psychological distress in the school environment.

Keywords: Cyberbullying; Suicide; Social Representations; Emotional Education; Mental Health.

Resumen

El objetivo del estudio fue analizar las representaciones sociales (RS) de profesores de educación secundaria sobre el cyberbullying y el suicidio en el contexto escolar, identificando sus impactos emocionales y conductuales. La investigación buscó subsidiar estrategias de prevención y promoción de la

salud mental en adolescentes. Adoptando la Teoría de las Representaciones Sociales, específicamente el enfoque estructural, se trata de un estudio exploratorio, transversal y con abordaje cuanti-cualitativo. Realizado en el estado de Tocantins con 38 profesores, los datos fueron recolectados mediante el Test de Asociación Libre de Palabras (TALP) y analizados con el software EVOC 2005. Los resultados para “cyberbullying” revelaron un núcleo central anclado en “crimen virtual” y elementos de contraste como “exclusión” y “castigo”, destacando la percepción de la gravedad jurídica y el impacto social. Para “suicidio”, la RS se estructuró en torno a la “ansiedad” como núcleo central, indicando el sufrimiento psíquico más visible para los docentes. Sin embargo, elementos de contraste como “falta de iglesia” y “debilidad” emergieron fuertemente, reflejando estigmas y una visión moralizante. Se concluye que los profesores reconocen la ansiedad, pero pueden subestimar las señales de depresión, factor más asociado al riesgo suicida. Los hallazgos refuerzan la urgencia de capacitaciones docentes enfocadas en la desmitificación de creencias y en la cualificación del reconocimiento de diferentes formas de sufrimiento psíquico en el ambiente escolar.

Palabras clave: Cyberbullying; Suicidio; Representaciones Sociales; Educación Emocional; Salud Mental.

INTRODUÇÃO

A adolescência caracteriza-se como um período de transição em que ocorre a formação e o fortalecimento de hábitos sociais e emocionais determinantes para o bem-estar mental. Conforme Cerqueira e Bueno (2025) e Brito (2018), esta fase é marcada por angústias e incertezas decorrentes da transição da infância para a vida adulta, permeada por transformações biológicas, psicológicas e sociais. Trata-se de uma etapa fundamental para a construção da identidade e para o exercício da sexualidade, das crenças e dos valores. Nesse contexto, a necessidade de pertencimento e de aceitação pelo outro assume papel central na formação da autoestima, sobretudo no ambiente escolar, espaço privilegiado de socialização e desenvolvimento emocional dos jovens.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2025) destaca que os fatores de risco para o sofrimento psíquico e o suicídio entre adolescentes são multifacetados, envolvendo vulnerabilidades emocionais, sociais e ambientais, como o uso nocivo de álcool, experiências adversas na infância, estigmas que dificultam a busca por ajuda e barreiras ao acesso aos cuidados em

saúde. Quando não reconhecidos e manejados, esses fatores ampliam o risco de desfechos graves, como o suicídio. No Brasil, os dados do Atlas da Violência (Cerqueira & Bueno, 2025) revelam um crescimento de 42,7% nas mortes por suicídio entre jovens de 10 a 19 anos entre 2013 e 2023, totalizando 11.494 casos. Tais números refletem um desafio civilizatório no cuidado às novas gerações.

Paralelamente, o ambiente escolar tem se tornado palco de diferentes expressões de violência, muitas delas associadas à dinâmica das relações entre pares. Estudos indicam que a agressividade entre adolescentes pode ser expressão de uma cultura marcada pelo individualismo e pela competitividade (Sganzerla, 2021). Para Berger e Lisboa (2009), essa violência, amplamente divulgada pela mídia e pela pesquisa científica, consolidou-se como uma preocupação central da sociedade contemporânea.

Entre as formas de violência escolar, o *cyberbullying* destaca-se como um fenômeno recente e complexo, impulsionado pela rápida expansão das tecnologias digitais (Sganzerla, 2021; Silva, 2019; Chan & Wong, 2015). A hipervisibilidade característica das redes sociais (Sá, 2017) cria um cenário em que a exposição, a intimidação e o julgamento público se tornam constantes, ultrapassando as fronteiras físicas da escola. Embora o *cyberbullying* guarde semelhanças com o bullying tradicional, seu potencial de alcance e permanência amplia os danos psicológicos às vítimas, gerando sintomas como tristeza profunda, ansiedade, isolamento e, em casos mais graves, ideação suicida (Belsey, 2004; Pimentel, Della Mea & Dapieve Patias, 2020).

Nesse sentido, o comportamento suicida deve ser compreendido como um fenômeno multidimensional que envolve desde a ideação até a tentativa e o suicídio consumado (Nock, 2014). Pesquisas como a de Van Geel, Vedder e Tanilon (2014) demonstram que há uma relação significativa entre a vitimização por pares, o *cyberbullying* e o risco suicida, configurando-se o suicídio como resultado de uma interação complexa entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Essa perspectiva também é sustentada por Piccinini, Figueirêdo e Miranda (2025), que ressaltam que o *cyberbullying* não pode ser considerado causa isolada, mas um importante fator precipitante em indivíduos vulneráveis.

No Brasil, o boletim Panorama dos suicídios e lesões autoprovocadas (Ministério da Saúde, 2024) evidencia que, em 2021, foram registrados 15.507 suicídios, sendo o suicídio a terceira e a quarta maiores causas de mortalidade entre jovens de 15 a 19 e de 20 a 29 anos, respectivamente. Além disso, 42% dos alunos da rede pública declararam ter sido vítimas de algum tipo de agressão física ou verbal (Brito, 2018), reforçando o papel crítico da escola como ambiente de detecção precoce e intervenção.

A literatura reconhece que o suicídio decorre de uma complexa interação entre determinantes biológicos, psíquicos, sociais e culturais (WHO, 2020; Lima, 2022). Entretanto, observa-se uma lacuna no conhecimento sobre como professores do ensino secundário compreendem essa articulação, sobretudo quando o *cyberbullying* atua como fator de risco. O limitado entendimento docente sobre o tema pode comprometer o reconhecimento precoce de sinais de sofrimento e dificultar a construção de estratégias preventivas no espaço escolar.

Dessa forma, compreender as representações sociais dos professores acerca do *cyberbullying* e do suicídio é fundamental para identificar crenças, valores e significados que orientam suas práticas e percepções. Investigar essas representações permite não apenas mapear os modos de compreensão docente sobre o fenômeno, mas também subsidiar ações educativas e de promoção da saúde mental que favoreçam a prevenção do suicídio e o fortalecimento de vínculos no contexto escolar.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório e transversal, com abordagem quantitativa, descrita por meio de frequências relativas, absolutas e médias, e qualitativa, utilizando uma abordagem multimetodológica fundamentada na Teoria das Representações Sociais (TRS). As representações sociais são vistas como uma “preparação para ação”, uma vez que orientam comportamentos, remodelam e reorganizam elementos do ambiente em que esses comportamentos ocorrem, oferecendo aos indivíduos as noções necessárias para tornar as relações possíveis e eficazes (Moscovici, 2007; Moraes & Brêtas, 2018).

Segundo Santos, Almeida (2005), a TRS é definida como um conjunto de conceitos interligados, originados nas práticas sociais e diversidades grupais, cuja função é atribuir sentido à realidade social, construir identidades, organizar comunicações e orientar condutas. As representações sociais são compostas “por um conjunto de informações, crenças, opiniões e atitudes relativas a um determinado objeto social” (Abric, 2000; Sá, 2007).

Neste estudo, utilizamos a abordagem estrutural das representações sociais, também conhecida como Teoria do Núcleo Central (TNC), com o objetivo de compreender não apenas os conteúdos das representações, mas também sua estrutura e organização interna. Essa abordagem parte do princípio de que os elementos mais relevantes na estrutura das representações sociais são prototípicos, ou seja, mais acessíveis à consciência (Oliveira *et al.*, 2005; Moraes & Brêtas, 2018).

A pesquisa foi realizada em um colégio militar localizado no estado do Tocantins, região Norte do Brasil. Essa instituição atende alunos do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Por questões éticas e para preservar a confidencialidade da escola e dos participantes, optou-se por não revelar o nome real da cidade, evitando possíveis identificações que poderiam gerar desconfortos ou problemas relacionados ao tema abordado.

A coleta de dados foi iniciada somente após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Tocantins e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unitins, em conformidade com a Resolução CNS 466/2012, que regula estudos envolvendo seres humanos, tendo obtido parecer favorável em 12 de dezembro de 2022, sob parecer: 5.809.304 e CAAE: 63999922.4.0000.8023.

A população-alvo do estudo foi composta por 45 professores que integram o corpo docente da instituição no período de setembro a dezembro de 2023. Para a inclusão, os participantes deveriam estar formalmente vinculados ao colégio e exercer a função docente, critério considerado essencial devido à proximidade com os estudantes e à possibilidade de observar a rotina e a dinâmica escolar. Foram incluídos professores de diferentes sexos, idades, grupos raciais e classes econômicas, conforme o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1. Descrição dos professores secundaristas sobre cyberbullying. Tocantins, Brasil, 2023.

Variáveis sociodemográficas	N	%
Sexo		
Feminino	23	60,50
Masculino	15	39,50
Cor da pele		
Não brancos	30	78,94
Branco	8	21,06
Renda salarial		
Até 3 salários mínimos	27	71,00%
Acima de 3 salários mínimos	11	29,00%
Estado civil		
Casados	23	60,56
Solteiros	11	28,94
Divorciados	4	10,50
Religião		
Católicos	20	52,63
Evangélicos	14	36,84
Outras religiões	4	10,53
Escolaridade		
Graduação	27	71,05
Pós-graduação	11	28,95

Fonte: Dados da pesquisa.

Os critérios de exclusão consideraram professores que não lecionavam no nível secundário, aqueles que não respondessem integralmente ao questionário e docentes afastados por licenças, independentemente da modalidade.

A coleta de dados foi realizada por meio do Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), escolhido por sua adequação ao objetivo proposto. Esse método utilizou estímulos indutores, como “*cyberbullying*” e “suicídio”. O TALP, considerado um teste projetivo, possibilita que as expressões dos sujeitos sejam espontâneas e naturais, e possam ser interpretadas em termos de alguma conceituação psicológica pré-estabelecida (Oliveira *et al.*, 2005).

Para o processamento dos dados constituintes de cada corpus, empregou-se o software *Ensemble de Programmes Permettant l'analyse*

dês Evocations (EVOC) – versão 2005 para auxílio no processamento. Esta ferramenta computacional aumenta a validade do estudo ao permitir a possibilidade de procedimentos de transferências dos resultados para outros estudos, no caso das análises lexical e similaridades. Também possibilita a realização de cálculos das médias e coocorrência e construção do quadro de quatro casas, através do qual é possível discriminar o núcleo central e os elementos periféricos da representação (Sarubbi Junior *et al.*, 2013).

O processo iniciou com o tratamento de equivalência das respostas evocadas, que foram agrupadas com base em critérios semânticos, ou seja, classificadas de acordo com um significado comum (Oliveira *et al.*, 2005; Sá, 2017). Em seguida, realizou-se a análise por meio do software EVOC 2005, que calculou a frequência e a ordem de aparição dos termos produzidos. A ordem média de evocações (OME) foi determinada a partir de uma média em que o valor 1 é atribuído à primeira resposta fornecida, o valor 2 à segunda, e assim sucessivamente. Dessa forma, foi possível obter uma OME para cada evocação representada no quadro de quatro casas, considerando a perspectiva dos profissionais de educação em relação aos objetos “*cyberbullying*” e “suicídio”.

Na terceira etapa, foram realizados os cálculos e análise dos índices de diversidade e raridade, seguindo os procedimentos desenvolvidos na França por Flament e Rouquette, que oferecem uma abordagem geral para as evocações no contexto da TR (Wachelke, 2013). Esses índices baseiam-se em três informações principais fornecidas pelo RANGMOT, programa responsável por realizar a análise prototípica das evocações, cruzando frequência e ordem média de evocação (OME) do EVOC.

As informações fornecidas pelo programa RANGMOT incluem: a quantidade (N), que se refere ao total de informações registradas; os tipos (T), que representam o número de termos diferentes evocados; e os Hepax (H), que correspondem às palavras evocadas com frequência igual a 1, ampliando a possibilidade de heterogeneidade na representação. A partir dos indicadores de raridade e diversidade, é possível obter dados sobre o grau de compartilhamento social de cada objeto, seu nível de idiosincrasia

e a proporção de comunalidade (Wolter & Wachelke, 2013; Oliveira *et al.*, 2005; Abric, 2000). Esses dados permitem uma compreensão mais aprofundada da relação entre os profissionais e os objetos analisados.

RESULTADOS

Dos participantes entrevistados, três recusaram-se a participar da pesquisa, dois estavam de licença e outros dois não conseguiram concluir o TALP. Assim, o estudo contou com a participação efetiva de 38 professores. A composição da amostra revelou que, em termos de sexo, 60,50% (n = 23) eram do sexo feminino e 39,50% (n = 15) do sexo masculino. Em relação à cor da pele, 78,94% (n = 30) dos professores se identificaram como não brancos e 21,06% (n = 8) como brancos. No que diz respeito ao estado civil, a maioria era casada, representando 60,56% (n = 23), enquanto 28,94% (n = 11) eram solteiros e 10,50% (n = 4) divorciados. Quanto à religiosidade, houve predomínio de católicos e evangélicos, respectivamente 52,63% (n = 20) e 36,84%, enquanto 10,53% (n = 4) declararam seguir outras religiões. No quesito escolaridade, 71,05% (n = 27) possuíam graduação e 28,95% (n = 11) eram pós-graduados.

A análise da variável tempo de magistério revelou que a média foi de 166,71 meses, o que equivale a aproximadamente 13,89 anos de experiência docente. A distribuição por categorias mostrou que a maioria dos participantes possui um tempo de magistério acima de 7 anos, com 23 indivíduos (60,53%). A categoria de 5 a 7 anos representa 8 indivíduos (21,05%), enquanto a categoria de 1 a 3 anos inclui 6 indivíduos (15,79%). Apenas 1 indivíduo (2,63%) apresentou um tempo de magistério classificado como menos de 1 ano. Esses dados refletem um perfil majoritariamente composto por profissionais com ampla experiência docente.

Os participantes evocaram um total de 152 termos, dos quais 55 (T) foram diferentes, com uma Ordem Média de Evocação (OME) de 2,5 em uma escala de 1 a 5. Cada participante foi instruído a evocar entre um e cinco termos, conforme sua escolha.

Os resultados sugerem que os termos mais representativos para o núcleo central das representações sociais relacionadas ao *Cyberbullying*

incluem palavras de maior frequência e menor OME, indicando sua maior acessibilidade à consciência dos participantes. Esses termos refletem aspectos fundamentais associados à percepção do fenômeno. A análise combinada desses dados resultou no quadro de quatro casas, conforme o Quadro 2.

Quadro 2. *Quadro de quatro casas, termo indutor cyberbullying em ordem direta, no conjunto dos participantes estudados. Tocantins, Brasil, 2023.*

Frequência Média	OME < 2,5			OME ≥ 2,5		
	Termo evocado	Freq.	OME	Termo evocado	Freq.	OME
≥ 10	crime virtual	13	1,5	exclusão punição	17 10	3,647 3,600
≤ 8	internet	7	2,143	covardia falta de amor medo	7	2,857
	preconceito	6	2,000		5	2,800
	tristeza	7	1,857		8	6,625
	violência	5	2,200			

Fonte: dados da pesquisa

De acordo o Quadro 2, no quadrante superior esquerdo, que concentra termos de alta frequência (≥10) e baixa ordem média de evocação (OME < 2,5), o termo “crimevirtual” (frequência 13, OME = 1,5) foi identificado como central. Este termo reflete a percepção predominante de que o *cyberbullying* é entendido pelos professores como uma forma de crime específico do ambiente digital, reforçando sua gravidade e conexão com questões legais e éticas.

No quadrante superior direito, que reúne elementos de alta frequência (≥10) e alta OME (≥ 2,5), encontram-se os termos “exclusão” (frequência 17, OME = 3,647) e “punição” (frequência 10, OME = 3,600). Esses elementos são interpretados como contrastantes, indicando dimensões complementares à percepção central. “Exclusão” sugere o impacto social e emocional do *cyberbullying*, como o isolamento das vítimas, enquanto “punição” reflete a preocupação com a necessidade de respostas institucionais e disciplinares eficazes no contexto escolar.

O quadrante inferior esquerdo apresenta termos de baixa frequência (<10) e baixa OME (<2,5), como “internet” (frequência 7, OME = 2,143), “preconceito” (frequência 6, OME = 2,000), “tristeza” (frequência 7, OME

= 1,857) e “violência” (frequência 5, OME = 2,200). Esses elementos da primeira periferia representam aspectos situacionais e emocionais associados ao fenômeno. “Internet” aponta para o espaço onde o *cyberbullying* ocorre, enquanto “tristeza” e “violência” indicam as consequências emocionais e psicológicas para as vítimas. “Preconceito”, por sua vez, reflete o reconhecimento de que o *cyberbullying* frequentemente está ligado a discriminações de natureza diversa.

Finalmente, no quadrante inferior direito, que agrupa termos de baixa frequência (<10) e alta OME ($\geq 2,5$), estão os elementos “covardia” (frequência 7, OME = 2,857), “falta de amor” (frequência 5, OME = 2,800) e “medo” (frequência 8, OME = 6,625). Esses termos da segunda periferia sugerem associações subjetivas e menos consensuais. “Covardia” reflete um julgamento moral direto sobre os agressores. A expressão “falta de amor”, por sua vez, enquanto aponta para uma carência de valores afetivos, pode também ser um indicativo da mobilização de um quadro de valores morais, possivelmente de fundo religioso, similar à noção de ‘falta de amor ao próximo’. Essa interpretação se alinha a outros achados deste estudo e sugere que, para esses professores, a raiz do problema reside em uma falha de caráter e empatia do agressor. Por fim, o “medo” evidencia o impacto emocional nas vítimas e o ambiente de insegurança que o fenômeno pode gerar.

A segunda análise deu-se com a formação do *corpus*, também fornecido pelos 38 participantes da pesquisa, em resposta ao termo indutor “suicídio” no contexto escolar, evidenciam como os professores organizam suas representações sociais acerca do fenômeno.

Conforme descrito na tabela 2, o quadrante superior esquerdo, que corresponde a termos com frequência acima da média e baixa ordem média de evocação (OME < 2,5), destaca-se o termo “ansiedade” (frequência 8, OME = 1,500). Esse termo surge como central e prontamente evocado, indicando que a ansiedade é percebida como um dos principais elementos associados ao suicídio no ambiente escolar. A presença desse termo reflete a percepção dos professores sobre o impacto emocional significativo enfrentado pelos alunos em situações de vulnerabilidade.

No quadrante superior direito, que apresenta termos com alta frequência, mas evocação tardia ($OME \geq 2,5$), encontram-se “falta de igreja” (frequência 40, $OME = 2,750$) e “fraqueza” (frequência 30, $OME = 3,467$). Esses elementos contrastantes sugerem a associação do suicídio a dimensões valorativas e culturais. Tal percepção indica que os professores podem vincular o fenômeno tanto a uma suposta ausência de valores espirituais quanto a julgamentos que atribuem o ato a uma fraqueza puramente individual. Essa visão reducionista foca em uma suposta vulnerabilidade emocional e desconsidera a complexa interação com os fatores de vulnerabilidade social, como isolamento e violência, que são cruciais para a compreensão do sofrimento psíquico.

Quadro 3. *Quadro de Quatro Casas, termo indutor suicídio em ordem direta, no conjunto dos participantes estudados. Tocantins, Brasil, 2023.*

Frequência Média	OME < 2,5			OME ≥ 2,5		
	Termo evocado	Freq.	OME	Termo evocado	Freq.	OME
≥7	ansiedade	8	1,500	Falta de igreja fraqueza	40 30	2,750 3,467
≤ 6	amor próprio	5	2,200	insegurança violência	4 4	3,000 3,000
	angústia	6	1,000			
	depressão	6	1,333			
	falta-de-amor	4	1,500			
	solidão	6	2,333			

Fonte: dados da pesquisa

No quadrante inferior esquerdo (Quadro 3), com termos de baixa frequência e baixa OME, estão os elementos “amor próprio” (frequência 5, $OME = 2,200$), “angústia” (frequência 6, $OME = 1,000$), “depressão” (frequência 6, $OME = 1,333$), “falta de amor” (frequência 4, $OME = 1,500$) e “solidão” (frequência 6, $OME = 2,333$). Esses elementos periféricos próximos refletem emoções e condições psicológicas percebidas como diretamente associadas ao suicídio. “Depressão” e “angústia”, em particular, surgem como termos que evidenciam a preocupação dos professores com o sofrimento psíquico e emocional dos alunos.

Por fim, no quadrante inferior direito, com baixa frequência e alta OME, encontram-se os termos “insegurança” (frequência 4, OME = 3,000) e “violência” (frequência 4, OME = 3,000). Esses elementos periféricos distantes indicam associações menos consensuais, mas que dialogam diretamente com o cenário de violência no âmbito escolar discutido na introdução deste trabalho. A evocação do termo “violência” pode ser entendida como o reconhecimento, por parte dos professores, das agressões e conflitos que marcam o cotidiano escolar. Como consequência direta, a “insegurança” emerge como a percepção do impacto emocional desse contexto, refletindo a sensação de ameaça e vulnerabilidade gerada no ambiente escolar (Cerqueira & Bueno (2025).

DISCUSSÃO

A análise dos resultados obtidos no quadro de quatro casas do quadro 1 evidenciou a complexidade das representações sociais em torno do “crime virtual”, revelando uma estrutura hierarquicamente organizada, composta por elementos centrais e periféricos que desempenham diferentes papéis na construção coletiva desse fenômeno. Com base na TCN, é possível interpretar os resultados considerando as dimensões cognitivas, simbólicas e práticas que estruturam as percepções do grupo.

A análise do núcleo central da representação social identificado pelo termo “crime virtual”, revela não apenas sua posição estrutural no modelo teórico da TNC, mas também sua relevância como síntese simbólica e cognitiva de um fenômeno altamente contemporâneo. A centralidade desse termo, evidenciada por sua alta frequência e baixa OME (1,5), transcende a simples identificação do conceito como parte essencial da representação social. Ele atua como um catalisador para o entendimento coletivo do crime virtual, consolidando significados que vão além da experiência individual e que refletem um consenso grupal sobre sua importância como ameaça social. Nesse sentido, o núcleo central não é apenas um reflexo da realidade objetiva do crime virtual, mas uma construção simbólica que articula as relações entre o sujeito (o grupo social) e o objeto (o fenômeno em questão) (Oliveira *et al.*, 2005; Sá, 2017).

Ao ocupar essa posição central, o termo “crime virtual” encapsula o caráter multifacetado do fenômeno, abrangendo aspectos tecnológicos, éticos, sociais e emocionais. Esse termo, portanto, não representa apenas o reconhecimento de uma realidade concreta, mas também funciona como uma lente através da qual os outros elementos da representação, tanto contrastantes quanto periféricos, adquirem significado (Wolter & Wachelke, 2013; Oliveira *et al.*, 2005; Abric, 2000).

Ainda segundo o Abric (2000), o núcleo central, segundo a TNC, não apenas organiza a representação, mas também serve como um ponto de ancoragem para os sistemas de crenças e valores do grupo, evidenciando um conjunto de preocupações e prioridades em relação à crescente digitalização das interações humanas.

Ademais, a centralidade de “crime virtual” sugere que o grupo não apenas reconhece o fenômeno, mas também o posiciona como um marco de transformação nas dinâmicas sociais e culturais contemporâneas. O termo reflete uma tomada de consciência coletiva sobre os desafios éticos, legais e emocionais que emergem da convergência entre o mundo físico e o digital. Por isso, o núcleo central não é estático; ele carrega consigo uma tensão intrínseca entre a estabilidade dos valores compartilhados e a necessidade de adaptação a um contexto em constante transformação. Esse processo de simbolização, ao mesmo tempo que fornece estabilidade à representação, também define a relação do grupo com os elementos periféricos e contrastantes, que assumem papéis complementares e contextualizados na estrutura total da representação social do crime virtual.

Os elementos contrastantes, como “exclusão” e “punição”, ampliam a compreensão do fenômeno, destacando tanto as consequências sociais quanto as respostas institucionais. A exclusão social das vítimas é uma característica marcante do *cyberbullying* (Aleixo & Engelman, 2022), frequentemente agravada pelo impacto contínuo das interações virtuais. Por outro lado, “punição” reflete a percepção de que há necessidade de medidas disciplinares mais rigorosas, apontando para a expectativa de que as instituições escolares desempenhem um papel ativo na prevenção e resposta ao problema (Lago, 2021).

Os elementos da primeira periferia, como “internet”, “preconceito”, “tristeza” e “violência”, estabelecem uma ponte entre o núcleo central e o contexto cotidiano de ocorrência do fenômeno. A internet é percebida como o principal espaço de interação e exposição, enquanto “tristeza” e “violência” traduzem as consequências emocionais da agressão digital. O termo “preconceito” amplia o entendimento do *cyberbullying* ao associá-lo a discriminações de natureza diversa, como gênero, raça ou orientação sexual, configurando-o como uma extensão de violências estruturais (Silva, 2022; Wendt, 2020). Essa leitura reforça a necessidade de compreender o *cyberbullying* não apenas como problema de conduta individual, mas como manifestação de desigualdades sociais e culturais refletidas no ambiente escolar.

Já os elementos da segunda periferia, como “covardia”, “falta de amor” e “medo”, revelam dimensões mais subjetivas e moralizantes da representação. O termo “covardia” expressa um julgamento ético sobre o comportamento dos agressores, interpretados como indivíduos que se aproveitam do anonimato e da impunidade digital. A expressão “falta de amor”, por sua vez, sugere a ancoragem das representações em valores religiosos e afetivos, indicando que parte dos professores interpreta o fenômeno sob a ótica de princípios morais, como a ausência de empatia ou de amor ao próximo, percepção compatível com o perfil religioso majoritário da amostra (católicos e evangélicos). Já o termo “medo” reflete o impacto emocional vivenciado tanto pelas vítimas quanto pela comunidade escolar, ressaltando o sentimento de vulnerabilidade diante da violência digital (Cerqueira & Bueno, 2025).

Em relação ao termo indutor “suicídio”, as representações sociais apresentaram-se igualmente complexas e multifatoriais. O núcleo central, composto pela palavra “ansiedade”, demonstra que os professores associam o risco suicida a sinais emocionais visíveis, interpretando a ansiedade como o principal marcador de sofrimento psíquico entre os estudantes. Essa leitura revela sensibilidade às manifestações comportamentais mais explícitas, como agitação, estresse e inquietação, que são facilmente observadas no cotidiano escolar (Silva et al., 2022). No entanto, conforme apontam Higa-McMillan et al. (2008) e Cerqueira & Bueno (2025), os transtornos

depressivos, especialmente o episódio depressivo maior, configuram-se como os preditores clínicos mais associados ao suicídio, o que sugere que a percepção docente ainda tende a subestimar sintomas menos visíveis, como desesperança e anedonia.

Essa centralidade da ansiedade nas representações pode, portanto, gerar um viés de observação, no qual o sofrimento internalizado é menos reconhecido. O desafio, nesse sentido, consiste em ampliar o repertório interpretativo dos professores, para que possam identificar não apenas os sinais comportamentais, mas também os emocionais mais sutis. Tal necessidade reforça a importância de programas de formação docente continuada, voltados à diferenciação entre transtornos de humor e ansiedade e à construção de estratégias empáticas de acolhimento (Gili et al., 2019).

Os elementos da zona de contraste, como “falta de igreja” e “fraqueza”, são particularmente significativos, pois revelam a persistência de mitos e crenças errôneas sobre o suicídio no imaginário dos professores. Essas representações não são neutras; elas cumprem a função social de oferecer explicações simplificadas para um fenômeno complexo e angustiante. A noção de “falta de igreja” materializa o mito de que o suicídio é, em sua essência, uma falha de ordem moral ou espiritual. Essa interpretação desloca o suicídio do campo da saúde pública para o da moralidade individual, obscurecendo a teia de fatores psicossociais, biológicos e contextuais que o determinam. De forma análoga, o termo “fraqueza” expõe um dos mitos mais danosos e estigmatizantes: a crença de que o ato suicida é uma falha de caráter, uma incapacidade de “aguentar” as pressões da vida. Tal visão, ancorada em valores culturais que exaltam a invulnerabilidade, culpabiliza o indivíduo em sofrimento e deslegitima sua dor.

A predominância desses mitos no discurso dos educadores tem implicações diretas e graves para a prevenção no ambiente escolar. Ao enquadrar o sofrimento do aluno através de uma lente moralizante ou de um julgamento de caráter, o professor pode, inadvertidamente, criar barreiras ao invés de pontes para o acolhimento. Essa visão pode levar a intervenções inadequadas, como o aconselhamento puramente religioso em detrimento do encaminhamento para a saúde, ou a uma postura que minimiza a dor do estudante, tratando-a como um problema a ser superado com “força

de vontade”. (Gearing & Alonzo (2018). Consequentemente, esses mitos fomentam um ambiente de silêncio e julgamento, onde o aluno em risco se sente ainda mais isolado e incompreendido, com medo de expressar sua vulnerabilidade. A desconstrução ativa dessas crenças torna-se, portanto, um passo fundamental e inadiável na formação de educadores.

Os elementos da primeira periferia, como “depressão”, “angústia” e “solidão”, indicam que os professores reconhecem o impacto das condições emocionais e psicológicas no comportamento suicida. Esses termos refletem uma sensibilidade ao sofrimento psíquico dos alunos e indicam que, embora não sejam termos centrais, os professores percebem essas condições como fatores relevantes que precisam ser abordados no ambiente escolar.

A presença dos termos “amor próprio” e “falta de amor” na primeira periferia é particularmente reveladora, pois sugere que a representação social dos professores opera em um eixo dialético fundamental para a prevenção do suicídio. Esses elementos podem ser interpretados como a tradução, em linguagem cotidiana, de dois conceitos-chave da saúde mental: os fatores protetivos e os vínculos seguros.

Por um lado, a evocação de “amor próprio” aponta para o reconhecimento da importância dos recursos internos do indivíduo. Este termo engloba uma série de fatores protetivos individuais, como a autoestima, a capacidade de autoacolhimento e a resiliência emocional. Ao identificá-lo como relevante, os professores demonstram uma percepção de que o fortalecimento do indivíduo, capacitando-o a lidar com as adversidades, é uma estratégia preventiva crucial.

Por outro lado, a “falta de amor” sinaliza a compreensão do peso dos fatores relacionais e contextuais. Esta expressão não se refere apenas a uma carência afetiva genérica, mas aponta para a ausência ou fragilidade de vínculos seguros, a base de uma rede de apoio social sólida. Reflete a percepção de que o isolamento, a negligência e a falta de pertencimento são condições que amplificam a vulnerabilidade ao suicídio. Assim, a discussão proposta pelos professores, mesmo que implicitamente, alinha-se à literatura científica (Ramires & Schneider, 2010; OMS, 2025), ao reconhecer que a prevenção eficaz depende tanto do fortalecimento das defesas internas do indivíduo quanto da garantia de um ambiente relacional seguro e acolhedor.

Os elementos periféricos distantes, como “insegurança” e “violência”, ampliam a discussão ao vincular o suicídio a fatores ambientais e estruturais. Tais representações indicam que os professores reconhecem o papel das condições de vida, da violência escolar e urbana e da sensação de desamparo na gênese do sofrimento psíquico (Koehler, Gonzales & Marpica, 2021). Ao perceber o ambiente como hostil e inseguro, o docente identifica também a necessidade de que a escola se consolide como um espaço de acolhimento, diálogo e proteção.

De modo geral, os resultados revelam que os professores constroem suas representações sociais com base em experiências pessoais, valores culturais e observações do cotidiano escolar. Essa mescla de racionalidades, científica, moral e religiosa, produz um campo representacional híbrido, no qual coexistem concepções técnicas e julgamentos valorativos (Andrade et al., 2020). Tal hibridismo aponta tanto para limitações quanto para potencialidades: embora mitos como “fraqueza” e “falta de igreja” dificultem o reconhecimento do sofrimento, o apelo a valores como “amor”, “respeito” e “solidariedade” pode ser ressignificado como base para ações pedagógicas de cuidado.

Nesse sentido, é urgente investir em capacitações docentes que fortaleçam o olhar empático e informativo sobre o suicídio, permitindo superar concepções estigmatizantes e consolidar práticas educativas de prevenção. A escola, como instituição formadora, pode desempenhar papel estratégico na identificação precoce de sinais de risco e na promoção de um ambiente emocionalmente saudável (Koehler, Gonzales & Marpica, 2021; Silva et al., 2019; Chan & Wong, 2015). Além disso, conforme recomendam a OMS (2020; 2025) e Luis et al. (2021), a prevenção eficaz do suicídio demanda uma abordagem intersetorial, que envolva escola, família, serviços de saúde e comunidade, articulando redes de apoio e fortalecendo políticas institucionais voltadas ao bem-estar psicológico dos adolescentes.

Por fim, reconhecem-se as limitações deste estudo, como o uso exclusivo da técnica de evocação livre e o foco em um contexto escolar específico, o que restringe a generalização dos resultados. Ainda assim, os achados oferecem subsídios relevantes para futuras pesquisas que explorem de modo

mais aprofundado as influências culturais, religiosas e institucionais nas representações docentes sobre o *cyberbullying* e o suicídio, ampliando a compreensão sobre o papel da escola na promoção da saúde mental.

CONCLUSÃO

O estudo realizado permitiu uma análise detalhada das representações sociais sobre o *cyberbullying* e o suicídio no contexto escolar, evidenciando a complexidade das percepções dos professores e a relevância dos impactos emocionais e comportamentais associados a esses fenômenos.

A partir das evocações analisadas, foi possível identificar elementos centrais, contrastantes e periféricos que estruturam a compreensão desses problemas, destacando aspectos emocionais, sociais e culturais fundamentais para o planejamento de estratégias preventivas e de promoção da saúde mental.

Em ambos os casos, as representações dos professores evidenciam que o *cyberbullying* e o suicídio não são apenas fenômenos isolados, mas estão profundamente enraizados em questões emocionais, sociais e culturais que afetam os adolescentes. Esses achados reforçam a necessidade de ações integradas de prevenção e promoção da saúde mental no ambiente escolar, que considerem tanto os aspectos estruturais (como políticas institucionais e ações disciplinares) quanto as dimensões emocionais e relacionais envolvidas.

Por fim, o estudo ressalta a importância de abordagens multidisciplinares e participativas para a construção de políticas públicas efetivas que combatam o *cyberbullying* e previnam o suicídio, ampliando o diálogo entre professores, alunos, famílias e gestores escolares. A continuidade de pesquisas no campo das representações sociais pode contribuir para uma compreensão ainda mais profunda dessas questões, subsidiando o desenvolvimento de intervenções cada vez mais eficazes e sensíveis às necessidades da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares em representação social* (2ª ed., pp. 27–38). Goiânia: AB Editora.
- Aleixo, R. A. R. M., & Engelman, M. de F. B. (2022). Representações sociais invadidas e maculadas por cyberbullying. *Revista Bioética (Impr.)*. https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/2675
- Andrade, M. B. T. et al. (2020). O nexso entre religiosidade/espiritualidade e o comportamento suicida em jovens. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas*, 16(4), 109–121.
- Berger, C., & Lisboa, C. (2009). *Violência escolar: estudos y posibilidades de intervención em Latinoamérica*. Santiago: Editorial Universitária.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2024). *Boletim Epidemiológico: Panorama dos suicídios e lesões autoprovocadas no Brasil de 2010 a 2021* (Boletim Epidemiológico, v. 55, n. 4). <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-04.pdf/view>
- Brito, M. I. B. da S., Melo, J. K. C. de, Nascimento, V. A. do, & Tavares, Y. G. (2021). Educação em Saúde na Escola: Vivência com Estudantes do Sexo Masculino de Escolas Públicas. *Caminho Aberto: Revista De extensão Do IFSC*, (9).
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (Coords.). (2025). *Atlas da violência 2025*. Ipea; FBSP. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>
- Gearing, R. E., & Alonzo, D. (2018). Religion and suicide: New findings. *Journal of Religion and Health*, 57(6), 2478–2499. <https://doi.org/10.1007/s10943-018-0628-8>
- Gili, M., Castellví, P., Vives, M., de la Torre-Luque, A., Almenara, J., Blasco, M. J., et al. (2019). Transtornos mentais como fatores de risco para comportamento suicida em jovens: uma meta-análise e revisão sistemática de estudos longitudinais. *Journal of Affective Disorders*, 245, 152–162.

- Han, H. C., & Wong, D. S. (2015). Traditional school bullying and cyberbullying in Chinese societies: Prevalence and a review of the whole-school intervention approach. *Aggression and Violent Behavior*.
- Higa-McMillan, C. K., Smith, R. L., Chorpita, B. F., & Hayashi, K. (2008). Common and unique factors associated with DSM-IV-TR internalizing disorders in children. *Journal of abnormal child psychology*, 36(8), 1279–1288. <https://doi.org/10.1007/s10802-008-9250-8>
- Koehler, S. M. F., Gonzales, N. G. P., & Marpica, J. B. (2021). A escola como promotora da saúde mental e do bem-estar juvenil: Oficinas pedagógicas com adolescentes. *Desidades*, 29, 168–185. Recuperado em 15 de dezembro de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000100011
- Lago, A. C. M. P. (2021). Mediação escolar on-line: Instrumento da política pública nacional de combate e prevenção ao cyberbullying em tempos de pandemia. *Revista Meritum*.
- Luis, M. A., Monroy, N. A. J., de Godoi, L. G., & Leite, F. M. C. (2021). Lesión autoprovocada entre adolescentes: prevalencia y factores asociados, Espírito Santo, Brasil. *Aquichan*, 21(3), e2133. <https://doi.org/10.5294/aqui.2021.21.3.3>.
- Moraes, S. P. de, & Brêtas, J. R. da S. (2018). Teoria das Representações Sociais e Teoria Queer: Tramas possíveis. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 6(12), 556–571. Recuperado em 8 de janeiro de 2025, de <https://doi.org/10.33361/RPQ.2018.v.6.n.12.155>
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (9ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Nock, M. K. (Ed.). (2014). *The Oxford handbook of suicide and self-injury*. Oxford University Press.
- Oliveira, D. C., Marques, S. C., & Gomes, A. M. T. et al. (2005). Análise das evocações livres: Uma temática de análise estrutural das representações sociais. In *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. XX-XX). João Pessoa: Editora Universitária UFPB.

- Organização Mundial da Saúde. (2020). *Diretrizes sobre intervenções de promoção e prevenção da saúde mental para adolescentes: Ajudando os adolescentes a prosperar*. <https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/4583e890-053b-425a-b53e-8edc6da1347f/content>
- Organização Mundial da Saúde. (2025). Saúde mental dos adolescents. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>
- Piccinini, B. D. B. de O., Figueirêdo, A. A. F. de., & Miranda, D. A. (2025). Comportamento suicida no contexto universitário: Uma revisão integrativa da literatura. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 35(2), e350219.
- Pimentel, F. de O., Della Mea, C. P., & Dapieve Patias, N. (2020). Vítimas de bullying, sintomas depressivos, ansiedade, estresse e ideação suicida em adolescentes. *Acta Colombiana de Psicología*, 23(2), 230–240.
- Ramires, V. R. R., & Schneider, M. S. (2010). Revisitando alguns conceitos da teoria do apego: Comportamento versus representação? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 25–33.
- Sá, A. A. G. (2017). As representações sociais dos estudantes da Universidade do Minho sobre o fenómeno do cyberbullying.
- Santos, M. F. S., & Almeida, L. M. (2005). (Orgs.). *Diálogos com a teoria da representação social*. Recife: Editora Universitária UFPE.
- Sarubbi Junior, V., Bertolino Neto, M. M., & Reis, A. O. A. et al. (2013). *Tecnologias computacionais para auxílio em pesquisa qualitativa - Software EVOC*. São Paulo: Schoba.
- Sganzerla, G. C. (2021). Risco de suicídio em adolescentes: Estratégias de prevenção primária no contexto escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*. <https://doi.org/10.1590/2175-35392021226820>
- Silva, G. V. da et al. (2019). Promoção de saúde mental para adolescentes em uma escola de ensino médio: Um relato de experiência. *Revista NUFEN*, 11(2), 133–148.
- Silva, L. S. da, et al. (2022). Suicide risk in high school students: Who are the most vulnerable groups? *Revista Paulista de Pediatria*, 41, e2021236.

- Van Geel, M., Vedder, P., & Tanilon, J. (2014). Relationship between peer victimization, cyberbullying, and suicide in children and adolescents: A meta-analysis. *JAMA Pediatrics*, 168(5), 435–442.
- Wachelke, J. (2013). The symbolic structures of social life: Integrative comments on the social thinking architecture. *Psicologia Saber e Social*, 2(2). Recuperado em 12 de dezembro de 2024, de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/8791/6659>
- Wendt, G. W. (2020). Cyberbullying e depressão em adolescentes. *Psicologia Americana Latina*.
- Wolter, R. P., & Wachelke, J. (2013). Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: Raridade, diversidade e comunidade. *Psicologia Teoria e Prática*, 15(2). Recuperado em 3 de dezembro de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000200009&lng=pt&nrm=iso.

Recebido em 10/01/2025

Aceito em 07/11/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

A Esferologia de Peter Sloterdijk e a Depressão como Luto pela perda do Nobjeto

*Peter Sloterdijk's Spherology
and Depression as Grief for the Nobject's loss*

*La Esferología de Peter Sloterdijk
y la Depresión como pérdida de el Nobjeto*

*Lucca de Menezes Passos Barbosa¹
Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista²*

Resumo

Este artigo apresenta a esferologia do filósofo alemão Peter Sloterdijk. Este artigo divide-se em três partes, a saber: (1) quem é Peter Sloterdijk; (2) introdução à teoria esferológica; e (3) apresentar sua teoria sobre a depressão. Como método, utiliza-se a pesquisa bibliográfica com a obra de comentadores e do próprio autor, seus conceitos de nobjeto e esferas, e sua compreensão decorrente da melancolia. A esferologia busca compreender como o ser humano se relaciona existencialmente com seu espaço, mais especificamente, como ele habita seu mundo. Para tal, o filósofo parte do princípio de que toda existência se inicia, necessariamente, por meio de relações, e é com elas que se constitui a habitação. Nessa compreensão, Sloterdijk trabalha a ideia de que toda vida é movida, animada, com base na relação com seus aliados íntimos – acompanhantes existenciais que promovem e sustentam sentido existencial – e é por meio dessas relações fortes que o sujeito constitui sua morada no mundo. Por essa razão, o autor elabora uma teoria etiológica sobre o fenômeno da depressão: trata-se da perda do polo complementar (nobjeto). Busca-se,

1 Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0840-286X>. E-mail: luccampb@gmail.com

2 Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9691-6141>. E-mail: pauloeevangelista@gmail.com

Agências de fomento: Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG pelo Programa de Iniciação Científica Voluntária

com isso, apresentar o autor para as áreas da psicologia, entendendo que, com base na esferologia, outras perspectivas de compreensão e terapêutica se abrem para a psicopatologia e para a clínica psicológica.

Palavras-chave: Peter Sloterdijk; Esferologia; Depressão; Melancolia.

Abstract

This article presents Spherology, theory developed by the German philosopher Peter Sloterdijk. It is divided into three parts: 1) who is Peter Sloterdijk; 2) introduction to the Spherology theory and 3) the author's theory on depression. As a method, bibliographic research is used with the work of commentators and the author himself to present his concepts of Nobjects and Spheres, and the resulting understanding of depression. Spherology seeks to understand how the human being relates existentially to his space, more specifically, how he inhabits his world. To this end, the philosopher starts from the principle that all existence necessarily begins through relationships, and it is through these that dwelling is constituted. Sloterdijk works with the idea that all life is moved and animated from the relationship with its intimate allies - existential companions that promote and sustain existential meaning - and it is through these strong relationships that the subject constitutes his dwelling in the world. With this, the author elaborates a corresponding etiological theory about the phenomenon of depression: it is the loss of the complementing pole (nobject). The article seeks, then, to introduce the author to Psy- studies, understanding that Spherology opens up new perspectives in Psychopathology and Clinical Psychological.

Keywords: Peter Sloterdijk; Spherology; Depression; Melancholy.

Resumen

Este artículo presenta la Esferología, del filósofo alemán Peter Sloterdijk. Se divide en tres partes: 1) quién es Peter Sloterdijk; 2) introducción a la teoría del bolígrafo y 3) presentar su teoría sobre la depresión. Como método, se utiliza la investigación bibliográfica con el trabajo de los comentaristas y el propio autor, sus conceptos de Nobjeto y Esferas, y su comprensión resultante de la Melancolía. La esferología busca comprender cómo el ser humano se relaciona existencialmente con su espacio, más específicamente, cómo habita su mundo. Con este fin, el filósofo parte del principio de que toda existencia comienza necesariamente a través de las relaciones, y es a través de ellas que se constituye el habitar. En esta comprensión, Sloterdijk trabaja con la idea de que toda vida se mueve, se anima, desde la relación con sus aliados íntimos -compañeros existenciales que promueven y sostienen el sentido existencial- y es a través de estas relaciones fuertes que el sujeto constituye su morada en el mundo. Con esto, el autor elabora una teoría etiológica correspondiente sobre el fenómeno de la depresión: es la pérdida del polo complementario (nobjeto).

Se busca, con ello, introducir al autor en las áreas Psi, entendiendo que, desde la Esferología, se abren otras perspectivas de comprensión y terapia a la Psicopatología y la Clínica Psicológica.

Palabras clave: Peter Sloterdijk; Esferología; Depresión; Melancolía.

“Seu dublê era um cadáver!”

A outra costela da morte, Gabriel Garcia Marquez.

“Não há deserto maior que uma casa deserta.”

A Bagaceira, José Américo de Almeida.

Este artigo visa tratar da obra do filósofo alemão Peter Sloterdijk, especificamente a esferologia, teoria que o autor desenvolve na trilogia *Esferas*. Essa teoria se baseia fortemente, ainda que não de maneira exclusiva, na noção de ser-no-mundo-com-outros, da fenomenologia de Martin Heidegger. Sloterdijk (2016) desenvolve uma antropologia filosófica existencial do ser-em, isto é, da condição humana de habitar espaços compartilhados. Assim, o pensador alemão formula importante discussão sobre a coexistência como fundante da existência individual, ou seja, que, para se tornar ser-no-mundo, uma existência precisa antes ser recolhida e acolhida no mundo por outras existências. Ademais, propõe o conceito de nobjeto para indicar a relação da existência com algo ou alguém para além de si mesmo que é vivida como uma díade una, ou seja, não cindida entre sujeito e objeto. Havendo falha no processo de participação do mundo recepção no mundo compartilhado – que ele chama de esfera – a existência pode não se desenvolver na direção da autonomia e autossustentação para coabitar outros mundos e relações significativas.

O filósofo explora essa discussão brevemente no livro *Esferas* (Sloterdijk, 2016), ilustrando com o fenômeno da depressão. Considerando que sua proposta pode ser frutífera para a compreensão da etiologia dessa experiência psicopatológica – e do luto, que se articula –, objetiva-se recolhê-la e apresentá-la tematicamente, de modo a torná-la mais conhecida no campo das ciências psicológicas.

Dessa forma, o presente texto tem três objetivos principais: 1) apresentar quem é Peter Sloterdijk; 2) introduzir sua teoria esferológica, (em

especial a microesferologia, desenvolvida no livro “*Esferas 1 – Bolhas*” (Sloterdijk, 2016); e 3) com base nesta breve apresentação, discutir sobre seu entendimento do fenômeno da depressão, derivado dessa concepção de (co)existência. Para tal, percorrer-se-á a seguinte ordem: 1) Quem é Peter Sloterdijk, e qual sua relevância no panorama intelectual contemporâneo; 2) O que são nobjetos; 3) O que é a esferologia; e 4) uma teoria esferológica da depressão.

O método utilizado foi a revisão narrativa. Essa metodologia tem como característica central uma participação ativa do autor no processo de análise crítica, dessa forma, criando uma síntese qualitativa abrangente do campo estudado (Rother, 2007). Tal metodologia é mais propícia para integrar campos por vezes distintos (Cook, Mulrow & Haynes, 1997), como no presente artigo, articulando a obra de Sloterdijk para pensá-la no contexto de áreas da psicologia.

Findo o artigo, pretende-se ter introduzido a esferologia e apresentado a compreensão decorrente sobre a melancolia³, de forma a disseminar o pensamento desse filósofo no Brasil e, em especial, ao público da psicologia, área na qual se acredita que o teórico alemão tenha muito a contribuir.

QUEM É PETER SLOTERDIJK

Nascido em 1947, Peter Sloterdijk é um filósofo alemão, original da cidade de Karlsruhe. Estudou filosofia, história e germanística nas universidades de Munique e Hamburgo entre os anos de 1968 e 1974. Após defender sua tese de doutorado em 1976, viveu na Índia entre os anos de 1979 e 1980, período esse que o filósofo conta como tendo uma especial relevância em relativizar os paradigmas científicos e filosóficos ocidentais e, sobretudo, o *zeitgeist* alemão (Ghiraldelli, 2018). De 1992 até 2017, ocupou a cadeira de Filosofia e Estética da Universidade de Artes e Design de Karlsruhe, sendo reitor dessa universidade de 2001 a 2015. De 2002 a 2012, apresentou o programa de TV *O Quarteto Filosófico*, junto do filósofo Rüdiger Safranski.

3 Os termos “Depressão” e “Melancolia” serão usados aqui como sinônimos, assim como na obra de Sloterdijk.

Desde 1983, com a publicação do livro *Crítica da Razão Cínica*, Sloterdijk (2012) já apresenta uma visibilidade relevante no panorama intelectual contemporâneo, como um autor inovador e renovador do pensamento filosófico. A obra do filósofo abrange uma variedade de temas e conversa com diversas escolas e autores da filosofia, desde Nietzsche à Teoria Crítica, de Adorno, passando por Foucault, Derrida, Heidegger, Bachelard, entre outros. Nas últimas décadas, Sloterdijk desenvolveu obras que compreendem a modernidade e a contemporaneidade, principalmente no que tange à questão do espaço, o que nomeou como processos de imunização (Ghiraldelli, 2018). Com esses trabalhos, que incluem a trilogia *Esferas*, a obra do filósofo tem grande destaque na reflexão científico-humano acerca da própria contemporaneidade. Seus escritos são referência para importantes pensadores contemporâneos e estudos sobre arquitetura e urbanismo, geografia, teologia, além de várias outras áreas. Já recebeu diversas premiações por sua obra, como o prêmio Sigmund Freud de prosa científica e o prêmio Helmuth Plessner, pelo desenvolvimento na área da antropologia filosófica.

Elencam-se esses dados biográficos e acadêmicos, pois nota-se que são de especial relevância para mostrar um pouco da versatilidade e da grande quantidade de referências com as quais o autor trabalha e os diversos contextos nos quais sua obra se insere. Como descrito por Pessanha (2017, p. 38), Sloterdijk é um “cultorólogo e mega-abraçador de mundos”. Sua obra articula saberes diversos com profunda erudição (Ghiraldelli, 2018). Dessa forma, ler Sloterdijk é se deparar com uma escrita muito diversa, exuberante e intrigante.

Na trilogia *Esferas*, o autor se debruça sobre a questão da habitação⁴, de modo a contar “uma história abrangente do acontecer humano [cuja] chave é o espaço” (Pessanha, 2017, p. 9), visando narrar a história

4 Com o termo “Habitação”, em maiúsculo, vale precisar que se diz de sua conotação mais “existencial”; isto é, algo como o sentimento de estar contido e contemplado pelo/no mundo em que se vive. Esse adendo também se presta para termos como “proximidade”, “intimidade” e palavras similares. A referência mais importante no desenvolvimento dessa temática é a obra de Heidegger, filósofo que descreveu a existência humana como “ser-no-mundo” e que publicou o ensaio “Construir, habitar, pensar” (2002). Crê-se que, com o desenvolvimento do texto, ficarão mais claras as conotações que se traz aos termos.

da Habitação dos homens no que chama de “criações espaciais imunologicamente efetivas” (Sloterdijk, 2016, p. 29) – as Esferas. Assim, por meio de sua metodologia particular, Sloterdijk trata da pergunta “onde estamos quando estamos no mundo?” (Sloterdijk, 2016, p. 29), de forma a renovar o entendimento sobre o que significa habitar e como o homem constrói seu lugar, sua habitação no mundo. Para isso, o filósofo reconstrói certos entendimentos sobre a ontogênese e a filogênese humanas, pensando desde a formação intrauterina, passando pelas primeiras relações de proximidade, até o pertencimento no que ele entende por “interiores expandidos” das grandes sociedades (conceitos que serão mais bem abordados adiante). Esses diferentes momentos, da participação em relações pequenas (i.e. família, pequenos grupos) – a microesferologia – até as grandes (i.e. no nível social) – a macroesferologia. Enquanto esses dois temas são tratados nos dois primeiros volumes da trilogia *Esferas* (*Esfera 1 – Bolhas e Esferas; Esfera 2 – Globos*), o terceiro volume, intitulado *Esferas 3 – Espumas*, traz todo o aparato teórico desenvolvido nas obras precedentes para uma análise do mundo contemporâneo⁵. Para o intuito do presente artigo, trabalhar-se-á, em especial, com o primeiro volume da série, sobre a microesferologia, que foca no desenvolvimento humano no interior imunológico das relações duais.

O QUE SÃO NOBJETOS

O termo “nobjeto” é usado por Sloterdijk para propor outro entendimento do fenômeno chamado pela psicanálise de relações objetais. Ele desenvolve uma teoria que descreve de outra forma a relação primordial mãe-bebê. Para isso, o autor rejeita as concepções usuais da relação sujeito-objeto para desenvolver uma análise medial sobre a forma como a criança se relaciona com as coisas ao seu redor.

Nesse sentido, a concepção de Sloterdijk situa-se na fenomenologia existencial de Heidegger, por qual a existência deve ser compreendida como ser-no-mundo, isto é, abertura perceptiva e receptiva dos entes do mundo

5 Por enquanto, somente o primeiro volume foi traduzido para o português.

– coisas, outros e si mesmo. Do ponto de vista ontológico e da experiência humana, a intimidade com as coisas e com os outros no mundo é anterior à cisão teórico-filosófica entre sujeito e objeto.

Na abertura da trilogia *Esferas*, Sloterdijk apresenta a gravura *Bubbles*, de G. H. Every sobre tela de Sir John Everett, que ilustra um menino acompanhando a subida de uma bolha de sabão que ele soprou. Não há uma separação entre sujeito insuflador (menino) e objeto insuflado (bolha), mas uma copertença na qual menino e bolha são um só acontecimento extático. Nas palavras do autor, após soprar o balão, “Segue-o a esperança da criança extasiada. É ela própria que desliza com sua bolha mágica no espaço exterior, como se, por alguns segundos, seu destino estivesse ligado ao daquela ansiosa criação” (Sloterdijk, 2016, p. 19).

Por análise medial, Sloterdijk aponta o meio entre as coisas, isto é, o próprio relacionamento entre elas. Quando se fala de relação sujeito-objeto, suprime-se o que é a própria experiência de se relacionar com algo, colocando um primado de separação entre um objeto distante e uma subjetividade que meramente o apreende e interage/relaciona-se com essa representação. Em especial, tratando da experiência infantil mãe-criança, uma análise do tipo é descabida, “porque aqui, nas coisas elas próprias, não há ainda em parte alguma relações entre sujeito e objeto” (Sloterdijk, 2016, p. 269); isto pois, as experiências de intimidade (tal como se pensa uma relação mãe-bebê saudável) nunca são apreendidas com a distância de um objeto, mas sempre como uma relação de proximidade enriquecedora.

Cumprindo ainda destacar que as relações indicadas por Sloterdijk (2016) podem ser com coisas (criadas ou naturais) ou com outras pessoas. A existência extática da criança, por exemplo, pode ser a bolha de sabão soprada, um bicho de pelúcia, uma planta, outra pessoa etc. Esses entes não são “objetos” separados daquele que com eles *ex-siste*, mas, sim, nobjetos insuflados-insuflantes.

A análise medial, de Sloterdijk, indica os meios pelos quais e nos quais se dão as primeiras formas de habitar no mundo. Nisso, é interessante notar como esse conceito se articula com a noção fenomenológica de “Ser-no-Mundo-Com-Outros” – isto é, os outros de um mundo nunca são meros sujeitos que passam por nós, pois o outro é constitutivo da própria

tessitura do que é o mundo. É dessa base de participação e pertencimento que o restante da existência parte e se desenrola; e é baseado nisso que Sloterdijk se fundamenta para desenvolver a concepção de *relações fortes*.

Com isso, como o autor pensa a relação do humano em/com seu meio? Para se iniciar nessa questão, é necessário explicitar o seguinte princípio: a Esfera (o espaço) na qual o homem habita é composta por, no mínimo, dois polos, o polo do não sujeito e o polo do não objeto (nobjeto), e é essa díada que estabelece a “situação de companheirismo ampliador” (Ghiraldelli, 2017, p. 46). Explicitar-se-á o conceito de *esfera* mais adiante, contudo, o que já se pode delinear é o aspecto diádico da existência humana – isto é, a existência constitui-se e institui-se em relação e, particularmente, desenvolve-se em relações de companheirismo, aliança. Seja a relação do bebê com a mãe, uma paixão por certo gênero musical, a prática intensa de um esporte, uma amizade etc. – qualquer relacionamento, em sentido ampliado –, a existência se faz em relações de pertencimento, participação, intimidade: relações estas cuja marca é a capacidade de instituir um horizonte existencial comum para aqueles que dela participam. Dessa forma, o que o não sujeito e o não objeto apontam é a proximidade (des-afastamento, conforme a etimologia da palavra em alemão) na qual as relações se realizam, e como é esse aspecto medial de companhia que confere sentido à existência. Assim, “nobjetos são coisas, meios ou pessoas que assumem para os sujeitos a função de gênio vivente ou complemento íntimo” (Sloterdijk, 2016, p. 423) – são os acompanhantes que animam⁶ a existência na díada esférica.

Dessa forma, a existência humana passa a ser vista como algo de caráter necessariamente diádico e medial. Ou seja, nunca se existe sozinho, individualmente – é marcante da existência a situação de acompanhamento e de relação, sendo nesta condição de dupla (i.e. aliança) que se anima a existência, confere-se sentido a ela. Faz-se notar a relevância do termo *animação*, como uma espécie de motor das formas como os sujeitos se relacionam e performam no mundo: “toda animação é um acontecimento

6 “Animar”, no caso, refere-se a ânima: alma, sopro de vida

mediático” (Sloterdijk, 2016, p. 274). De acordo com Cespedes (2018, p. 314): “essa abordagem ontológica relacional e espacial, ao prescindir dos meios como entidades intersticiais, reforça a inclinação (...) de voltar-se às mediações das subjetividades em detrimento dos meios e das análises midiáticas”.

Como Sloterdijk pensa essa situação de acompanhamento como sendo originária da existência humana, sua investigação visa construir uma forma de pensar voltada para o pertencimento, desenvolvendo uma “arqueologia da intimidade” (Ghiraldelli, 2017, p. 29) – ou seja, como, desde sempre, o ser humano já existe em relações íntimas ampliadoras. Por isso, a exposição do autor se volta para pensar como e com o que/quem o ser humano se relaciona desde o início da existência. Neste propósito, o autor desenvolve o que chama de “ginecologia negativa” (Sloterdijk, 2016, p. 247) – isto é, “adentrando no início da vida”, busca pensar as primeiras formas de acompanhamento existencial na vida intrauterina.

Não nos delongando muito sobre a argumentação e demonstração feita na obra, a ginecologia negativa compreende que, numa mera presença/vida intrauterina solitária (isto é, sem formas de companhia ampliadora), não haveria como desenvolver-se qualquer espécie de subjetividade, qualquer *ex-sistência*. Com isso, Sloterdijk (2016, p. 321) reconstrói extensamente a história de como diferentes culturas tratavam da placenta – um “órgão primitivo (...) cuja função é estar à disposição do pré-sujeito fetal como parceiro na penumbra”, o primeiro aliado existencial. De acordo com o autor, é esse órgão o responsável por injetar existência no que, de outra forma, é apenas biológico – ou seja, é na relação feto-placenta que a existência dá o primeiro passo na criação/descoberta de um mundo significativo; na primeira aliança que constrói um “espaço íntimo bipessoal” (Sloterdijk, 2016, p. 317).

Neste momento, muito mais que elaborar algum tipo de argumentação ginecológica (ao pé da letra), Sloterdijk chega num ponto central: não há existência sem acompanhamento, sem aliança, sem um espaço de intimidade que habilita o movimento no mundo. No dizer poético do autor:

7 Por “mediático”, entenda-se o caráter medial a que se refere.

“Se eu fosse apenas um negrume de basalto, como poderia ter germinado em mim algum vago sentimento de ser-em? (...) Haveria uma montanha prenhe de algo que não seja rocha?” (Sloterdijk, 2016, p. 314-315).

Com isso, a narrativa acerca do acompanhamento intrauterino da placenta desemboca na seguinte tese: “todos os nascimentos são nascimentos de gêmeos; ninguém vem ao mundo desacompanhado e sem escolta” (Sloterdijk, 2016, p. 375). Após o nascimento, esse primeiro *-com* placentário “deixa um lugar esférico vazio no espaço ao redor da criança, sua protegida e irmã gêmea (...), deixando aberto o lugar de sua ausência (...), o contorno de uma primeira partida” (Sloterdijk, 2016, p. 376). Dizendo de forma livre, se a “central de energia” que anima a existência humana tem “dois espaços” – a estrutura da díade não-sujeito e não-objeto –, à medida que aliados primeiros vão “desocupando” esse lugar, “a vaga sobresalente” – em uma existência saudável – vai sendo reocupada por outros nobjetos, outras relações, num movimento de acompanhamentos e desacompanhamentos sucessivos. Assim, nessa chave sloterdijkiana, o sujeito será, por toda a sua vida, a outra parte de um polo que o complementa (ou não). Por isso, outra questão necessária de pontuar é: como parte alguém dessas primeiras formas tão próximas de relação (placenta, mãe, família etc.) para diferentes situações, para espaços maiores (por exemplo, em instituições, num movimento musical, como membro de uma classe) – para as contingências da existência e, ainda assim, as habita? Esta questão se faz mais clara se considerar os diferentes meios por onde o homem passa e habita – desde o útero à participação social –, com uma variação muito importante a ser considerada: o tamanho de cada invólucro. Por exemplo, as relações em uma família são um interior particular e de diferentes graus de pertencimento de, diga-se, a integração numa torcida organizada, como um estudante universitário, como um brasileiro etc. Ao citar esses diferentes meios, o que se deve estar em foco é a qualidade destes como *interiores expandidos* – ou seja, formas de pertencer em meios maiores: “o estar-fora só pode significar o prolongamento, em outro meio, do estar-dentro” (Sloterdijk, 2016, p. 296). É assim que Sloterdijk interpreta o conceito de

Dasein, de Heidegger. *Da* (aí) *sein* (ser) significa habitar uma interioridade simbólica, cultural, em suma, mundos. A exterioridade indicada no *ex* de *ex-sistência* (existência) é o estar fora (no interior) de mundos.

No que se trata dessa transição entre diferentes lugares de habitar, Sloterdijk a nomeia *Transferência*: a capacidade, a versatilidade, flexibilidade existencial que cada indivíduo cria/descobre quando participa dessas primeiras formas de Habitação e que, com o passar do tempo e da intimidade desenvolvida, permite o trânsito entre diferentes meios (diferentes Esferas). No pensamento do autor, essa capacidade está essencialmente atrelada aos acompanhamentos do sujeito – isto é, à flexibilidade que suas alianças lhe permitem, e à capacidade de, diante de se encontrar exilado de seus interiores costumeiros (sem habitação), conseguir refazer/reencontrar um acompanhamento vitalizante. Poder-se-ia pensar, por exemplo, nos movimentos de migração: de como cada cultura *transfere* seus aliados (sua culinária, seus nomes, suas tradições) para o novo lugar e, com isso, constitui morada.

Com a expansão das Esferas de cada um (por exemplo, a saída do núcleo familiar para o colégio), cada sujeito leva consigo “o legado de lembranças do antigo campo simbiótico e de sua força coesiva” (Sloterdijk, 2016, p. 53). Com a mudança de meios – a explosão das Esferas anteriores, a entrada de terceiros, quartos e quintos elementos – para outros que lhe são (inicialmente) estranhos, o sujeito carrega junto de si seu vocabulário prévio de modo a incorporar/trazer para si esse algo novo de forma cabida – fazer do exterior parte nova de seu interior. Nas palavras de Sloterdijk, a *Transferência* é a “origem formal de todos os processos criativos que animam o êxodo dos homens para o campo aberto” (2016, p. 16). Desse modo, estabelece-se que “os limites de minha capacidade de *Transferência* são os limites de meu mundo” (Sloterdijk, 2016, p. 16).

Em síntese, o homem existe sempre em formas de relacionamento com o que Sloterdijk chama de nobjetos; essas formas de aliança têm um valor especial que é, a saber: animar a existência ao ser o que permite a criação e descoberta do espaço próprio compartilhado, ou seja, da Habitação no mundo. Com o decorrer da vida e a mudança nas alianças, a capacidade de manter-se Habitante do mundo (*Transferência*) remete à confiança/

intimidade construída desde as primeiras formas de acompanhamento. Assim, caminha-se para um entendimento do que significa *Habitar* para Sloterdijk. O que são as Esferas em que se habita?

A ESFEROLOGIA

A Esferologia sloterdijkiana pode ser compreendida como o desenvolvimento de uma analítica existencial do lugar – do ser-em – (Pessanha, 2018, p. 44), de forma que, em concordância ao projeto heideggeriano de “Ser e Tempo”, a Esferologia se desenvolve em uma espécie de “Ser e Espaço” (Sloterdijk, 2016, p. 309). Nesse panorama teórico, Sloterdijk vai tratar da questão da Habitação – o que significa “Habitar” para o ser humano e como isso se dá.

A Antropologia filosófica do autor parte de dois pontos: 1) o homem é um ser de abertura, isto é, exposto e suscetível à sua qualidade de “marginal ontológico que inquieta a si próprio” (Sloterdijk, 2016, p. 78) – assim, trabalhando com o conceito heideggeriano de *ek-sistência*: do homem diante de sua própria condição de existente com a tarefa de estar-aí e compreender-se; e 2) o ser humano, antes de *ser-lançado* (*Geworfenheit*) no nada do mundo, é “acolhido extaticamente” (Sloterdijk, 2016, p. 78) em interiores: existindo em seu contexto histórico determinado e limitado, marcado pela facticidade, o ser humano *Habita* esse mundo no qual nasceu, no sentido do pertencimento e da moradia: “quando se fala de um habitar no mundo não se quer dizer, simplesmente, prover seres já existentes de uma domesticidade na vastidão: *pois o que está em jogo é exatamente esse poder estar em casa no mundo*”. (Sloterdijk, 2016, p. 302, grifo nosso).

Com isso, o que Sloterdijk desenvolve é uma filosofia que se volta para o que chama de “Imunologia”. Isto é, como o homem, exposto e ameaçado por sua própria abertura ontológica, desenvolve formas próprias de Habitar no mundo, de se imunizar contra o nada, da não estruturação, do aberto? A seguir, explicitar-se-ão as implicações desse ponto de partida.

Tratando dessa questão na chave da espacialidade existencial, o que o filósofo demonstra – por meio de uma pesquisa histórica vasta – é que os homens realizam esse feito inseridos no interior de suas culturas. Estas são

como estruturas sociais, familiares, coletivas – conviviais – criadas coexistencialmente, e que servem como bolhas protetivas que contém, propõem sentido e animam a existência humana. Retomando o vocabulário do autor, essas bolhas protetivas são as Esferas, e é nas Esferas que se habitam, e são as Esferas que permitem às pessoas Habitar. De acordo com Sloterdijk (2016), estar no mundo é estar em Esferas:

A esfera é a rotundidade fechada, dotada de um interior compartilhado, que os homens habitam enquanto têm sucesso em se tornar homens. Como habitar significa sempre constituir esferas, menores ou maiores, os homens são as criaturas que estabelecem mundos circulares e olham em direção ao exterior, ao horizonte. Viver em esferas significa produzir a dimensão na qual os homens podem estar contidos. *Esferas são criações espaciais imunologicamente efetivas para seres extáticos sobre os quais opera o exterior.* (p. 29, grifo nosso)

Dito isso, ainda faltam às pessoas dois aspectos para compreender propriamente a noção de Esfera desenvolvida pelo filósofo: 1) a qualidade desta espacialidade; e 2) sobre o aspecto comunal da constituição da Esfera – isto é, pensando que a Habitação se faz necessariamente à luz do acompanhamento (a coexistência, o ser-com), como esse processo se dá.

A espacialidade existencial que Sloterdijk descreve não é a dos espaços geométricos; da mesma forma que o *-em*, de ser-em, não deve ser entendido por uma lógica de receptáculos, como “coisas contidas *dentro* de coisas”. O “ser-em” significa “moro em...” “estou familiarizado com...” (Heidegger, 1967, p. 54; como citado por Sloterdijk, 2016, p. 302), tratando-se, assim, do caráter da proximidade, intimidade com o mundo dentro do qual o Dasein habita. Mais uma vez, reitera-se que o sentido dado ao termo “Habitar” vai para um entendimento mais existencial, vivencial e experiencial, e esse aspecto, de acordo com o autor, é algo de caráter *surreal*:

A teoria do Íntimo, a ser desenvolvida na análise das microesferas que se segue, está dedicada à tentativa de mostrar que todas as ciências do homem

aportaram desde sempre contribuições para um surrealismo topológico⁸, porque em nenhuma época foi possível falar de homens sem lidar com as bruxuleantes poéticas do espaço interior habitado (Sloterdijk, 2016, p. 83).

Sobre esse caráter surreal, Sloterdijk (2016) pensa que o convívio humano também se dá nessas formas. O autor propõe pensar que, na comunhão que é viver em uma relação, família, sociedade etc. – relacionar-se em uma determinada cultura de determinado tamanho e extensão –, as subjetividades, os modos-de-ser – se entrecruzam e se “inter-habitam”. Dizendo de forma mais livre, pode-se pensar em como um vive no outro; há um pouco de mim em ti e vice-versa. A forma proposta pelo autor é de vasos intercomunicantes: surrealmente, um se insere dentro do outro e vice-versa, e é esse o formato da coexistência humana, pensando-a como algo estruturante da existência. Desse modo, notam-se mais algumas camadas desse caráter da coexistência:

Aqui [na análise microesferológica], o surreal se torna realidade. Cada sujeito, no espaço cossubjetivo real, é um sujeito que contém outros, à medida que acolhe e abrange outra subjetividade, mas é também um sujeito contido em outros, ao estar rodeado e consumido por seus olhares abrangentes e seus arranjos (Sloterdijk, 2016, p. 80).

Com isso, a principal tese esferológica parte do seguinte princípio: a Habitação se faz necessariamente à luz de uma aliança existencial, um complemento íntimo, de um acompanhante que anima os movimentos vitais da existência, sendo, dessa forma, o ser-com (coexistência) um aspecto necessário do ser-em, que, por sua vez, é o princípio da Habitação comum no/do mundo. Em outras palavras: existe-se *em* lugares apenas à medida que se está *com* outros⁹. Assim sendo, a Esfera é “[...] um espaço biunitário comum de vida e experiência (...) Viver em esferas significa, portanto, habitar o meio impalpável comum” (Sloterdijk, 2016, p. 44).

8 Topologia, dessa forma, se referindo à questão do espaço.

9 Aqui, valem dois adendos: 1) por “outros”, nos referimos ao acompanhamento de Nobjetos, não necessariamente outras pessoas; e 2) ao dizer “*estamos com*”, o estar não aponta primeiramente para algo como uma ‘partilha física’ de lugar, sim muito mais à incorporação de um vocabulário existencial desenvolvido convivialmente; remetemos, assim, às ideias de espaço e intimidade trabalhado acima.

Com isso, o que se revela é que “(...) a existência cotidiana, por estar no mundo, é sempre parte de uma interioridade extática (...) O Dasein é seu próprio lugar, e este se abre pela habitação dos que coexistem confusamente imbricados” (Sloterdijk, 2016, p. 565). Dizendo de outra forma, a característica compartilhada das esferas (por exemplo, o uso de talheres, ou a popularidade do TikTok) tem esse aspecto impalpável de um hábito, um costume compartilhado que apenas *se faz* impessoalmente. Esse estabelecimento de cotidianidade compõe o caráter de Habitação criado/prescrito pelas culturas – cria um Interior habitável a partir de e para essa coexistência um tanto impalpável e confusa entre pessoas que compartilham modos-de-ser impessoalmente¹⁰.

Com isso, à guisa de uma síntese desta tese, compreende-se que o homem, exposto e ameaçado por sua abertura ontológica, cria/descobre sua habitação no mundo (ser-em) num movimento acompanhado (ser-com). Isso ocorre na coexistência surreal de/em espaços interiores imunologicamente efetivos, estes que são as condições para que “um ser humano floresça e venha ao mundo ou fracasse e fique detido em espaços infernais” (Pessanha, 2018, p. 42).

Alguns exemplos que podem ajudar a ilustrar uma compreensão esferológica:

Pode-se pensar na vida de um escritor, e como a relação com os livros e a literatura desempenham esse papel vital de acompanhamento existencial – ilustrar-se-á isso com base em um personagem da obra do romancista Philip Roth, autor consagrado no cânone literário americano. Nos livros da coletânea “Zuckerman Acorrentado: 3 romances e 1 epílogo” (Roth, 2011), conta-se a história do personagem Nathan Zuckerman, um escritor em seu processo de formação. No decorrer dos livros, o narrador vai nos contando do desenvolvimento da relação de Zuckerman com a literatura. Esta obra mostra os primeiros contatos com livros, da descoberta da ficção, dos primeiros textos que escreveu – conta também de como esse interesse foi lhe conquistando certo espaço na família, no colégio, etc. como “o menino

10 Nessa questão, o pensamento de Sloterdijk deriva diretamente da ideia do “a gente” Heideggeriano - essa “influência” comunal que de alguma forma orienta impessoalmente os costumes.

que gosta de livros”, “o rapaz inteligente”. Com o decorrer desse interesse, o personagem se desenvolve como “um intelectual da literatura”; na faculdade direciona seus estudos e todas suas vivências para isso, e se forma tendo em mente tornar-se escritor – o livro nos narra como Zuckerman mantinha diários, anotações de seus dias e das experiências, fazendo isso com o objetivo de angariar material para alimentar sua ficção. A literatura e a escrita são seus Nobjetos, e esse mundo se torna sua Esfera. Com isso, o personagem desenvolve uma relação realmente vital com a escrita; num vocabulário sloterdijkiano, dir-se-ia que Zuckerman foi possuído pela literatura. Como relatado na obra:

Escrever (...) era o único objetivo recompensador, a experiência inigualável, a luta inflamada, e não era possível escrever senão como um fanático. Na ficção, sem fanatismo nada se obtinha de grandioso. Naquela altura, Zuckerman nutria as expectativas mais elevadas sobre a gigantesca capacidade que a literatura tinha de tragar e purificar a vida. Escreveria mais, publicaria mais, e a vida se tornaria colossal. (Roth, 1983/2011, p. 397).

O que decorreu disso foi uma notável carreira de escritor. Fora as reviravoltas dos romances, e a capacidade e talento que o personagem teria na escrita, o essencial que se quer apontar aqui é: Zuckerman teve sua existência animada pela literatura. Desde os primeiros envolvimento com ela, a vida do personagem se definiu pela relação forte com a literatura – foi o nobjeto fundamental que se aliou à sua existência; munuiu-a de sentido e possibilitou sua Habitação no mundo, isto é, a passagem para meios maiores e diferentes. Zuckerman teve como propósito de vida sua devoção à ficção e criou seu espaço no mundo como escritor.

Outro exemplo, oriundo da prática psicológica: Caran (2013) relata o psicodiagnóstico de Sílvia¹¹, uma menina de 8 anos encaminhada ao serviço pela escola por apresentar comportamento considerado sexualizado demais para sua idade, tentando beijar os meninos de sua turma na boca, espiando-os no banheiro, etc. Para compor o psicodiagnóstico, a psicóloga realiza visitas domiciliares, que têm o objetivo de conhecer o mundo-lar da criança, os valores familiares entranhados na organização doméstica.

11 Nome fictício.

Foi a menina quem apresentou seu lar, dando destaque ao quarto dos pais, seu “parque de diversões” (Caran, 2013, p. 158): o quarto é mobiliado com colchão d’água, há espelho na parede e no teto, “uma enorme banheira de hidromassagem redonda” (p. 158), fitas de vídeos pornográficos na estante. A análise da psicóloga acerca daquele lar familiar – da Esfera na qual Sílvia habitava – apontou que “havia naquela casa, mais especificamente em seu quarto [dos pais], um ambiente extremamente excitante e sexualizado que incitava este comportamento de sua filha” (Caran, 2013, p. 159). Quando o pai chegou em casa, foi recepcionado com selinhos na boca pela esposa e pela filha. Ou seja, aquele mundo compartilhado, aquela Esfera familiar exacerbava a dimensão da sexualidade da existência, sendo incorporada por Sílvia: foi seu modo original de insuflação, constituinte de seu modo de existir. Como conclui a psicóloga: “A sexualidade não estava apenas nas pessoas; estava entranhada no espaço habitado, e dele exalava seus próprios odores e impregnava o espaço psíquico de Sílvia” (p. 159). Num vocabulário esferológico, pode-se dizer que a Esfera familiar a insuflou dessa maneira, considerada sexualizada – o espaço que habitava era constituído dessa forma – e, conseqüentemente, se transferiu para as próximas Esferas. Nesse pensamento, a interpretação não segue tanto para os lados de uma individualidade psíquica, cuja pulsão sexual, por exemplo, estaria se destinando de modo exacerbado para o mundo exterior. Esferologicamente, o comportamento de Sílvia é compreendido como um vocabulário existencial proveniente da insuflação parental e habitação nesse espaço dito sexualizado.

Contudo, tem-se de pensar na possibilidade de que essas formas de acompanhamento se percam, ou percam sua força animadora. Com isso, o que se passa com a existência de Nathan Zuckerman quando a literatura e a escrita se perdem como aliados existenciais? E, se os pais de Sílvia perdem o interesse, a preocupação e o zelo com a filha? Ou se esse vocabulário habitacional sexualizado for inflexível e incompatível com as Esferas seguintes? – isto é, o que ocorre se um sujeito perde seu aliado e não consegue achar formas de acompanhamento que deem esse sopro vital? Qual espaço no mundo lhe resta nesse caso? É neste rumo que se pensa a depressão à luz da Esferologia.

UMA COMPREENSÃO ESFEROLÓGICA ACERCA DO FENÔMENO DA DEPRESSÃO

Sloterdijk elabora sua compreensão acerca da Depressão fazendo um paralelo com o texto “Luto e Melancolia”, de Freud. Neste texto, o psicanalista austríaco estabelece uma relação entre o luto e a melancolia como uma questão de perda de objeto. Se o enlutado sofre da “perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela” (Freud, 1917/2019 p. 100), o melancólico perdeu algo maior que o próprio objeto – algo mais estruturante –, de forma que o próprio Eu “se tornou pobre e vazio” (p. 102). Contudo, mesmo nesta construção consideravelmente clara e coerente da perda melancólica, a perspectiva freudiana se mantém no que Sloterdijk critica: de como um modelo de relação sujeito-objeto não dá conta de pensar a forma como a existência se estrutura – medialmente.

É neste ponto que o conceito de nobjeto se mostra valioso na compreensão da Depressão, pois, na perspectiva esferológica, esse *algo* que se perdeu foi justamente o polo complementador, a outra metade que anima a existência e cria um “campo de proximidade vivificador” (Sloterdijk, 2016, p. 418). Com isso, Sloterdijk compreende o “distúrbio melancólico-depressivo como um genuíno caso de luto ocorrido na mais estreita proximidade do sujeito” (Sloterdijk, 2016, p. 416), isto, dado que o sujeito perdeu seu “duplo invisível que deveria tê-lo convencido da insuperável vantagem de ser ele próprio e ninguém mais” (p. 418). Nessa compreensão medial-esferológica do assunto, “a melancolia é a forma maciça da crença de ter sido abandonado pela divindade complementar íntima, por cuja presença inicial a própria existência tinha principiado seu movimento natal” (Sloterdijk, 2016, p. 418).

Retomando o exemplo de Zuckerman, a análise esferológica o consideraria melancólico no momento em que este perdesse seus laços vitais com a escrita e a literatura (em tudo que o envolve). Neste cenário, a escrita não se presta mais como um acompanhante existencial. Em certo ponto de sua história, o personagem passa por situações (dores crônicas e conflitos familiares) que, afinal, expulsam a literatura dessa posição. Ao início do 2º capítulo do romance “Lição de Anatomia”: “Zuckerman perdera seu tema. A saúde, os cabelos e o tema (...) *Tudo que o animava estava extinto,*

deixando-o sem nada que fosse inconfundivelmente seu e de mais ninguém para que ele pudesse reivindicar, explorar, aumentar e reconstruir” (Roth, 1983/2011, p. 302, grifo nosso)

Ainda sobre Zuckerman, utilizando um vocabulário esferológico, pode-se encontrar nesse trecho um exemplo de quão vitais são os acompanhamentos – as relações fortes com nobjetos. O excerto demonstra brevemente a situação em que se encontra o sujeito desacompanhado daquilo que o animou a vida inteira; se sua vida inteira foi a literatura, e esta não está mais disposta como sua – não sopra mais esse sopro vital – não há mais animação, não há mais tema – isto é, perde-se aquilo de que se dizia fazer a vida valer a pena ser vivida. O decorrer desse arco narrativo só se aprofunda mais na demonstração de que, sem a literatura (um nobjeto fundamental), a vida perde seu sentido, o sujeito perde seu lugar; a dor crônica do personagem o impede de ser quem sempre foi: um escritor. Sem isso, não há mais espaço para sua existência: o sujeito não Habita mais seu próprio mundo.

No exemplo de Sílvia, poder-se-ia pensar num acompanhamento existencial tão particular e individual que seu modo-de-ser se vê enclacrado, sem alternativa de continuidade – de Habitação nas Esferas seguintes. Nessa esteira, chama-se de melancolia se, em conjunção com essa perda, o sujeito não for capaz de “repor” algo que entre nesse lugar. Isto é, se sua capacidade de Transferência não dá conta desse deslocamento de posição, dessa perda essencial.

Dado que a compreensão sloterdijkiana leva em conta a formação do sujeito desde o princípio do que poder-se-ia chamar de vida (vida intrauterina), compreende-se que as primeiras alianças deste sujeito não promoveram força suficiente para ultrapassar esse determinado ponto de sua existência, de modo que “junto com o ‘objeto’, [o sujeito perdeu] a maior parte de sua competência comunicativa” (Sloterdijk, 2016, p. 422). Ou seja, no exemplo, perdeu-se *algo* vital na escrita e na literatura cuja função imunológica não teve forças de se transferir para outra “região”. Foi ultrapassado o limite da sua capacidade de Habitar em vistas da falta de algo que conferisse confiança nesse mundo seguinte.

Com isso, a existência melancólica murcha-se de mundo, desprotegida demais para seguir os caminhos da vida, estando constantemente

ameaçada por sua própria abertura ontológica e incapaz de imunizar-se dela. Por isso, o sujeito melancólico segue com um exilado: sem *seu* lugar no mundo, desprovido de algo que o acompanhe, que o anime, sem um aliado, “sem espírito protetor, o indivíduo sem amuleto, o Si sem espaço” (Sloterdijk, 2016, p. 349). Nas palavras do autor: “Uma teoria psicológica sensata dessa relação [das dualidades vitais] sugere, portanto, compreender o melancólico como um solista involuntário que, após a separação de seu parceiro constitutivo no dueto, fica sem peça, sem instrumento e sem exercício capaz de animá-lo” (Sloterdijk, 2016, p. 422).

Portanto, o sujeito segue nesse exílio até o ponto em que haja algo que consiga e possa se prestar como um aliado que insufla novamente algum sopro vital numa existência que murchou (por exemplo, com a descoberta de uma religião, uma nova atividade, uma psicoterapia e outras formas de complementação possíveis).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Findo o artigo, espera-se ter introduzido algumas das principais ideias de Peter Sloterdijk ao público da Psicologia, e sua aplicação mais direta a um fenômeno compreendido como psicológico, a Depressão. Essa questão é pertinente, pois, muito embora a obra de Sloterdijk tenha grande prestígio no panorama intelectual contemporâneo, seus usos ainda não chegaram às áreas da psicologia, e, como se espera ter demonstrado acima, a Esferologia pode ser uma aliada destas. De forma mais direta, em vários de seus textos, Sloterdijk referencia autores da Psicologia (como Freud, Laing, Lacan etc.), trabalha com temas do campo – como o funcionamento de psicoterapias (Sloterdijk, 2019), a história antecedente da psicanálise e filosofia da psicologia (Sloterdijk, 1988), fenômenos como Depressão (Sloterdijk, 2016) e Neurose (Sloterdijk, 2019) –, e, de outra forma, sua produção original se comunica com autores como Winnicott (Pessanha, 2017), FÉRENCZI, Binswanger (Pessanha, 2017), entre outros. Nesse aspecto, Sloterdijk desenvolve temas próprios que dialogam de forma muito prolífica com conceitos desses autores “próprios da área” (como de constituição psíquica/subjetiva, relevância do ambiente e relações, espacialidade existencial etc.).

Dito isso, também se pensa ser necessário apontar sobre a limitação da teoria sobre a Depressão exposta linhas atrás. Sloterdijk (2016) aborda esse fenômeno em uma digressão no desenvolvimento do livro (mais especificamente, a “Digressão 6: O Luto das Esferas – sobre a perda do nobjeto e a dificuldade de dizer o que falta”). Isto é, no decorrer de suas explicações e demonstrações sobre a teoria esferológica, Sloterdijk traz sucintamente esse fenômeno para, com ele, demonstrar o funcionamento de suas ideias. Desse modo, não há um estudo volumoso e minucioso sobre o desenvolvimento, a nosologia e etiologia, a terapêutica etc., disso que se compreende como um fenômeno psicopatológico – a obra sloterdijkiana não analisa a Melancolia à exaustão. O que há é o desenvolvimento maior de uma teoria que pretende se deter com questões mais amplas – a esferologia aborda a fundante relação existencial dos humanos com seu espaço (espacialidade) e com os outros (coexistência). É nesse contexto que se encontra a visão sobre a Depressão que, para se desenvolver de forma mais própria nos campos da psicologia, necessita de posteriores pesquisas. No que trata esta e várias outras questões, fenômenos, conceitos etc. pode se pensar que há muito potencial para uma ligação prolífica entre a Esferologia, estudos e práticas já consolidadas nas áreas de Psicologia e Psicanálise.

REFERÊNCIAS

- Caran, L. (2013). Visita domiciliar: a dimensão psicológica do espaço habitado. In: Ancona-Lopes, S. (Org.), *Psicodiagnóstico interventivo: evolução de uma prática* (pp. 143-165). São Paulo, SP: Cortez.
- Cespedes, F. G. (2018). A comunicação esférica de Peter Sloterdijk. *MATRIZES*, 12(2), 311-316. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i2p311-316>.
- Cook, D. J., Mulrow, C. D., & Haynes, R. B. (1997). Systematic reviews: synthesis of best evidence for clinical decisions. In *Annals of Internal Medicine* (Vol.126, n. 5, pp. 376-380). <https://doi.org/10.7326/0003-4819-126-5-199703010-00006>. Disponível em: <https://www.acpjournals.org/doi/10.7326/0003-4819-126-5-199703010-00006>. Acesso em: 09 jan. 2022.

- Freud, S. (1917/2019). Luto e Melancolia. In S. Freud, *Neurose, Psicose e Perversão* [série Obras Incompletas de Sigmund Freud]. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.
- Ghiraldelli Junior, P. (2017). *Para ler Sloterdijk*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Via Verita.
- Ghiraldelli Junior, P. (2018). *10 Lições sobre Sloterdijk*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Pessanha, J. G. (2017). *Virada imunológica e Analítica do Lugar* (Tese de doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo.
- Pessanha, J. G. (2018). *Recusa do não-lugar*. São Paulo, SP: Ubu editora.
- Roth, P. (2011). *Zuckerman acorrentado: 3 romances e 1 epílogo*. São Paulo, SP: Companhia das letras.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paul Enferm., São Paulo*, 20(2), v-vi. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.
- Sloterdijk, P. (2016). *A Árvore Mágica – O surgimento da psicanálise no ano de 1785. Tentativa épica com relação à filosofia da psicologia*. Rio de Janeiro, RJ: Casa Maria Editorial.
- Sloterdijk, P. (2016). *Esferas I: Bolhas* (José Oscar de Almeida Marques, Trad.). São Paulo, SP: Estação Liberdade.
- Sloterdijk, P. (2012). *Crítica da razão cínica*. São Paulo, SP: Estação Liberdade.
- Sloterdijk, P. (2019). Épocas de animação – Sugestões para uma filosofia histórica da neurose. In *Pós-Deus*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Recebido em 11/02/2022

Aceito em 21/05/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

A ansiedade associada às redes sociais e à cultura do imediatismo: uma revisão de literatura

Anxiety linked to social media and the culture of immediacy: a literature review

Ansiedad vinculada a redes sociales y a la cultura del inmediateismo: una revisión de literatura

Andreia Leal¹
Giovana Araújo²
Mariana Mendonça³

Resumo

Tendo em vista os constantes avanços tecnológicos, é evidente que as plataformas digitais existentes trouxeram grandes mudanças no modo como o indivíduo se relaciona com o outro e com a tecnologia disponível. Tais movimentos ocasionaram rupturas no que antes se entendia sobre internet e como se relacionar nesse meio, haja vista que atualmente é possível notar nos indivíduos que se utilizam das vias tecnológicas uma ânsia imediata. O presente trabalho objetivou encontrar a relação entre o uso abusivo das mídias sociais e a cultura do imediatismo, além disso verificar se esses dois fatores têm impacto negativo nos níveis de ansiedade dos indivíduos. A pesquisa em questão tratou de uma revisão bibliográfica de caráter integrativo, que teve como critério analisar artigos científicos publicados no período de 2012 a 2022, em português, inglês ou espanhol. Encontrou-se uma relação entre o uso das plataformas de mídia com a ansiedade, no entanto, no que diz respeito à cultura do imediatismo, não foi encontrada uma relação direta com a quantidade do uso das mídias sociais, mas, sim, com o modo de consumo delas.

1 Centro Universitário do Pará, PA, Brasil. <https://orcid.org/0009-0007-1904-4803>. E-mail: andreia19330062@aluno.cesupa.br

2 Centro Universitário do Pará, PA, Brasil. <https://orcid.org/0009-0001-7518-6044>. E-mail: giovana19330007@aluno.cesupa.br

3 Centro Universitário do Pará, PA, Brasil. <https://orcid.org/0009-0005-2385-5612>. E-mail: mariana.mendonca@prof.cesupa.br

Palavras-chave: Ansiedade; Mídias Sociais; Imediatismo; Impactos; Relações Interpessoais.

Abstract

Considering the uninterrupted technological development, it is evident that digital platforms have brought significant changes in the way individuals relate to each other and the available technology. These changes have caused disruptions into what was previously understood about the internet and also the way the relationships have been established throughout this media, as an example, the urgent craving that people have while they are using the technological channels. The present work aimed to establish the relationship between the abusive use of social media and the culture of immediacy, and to determine whether these two factors have a negative impact on individuals' anxiety levels. This research is an integrative literature review, based on the analysis of scientific articles published between 2012 and 2022 in Portuguese, English, or Spanish. A relationship was found between the use of media platforms and anxiety; however, regarding the culture of immediacy, no direct association was identified with the amount of time spent on social media, but rather with the manner in which these platforms are consumed.

Keywords: Anxiety; Social Media; Immediacy; Impacts; Interpersonal Relationships.

Resumen

Dado el constante avance tecnológico, es evidente que las plataformas digitales existentes han generado cambios significativos en la forma en que los individuos se relacionan entre sí y con la tecnología disponible. Tales transformaciones produjeron rupturas en lo que antes se entendía sobre internet y sobre cómo interactuar en ese entorno, ya que actualmente es posible observar en los usuarios de medios tecnológicos una sensación inmediata de urgencia. El presente estudio tuvo como objetivo identificar la relación entre el uso excesivo de las redes sociales y la cultura del inmediatez, y verificar si estos dos factores impactan negativamente los niveles de ansiedad de los individuos. La investigación se desarrolló como una revisión bibliográfica de carácter integrador, cuyo criterio se basó en el análisis de artículos científicos publicados entre 2012 y 2022, en portugués, inglés o español. Se encontró una relación entre el uso de plataformas de medios y la ansiedad; sin embargo, en cuanto a la cultura del inmediatez, no se identificó una relación directa con la cantidad de uso de las redes sociales, sino con la forma en que estas plataformas son consumidas.

Palabras clave: Ansiedad; Redes Sociales; Inmediatez; Impactos; Relaciones Interpersonales.

INTRODUÇÃO

A partir do momento em que se pensa sobre cultura é preciso lembrar que se trata de um processo amplo e plural. Santos (2006) destaca que, ao falar sobre cultura, é preciso pensar em processos sociais como um todo, pois a cultura é um produto desses processos e ao mesmo tempo ajuda a produzi-los. Ainda segundo Santos (2006), sociedades industrializadas como as existentes na atualidade exigem mecanismos culturais que se adéquem ao momento e, ao se analisar o contexto atual, é possível associar esse mecanismo com a força que a internet exerce na sociedade, uma ferramenta capaz de transmitir mensagens de forma extremamente rápida e para um grande público.

A disseminação das novas tecnologias representou para a contemporaneidade uma celeridade nos processos e nos modos de comunicação, e também em como se consome tudo que está disponível. Rushkoff (2013), em seu livro *Present Shock: When Everything Happens Now*, discute sobre essas novas tendências, explanando que a sociedade ocidental se reorientou para o momento presente, em que tudo é vivido “aqui e agora”, o autor destaca que não é simplesmente uma aceleração do modo como se vive, e sim uma diminuição de tudo aquilo que não acontece no “agora”. Com base na construção desses pensamentos, o autor americano foi o primeiro a associar a palavra “imediatismo” com esse movimento contemporâneo, que prioriza tudo que acontece de forma mais acelerada e imediata, chegando a conceituar que o final do século XX foi pautado por uma espécie de futurismo e o presente século XXI vem sendo conduzido por uma forma de “presentismo”.

Com essas pontuações, é importante atentar-se a quais consequências surgirão de um estilo de vida tão conectado e acelerado. Neste artigo, a hipótese trabalhada será a ansiedade e, segundo descrições do DSM-V (2014), a ansiedade em padrões normais é considerada uma reação natural do organismo humano, funcionando como uma antecipação de possíveis ameaças e, dessa forma, fazendo com que o indivíduo se prepare para lidar com a situação. Entretanto, quando adquire um caráter patológico, ela

passa a ser qualificada como transtornos de ansiedade que possuem traços de medo e ansiedade excessivos, além de perturbações comportamentais relacionadas e, com isso, podem causar prejuízos ao indivíduo.

A *internet*, utilizada hoje de forma demasiada, vivenciou diferentes dinâmicas dos seus processos de comunicação e consumo. Inicialmente, com a nomenclatura de ARPAnet, que foi criada por um grupo de alunos da pós-graduação do Massachusetts Institute of Technology (MIT), tinha o objetivo de se conectar aos sistemas de computadores de dezenas de universidades financiadas pelo Departamento de Defesa dos EUA (Deitel, 2008). Ainda segundo Deitel (2008), foi somente em 1990 que houve a disseminação e impulsão da *internet*, com a criação da Web pautada no conceito de *World Wide Web* (WWW). Antes da criação do conceito de WWW, o compartilhamento de informações só era possível entre máquinas interligadas (Kent, 1999 citado por Ciribeli & Paiva, 2011), o que impossibilitava o acesso e o compartilhamento de informações em larga escala.

Atualmente, segundo a Organização das Nações Unidas [ONU] (2022), existem 5,3 bilhões de pessoas com acesso à *internet* no mundo, o que equivale a aproximadamente 71,43% da população. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2022), a *internet* chega a 90% dos domicílios no país. Desse modo, pode-se perceber que bilhões de pessoas estão conectadas às mais diversas formas de mídias sociais, com diferentes finalidades, desde fins profissionais até relacionamentos amorosos.

Isto posto, é pertinente citar que ocorreram muitos avanços tecnológicos no decorrer da história, e nas últimas décadas surgiram novas formas de o indivíduo se relacionar com o mundo e com o outro, a ponto de provocar profundas alterações no campo social. Sobre isso, Bordignon e Bonamigo (2017) relatam que as redes virtuais possibilitam transformações de vínculos pessoais e sociais, pois, por meio delas, pode-se criar comunidades e laços afetivos com outros sujeitos, situados em qualquer parte do mundo, com o compartilhamento de vivências, ideias, percepções e sentimentos, com facilidade e rapidez.

O desenvolvimento de meios de comunicação e a conexão a redes promove na atualidade uma celeridade de tempo e relações. Sobre isso,

Maffesoli (1996) realizou, em sua obra, uma discussão sobre objetos que passam a ser vetores de agregação e são capazes de condensar tempo e espaço. Ele dá o exemplo dos meios de comunicação e como estes são capazes de encurtar o tempo e aniquilar o futuro, promovendo um instante eterno. Atualmente, é possível perceber esse processo de forma excessiva no relacionamento da sociedade com os *smartphones*, que reúnem, em um só aparelho, um infinito de possibilidades para se conectar e consumir diferentes tipos de conteúdos.

Segundo Miller e Costa (2019), as mídias sociais são o próprio conteúdo postado que circula pelas plataformas digitais, não se limitando apenas à tecnologia utilizada. Entende-se que se trata de todas as interações realizadas pelos usuários, sejam elas em massa ou em pequenos grupos. Com tantos estímulos disponíveis no mundo *on-line*, percebe-se diariamente uma mudança no modo de se relacionar com esse meio. A interação pela *internet* torna-se indispensável para a manutenção de atividades e relações do cotidiano. Sobre isso, Silva e Silva (2017) citam que o mundo virtual está progredindo de tal forma que os limites do real e irreal passam a se fundir, transformando assim comportamentos e hábitos sociais de todos.

Para Sibilia e Galindo (2021, p. 212), “com tanto estímulo e tamanha abertura existencial, é inevitável suspeitar que sempre haverá algo mais interessante ou divertido, mais útil, prazeroso ou imprescindível para ver, ler, fazer, comentar, compartilhar etc.”. As autoras ainda completam que tentar acompanhar todos esses estímulos pode, paradoxalmente, causar tédio àqueles que estão sempre conectados. Concomitantemente, Bauman (2001) em sua obra, destaca que a instantaneidade do tempo no mundo do software pode significar exaustão e desaparecimento do interesse. Por fim, é possível perceber que se torna impossível consumir todas as informações e estímulos disponíveis atualmente com tamanha rede tecnológica, e que essas variações de meio de comunicação e informação causam profundas rupturas com o que antes se conhecia das mídias sociais e seu alcance, tendo em vista que atualmente as pessoas trabalham, relacionam-se e vivem nas mídias sociais, sem se dar conta dos possíveis impactos que possam ser causados.

Sibilia e Galindo (2021), em sua obra, trazem uma problemática sobre a dificuldade que os indivíduos têm de manter o autocontrole estando inseridos em uma cultura que incita o consumo ilimitado, ao mesmo tempo que não desenvolvem ferramentas que lhes permitem lidar com a incapacidade de não acompanhar tudo que está disponível nas mídias, bem como as limitações temporais. Sobre esse assunto, Przybylski, Murayama, DeHaan e Valerie Gladwell (2013) explicam que esse sentimento se dá pelo desejo de permanecer constantemente conectado com o que os outros estão fazendo e eles o nomeiam de *FoMO* (*Fear Of Missing Out*), termo em inglês utilizado para definir uma apreensão generalizada de que os outros podem estar tendo experiências gratificantes das quais se está ausente, ou em sua tradução literal, o “medo de perder”, e no contexto das mídias sociais trata-se do medo de perder informações como salientado por Sibilia e Galindo (2021).

Ademais, o escritor Rushkoff (2013) faz um paralelo em seu livro sobre a necessidade de consumo e o imediatismo presente na sociedade. Em sua obra, ele afirma que a economia do consumo sempre foi dependente de ilusões do crescente imediatismo e da novidade, em um contexto que tende a levar as pessoas a produzirem e consumirem mais coisas e mais rapidamente. Para o autor Rushkoff (2013), as expectativas de recompensa e satisfação instantâneas foram criadas pela mídia há muito tempo, e atualmente a quantidade de tempo entre a compra e a gratificação foi reduzida a nada. Isto posto, mesmo que abordados de maneira diferentes, é possível perceber a congruência de ideias entre autores como Rushkoff (2013) e Sibilia e Galindo (2021), segundo os quais, o consumo desenfreado de produtos ou informações fomenta hábitos nocivos.

Desse modo, com os meios tecnológicos em constante desenvolvimento, os usuários passam cada vez mais tempo no ambiente virtual, pois esses meios promovem a facilidade e, em contrapartida, provocam uma ânsia devido ao excesso desmedido (Cin e Melo, 2013). Seguindo essa lógica, os autores Fecchio e Santos (2016) afirmam que, quando as mídias sociais são usadas de maneira excessiva, geram prejuízos psicossociais para os

usuários, pois tornam as suas relações descartáveis e líquidas, provocando sentimentos de estresse e ansiedade, e quando estão ausentes do mundo virtual, esses mesmos usuários se sentem irritados.

Para verificar a veracidade de hipóteses como essa, o autor Hughes (2018) realizou um estudo exploratório para compreender se há relação entre idade, tempo gasto diariamente no uso das redes sociais, número de mídias sociais usadas diariamente e bem-estar mental (depressão, ansiedade e estresse). Em seus resultados, o autor pontuou que, dos 73 participantes, 16,2% responderam que usam cinco ou mais plataformas de redes sociais por dia; 25,7% dos participantes responderam que usam três plataformas diariamente, o que configura a maioria dos indivíduos. Com isso, em sua análise, o autor pontuou que o uso de um grande número de redes sociais pode afetar negativamente os estados emocionais de depressão, ansiedade e estresse. É importante salientar que ele chegou a essas conclusões baseado em dados obtidos com a escala DASS 21 (Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse).

Ainda sobre o estudo feito por Hughes (2018), o autor traz outra importante análise que corrobora com o que tem sido explanado até então. Ele cita que esse uso excessivo de diversas plataformas de mídias sociais pode contribuir para níveis elevados de *FoMO*, e que isso pode ser um grande contribuinte para níveis maiores de ansiedade social. Para ir além, algumas pesquisas reafirmam os impactos do uso abusivo da *internet* e mídias sociais. Os autores Cin e Melo (2013), em sua pesquisa feita com 230 respondentes e 10 entrevistados, obtiveram respostas que revelaram que, grande parte deles, já tiveram problemas por passarem muito tempo conectados, e que também apresentaram problemas emocionais e físicos, como estresse, ansiedade, insônia, entre outros. Ademais, os autores confirmam que identificaram nos entrevistados o abuso do tempo *on-line*, levando em consideração os problemas pontuados.

Outrossim, Souza e Cunha (2020) realizaram um estudo com psicólogos e jovens, com o objetivo de examinar os impactos das redes sociais digitais na saúde mental dos adolescentes e jovens. Durante a pesquisa foi realizado um paralelo entre os sintomas de dependentes de redes sociais e dependentes químicos. Alguns sintomas mencionados como comuns a

ambos os casos foram, a saber: ansiedade, irritabilidade e abstinência, que podem causar danos às saúdes física e mental. O estudo realizado pelas autoras evidencia os riscos de um consumo desenfreado de mídias, que, muitas vezes, passam despercebidos pelas facilidades e diversas vantagens proporcionadas pelas plataformas digitais ou aplicativos, ainda segundo Souza e Cunha (2020) as distrações oferecidas por essas tecnologias acabam transformando momentos de lazer no mundo *on-line* em horas de distanciamento social na vida real.

Além disso, Bauman (2004), em sua obra *Amor líquido*, relatou que é em uma cultura consumista como a atual, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro, uma sociedade que tem fascínio pelo agora e é seduzida pela velocidade proporcionada pelas tecnologias, que exibem todas essas características, prometendo desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço.

Outrossim, o crescente fascínio pelo imediato tornou os meios de relação e consumo mais acelerados. Sobre esse movimento, Santos (1994) cita em sua obra que a “aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias” e, por conta da constante sobreposição de acelerações que ocorreram ao longo da história, os indivíduos passam a ter a sensação de um presente que “foge”.

Diante do que foi exposto, entende-se que as mídias sociais, em conjunto com a crescente cultura de imediatismo, podem ter um impacto negativo considerável na saúde mental humana. Considerando os resultados encontrados por pesquisas como a de Hughes (2018), que obteve em seus estudos uma relação direta entre a quantidade de plataformas utilizadas e o impacto negativo nos estados emocionais de ansiedade, depressão e estresse.

O presente artigo teve como objetivo verificar se o uso abusivo das mídias sociais está relacionado à cultura do imediatismo e da ansiedade, por meio de uma revisão integrativa da literatura. Além disso, pretendeu identificar se o uso abusivo de mídias sociais impacta negativamente nos

níveis de ansiedade, com base no referencial bibliográfico pesquisado e também se verificou na literatura se a cultura do imediatismo tem relação com o uso expressivo de plataformas de mídias sociais.

Por fim, nota-se a importância desta pesquisa, haja vista que existem diversas produções que falam sobre os assuntos, ansiedade, mídias sociais e imediatismo, porém poucas fazem uma correlação entre o âmbito da saúde mental e a cultura do imediatismo.

MÉTODO

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura referente à produção sobre o uso abusivo das mídias sociais, a cultura do imediatismo e sua relação com a ansiedade, em artigos de periódicos indexados nas seguintes bases de dados, a saber: Scielo, Public Knowledge Project, Google Acadêmico e PubMed. Foram utilizados os seguintes descritores, a saber: (i) ansiedade, mídias sociais, uso abusivo, consumo, imediatismo, saúde mental, *internet*, tempo; (ii) *Fear of missing out, anxiety, social media, abusive use, consumption, immediacy, mental health, internet, time*; (iii) Ansiedad, redes sociales, uso abusivo, consumo, immediatez, salud mental, *internet*, tiempo. Quanto aos termos booleanos, foram utilizados: “e”, “and”, “ou” e “or”. A coleta de dados foi iniciada dia 16 de março e finalizada em 20 de abril de 2023. A análise e a tabulação de dados foi iniciada no dia 28 de março até dia 01 de maio, sendo selecionados 15 artigos que atenderam aos seguintes critérios de inclusão, a saber: artigos científicos publicados no período de 2012 a 2022, em português, inglês e espanhol e de livre acesso. Os critérios de exclusão foram as teses e as dissertações, os capítulos de livros e os artigos científicos publicados fora do período determinado. A análise de dados foi feita de forma descritiva qualitativa, com o objetivo de encontrar correlações entre as temáticas de ansiedade e cultura do imediatismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na coleta de dados, foram encontrados 110 artigos. Após a leitura de título e resumo foram mantidos 25 estudos, destes foram selecionados 15 artigos que correspondem a 100% aos critérios de inclusão e estão apresentados na Tabela 1. Em seguida, será apresentada a descrição dos principais dados de cada trabalho, seguindo a numeração da tabela e o título. As demais informações podem ser consultadas na Tabela 1.

Tabela 1. Caracterização dos Estudos Analisados na Revisão

N.	Título	Autoria e Ano	Descrição do Estudo
1	<i>Immediate Generation and Audiovisual Communication</i>	Alex Junger, Luis Henrique Amaral, Guilherme Henrique Leite, Leandro Petarnella Et Márcio Lui, 2018.	A pesquisa realizada foi quali-quantitativa, com a aplicação de formulário no <i>Google Forms</i> com enfoque em pessoas nascidas a partir de 1995. A duração da pesquisa foi de 2 meses e 20 dias e foram obtidas 463 respostas.
2	Correlação entre o Uso Depreciativo das Mídias Sociais e Transtornos de Ansiedade e Depressão em Adolescentes: Uma Revisão Bibliográfica	Alice Maria Tostes, Camília Lanes Et Geane Castro, 2022.	O artigo se trata de uma revisão bibliográfica do tipo qualitativa e descritiva, em que foram usados as seguintes bases de indexação: Scielo e Google acadêmico.
3	<i>Fear of Missing Out (Fomo)</i> , Mídias Sociais e Ansiedade: uma Revisão Sistemática	Debora Moura, Higor Moura, Graziela Filgueiras, Sandra Eliza Freire, Fauston Negreiros, Emerson Medeiros, 2021.	A pesquisa foi uma revisão sistemática de literatura do tipo exploratória na qual se seguiu a metodologia prisma. Teve como critério de inclusão artigos publicados de janeiro de 2009 até abril de 2019 sendo eles estudos empíricos nos idiomas inglês e português.
4	Desenvolvimento de <i>Checklist</i> para Prevenção de Ansiedade Associada ao Uso de Redes Sociais <i>On-Line</i>	Odaleia Farias, Jéssica Karen Maia, Maísa Queiroz, Nycolle Leite, Débora Paes Et Marli Teresinha Galvão, 2022.	Pesquisa metodológica fundamentada no conceito de autodeterminação, realizada entre fevereiro e março de 2021.
5	Mídias Sociais e Ansiedade: Fatores Sociais, Tecnológicos e Suas Influências	Daniel Gallo, (2019).	Pesquisa quali-quantitativa, na qual foi realizada a aplicação de um formulário. Houve 212 participantes e uma faixa etária de 17 a 34 anos.
6	O Uso de <i>Internet</i> e Redes Sociais e a Relação com Indicadores de Ansiedade e Depressão em Estudantes de Medicina	Maíra Moromizato, Danilo Ferreira, Lucas Souza, Renata Leite, Fernanda Macedo Et Déborah Pimentel, 2017.	Estudo descritivo, transversal e quantitativo. Obteve uma amostragem por conveniência de 169 estudantes de medicina do ano de 2015.

N.	Título	Autoria e Ano	Descrição do Estudo
7	Os Impactos Sociais, Cognitivos e Afetivos Sobre a Geração de Adolescentes Conectados às Tecnologias Digitais	Thayse Silva & Lebiam Silva, 2017.	Estudo bibliográfico de caráter exploratório sendo seu público-alvo adolescentes. Foram utilizados 33 trabalhos publicados, 9 livros e 11 artigos.
8	<i>Social Media Use and Mental Health among Young Adults</i>	Chloe Berryman, Christopher Ferguson & Charles Negy, 2018.	Estudo correlacional no qual a amostra final foi de 467 graduandos com uma média de idade 19,66 anos.
9	O Uso da Internet e Das Mídias Sociais Pela População Adolescente e suas Interferências na Saúde Mental: Revisão dos Impactos Biopsicossociais	Emille Crispim, Juliane Silva, Valdenice Gomes & Vivian Reis, 2022.	Revisão bibliográfica descritiva e qualitativa, realizada entre agosto e outubro de 2022. Os artigos precisavam ser de 2012 a 2022. Por fim, utilizou-se de 7 estudos que foram considerados relevantes.
10	<i>Adicción a Internet: Relación con la Ansiedad, la Depresión, el Estrés y el Tiempo en Línea</i>	Ana Paula Monteiro, Manuel Sousa & Elisete Correia, 2023.	Estudo metodológico quantitativo e correlacional no qual foram selecionados aleatoriamente 1.050 estudantes de graduação com uma faixa etária de 17 a 35 anos.
11	O Impacto das Mídias Sociais no Desenvolvimento de Transtornos de Ansiedade	Caroline Santos, Isabela Oliveira, Rebecca Lima, João Pedro Pereira & Déborah Santos, 2022.	Revisão bibliográfica. (sem mais informações disponíveis na publicação)
12	<i>The Impact of Smartphone Use and Social Networks on Attention, Memory and Anxiety of University Students: an Integrative Review</i>	Hélyda Borges & Rodrigo Maia, 2022.	Revisão integrativa da literatura na qual foram selecionados artigos publicados de 2018 até 2022. Por fim, 12 artigos foram utilizados para a análise e discussão.
13	A Influência das Mídias na Adolescência	Rosângela Del Duca & Vera Helena Lima, 2019.	Pesquisa bibliográfica com enfoque em adolescentes.
14	Aspectos Psicológicos do Uso Patológico de Internet	Ivelise Fortim, 2013.	Pesquisa qualitativa, sendo um estudo documental, transversal e retrospectivo na qual se obteve uma amostra de 189 indivíduos com uma faixa etária de 18 a 58. Foram utilizados artigos de 2009 até 2012.
15	<i>Social media use and anxiety in emerging adults</i>	Anna Vannucci, Kaitlin Flannery, & Christine Ohannessian, 2017.	Pesquisa qualitativa quantitativa. Utilizou-se uma amostra de 563 jovens adultos estadunidenses de 18 a 22 anos.

O primeiro estudo, identificado como “A Geração Imediatista e a Comunicação Audiovisual”, apontou como a Geração Z busca por novos conteúdos e como está transformando a cadeia de produção do audiovisual. Em seus resultados, destaca que a fórmula da produção nos meios

audiovisuais se modifica com certa frequência e que o segredo do consumo imediatista dessa geração não está atrelado a uma rotina de consumo, mas, sim, à diversidade e à possibilidade de adaptação. Percebe-se que esses resultados corroboram com o que foi escrito por Rushkoff (2013). O consumo está dependente das ilusões do imediatismo e das novidades presentes no mercado, levando as pessoas a produzir e a consumir de maneira acelerada.

O segundo estudo, “A Correlação entre o Uso Depreciativo das Mídias Sociais e Transtornos de Ansiedade e Depressão em Adolescentes: Uma Revisão Bibliográfica”, analisou o uso depreciativo das mídias sociais e os transtornos de ansiedade e depressão em adolescentes, dando ênfase à avaliação da influência exercida pela *internet* na sociedade e seu histórico. Seus resultados pontuaram que a história da *internet* e as mídias sociais influenciam a vida em sociedade, tanto de forma positiva como negativa, e adolescentes nascidos na era digital são extremamente influenciados pelo universo virtual.

O segundo artigo apresenta uma conformidade de ideias com os autores anteriormente citados. Os primeiros, Bordignon e Bonamigo (2017) afirmam que as redes virtuais permitem transformações de vínculos pessoais e sociais, já que, com elas, se pode construir laços afetivos e compartilhamento de ideais e sentimentos, sendo destacado como um aspecto positivo do desenvolvimento tecnológico da sociedade; por outro lado, Silva (2017) cita que nos meios digitais os limites do real e irreal estão sendo perdidos e, dessa forma, os comportamentos e os hábitos sociais de todos acabam se transformando.

O terceiro estudo, “*Fear of Missing Out (FoMO)* – Mídias Sociais e Ansiedade: Uma Revisão Sistemática”, fez uma explanação sobre a relação entre *FoMO* (*fear of missing out*), ansiedade e mídias sociais. Os autores revelam o *FoMO* como preditor do engajamento e uso problemático das mídias sociais. Além disso, outra consequência significativa corresponde ao aumento dos sentimentos de *FoMO*, a diminuição do bem-estar geral e a geração de maior dependência das redes sociais, criando-se, assim, um ciclo vicioso no qual o *FoMO* prediz o uso das mídias, estimula comportamentos de dependência e gera sintomas psicopatológicos. Isto posto, em

consonância com o que foi apresentado, Sibilia e Galindo (2021) de forma geral pontuam que, diante de tantos estímulos, é inevitável que o indivíduo considere que sempre haverá algo a mais para consumir na internet. Além disso, Hughes (2018), em sua pesquisa, indica que o uso excessivo de plataformas de mídias sociais pode contribuir para níveis elevados de *FoMO* e, consequentemente, elevar o grau de ansiedade social do indivíduo.

O quarto estudo, “Desenvolvimento de *Checklist* para Prevenção de Ansiedade Associada ao Uso de Redes Sociais *On-line*”, desenvolveu um *checklist* para a prevenção da ansiedade associada ao uso de redes sociais *on-line*. Em seus resultados, foi pontuado que o tempo maior que duas horas de uso e uma frequência média de acesso de cinco vezes ao dia está relacionada à ansiedade, tendo como agravante o uso passivo das mídias (aquele em que o indivíduo não interage nas redes). Além disso, utilizar as mídias no período noturno é também considerado agravante da ansiedade, bem como da depressão, baixa autoestima e pior qualidade de sono.

O quinto estudo, “Mídias Sociais e Ansiedade: Fatores Sociais Tecnológicos e Suas Influências”, teve por objetivo analisar possíveis fatores sociais e tecnológicos que compõem o cenário atual de uso da tecnologia, e o que está sendo feito sobre isso em relação aos usuários e os desenvolvedores de mídia social. Em seus resultados, foi encontrado que, grande parte dos usuários dessas mídias que se classificam como pessoas ansiosas, acreditam existir relação entre a alta-frequência do uso e a intensidade dos sintomas. Além disso, para os usuários que já estão conectados, é muito mais difícil renunciar ao consumo dessas mídias quando já estão inseridos nesse contexto.

Observa-se uma similaridade entre os resultados dos estudos quatro e cinco e, para além disso, na introdução do presente artigo, foram apresentados alguns autores que corroboram com as ideias discutidas nessa seção, como, por exemplo, Fecchio e Santos (2016), que afirmam que, quando usadas de maneira excessiva, as mídias trazem prejuízos psicossociais, podendo provocar sentimentos de estresse e ansiedade. Ademais, os autores supracitados identificaram que, quando estão ausentes do mundo virtual, indivíduos que fazem o uso exagerado das mídias, tendem a se sentir irritados.

O sexto estudo, “O Uso de *Internet* e Redes Sociais e a Relação com Índícios de Ansiedade e Depressão em Estudantes de Medicina”, investigou a correlação entre indicadores do uso de *internet* e as redes sociais, além da presença de sintomas ansiosos e depressivos. Os resultados indicaram que a relação entre quantidade de tempo gasto na *internet* e a presença de sintomas ansiosos e depressivos não é significativa. Entretanto, observou-se uma correlação relevante entre os indícios de necessidade de constante verificação de *internet* com sintomas ansiosos e depressivos. Por fim, foram apontadas associações entre sintomas ansiosos e depressivos, com efeitos prejudiciais e desadaptativos do uso da web. Dito isso, é possível perceber que o sexto estudo apresenta resultados que contrariam a ideia de que a quantidade de tempo gasto na *internet* está relacionado a sintomas de ansiedade. Entretanto, as autoras Cin e Melo (2013) identificaram, em sua pesquisa, que grande parte dos participantes já tiveram problemas como estresse, ansiedade e insônia por passar longos períodos *on-line*.

O sétimo estudo, “Os Impactos Sociais, Cognitivos e Afetivos Sobre a Geração de Adolescentes Conectados às Tecnologias Digitais”, discutiu, mediante o olhar psicopedagógico, as consequências do uso indiscriminado de tecnologias digitais pelos adolescentes. Em seus resultados foi visto que o uso de tecnologias digitais causa diversos problemas, tais como isolamento social, narcisismo, depressão, ansiedade, dependência etc. Além disso, foi encontrado que, no campo cognitivo, o uso exagerado pode causar diversas patologias relacionadas ao excesso de informações, que acaba gerando uma sobrecarga cognitiva.

Com base na leitura do artigo em questão, foi possível perceber uma relação entre os assuntos abordados e o trabalho das autoras Souza e Cunha (2020), que em sua pesquisa realizaram um paralelo entre os sintomas de dependentes de redes sociais e dependentes químicos, e encontraram sintomas em comum de ansiedade, irritabilidade e abstinência. Desse modo, além da dependência relevante a ambos os trabalhos é possível perceber também a existência de sintomas de ansiedade.

O oitavo estudo, “*Social Media Use and Mental Health among Young Adults*”, objetivou investigar o impacto do uso das mídias sociais em jovens adultos e a tendência de se envolver em *Vague Booking* (publicar

postagens pouco claras, mas que soam alarmantes, para chamar a atenção). Foram encontrados, como resultados, que o uso de mídia social é um mau preditor de problemas em relação à saúde mental. Além disso, foi notado que algumas formas de uso de mídia social podem ser um “pedido de ajuda” entre indivíduos com problemas de saúde mental preexistentes. Dessa forma, com base na leitura dos resultados, é possível perceber que o uso de mídias sociais pode impactar negativamente na saúde mental de jovens. Sobre isso, mais uma vez cita-se Fecchio e Santos (2016), os quais afirmam que o uso irresponsável pode trazer prejuízos psicossociais para os usuários.

O nono estudo, “O Uso Da *Internet* e das Mídias Sociais pela População Adolescente e suas Interferências na Saúde Mental: Revisão dos Impactos Biopsicossociais”, teve como objetivo investigar possíveis impactos causados pelo uso excessivo das tecnologias digitais na saúde mental dos adolescentes. Os resultados do estudo concluíram que o uso excessivo da *internet* pode resultar em dependência, causando transtornos como depressão e ansiedade e, em um cenário mais grave, até mesmo a ideação suicida. Além disso, os autores destacaram que houve dificuldades em encontrar estudos amplificados, em especial na área da psicologia, que abordem o tema *internet*, mídias sociais e os impactos na saúde dos adolescentes.

O décimo estudo, “Adição à *Internet* e Relação com Ansiedade, Depressão, Stress e Tempo *Online* em Estudantes Universitários”, analisou a relação entre adição à *internet*, ansiedade, depressão, estresse e o tempo recreativo dedicado à *internet* por dia. Foi apresentado como resultado uma correlação positiva e significativa entre a adição à *internet* e as variáveis ansiedade, depressão e estresse, de modo que os indivíduos com níveis de comportamento aditivo mais elevados apresentam maiores valores nas variáveis em questão. Por conseguinte, após a análise dos dados, é válido pontuar a relação dos estudos 9 e 10 supracitados e as colocações de Souza e Cunha (2020), cuja pesquisa as autoras explanam sobre a similaridade de sintomas entre dependentes químicos e dependentes de redes sociais, sendo eles ansiedade, a irritabilidade e a abstinência.

O décimo primeiro estudo, “O Impacto das Mídias Sociais no Desenvolvimento de Transtornos de Ansiedade”, teve por objetivo descrever a influência das mídias sociais no desenvolvimento de Transtornos de Ansiedade. Em seus resultados, encontraram que o uso excessivo de plataformas digitais e dispositivos móveis pode acarretar danos, pela exposição de conteúdos influenciadores ou quanto à dependência por parte do usuário, que acaba modificando suas relações interpessoais. Em vista disso, novamente o autor Silva (2016), citado na introdução do presente trabalho, afirma que tamanha é a progressão do meio virtual que os limites do que se tem de real passam a ser perdidos e, por consequência, os comportamentos e hábitos sociais são transformados.

O décimo segundo estudo, “O impacto do Uso do *Smartphone* e das Redes Sociais na Atenção, Memória e Ansiedade de Estudantes Universitários: Revisão Integrativa”, teve por objetivo analisar os efeitos do uso do *smartphone* e das redes sociais na atenção, memória e ansiedade de estudantes universitários. Em seus resultados, foram encontrados dados que comprovam a existência de uma relação significativa entre o uso do *smartphone* e das redes sociais com a ansiedade e com outras variáveis. Além disso, os autores destacaram que há a necessidade de se realizar mais estudos sobre o tema. Isto posto, é possível associar os resultados dessa pesquisa com o estudo feito por Cin e Melo (2013), no qual as autoras destacam que os indivíduos passam cada vez mais tempo no mundo virtual, atraídos pela facilidade oferecida, mas, no entanto, acabam sofrendo de uma ânsia provocada pelo excesso desmedido. Além disso, em seus resultados grande parte dos participantes afirmou ter problemas pela quantidade excessiva de tempo conectados, como por exemplo a ansiedade.

O décimo terceiro estudo, “A Influência das Mídias na Adolescência”, teve como objetivo averiguar como as mídias sociais podem interferir na vida e no desenvolvimento do adolescente contemporâneo. Foi encontrado nos resultados que o uso excessivo causa problemas de convivência em diversos âmbitos da vida do indivíduo, além de que o uso de forma não planejada faz com que o sujeito perca o controle de seu tempo e acabe sendo dominado pela tecnologia. Após a análise do trabalho supracitado, é possível realizar uma associação com o trabalho das autoras Sibilia e

Galindo (2021), no qual explanam sobre a dificuldade que os usuários têm de manter o autocontrole do uso de tecnologia estando inseridos em uma cultura que estimula o consumo ilimitado.

O décimo quarto estudo, “Aspectos Psicológicos do uso Patológico de *Internet*”, teve por objetivo compreender a vivência do uso patológico de *internet* (UPI) com base no autorrelato de usuários que se declaram viciados em *internet*. Os autores apresentaram como resultados, que os usuários ficavam de 6-12 horas *on-line*, tempo esse considerado pelos autores um número expressivo. Além disso, foi percebido que, no período de pré-uso, os usuários apresentaram sentimentos de alívio e tensão por não estarem *on-line*, e sintomas de abstinência. Entretanto, como não conseguem controlar o uso, voltam a utilizar a *internet*. Durante o uso, sentem alívio de sentimentos negativos (prazer, medo e ansiedade) e, no pós-uso, sentem-se culpados e envergonhados. Ademais, foi percebido que a *internet* dá ao usuário uma sensação de controle nas relações interpessoais *on-line* e sobre sua própria imagem.

Por fim, o décimo quinto estudo, “*Social media use and anxiety in emerging adults*”, teve por objetivo examinar a associação entre o uso de mídias sociais e a ansiedade. Nos resultados do estudo, foi encontrado um número significativo de sintomas de ansiedade e severidade associada a esses sintomas. Ademais, os autores pontuaram que homens apresentaram maior uso diário de mídias sociais, e destacaram que essa utilização não foi significativamente associada à idade, raça/etnia ou escolaridade. Diante disso, pode-se perceber uma congruência entre os assuntos abordados no décimo quarto e décimo quinto estudos e, mais uma vez, por Fecchio e Santos (2016), citados na introdução, no qual apontam que o uso excessivo das mídias sociais traz prejuízos psicossociais para os usuários, tornando suas relações descartáveis e líquidas, o que pode gerar sentimentos de estresse e ansiedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o desenvolvimento da *internet*, na década de 1990, muito se discutiu sobre quais seriam os impactos dessa revolução tecnológica na saúde dos indivíduos, tendo em vista que o avanço dos meios de interação e informação proporcionam facilidades que mascaram os possíveis malefícios causados. Nesse viés, a infinidade de possibilidades ofertadas por essa tecnologia pode ser capaz de oferecer aos usuários a frequente necessidade de consumo e a conexão com o que acontece no imediato. Com isso, os aspectos como a forma de se relacionar com o outro e com o meio foram alterados, notando-se uma crescente priorização da celeridade e do imediatismo tanto para relacionamentos interpessoais como para a forma com que se lida com todos os estímulos disponíveis. Dessa forma, essas mudanças podem gerar sentimentos ansiosos que impactam negativamente a vida dos usuários.

A presente revisão integrativa permitiu observar que o uso abusivo das mídias sociais pode tornar-se prejudicial à saúde do indivíduo, causando sentimentos de ansiedade, depressão e estresse, como apresentado nos estudos da discussão. A análise sobre as mídias sociais e a ansiedade se mostrou satisfatória, tendo em vista que, dentre os 15 estudos usados nessa revisão integrativa, 11 apresentaram resultados que associam o uso das plataformas de mídias com a ansiedade.

Para além disso, no que diz respeito à cultura do imediatismo, não foi encontrada uma relação direta com a quantidade do uso das mídias sociais, entretanto foi possível observar uma relação com a forma de consumo delas. É válido ressaltar que, no decorrer da coleta de dados, não foram encontrados muitos estudos que evidenciam os impactos negativos da cultura do imediatismo, principalmente atrelado ao uso de mídias. Isto posto, é notável que existe a necessidade de explorar esse assunto de forma mais abrangente, visto que é um tema amplamente noticiado, mas não há um número expressivo de material científico que aborde a narrativa.

REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5*. Artmed Editora.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. São Paulo, SP: Zahar. https://lotuspicanalise.com.br/biblioteca/Modernidade_liquida.pdf
- Bauman, Z. (2004) *Amor Líquido*. São Paulo, SP: Zahar. <https://elivros.love/livro/baixar-livro-amor-liquido-zygmunt-bauman-em-epub-pdf-mobi-ou-ler-online>
- Berryman, C., Ferguson, C. J., & Negy, C. (2018). Social Media Use and Mental Health among Young Adults. *Psychiatric Quarterly*, 89(2), 307–314. <https://doi.org/10.1007/s11126-017-9535-6>
- Bordignon, C., & Bonamigo, I. (2017). Os jovens e as redes sociais virtuais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 12(2), Artigo e1060. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082017000200006
- Borges, H. M., & Maia, R. S. (2022). The impact of smartphone use and social networks on attention, memory and anxiety of university students: An integrative review. *Research, Society and Development*, 11(15), Artigo e539111537422. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37422>
- Cin, I., & Melo, M. (2013, setembro). Dependência de internet: Um estudo com profissionais e estudantes da área de T.I. em Belo Horizonte. In *Anais do 34º Encontro da ANPAD*, (pp. 1-16). Rio de Janeiro, RJ. <https://docplayer.com.br/811428-Dependencia-de-internet-um-estudo-com-profissionais-e-estudantes-da-area-de-ti-em-belo-horizonte.html>
- Ciribeli, J., & Paiva, V. (2011). Redes e mídias sociais na internet: Realidades e Perspectivas de Um Mundo Conectado. *Mediação*, 13(12), 57-74. <http://201.48.93.203/index.php/mediacao/article/view/509>
- Crispim, E., Silva, J., Gomes, V., & Reis, V. (2022). O uso da internet e das mídias sociais pela população adolescente e suas interferências na saúde mental: Revisão dos impactos biopsicossociais. *Repositório Universitário da Ânima*. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/30915>

- Deitel P. J. (2008). *Internet & World Wide Web – How to Program* [Paperback]. Prentice Hall.
- Del Duca, R. M., & Lima, V. H. (2019). A Influência das Mídias na Adolescência. *Cadernos de Psicologia*, 1(1), 555-572. <http://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2000>
- Farias, O., Maia, J., Queiroz, M., Leite, N., Paes, D., & Galvão, M. (2022). Desenvolvimento de checklist para prevenção de ansiedade associada ao uso de redes sociais on-line. *Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais*, 7(3), 83-98. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/64032>
- Fecchio, T., & Santos, J. (2016). Impactos psicossociais decorrentes do uso excessivo das mídias sociais: Uma análise a partir da teoria de Bauman. *Uningá Review*, 25(1), 117–123. <https://revista.uninga.br/uningareviews/article/view/1730>
- Fortim, I. (2013). *Aspectos psicológicos do uso patológico de internet* (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/15253>
- Gallo, D. (2019) Mídias Sociais e Ansiedade: Fatores Sociais, Tecnológicos e suas Influências. *Repositório da Produção USP* <https://repositorio.usp.br/directbitstream/c9250d5e-5f25-4b77-8dd3-76cc1e4cdf96/tc4337-daniel-paula-midias.pdf>
- Hughes, S. (2018). *The Effects of Social Media on Depression Anxiety and Stress*. Dublin Business School. <https://esource.dbs.ie/handle/10788/3481>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022, 19 de setembro). *Internet chegou a 90% dos domicílios brasileiros no ano passado*. Serviços e Informações do Brasil. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2022/09/internet-chegou-a-90-dos-domicilios-brasileiros-no-ano-passado>
- Junger, A. P., Amaral, L. H., Leite, G. H. C., Petarnella, L., & Lui, M. L. C. (2018). Immediate generation and audiovisual communication. *Research, Society and Development*, 7(11), Artigo e5711441. <https://doi.org/10.33448/rsd-v7i11.441>

- Maffesoli, M. (1996). *No Fundo das Aparências*. Vozes.
- Miller, D., & Costa, E. (Org.). (2019). *Como o Mundo Mudou as Mídias Sociais*. São Paulo, SP: UCL Press. <https://doi.org/10.14324/111.9781787356542>
- Monteiro, A. P., Sousa, M., & Correia, E. (2023). Adicción a Internet: relación con la ansiedad, la depresión, el estrés y el tiempo en línea. *CES Psicología*, 16(1), 45–61. <https://doi.org/10.21615/cesp.6255>
- Moromizato, M., Ferreira, D., Souza, L., Leite, R., Macedo, F., & Pimentel, D. (2017). O Uso de Internet e Redes Sociais e a Relação com Índícios de Ansiedade e Depressão em Estudantes de Medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 41(4), 497-504. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n4RB20160118>
- Moura, D., Moura, H., Filgueiras, G., Freire, S., Negreiros, F., & Medeiros, E. (2021). Fear of missing out (FoMO), mídias sociais e ansiedade: Uma revisão sistemática. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 11(3), 147-168. <https://doi.org/10.26864/pcs.v11.n3.7>
- Organização das Nações Unidas. (2022, 16 de setembro). *Crescimento da internet desacelera e 2,7 bilhões ficam fora da rede*. ONU News <https://news.un.org/pt/story/2022/09/1801381#:~:text=Crescimento%20da%20internet%20desacelera%20e%202%2C7%20bilh%C3%B5es%20ficam%20fora%20da%20rede,-16%20Setembro%202022&text=Um%20ter%C3%A7o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20mundial,conectividade%20visto%20durante%20a%20pandemia>.
- Przybylski, A. K., Murayama, K. DeHaan, C. R., Valerie Gladwell. (2013). Motivational, Emotional, and Behavioral Correlates Of Fear Of Missing Out. *Science Direct*, 29(4), 1841-1848. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2013.02.014>
- Rushkoff, D. (2013). *Present Shock: When Everything Happens Now*. New York, NY: Viking Press.
- Santos, C. M. F., Oliveira, I. R., Lima, R. R. A. C., Pereira, J. P. R., & Santos, D. C. (2022). O impacto das mídias sociais no desenvolvimento de Transtornos de Ansiedade. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 15(10), Artigo e11254. <https://doi.org/10.25248/reas.e11254.2022>

- Santos, J. (2006). *O que é cultura* (16th ed.). São Paulo, SP: Editora e livraria brasiliense. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5767487/mod_resource/content/1/O%20que%20%C3%A9%20Cultura%20-%20Jose%20Luiz%20dos%20Santos.pdf.
- Santos, M. (1994). *Técnica Espaço Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo, SP: Edusp. <http://geocrocetti.com/msantos/tecnica.pdf>
- Sibilia, P., & Galindo, M. A. (2021). Correndo para não perder nada: temporalidade ansiosa e a frustração do (i) limitado. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 21(2), 203-213. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/39950>
- Silva, T. O., & Silva, L. T. G. (2017). Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. *Revista Psicopedagogia*, 103(34), 87-97. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n103/09.pdf>
- Souza, K., & Cunha, M. (2020). Impactos das redes sociais digitais na saúde mental de adolescentes e jovens. In *Anais do I Workshop sobre as Implicações da Computação na Sociedade* (pp. 49-60). Porto Alegre, RS: SBC. <https://doi.org/10.5753/wics.2020.11036>
- Tostes, A., Lanes, C., & Castro, G. (2022). Correlação Entre o Uso Depreciativo das Mídias Sociais e Transtornos de Ansiedade e Depressão em Adolescentes: Uma Revisão Bibliográfica. *Revista Transformar*, 16(1), 188-208. <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/723>
- Vannucci, A., Flannery, K. M., & Ohannessian, C. M. (2017). Social media use and anxiety in emerging adults. *Jornal of Affective Disorders*, 207, 163-166. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2016.08.040>

Recebido em 06/06/2023

Aceito em 23/12/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

Quando as vozes são escutadas: resenha do livro *A transferência irônica na esquizofrenia*, de Marina Moreira Carrilho (2025)

When the voices are heard: review of the book

The ironic transference in schizophrenia,
by Marina Moreira Carrilho (2025)

Cuando se escuchan las voces: reseña del libro

La transferencia irónica en la esquizofrenia,
de Marina Moreira Carrilho (2025)

Gustavo de Siqueira Oliveira¹

Em tempos nos quais o vocabulário psicopatológico tem sido mais difundido na cultura, os diagnósticos psiquiátricos (como o de autismo) têm crescido de maneira vertiginosa (Almeida & Neves, 2020); e a medicalização da vida tem se feito cada vez mais presente (Silva & Canavêz, 2017), surge o livro de Carrilho (2025), com o título de *A Transferência Irônica na Esquizofrenia*, editado pela Blucher. Nele, floresce uma espécie de resgate não só de uma nosologia Outra, mas enquanto elevação dos sujeitos aqui (re)tratados à sua dignidade humana e teórica.

Na esteira de pensamento proposto pela autora, cabe enfatizar que o viés patologizante não se limita ao diagnosticar o sujeito, mas também de prescindir do seu dizer e suas posições diante do Real, que emergem no contexto clínico – há, em tempos neoliberais, a sutura do Sujeito do

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0005-0000> E-mail: gustavo.de.siqueira.oliveira@gmail.com

Inconsciente e a patologização da diferença, ignorando o “*páthos*” da etimologia da palavra, focando-se, assim, nos efeitos medicamentosos que podem surgir no processo de eliminar aquilo que permite ao paciente se dizer e nos convocar a escutar sobre sua forma de estruturação.

Nesse sentido, Citando Carrilho (2025, p. 33, grifo nosso):

No DSM, há uma infinidade de supostas síndromes e desvios que desconSIDERAM os processos próprios de desenvolvimento histórico e conceitual de cada uma das categorias descritas, e se obtém como justificativa para sua manutenção dentro dos manuais a reposta de um conjunto de sintomas mediante a exposição de determinado psicofármaco. *Porém, não é devido à boa resposta a um antigripal que se pode determinar que uma pessoa apresenta gripe*

Nessa teia de significantes escrita com base em uma caligrafia singular, a reflexão presente nessa obra se constitui no ato de recolher a história da esquizofrenia, anteriormente chamada de “demência precoce”, e, na sequência, as singularidades que se apresentam na clínica das psicoses, em que, de modo irônico, apesar de historicamente os sujeitos psicóticos terem sido delegados ao silenciamento por parte de práticas e políticas manicomiais, eles persistiram em nos dizer, mesmo em momentos silenciosos, não só histórias e estórias, mas como a ironia (que por vezes permeia a cena analítica) pode ser um dos componentes de enlaçamento transferencial do analisante com o analista.

O trabalho de historicizar o diagnóstico da esquizofrenia na psiquiatria clássica até a concepção psicanalítica; apresentar como a linguística e a lógica estão ao nosso serviço na construção de nossa práxis e, por fim, utilizar de cenas clínicas para possibilitar uma transmissão ética e comprometida com a antimanicomialidade e a psicanálise (re)abre as portas para um respiro diante das práticas que silenciam o Sujeito do Inconsciente e priorizam a observação dos fenômenos comportamentais e suas respostas aos psicofármacos – práticas essas que meramente trocam a camisa de força física pelas químico-comportamentais

Por isso, a especificidade de pensar a ironia no laço transferencial com a esquizofrenia faz lembrar do que se constitui o fazer clínico: não um manual servido de uma gama de fenômenos e repostas psicofarmacológicas,

mas, justamente, da escuta da singularidade. A leitura de qualquer manual não diz sobre os sujeitos os quais se deparam no cotidiano, seja ele no consultório ou nas instituições – o que nos comunica é justamente permitir-se escutar aquilo que, muitas vezes, foi tachado de “patológico” ou até “bizarro”².

Ademais, em um país como o Brasil, o qual se consegue estruturar uma política como o Projeto Terapêutico Singular (PTS), fruto da luta antimanicomial, como constata Dias (2024), o trabalho de Carrilho (2025) reforça uma face importante da psicanálise brasileira: a escuta e a montagem do caso com base nas particularidades do sujeito de maneira antimanicomializante e, dessa forma, poder atuar com base nos dizeres do analisante – e não por manuais diagnósticos. Nesse caminho, o analista conduz o tratamento, mas não conduz o paciente.

Na obra de Carrilho (2025), fica claro que a práxis psicanalítica consiste em montar o caso aliado ao sintoma, aliado à “loucura”, convidando-a a circular pelo laço social e não tendo como horizonte o seu apagamento – é esse o direcionamento ético-político psicanalítico: sustentar que as diferenças possam existir e serem acolhidas, evitando processos normatizantes e que silenciem quaisquer indícios das particularidades dos Sujeitos que se presentificam na clínica.

Por fim, com a sua escrita, Carrilho (2025) também faz uma outra aposta, mesmo que velada: a troca entre pares, como na escrita de um livro, é um ponto crucial para a constituição da clínica e da formação do psicanalista. Por isso, a importância também de se escrever e produzir texto para manter-se vivo o debate acerca da loucura. Portanto, pode-se retomar Lacan (1977/2012, p. 19) para se concluir que “a psicose é o que um analista não deve recuar em nenhum caso” – e é isso o que a autora transmite, para não se recuar! Que se enlace, inclusive, por meio da ironia.

2 Como exemplo dessa taxação, temos o texto de Mace et al. (1988), que nomeia as falas delirantes e alucinatórias de “bizarras”. Além disso, os pesquisadores desenvolviam técnicas para reduzir a frequência dessa modalidade de fala, silenciando os pacientes.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. L., & Neves, A. S. (2020). A Popularização Diagnóstica do Autismo: uma Falsa Epidemia? *Psicologia: Ciência E Profissão*, 40, e180896. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003180896>
- Carrilho, M. M. (2025). *A transferência irônica na esquizofrenia*. Blucher.
- Dias, A. C. A. L. (2024). *A direção de tratamento e a política na saúde mental pública: articulações psicanalíticas sobre o bem-dizer* [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP]. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/42778>
- Lacan, J. (1977/2012). *Ouverture de la section clinique*. <http://www.ecole-lacanienne.net/documents/1977-01-05.doc>.
- Mace, F. C., Webb, M. E., Sharkey, R. W., Mattson, D. M., Rosen, H. S. (1988). Functional analysis and treatment of bizarre speech. *Journal of behavior therapy and experimental psychiatry*, 19(4), 289-296. [https://doi.org/10.1016/0005-7916\(88\)90060-2](https://doi.org/10.1016/0005-7916(88)90060-2)
- Silva, L. M, & Canavêz, F. (2017). Medicalização da vida e suas implicações para a clínica psicológica contemporânea. *Revista Subjetividades*, 17(3), 117-129. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i3.5813>

Recebido em 10/11/2025

Aceito em 02/12/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.